

**Do Bandim (Bissau) ao Rossio (Lisboa):
O Impacto das Remessas dos Emigrantes nas Sociedades
Guineenses**

Saico Djibril Baldé

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Estudos Africanos Interdisciplinares
em Ciências Sociais

Orientador(a):

Professora Doutora Dulce Pimentel, Professora Auxiliar,
Universidade Nova de Lisboa (FCSH)

Coorientador(a):

Professor Doutor Eduardo Costa Dias, Professor Jubilado,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2019

**Do Bandim (Bissau) ao Rossio (Lisboa):
O Impacto das Remessas dos Emigrantes nas Sociedades
Guineenses**

Saico Djibril Baldé

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Estudos Africanos Interdisciplinares
em Ciências Sociais

Júri:

Professor Doutor João Alfredo dos Reis Peixoto, Professor Catedrático, ISEG-UL

Professora Doutora Alexandra Magnólia de Vicente Quirino Alves Dias Saraiva,
Professora Auxiliar, FCSH-UNL

Professor Doutor Alexandre José Germano de Abreu, Professor Auxiliar, ISEG-UL

Professora Doutora Clara Afonso de Azevedo de Carvalho Piçarra, Professora Auxiliar,
ISCTE-IUL

Professora Doutora, Maria Dulce Pimentel Antunes, Professora Auxiliar, FCSH-UNL

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu filho, Eduardo Abdulaziz que, devido a este trabalho, viu-se privado muitas vezes da minha presença, quando mais precisava dela.

Aos milhares de crianças talibés que, como nós, foram enviadas para as principais cidades senegalesas, e não só, para aprender o Alcorão e a Cultura Islâmica, mas acabaram por se ver nas ruas a mendigar para sobreviver.

E, finalmente, aos milhares de guineenses doentes, com necessidade de tratamento especializado no estrangeiro, que infelizmente o seu país não tem estado em condições para oferecer, viram a única oportunidade para sobreviver desviada por uma rede de criminosos que envolve desde profissionais de saúde, dirigentes e pessoas com ligações à imigração ilegal, os deixou perante a morte certa.

Agradecimentos,

Se é verdade que este trabalho é resultado de um esforço e dedicação ao longo de anos do seu autor, não é menos verdade que contou com a ajuda preciosa e desinteressada de muitas pessoas e instituições.

À Professora Dulce Pimentel, a minha eterna gratidão pela orientação desta tese, que surgiu no seguimento da coorientação da minha dissertação de mestrado. No entanto, a Professora Dulce, muito mais do que uma orientadora, foi, de facto, a minha mentora como investigador, ainda em 1994, no terceiro ano do Curso de Geografia e Planeamento Regional, na FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Desde essa altura, ela nunca mais deixou de acompanhar os meus passos, com rigor, dedicação e muita paciência.

De igual modo, o meu muito obrigado ao Professor Costa Dias, que, tal como a Professora Dulce, o nosso trabalho conjunto vem da sua coorientação da minha dissertação do mestrado. O seu interesse pelo meu trabalho levou-o a estar atento a todas as novidades sobre a realidade africana em geral e a guineense em particular, encaminhando todo o material e artigos que julgasse útil, que de outro modo seria difícil de ter acesso.

Os meus agradecimentos vão também para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT, que financiou em parte este trabalho, através da bolsa de doutoramento que me concedeu.

Sou muito grato ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e da sua direção que me tem permitido ausentar regularmente da instituição para desenvolver este trabalho.

De igual modo, o meu reconhecimento vai para os meus atenciosos colegas do INEP em geral, e do CEATA em particular, pelos seus comentários, conselhos e amizade, - como cada um ajudou a criar um ambiente de rigor, pensamento crítico e boa disposição. Mas sobretudo pela solidariedade demonstrada num momento tão crítico, como a perda de todo o trabalho, numa fase adiantada do mesmo, obrigando a um recomeço quase do nada.

Sou especialmente grato aos meus colegas de doutoramento, particularmente ao Carlos Carvalho, à Joelma Almeida e à Paula Pinto, cuja solidariedade foi tão surpreendente quanto valiosa, quando tudo apontava para a minha desistência do curso por ter perdido o meu computador com todo o material. Os três juntaram dinheiro para comprar um novo para mim. E, com este gesto, salvar a minha investigação. Obrigado a todas aquelas pessoas que fizeram parte comigo nos projetos de investigação coordenados

pela Professora Antónia Barreto e pelo Professor Ulrich Schiefer, cujas discussões e contribuições ajudaram no andamento deste trabalho.

Um agradecimento especial a Maria do Carmo Nunes, do Instituto Superior de Agronomia (DCEB) (ex-IICT), e Fernando Costa, do Departamento de Ciências e Engenharia de Biosistemas (DCEB), também ex-IICT, com os quais trabalhei no projeto Tecnologias Geoespaciais, na Demarcação da Fronteira da Guiné-Bissau, no âmbito do qual tive oportunidade de percorrer todo o país duas vezes em dois anos consecutivos, permitindo alargar as minhas observações sobre o fenómeno migratório ao todo território nacional.

Não posso concluir esta sessão sem agradecer a todos migrantes e respetivas famílias por todo o seu apoio e informação prestada, sem os quais esta investigação não teria sido possível.

Por último, mas não menos importante, um muito obrigado à minha família, pela sua paciência comigo e a tolerância por minhas ausências que permitiram que este trabalho fosse concluído.

RESUMO

A Guiné-Bissau, apesar da reduzida dimensão do seu território, apresenta um movimento migratório muito importante, como de resto acontece em toda a África Ocidental, onde está inserida, região onde mais de 80% dos movimentos populacionais ocorre dentro da própria região. Estes fluxos que envolvem pessoas, conhecimento e dinheiro, nomeadamente as remessas dos emigrantes.

Embora a investigação sobre migrações seja abundante, pouco se tem estudado sobre o modo como estas afetam as sociedades africanas. Este trabalho pretende abordar este problema, focando-se nas remessas dos imigrantes guineenses. A intenção é perceber se as remessas têm um efeito positivo, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades ou se, pelo contrário, podem levar à sua desestruturação e mesmo ao colapso.

Para responder a esta questão, surgiu a iniciativa de realizar um estudo comparativo de diferentes comunidades, em contextos geográficos também distintos. A diversidade étnica, representatividade geográfica e uma história conhecida de emigração foram os critérios que determinaram a escolha das comunidades estudadas, que recaiu sobre o Setor de Sonaco, região de Gabú, Leste do País. A população dessa região é maioritariamente muçulmana, constituída essencialmente por fulas, com algumas minorias, sobretudo mandingas.

No Norte, a escolha recaiu sobre a comunidade de Tame, um pequeno regulado localizado a Oeste de Canchungo, região de Cacheu, onde a maioria da população é da etnia Manjaca.

Os setores de Buba e Quebo formam o espaço de estudo no Sul.

Os agentes comerciais em Bandim e no Rossio, a par dos migrantes guineenses em Portugal, completam o objeto do estudo.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, migrações, remessas, mercado de Bandim, Portugal e Rossio

ABSTRACT

Guinea-Bissau, despite the small size of its territory, has a very important migratory movement, as it happens throughout West Africa, where it is inserted, a region where more than 80% of population movements occur within the region itself. These flows involve people, knowledge and money, particularly emigrant remittances.

Although research on migration is abundant, little has been studied on how it affects African societies. This thesis aims to address this problem by focusing on remittances from Guinean immigrants. The intention is to understand whether remittances have a positive effect, contributing to the development of communities or, on the contrary, can lead to their disruption and even collapse.

To answer this question, the initiative arose to carry out a comparative study of different communities in different geographical contexts. Ethnic diversity, geographical representativeness and a well-known history of emigration were the criteria that determined the choice of the studied communities, which fell on the Sonaco Sector, Gabú region, East of the country. The population of this region is mostly Muslim, consisting essentially of fulas, with some minorities, especially mandingas.

In the North, the choice fell on the community of Tame, a small regulate located west of Canchungo, Cacheu region, where the majority of the population is ethnic Manjaca.

The sectors of Buba and Quebo form the study space in the South.

Commercial agents in Bandim and Rossio, along with Guinean migrants in Portugal, complete the object of the study.

Key words: Guinea-Bissau, migrations, remittances, Bandim market, Portugal and Rossio

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| RESUMO | iv |
| ABSTRACT | v |
| ÍNDICE | vi |
| ÍNDICE DE QUADROS | ix |
| ÍNDICE DE FIGURAS | x |
| ABREVIATURAS1 | xii |
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 1. Apresentação | 1 |
| 2. Justificação | 4 |
| 3. Objetivos..... | 10 |
| 4. Metodologia..... | 13 |
| 5. Organização da tese..... | 19 |
| 1 DISCUSSÃO CONCEPTUAL EM TORNO DAS MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO | 22 |
| 1.1 Migrações e desenvolvimento | 22 |
| 1.2 As Remessas | 30 |
| 2 MIGRAÇÕES AFRICANAS: DA DINÂMICA INTERNA À GLOBALIZAÇÃO DOS FLUXOS..... | 37 |
| 2.1 As migrações intra-africanas | 37 |
| 2.2 Magreb e Norte de África..... | 39 |
| 2.2.1 Egito | 39 |
| 2.2.2 Argélia | 40 |
| 2.3 África Oriental | 42 |
| 2.3.1 Sudão | 42 |
| 2.3.2 Tanzânia | 44 |
| 2.3.3 Uganda..... | 44 |
| 2.4 África Central..... | 46 |
| 2.4.1 Chade | 46 |
| 2.4.2 Gabão..... | 47 |
| 2.5 Migrações na África Ocidental | 49 |
| 2.5.1 Benim..... | 53 |
| 2.5.2 Burkina Faso..... | 54 |
| 2.5.3 Cabo-Verde | 55 |
| 2.5.4 Costa do Marfim | 57 |
| 2.5.5 Gâmbia..... | 59 |
| 2.5.6 Gana..... | 60 |
| 2.5.7 Guiné-Conacri | 62 |
| 2.5.8 Libéria e Serra Leoa..... | 64 |
| 2.5.9 Mali | 66 |
| 2.5.10 Níger | 73 |
| 2.5.11 Nigéria | 75 |
| 2.5.12 Senegal | 77 |
| 2.5.13 Togo..... | 80 |
| 3 AS MIGRAÇÕES NA GUINÉ-BISSAU: 1980 - 2017 | 84 |
| 3.1 A emigração guineense: dimensão e destinos | 84 |
| 3.1.1 Imigração recente na Guiné..... | 88 |
| 3.1.2 A emigração guineense no período entre 2004 e 2009, segundo o INE..... | 90 |
| 3.2 A emigração guineense para Portugal e outros países da Europa Ocidental..... | 92 |
| 3.2.1 O processo de naturalização..... | 96 |
| 3.2.2 As principais características da comunidade guineense | 98 |
| 3.2.3 Distribuição Geográfica dos imigrantes guineenses em Portugal | 99 |
| 3.2.4 População guineense residente em Portugal por género..... | 101 |
| 3.2.5 A comunidade guineense no Rossio | 102 |
| 4 ESTUDO DE CASO | 106 |
| 4.1 Justificação das escolhas das três comunidades | 106 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 4.2 | Breve caracterização geográfica | 106 |
| 4.2.1 | Setor de Sonaco | 106 |
| 4.2.1.1 | Fundação e evolução de Braima Sori | 109 |
| 4.2.1.2 | Primeiras Emigrações – Senegal..... | 110 |
| 4.2.1.3 | <i>Emigrações transcontinentais</i> | 110 |
| 4.2.2 | Setor de Canchungo..... | 112 |
| 4.2.2.1 | <i>Cidade de Canchungo</i> | 116 |
| 4.2.2.2 | <i>A comunidade de Tame</i> | 117 |
| 4.2.2.3 | A emigração da comunidade de Tame | 120 |
| 4.2.2.4 | Remessas da diáspora de Tame e conflitos gerados por estas | 123 |
| 4.2.2.5 | As realizações e o financiamento | 124 |
| 4.3 | Buba/Quebo | 126 |
| 4.3.1 | A situação demográfica e movimentos populacionais no Forreá | 131 |
| 4.3.2 | A fuga dos Fulas de Forreá..... | 133 |
| 4.3.3 | Comandant Djaingol | 135 |
| 4.3.4 | A cidade de Buba | 136 |
| 4.3.4.1 | A dinâmica populacional da cidade de Buba..... | 138 |
| 4.3.5 | A Fundação e evolução de Quebo | 139 |
| 4.3.5.1 | O crescimento de Quebo | 140 |
| 4.4 | Ordenamento do território, o poder local e a mobilidade populacional na Guiné-Bissau 142 | |
| 4.4.1 | A Cidade de Bissau | 147 |
| 4.4.1.1 | Resenha histórica | 147 |
| 4.4.1.2 | O papel dos civilizados e o apartheid a portuguesa na mobilidade em Bissau...151 | |
| 4.4.1.3 | A política de segregação racial durante o período colonial | 152 |
| 4.4.1.4 | Segregação espacial na cidade de Bissau e a mobilidade populacional | 156 |
| 4.4.1.5 | Perfil demográfico da cidade de Bissau | 160 |
| 4.4.2 | A forma do governo da cidade e a mobilidade populacional | 165 |
| 4.4.2.1 | A Gestão da Cidade | 165 |
| 4.4.2.2 | A Cidade e os transportes | 166 |
| 4.4.2.3 | Informação socioeconómica e linguística | 168 |
| 4.5 | Mercado de Bandim (Fera di Bande) | 169 |
| 4.5.1 | O Mercado de Bandim e o SEF..... | 176 |
| 4.5.2 | As principais mudanças operadas no Mercado de Bandim | 177 |
| 4.5.3 | Volume de negócio no Mercado de Bandim..... | 180 |
| 5 | ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INQUÉRITOS E DAS ENTREVISTAS REALIZADAS EM PORTUGAL E NA GUINÉ-BISSAU | 182 |
| 5.1 | Metodologia | 182 |
| 5.2 | Investigação em dois contextos geográficos | 186 |
| 5.2.1 | Inquéritos..... | 187 |
| 5.2.2 | Inquérito junto dos imigrantes guineenses em Portugal..... | 191 |
| 5.3 | Emigrantes guineenses em Portugal | 192 |
| 5.4 | Inquérito às famílias na Guiné-Bissau | 203 |
| 5.5 | Formas de envio e recebimento das remessas | 211 |
| 5.5.1 | Na Guiné-Bissau | 211 |
| 5.5.2 | Os agentes informais | 214 |
| 5.5.2.1 | Agentes informais fora de Grande Lisboa | 217 |
| 6 | CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO | 218 |
| 6.1 | As remessas dos migrantes a nível global | 218 |
| 6.2 | As remessas na África Ocidental | 220 |
| 6.3 | A contribuição das remessas na Guiné-Bissau | 222 |
| 6.4 | O custo das transferências e as novas plataformas de envio de remessas..... | 226 |
| 6.4.1 | Money via mobile na Guiné-Bissau..... | 228 |
| 6.5 | O impacto das remessas dos emigrantes no desenvolvimento da G.-Bissau | 231 |
| 7 | NOTAS FINAIS..... | 240 |
| | REFERÊNCIAS | 251 |

| | |
|-------------|-----|
| ANEXOS..... | 261 |
|-------------|-----|

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1-1: Termos técnicos frequentemente utilizados na abordagem sobre remessas | 32 |
| Quadro 2-1: Os 5 principais países de origem e destino da migração do Egito” | 40 |
| Quadro 2-2: Países africanos com maior número de imigrantes na Tanzânia, 2010..... | 44 |
| Quadro 2-3: Principais rotas no Mediterrâneo utilizadas para entrar na UE..... | 72 |
| Quadro 3-1: Composição da amostra segundo a faixa etária e o sexo | 99 |
| Quadro 3-2: Distribuição geográfica da comunidade guineense em Portugal | 100 |
| Quadro 4-1: Composição étnica da região de Cacheu segundo os censos (1950 a 2019)..... | 114 |
| Quadro 4-2: Composição étnica do Setor de Canchungo..... | 119 |
| Quadro 5-1: Bairros e localidades inquiridas no Sector de Sonaco | 188 |
| Quadro 5-2: Bairros e localidades inquiridas no Sector de Canchungo | 189 |
| Quadro 5-3: Bairros e localidades inquiridas no Sector de Buba..... | 190 |
| Quadro 5-4: Bairros e localidades inquiridas no Sector de Quebo..... | 191 |
| Quadro 5-5: Distritos onde foram realizados os inquéritos em Portugal | 192 |
| Caixa 4-1 Bernardo Gomes..... | 124 |
| Caixa 4-2: Alguns acertos do Estatuto Político-Administrativo da Província da Guiné, de 1963 | 145 |
| Caixa 4-3: Recomendações de medidas de segurança dos Bombeiros voluntários de Bissau .. | 176 |
| Caixa 5-1: A primeira experiência de envio e receção de remessas na Guiné-Bissau | 215 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1-1: Sectores administrativos da Guiné-Bissau onde foi realizado o trabalho de campo | 19 |
| Figura 2-1: As principais comunidades estrangeiras residentes no Uganda | 45 |
| Figura 2-2: As principais rotas de emigração clandestina e de cocaína de África para Europa.. | 52 |
| Figura 2-3: Origem dos migrantes no Gana | 61 |
| Figura 2-4: Origem dos migrantes residentes no Gana | 62 |
| Figura 2-5: As principais rotas da emigração da África..... | 71 |
| Figura 2-6: Origem dos migrantes residentes no Níger | 74 |
| Figura 2-7: Origem dos migrantes residentes no Níger | 75 |
| Figura 2-8: Origem dos migrantes residentes no Togo | 81 |
| Figura 2-9: Os principais países de destino da emigração togolesa | 82 |
| Figura 3-1 Distribuição geográfica da população estrangeira na Guiné-Bissau | 89 |
| Figura 3-2: Evolução da emigração entre 2014 e 2009..... | 90 |
| Figura 3-3: Os principais destinos da emigração guineense (2004 -2009) | 91 |
| Figura 3-4: Cidadãos guineenses com autorização de residência legal em Portugal 1980 – 2017 | 92 |
| Figura 3-5: População estrangeira com estatuto legal em Portugal 1990-2017 | 94 |
| Figura 3-6: Fluxos de emigrantes guineenses para Portugal (2000-2017)..... | 95 |
| Figura 3-7: Evolução de guineenses em situação regular por sexo (2000 – 20017) | 96 |
| Figura 3-8: Evolução da naturalização dos guineenses em Portugal | 97 |
| Figura 3-9: Naturalização por casamento ou união de fato (2012 - 2017)..... | 98 |
| Figura 3-10: Distribuição geográfica dos guineenses com estatuto legal na AML..... | 101 |
| Figura 3-11: Evolução da população guineense com estatuto legal por sexo em Portugal..... | 101 |
| Figura 4-2: Evolução da população da região de Gabú por etnia..... | 107 |
| Figura 4-3: Pirâmide etária do Setor de Sonaco..... | 108 |
| Figura 4-4: Regulados do Setor de Canchungo..... | 113 |
| Figura 4-5: Composição étnica do Setor de Canchungo em 1950 e 2009..... | 115 |
| Figura 4-6: Pirâmide etária do Setor de Canchungo | 115 |
| Figura 4-7: Localização do regulado de Tame no Setor de Canchungo..... | 118 |
| Figura 4-8: Localização do Setor de Forreá | 128 |
| Figura 4-9: Composição étnica dos setores de Buba e Quebo | 131 |
| Figura 4-10: Composição étnica da população de Buba-Quebo em 1950 e 2009..... | 132 |
| Figura 4-11: Pirâmide etária de Buba-Quebo..... | 132 |
| Figura 4-12: Primeiro e Segundo Cinturão de Bissau..... | 150 |
| Figura 4-13: Evolução da população de Bissau nas últimas | 161 |
| Figura 4-14: Representatividade das comunidades étnicas na cidade de Bissau, 1950 e 2009. | 163 |
| Figura 4-15: Evolução da representatividade dos principais grupos étnicos do país (%) | 164 |
| Figura 4-16: Composição étnica da população de Bissau, 2009 | 165 |
| Figura 4-17: Crescimento da população de Bissau por quinquénio (1950-2015) e estimativa para os | 167 |
| Figura 4-18: Titina, "vulgo Titininha", e Mãe d'água | 171 |
| Figura 4-19: Nô viário de Caracol- liga Av. Caetano Semedo, Chapa de Bissau e Estrada de Bôr | 171 |
| Figura 4-20: Curva de Bandim que entra no mercado a partir da Av. Caetano | 172 |
| Figura 4-21: Área de Estudo/ Grande Mercado de Bandim | 173 |
| Figura 4-22: Mercado de Bandim com maior detalhe..... | 175 |
| Figura 4-23: Exemplo de uma casa transformada em vários anexos em Bandim..... | 176 |
| Figura 5-1: Localização espacial das tabancas inqueridas no Setor de Sonaco, região de Gabú | 184 |
| Figura 5-2: Localização das tabancas inqueridas no setor de Canchungo, região de Cacheu... .. | 185 |
| Figura 5-3: Localização espacial das tabancas inqueridas nos setores de Buba e Quebo | 186 |
| Figura 5-4: Distribuição dos inqueridos por grupo etário | 193 |
| Figura 5-5: Distribuição dos inquiridos por sexo e segundo a situação legal | 194 |

| | |
|---|-----|
| Figura 5-6: Distribuição documental por faixa etária segundo a situação de residência em Portugal | 194 |
| Figura 5-7: Situação laboral dos inquiridos | 195 |
| Figura 5-8: Situação laboral por sexo | 196 |
| Figura 5-9: Figura 5.9. Trabalhar fora de Portugal | 197 |
| Figura 5-10: Tempo médio de permanência no estrangeiro | 198 |
| Figura 5-11: Tempo médio da duração no estrangeiro por sexo | 199 |
| Figura 5-12: Percentagem de imigrantes que enviam dinheiro por idade | 200 |
| Figura 5-13: Destinatários das remessas enviadas | 201 |
| Figura 5-14: Os destinatários das remessas por sexo | 202 |
| Figura 5-15: Número de familiares no estrangeiro | 203 |
| Figura 5-16: Grau de parentesco com o familiar emigrado..... | 204 |
| Figura 5-17: País da residência do familiar emigrado..... | 206 |
| Figura 5-18: Número de famílias que recebem remessas por região | 206 |
| Figura 5-19: Montante recebido em FCFA | 207 |
| Figura 5-20: Comparação regional da ajuda aos familiares | 208 |
| Figura 5-21: Para além do entrevistado quem mais recebe remessas | 208 |
| Figura 5-22: Aplicação das remessas recebidas | 209 |
| Figura 5-23: Outros bens recebidos pelos familiares dos seus emigrantes | 211 |
| Figura 5-24: Origem das transferências (%) | 212 |
| Figura 5-25: Destino das transferências emitidas..... | 213 |
| Figura 5-26: Onde as famílias recebem o dinheiro | 214 |
| Figura 6-1: Estimativas e projeções de fluxos de remessas à nível mundial..... | 219 |
| Figura 6-2: Estimativas e projeções de fluxos de remessas para a ASS | 220 |
| Figura 6-3: Entrada de remessas de migrantes nos países da CEDEAO (US \$ milhões). | 221 |
| Figura 6-4: Remessas recebidas por país da CEDEAO em (% do PIB) | 222 |
| Figura 6-5: Evolução do fluxo das remessas dos emigrantes guineenses | 223 |
| Figura 6-6: Origem das remessas recebidas na Guiné-Bissau (em % do total, ano 2016). | 224 |
| Figura 6-7: Evolução das remessas enviadas a partir de Guiné-Bissau (em milhões de FCFA) | 225 |
| Figura 6-8: principais países destinatários da APD na África (média dos anos 2014, 2015 e 2016) | 233 |
| Figura 6-9: APD recebida pela Guiné-Bissau em média anual por decénio e dos (2010-2016)..... | 234 |
| Figura 6-10: Evolução das contribuições da APD e das remessas no PIB..... | 235 |
| Figura 6-11: APD para a Guiné-Bissau por setor, 2016..... | 236 |

ABREVIATURAS1

| | |
|-------------------|---|
| ACIDI | Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural |
| ADFA | Associação dos Deficientes das Forças Armadas |
| AIP | Associação Industrial Portuguesa |
| AML | Área Metropolitana de Lisboa |
| APD | Ajudas Públicas ao Desenvolvimento |
| ARI | Autorização de Residência de Investimento |
| Art. | Artigo |
| ASSOFITA | Associação dos Filhos e Amigos de Teme |
| BAO | Banco de África Ocidental |
| BBC | British Broadcasting Corporation (Emissora Pública de Rádio e Televisão do Reino Unido). |
| BCEAO | Banco Central dos Estados dos Estados da África Ocidental |
| BDU | Banco da União |
| BI | Bilhete de Identidade |
| BM | Banco Mundial |
| BNC | Banco Nacional de Crédito |
| BRS | Banco Regional de Solidariedade |
| CEDEAO | Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental |
| CEsA/ISEG) | CEsA. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento/ Instituto Superior de Economia e Gestão. |
| CMB | Câmara Municipal de Bissau |
| CUF | Companhia União Fabril |
| DN | Diário de Notícias |
| ECOWAS | Economic Community of West African States |
| EMEA | Eastern Europe, Middle East and Africa |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FCFA | Francos da Comunidade Financeira Africana (é uma moeda corrente usada em doze países africanos). |
| Frontex | Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas |
| IBAP | Biodiversidade e das Áreas Protegidas |
| ICMPD | International Centre for Migration Policy Development |
| IGAD | The Intergovernmental Authority on Development |
| INE | Instituto Nacional de Estatísticas |
| INEC | Instituto Nacional de Estatísticas e Censos |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa |
| ISCTE-IUL | Instituto Superior de Ciências de Trabalho e de Empresa - Instituto Universitário de Lisboa |
| JN | Jornal de Notícias |
| MGSoG | Maastricht Graduate School of Governance |
| MGSoG | The Maastricht Graduate School of Governance |
| MPC | Migration Policy Centre |
| MTN | Mobile Telecommunication Network |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico |
| OIM | Organização Internacional para as Migrações |
| PAIGC | Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PRS | Partido da Renovação Social |
| RCA | República Centro-Africana |
| RDC | República Democrática do Congo |

| | |
|---------------|--|
| SAB | Sector Autónomo de Bissau |
| SEF | Serviço de Estrangeiros e Fronteiras |
| SOFIB | Sociedade Financeira de Bissau |
| TAP | Transportes Aéreos Portugueses |
| UEMOA | União Económica e Monetária Oeste Africano |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| VIH | Vírus da Imunodeficiência Humana |
| WB | The World Bank |

INTRODUÇÃO

1. Apresentação

As sociedades africanas estão sujeitas à influência de vários fluxos, com origem em dinâmicas globais ou internas. A migração é um desses fluxos que envolve pessoas, conhecimento e dinheiro.

Embora a investigação sobre migrações seja abundante, pouco se tem estudado sobre o modo como estas afetam as sociedades africanas. Este trabalho pretende abordar este problema focando-se nas remessas dos imigrantes guineenses. A intenção é perceber se as remessas têm um efeito positivo, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades ou se, pelo contrário, podem levar à sua desestruturação e mesmo ao colapso.

O estudo incide sobre a Guiné-Bissau, país em que a instabilidade política, resultado de várias dinâmicas potencialmente destruidoras, se faz sentir há décadas, assumindo as remessas uma dimensão significativa na sobrevivência da população.

Pretende-se realizar um estudo comparativo de diferentes comunidades em contextos geográficos também distintos, por um lado. E por outro, através da sua emigração, seguindo as trajetórias da sua gente e das suas histórias nos países de acolhimento, nomeadamente em Portugal.

Um dos critérios que orientou este trabalho logo a partida é a diversidade étnica e representatividade geográfica do estudo. Assim, a escolha recaiu sobre o Setor de Sonaco, região de Gabú, Leste do País. A população desta região é maioritariamente muçulmana, constituída por fula com algumas minorias, sobretudo mandinga, com algumas tradições de migrações sazonais para os países vizinhos, nomeadamente o Senegal; pratica de transumância, na época seca, quando se deslocam para junto dos vales dos principais rios a procura de água e alimento para o seu gado, denotando ainda alguns traços de nomadismo que sempre caracterizou estas comunidades. Dentro deste espaço geográfico, a aldeia Madina Sori, mais conhecida como *Braima Sori* foi escolhida como estudo de caso. É de referir que Braima Sori é uma das localidades pioneiras na migração transcontinentais nesta região.

No Norte, a escolha recaiu sobre a comunidade de Tame, um pequeno regulado localizado a Oeste do setor de Canchungo, região de Cacheu. Aqui, a grande maioria da população é da etnia Manjaca. No entanto, nas últimas décadas tem-se verificado o

aumento significativo de algumas minorias, nomeadamente dos balantas, quer a nível do setor, quer a nível regional. Por razões demográficas e históricas juntou-se os setores de Buba (Região de Quinara) e Quebo (Região de Tombali), para formar o espaço de estudo no Sul. Nesta área geográfica a população pode-se considerar mista, constituída por Balantas, Beafadas Fulas, para além de algumas minorias.

Dada a importância da imigração guineense em Portugal, nomeadamente na região de Lisboa e os canais preferenciais de contacto, estudaremos a zona cinzenta através do eixo nevrálgico, Bandim (mercado central de Bissau) - Rossio (Lisboa).

No primeiro caso, o Mercado de Bandim (*Fera de Bande*), como é conhecido pela população do país, não se trata só do maior mercado da capital, Bissau, é também o maior centro comercial e financeiro do país, onde se concentra os principais operadores económicos, nomeadamente os grandes importadores de bens com os seus armazéns de distribuição, os médios comerciantes, que desempenham o papel de intermediários entre os primeiros e os pequenos comerciantes que vendem diretamente aos consumidores finais, sem esquecer dos numerosos vendedores ambulantes que fecham o circuito comercial do mercado.

Por outro lado, dada a proximidade do mercado com os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, fez com que aí existisse todo tipo de serviços paralelos ligados a migração em geral, e a emissão de passaportes e de visto, em particular (principalmente nos anos 1980 e 90 do século XX), quando conseguir uma simples caderneta para emissão do passaporte não era uma tarefa fácil. O que facilitou o surgimento e desenvolvimento de uma complexa rede de corrupção e de auxílio a emigração. Por outro lado, a grande maioria dos agentes de envio e recessão de remessas dos emigrantes guineenses está instalada dentro do mercado ou nas suas imediações.

No segundo caso está a presença da população africana em geral, mas com destaque para a comunidade guineense em particular, que se estalou na praça do Rossio, principalmente junto do Palácio da independência, depois da independência das antigas colónias portuguesas em África na década de 70 do século XX. O grupo inicial era constituída fundamentalmente pelos deficientes dos ex-combatentes africanos que serviram ao lado do exército português. Com o golpe de Estado de novembro de 1980, que derrubou o primeiro Presidente de República da Guiné-Bissau, Luís Cabral e colocou no seu lugar General João Bernardo Vieira (Nino). Neste período o regime de Bissau ensaiou uma pequena abertura, permitindo a troca comercial com o exterior, nomeadamente o Portugal. Este passo permitiu que comerciantes guineenses começasse

a procurar a antiga metrópole para se abastecer de produtos *made in Portugal*. Por outro lado, Portugal começava a receber os primeiros imigrantes guineenses para procurar a sua sorte.

Apesar de termos balizado o nosso trabalho no período compreendido entre os anos de 1980 e 2017, muitas vezes fomos obrigados a recuar muitas décadas atrás devidos a tais fatores potencialmente destruidores que têm vindo a acompanhar o território que é hoje a Guiné-Bissau ao longo da sua história, manifestando de várias formas, nomeadamente naturais, políticos, religiosos, étnicos, económicos ou militares ocorridos nestes períodos que ajudam a compreender melhor como o país se estruturou, ou que terão provocado grandes movimentações populacionais quer a nível interno, quer em direção aos países vizinhos, nomeadamente a Guiné Conacri, a Gâmbia, mas sobretudo para o Senegal.

Entre estes fatores pode-se destacar por exemplo, as chamadas campanhas de “pacificação” de 1882-1935, que consistiu na organização por parte do poder colonial de inúmeras campanhas militares, com objetivo de acabar com as sucessivas guerras de resistência movidas por diferentes grupos étnicos, o que permitiu a ocupação efetiva do território guineense e que por sua vez conduziu a concretização da tão desejada cobrança de *imposto de palhota*. Estima-se que estes episódios terão provocado o abandono de mais de 15 por cento da população do território.

Outro episódio que marcou negativamente o território, foi o trabalho forçado e os abusos a ele associado que terá durado pelo menos até à década de 1960, foi responsável pela fuga de milhares de guineenses em direção aos países vizinhos. A circunscrição de Fulacunda, do qual faziam parte os setores de Buba e Quebo, no Sul, foi particularmente afetada.

Por outro lado, o mesmo espaço geográfico viu a sua população significativamente reduzida, principalmente entre os fulas criadores de gado, quando a doença de leucemia de gado bovino quase dizimou os seus animais, obrigando-os a abandonar a região em direção a leste do país e outros para ainda mais longe na região senegalesa de Casamança. Esta regressão demográfica só foi em parte minimizada com a chegada dos balantas à esta latitude, vindos do Norte em direção a Sul a procura de novas terras agrícolas, que já se escasseavam na sua região de origem.

A Guerra Colonial para os portugueses, e guerra de independência na Guiné para os guineenses (1963 – 1974), é outro acontecimento que, para além do elevado número de

mortos e feridos de ambos lados, foi responsável de grande número de deslocados de guerra em direção aos principais centros urbanos, com destaque para a cidade de Bissau.

Para melhor compreensão do fenómeno migratório em geral e as dinâmicas mais recente no continente africano, levou-nos a uma incursão aos diferentes blocos regionais, onde foi escolhido alguns países como a mostra. Este exercício foi mais detalhado no caso da África Ocidental, espaço a que Guiné-Bissau faz parte, e como tal, é aquela que mais influência exerce sobre o país.

A grande maioria das publicações sobre a contribuição das remessas de migrantes nos países de origem tenta relaciona-la com a Ajuda Pública ao Desenvolvimento recebida por determinado país. Por isso, houve a necessidade de fazer uma abordagem comparativa entre o volume de Ajuda Pública ao Desenvolvimento recebida por Guiné-Bissau, por um lado, e por outro, a evolução dos montantes enviados pela sua diáspora para melhor compressão não só da sua dimensão, como da contribuição dos emigrantes para o desenvolvimento do país.

A metodologia envolve principalmente análise documental, observação direta de longa duração com entrevistas abertas, bem como inquérito por questionário e seguimento de histórias de vida de indivíduos e famílias que se estabelecem a este nível.

2. Justificação

As reflexões sobre os mais variados temas de estudo nem sempre surgem nas academias. Foi o nosso caso, o estudo sobre as migrações guineense em geral e o papel das remessas nas sociedades de origem em particular surgiu de forma e onde menos se podia esperar.

O primeiro momento aconteceu numa tarde de verão de 2009, em Poissy, uma localidade nos arredores de Paris. Sentado num jardim encontrava-me com Sirajo Seidi, um dos meus melhores amigos e Aliu Djaló, um amigo em comum e colega de infância, e lembrávamos os nossos percursos de juventude.

O nosso anfitrião, Aliu, já vivia em França, primeiro, no Norte como bolseiro, e depois decidiu ficar em Paris como imigrante, como de resto aconteceu com muitos jovens que saíam para estudar durante os primeiros anos da independência da Guiné-Bissau nos anos 70 do século XX, mas sobretudo nas décadas de 80 e 90 quando o país beneficiou de centenas ou milhares de bolsas de estudo para formar os seus quadros.

Por sua vez, a necessidade de formação levou o Sirajo, primeiro para a Irlanda do Norte, seguida de Norwich no Nordeste da Inglaterra, antes de uma pós-graduação na

Suécia e de Mestrado no Indiana, nos Estados Unidos. O conflito de 1998/99 reteve-o por alguns anos em Nova Iorque, antes da vida profissional o levar á Angola primeiro e posteriormente ao Burkina Faso.

Quanto a nós, o destino levou-nos em 1969, primeiro para Dakar, Senegal, para frequentar as escolas corânicas e depois as Madraças, terminando em Casamança com a mesma finalidade, que ao todo durou mais de uma década. Na segunda metade da década 80, mais precisamente em janeiro de 1987, fomos parar a Lisboa, no que se pode chamar de emigração accidental, que se prolongou depois para adquirir a formação, com passagens pela Holanda e Alemanha.

Nesta conversa de amigos, em que revivamos o nosso passado em comum, por um lado, e as experiências vividas por cada um ao longo da sua trajetória pessoal e migratória, num dado momento o meu amigo formulou uma pergunta que ficou gravada na minha memória. Dizia ele: “*com as experiências vividas por cada um de nós, afinal qual é a nossa identidade? É um bolo de camadas diferentes ou de ingredientes misturados?*” ou seja, o que são agora os três jovens fulas e muçulmanos que aos 20 e poucos anos (11 anos no nosso caso) se viram obrigados pelas circunstâncias de vida a sair do seu país de origem e a viver dezenas de anos fora, período ao logo do qual cada um recebeu múltiplas influências.

O segundo momento foi em maio de 2010, quando nos deslocámos aos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras – SEF, em Lisboa para a renovação obrigatória do nosso título de residência, quando o funcionário que nos atendia fez a seguinte pergunta: “*Ainda com este papel, senhor Baldé?*”. Nos primeiros instantes fiquei sem perceber o sentido da sua pergunta, admitindo até que, alguns dos documentos necessários para revalidação do título não estivesse em conformidade, o que me levou a perguntar se havia algo de errado com a minha papelada. Mas o jovem apressou-se a esclarecer, “*não, senhor, tudo está em ordem*”, e em seguida diz, “*devia tratar da sua naturalização e nos poupar a este trabalho. Assim íamos ocupar-nos só com as pessoas que realmente necessitam deste título*”, e acrescentou “*já viu, o senhor passou cá toda a sua vida adulta? O senhor é mais português do que guineense, não acha?*”.

Tal como a pergunta formulada pelo meu amigo, este diálogo fez-me refletir sobre certos aspetos da minha vida como migrante, o que me levou pela primeira vez a admitir que deveria apresentar o pedido de naturalização, mas sobretudo, verificando como os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras tinham mudado ao longo dos tempos. Os agentes, como este jovem, dialogante, brincando com as pessoas que lhe apareciam pela frente,

numa palavra, um serviço humanizado, não tinha nada a ver com os funcionários que lá estavam, aquando da nossa chegada a Portugal em 1987, constituídos principalmente por retornados ou por ex-combatentes na guerra colonial, muitos com ressentimentos para não dizer sentimentos de ódio em relação a africanos.

Como se disse no início, foram estes acontecimentos inesperados que nos motivaram a embarcar na reflexão sobre a migração dos guineenses e na contribuição que podem dar através das suas remessas para o país que os viu nascer, junta-se ainda um outro, não menos importante, a forma como surgiu a ideia de partir da Guiné-Bissau, que se passa a descrever a seguir.

Depois de passar grande parte da nossa infância e adolescência nas escolas corânicas em Dakar primeiro, para depois seguir para a vila de Marsassoum, na região de Casamansa, com a mesma finalidade, ter de mendigar nas ruas desta grande aglomeração humana, para sobreviver, mas nem por isso a vida se tornou mais fácil, pois, o tempo passado nos campos de cultivo de maracá era de longe maior do que aquele destinado à aprendizagem.

Regressado à Guiné-Bissau nos finais da década de 70 do século XX, iniciamos um percurso rápido de reconversão, ou seja, apesar de idade relativamente avançada, decidimos realizar a matrícula na 2.^a classe nas “escolas dos brancos”, como se dizia na altura na terra, e assim iniciar a escolaridade em português.

Esta decisão também não se revelou fácil. Primeiro, fomos obrigados a “reduzir” a idade para o fazer, porque a lei que vigorava dava prioridade para os mais novos na entrada nas escolas, devido à falta de meios, nomeadamente infraestruturas escolares e de recursos humanos, sobretudo após a independência. A progressão foi rápida, dando a possibilidade de “queimar” algumas etapas, porque os responsáveis das escolas onde passámos entendiam que o nosso nível era superior à dos colegas, permitindo deste modo fazer duas classes num ano só.

Contudo, esta opção na minha vida trouxe alguns dissabores e tensão para com o meu velho. Sendo ele o principal imã e uma das poucas personalidades da povoação a dedicar-se a ensinar o Alcorão aos mais novos, foi apanhado de surpresa, deixando-o muito dececionado. Para ele a decisão de nos enviar para o Senegal era a forma de preparar um sucessor, que deveria seguir os mesmos passos – ser o futuro imã e ensinar as crianças. A desilusão foi tanta que o velho decidiu simplesmente cortar todas as relações comigo, ao ponto de não responder a um simples bom dia da nossa parte. Esta situação durou mais

de três anos, e apenas terminou quando a situação familiar muito dolorosa ocorreu, o falecimento do seu irmão mais novo.

No ano letivo de 1984/85 concluímos o 9.º ano de escolaridade, o grau mais elevado que se podia tirar nas províncias. Viemos para capital, Bissau, tentar conseguir a matrícula no Liceu Nacional Kwame Nkrumah, o único estabelecimento onde se podia frequentar as duas últimas classes, a décima e décima primeira que se podia obter no país. Infelizmente, não conseguimos. Mais uma vez por motivos de idade, demasiado elevada para o nível de escolaridade pretendido.

Com o sonho de continuar os estudos cada vez comprometido e sem outras alternativas visíveis, os meses seguintes foram passados numa grande incerteza. No entanto, com o percurso atrás descrito, estava longe do nosso horizonte uma nova experiência de emigração, até que um dia, o destino fez-nos cruzar com uma pessoa bem colocadas no aparelho do Estado, do qual veio resultar uma longa amizade, que veio alterar tudo.

Num dia de novembro de 1986, que a memória já não permite precisar, este senhor fez-nos a seguinte pergunta “*não queres ir para Portugal?*?”. Apesar de ter sido apanhado de surpresa, a resposta não deixou de ser imediata e clara. “Não. A emigração não está nos meus planos”. O senhor voltou a insistir argumentando: “*tens um bilhete de avião ida e volta, argente de poche e pelo menos 3 meses de renda paga numa residencial. E se não gostar, só tem que ir à TAP marcar a data de regresso, sem custo*”. Com estes argumentos convenceu-nos e dias depois entregámos-lho o bilhete de identidade e as duas fotografias para o passaporte.

Na sexta-feira, dia 16 de janeiro de 1987, o senhor nos informou que a nossa viagem estava agendada para daquele dia a 8, ou seja, para o dia 23 de janeiro, de 1987, pelo que nos devíamos preparar.

Assim, na noite de sexta-feira, do dia 23 de janeiro de 1987, embarcámos num voo da TAP rumo a Portugal. Quatro horas depois já estávamos a aterrar no aeroporto de Portela em Lisboa, um pouco antes das 6 horas de manhã, num dia tipicamente de inverno, marcado por muito vento, frio e chuva, dando assim início à vida de emigração que levaria 14 anos antes do primeiro regresso a casa para visitar a família. Pelo meio tivemos que ultrapassar todos obstáculos que um emigrante pode passar, desde logo a clandestinidade e a luta pela obtenção de autorização de residência, ordem de expulsão, entre muitas outras dificuldades, mas também algumas oportunidades que Portugal me ofereceu, desde logo, a possibilidade de formação.

É de referir que o aspeto mais significativo deste processo é o facto de, só depois de estar dentro do avião, ter tido contato pela primeira vez com o meu passaporte, naturalmente com visto, o cartão de vacina internacional como se tivesse cumprido com todos requisitos para a sua obtenção, bem como o cheque de ajudas de custo no valor de 40 mil escudos¹, visado, para ser levantado no extinto Crédito Predial Português.

Este facto revela como desde os primeiros anos da independência do país as pessoas ligadas ao poder em geral, e do ministério da saúde em particular usaram e abusaram dos acordos existente no domínio da saúde entre a Guiné-Bissau e Portugal para colocar as suas famílias ou amigos indevidamente em Portugal, em detrimento dos doentes, que realmente precisavam. É bem provável que, a custa da minha ida para o Portugal tenha significado que alguém, um doente que realmente precisava de ser evacuado tenha morrido, o que como se pode imaginar, tem atormentado a minha consciência nos últimos 30 anos, e continuará a fazê-lo para o resto da minha vida².

Seria muito bom que o meu caso, fosse um caso isolado, mas infelizmente, longe de isso, era e continua a ser regra no Ministério de Saúde da Guiné-Bissau. Depois de iniciarmos este estudo, tivemos oportunidade de acompanhar de perto muitos casos desses, o último dos quais o de um jovem de Canchungo ocorrido em meados de 2017. Este jovem terá desembolsado mais de 2,5 milhões de Fcfa, cerca 3 800 euros para conseguir a junta médica. Segundo o mesmo, o médico que o consultou no Hospital de Santa Maria depois de chegar a Lisboa, terá feito o seguinte comentário: *“todos os meus pacientes vindos das regiões tropicais, nomeadamente da Guiné-Bissau, apresentam alguns vestígios de um dia terem contraído a malária, mas o senhor nem isso apresenta. Portanto, você não tem absolutamente nenhuma doença”*.

Ao mesmo tempo que situações destas continuavam a verificar-se, permitindo a emigração a quem tem recurso, enquanto muitos doentes estão condenados a morrer no país por doenças curáveis, mas para os quais o país não dispunha de especialistas ou centros especializados para os tratar. Foi por exemplo, um caso ocorrido em 2013 com um familiar dum amigo meu, que tinha problemas renais graves e precisava de evacuação urgente, já que o país até agora não dispõe de nenhum centro de hemodiálise.

¹ É de referir que naquela altura vigoravam no país câmbios artificiais que sobrevalorizavam o peso guineense. A data, os tais 40 mil escudos correspondiam a pouco mais de 13 335 pesos guineenses.

² Ainda é de referir que o nosso primeiro contato com uma instituição de saúde em Portugal ocorreu a 16 de março de 1988, mais de um ano depois de chegar ao país. E o motivo da minha primeira ida ao centro de saúde, que ficava a menos de 20 metros da minha casa, foi para tratar de atestado médico, a fim de assinar o meu primeiro contrato de trabalho na Empresa Automática Elétrica Portuguesa, do Grupo de Rocha de Matos, então Presidente da AIP.

O próprio embaixador da Guiné-Bissau na altura, Fali Embaló, envolveu-se pessoalmente no caso, só para a obtenção do visto, já que o irmão em Lisboa dispunha de todos meios financeiros necessário para receber e financiar o tratamento do doente. Ao deslocar-se para a Direção de Geral de Saúde para inteirar do andamento da marcação da consulta, da qual dependia a atribuição do visto, o senhor embaixador foi informado que a Guiné-Bissau já tinha esgotado a cota anual que lhe era destinada para todo o ano de 2013, quando ainda se estava em julho. E ainda foi lhe dito que da totalidade das pessoas que vinham com junta médica para Portugal, apenas 20 por cento no máximo seriam verdadeiros doentes. E destes menos de 10% vinham com diagnóstico correto, o que dificultava muito na ajuda prestada. Assim, o embaixador ficou a saber que, cerca de 80% das juntas médicas eram falsos doentes. Do conjunto dos Países Africanos de Língua Portuguesa que Portugal mantinha cooperação no domínio de saúde, apenas Cabo Verde enviava seus doentes com o diagnóstico fiável, disseram os responsáveis da Direção-geral de Saúde de Portugal. E que a Guiné-Bissau nunca conseguiu absorver todo o orçamento anual que lhe era destinado no âmbito desta cooperação, porque como se viu, os que beneficiários das juntas médicas eram na sua grande maioria falsos doentes. E desapareciam ao fim da primeira consulta, aumentando deste modo, a lista dos imigrantes ilegais.

Nos últimos tempos, situações desta natureza atingiram proporções tais que o próprio ministro da Saúde da Guiné-Bissau, Carlitos Barai, foi obrigado a denunciar a 18 de agosto de 2017, a existência de falsas juntas médicas no país e garantiu que tudo ia fazer para acabar com o problema.

Segundo o Diário de Notícias, o ministro guineense terá dito aos jornalistas:

"Este problema tem de acabar no país. Criamos a comissão para averiguar e responsabilizar as pessoas. Quando atribuímos junta médica a alguém é porque está doente. Até para ganharmos alguma credibilidade junto da embaixada de Portugal", afirmou o ministro. Para mais adiante o governante acrescentar:

"Neste momento, temos cerca de 460 papéis de junta médica falsos. Há pessoas que em casa deles preparam a junta médica falsa e entregam às pessoas em troca de dinheiro, sem as pessoas estarem doentes, mas apenas porque querem ir a Portugal", salientou.

No entanto, o ministro refere que só começou a notar da situação quando tomou posse e que começou a controlar a situação.

"Antes passavam cerca de 40 passaportes por semana no meu gabinete. Agora desde que começamos a controlar e até esta altura só assinei uma junta médica. Para assinar tens de ter a certeza absoluta de aquela pessoa está doente", explicou. Para Carlitos Barai, é "injusto" que um médico que jurou salvar vida se sente "na sua casa, passe uma junta médica, falsifique a assinatura dos outros colegas e entregue ao interessado em troca de dinheiro".

"É um problema gravíssimo. Criei uma comissão para averiguar aquelas juntas e responsabilizar as pessoas. Não se pode atribuir a pessoas saudáveis junta médica

enquanto os doentes que precisam só pelo facto de não terem dinheiro estão condenados a ficar na cama até morrer", concluiu³.

Isto é apenas para demonstrar quanto a situação é grave no que diz respeito a corrupção e auxílio à emigração clandestina.

3. Objetivos

O objetivo deste estudo é compreender as relações entre as mudanças globais, e as dinâmicas internas das sociedades guineenses através do estudo das remessas dos imigrantes. Pretende-se compreender como é que as dinâmicas globais afetam as remessas e como é que as remessas afetam as sociedades.

Para tal é necessário compreender melhor a dinâmica da migração dos guineenses em geral e estudar quais as estratégias dos emigrantes e das famílias face às mudanças globais: políticas, crise financeira, desemprego, etc., e ainda, como é que essas mudanças afetam as remessas.

Por outro lado, pretende-se estudar as relações e o funcionamento da “Zona cinzenta” – o mercado de Bandim em Bissau, onde gira grande parte da economia do país e os imigrantes guineenses em Portugal, que simbolicamente situamos no Rossio em Lisboa. Aqui foi reproduzida e aprofundada uma extensa rede de relações e negócios informais cuja importância merece ser compreendida.

Finalmente o estudo visa contribuir para uma compreensão de como é que as remessas afetam as sociedades guineenses. Assim, para além do Bandim/Rossio, a pesquisa decorreu em três áreas geográficas, uma no Norte e outras duas no Leste e Sul, proporcionando, deste modo, uma representação do país, quer em termos geográficos, quer étnico.

As remessas dos imigrantes são uma componente importante destes fluxos migratórios e permitem-nos observar com mais detalhe a transformação que ocorre nas sociedades africanas. As remessas levam à alteração dos valores e normas, à transformação das relações familiares, à alteração das atividades das pessoas. Talvez a mudança mais evidente seja os conflitos causados pelas remessas em função da capacidade ou não dos migrantes em corresponderem aos pedidos das famílias. Estes levam muitas vezes à rutura entre a família/comunidade e o migrante. Salienta-se ainda a dependência económica das remessas que levam ao abandono de outras atividades produtivas nomeadamente a agricultura, cujo abandono, por sua vez, leva à desintegração

³ DN de 18 de agosto de 2017, “Ministro da Saúde guineense denuncia falsas juntas médicas e garante que vão acabar”. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/ministro-da-saude-guineense-denuncia-falsas-juntas-medicas-e-garante-que-voao-acabar-8714211.html>

das sociedades rurais, que subsistem da agricultura. Estas mudanças são cada vez mais rápidas e intimamente ligadas a mudanças globais: a crise financeira, o aumento do preço dos alimentos e o desemprego na Europa têm afetado diretamente o valor das remessas com consequências diretas para a subsistência das sociedades agrárias.

Este projeto surge na continuidade do trabalho de investigação desenvolvido pelo candidato na Guiné-Bissau, com destaque para a dissertação de mestrado “*Buba-Quebo: Corredor de Desenvolvimento no Sul da Guiné-Bissau*”, em 2008.

A hipótese de investigação foi elaborada com base em trabalho de campo desenvolvido na Guiné-Bissau nos últimos anos que permitiu um contato direto com migrantes, suas famílias e associações bem como a recolha de informação sobre uso das remessas nas respetivas *tabancas*. A informação foi recolhida através de conversas informais com famílias e emigrantes, com figuras proeminentes das comunidades, autoridades locais e ONG.

Escolhido o tema do estudo e os objetivos gerais, que serão apresentados logo a seguir a esta parte, o momento seguinte consistiu na delimitação temporal e espacial do trabalho. Assim, é nossa intenção fazer um estudo abrangente, quer em termos espaciais, por um lado, e por outro, com representatividade étnica e uma tradição migratória reconhecida. As localidades escolhidas são:

- i. o Setor⁴ de Sonaco, situada na Região de Gabú, Leste do país, cuja população é maioritariamente fula e de credo muçulmana, comportando pequenas minorias (entendido aqui apenas no sentido estatístico), nomeadamente os mandingas. Dentro deste espaço geográfico escolheu-se a tabanca⁵ de Madina Sori, mais conhecida por Braima Sori como estudo do caso. A sua escolha deve-se ao fato de ser conhecida pela sua tradição de migração sub-regional, praticamente desde a sua fundação, e uma das pioneiras nas modernas emigrações intercontinentais.

4 O Art. 105º da Constituição da República da Guiné-Bissau define no seu n.º 1. “A organização do poder político do Estado compreende a existência das autarquias locais, que gozam de autonomia administrativa e financeira. 2 - As autarquias locais são pessoas colectivas territoriais, de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das comunidades locais, não se subtraindo à estrutura unitária do Estado”.

E nos n.ºs 1 e 2 do Art. 106º acrescenta-se que: “As autarquias locais são os municípios, secções autárquicas e juntas locais. 2 - Nos sectores funcionário os municípios, nas secções administrativas funcionarão as secções autárquicas e nas juntas locais funcionarão as juntas de moradores”. No entanto, apesar da Constituição da Guiné-Bissau o prever, até a data, não se realizaram as eleições autárquicas. Portanto, segundo a Lei fundamental guineense, 1) o Território da República da Guiné-Bissau divide-se em Regiões, que se subdividem em Sectores e estes em Secções. 2) A subdivisão dos Sectores em Secções será regulada por lei, que determinará a sua forma de organização e funcionamento” (Guiné-Bissau, 2006: 30).

5 *Tabanca* é termo utilizado na Guiné-Bissau para designar o que em Portugal se chama de Aldeias.

ii. O Setor de Canchungo, na Região de Cacheu, Norte do País. Esta região é habitada maioritariamente pela população manjaca, com algumas minorias como são os Balantas e os Mancanhas, professando na sua grande maioria as religiões tradicionais africanas, mais conhecidas por animistas. Aqui, o estudo de caso recaiu não numa aldeia isolada, como foi na zona de Leste, mas sim num conjunto de tabancas que formam o Regulado de Tame, que se situa a aproximadamente 15 km a Oeste da Cidade de Canchungo, sede do setor e mais dinâmica cidade de toda a região.

iii. No Sul, a escolha recaiu sobre dois setores: Buba e Quebo. A opção de juntar estes dois setores para formar um único espaço de estudo deve-se ao facto de qualquer um destes espaços geográficos ter uma população muito inferior à dos outros dois, o que dificultava a comparação que se pretendia fazer. Aliás, mesmo com a junção dos dois setores, a sua população total fica aquém quer do Sonaco no Leste, como de Canchungo, no Norte.

Por outro lado, os dois setores pertencem ao mesmo regulado, o Forreá e historicamente formavam o posto administrativo de Buba que dependia hierarquicamente da Circunscrição de Fulacunda. Portanto, são dois espaços com muita afinidade. Neste espaço, ao contrário dos dois anteriores, que apresentam uma certa homogeneidade étnica, Buba-Quebo apresenta uma maior heterogeneidade.

Finalmente, para o estudo de caso optou-se pelas duas capitais de setores, a cidade de Buba, capital do setor com o mesmo nome e sede da Região de Quinara, que tem registado um dinamismo demográfico e económico muito acima da média nacional, por um lado. E por outro, a cidade de Quebo, sede do setor com o mesmo nome.

iv. O setor Autónomo de Bissau, apesar de não ter sido contemplada inicialmente, considerámos logo nos primeiros momentos dos trabalhos que, dada a sua dimensão em termos populacionais, o dinamismo quer em termos de crescimento como da diversidade étnica, bem como a reprodução das realidades que cada uma das comunidades étnicas faz na capital, bem como dos estrangeiros cujo número não para de aumentar, não podia ficar de fora. Além de isso, seria pouco admissível ter o Mercado de Bandim como centro do nosso estudo, e ao mesmo tempo reservar a abordagem não aprofundada sobre o panorama geral da cidade onde está situado o mercado.

A escolha destas comunidades e espaços geográficos para compreender a contribuição das remessas dos migrantes guineenses, certamente não esgota o panorama migratório do país, mas cremos que assegura a sua representatividade. Aliás como argumenta Ronald Skeldon, talvez tenha sido escrito muito mais sobre as remessas do que qualquer outro aspeto da migração e desenvolvimento; muito menos apreciado é o facto de as remessas refletirem a origem dos próprios migrantes, ou seja, o grande número dos migrantes é concentradas num número relativamente pequeno de cidades e aldeias nos países de origem (Skeldon, 2008: 5)⁶.

Em termos temporais, o estudo abrange o período que vai de 1980 a 2017. A escolha deste período deve-se ao fato de os registos estatísticos dos imigrantes guineenses em Portugal coincidirem com esta data. No entanto, sempre que justificar vamos recuar o tempo necessário para um ou outro enquadramento, ou sustentar algumas ideias. O mesmo acontece para os anos de 2018 e 2019, quando surgem dados que ajudar a compreender melhor um determinado facto.

Por outro lado, é importante sublinhar que, os dados sobre as remessas dos emigrantes guineenses na diáspora em geral, e de Portugal em particular, só começam a surgir de forma sistemática nas estatísticas oficiais depois da guerra civil de 1998/99, o que naturalmente vai causar algum desfasamento entre os dados sobre a emigração e os das remessas.

4. Metodologia

O tema das migrações foi amplamente discutido ao longo das últimas décadas onde se desenvolveram novas abordagens e conceitos sobre a migração e se estudou o assunto em vários países.

Apesar disso, ainda não são tão abundantes os estudos sobre o continente africano e quase inexistentes no caso da Guiné-Bissau. No entanto, alguns trabalhos nomeadamente de Teixeira da Mota, deixaram-nos informação sobre os fenómenos migratórios até mesmo no período anterior ao colonialismo.

⁶ E o mesmo autor exemplifica: “Some 95 per cent of migrants from Bangladesh to the United Kingdom up to the late 1980s came from that district (Gardner 1995). Similarly, the majority of the migrants from Pakistan to the United Kingdom came from the mainly rural district of Mirpur in the north of that country (Ballard 1987: 24). Much of the migration from India to the Middle East has been from the southern state of Kerala (Zachariah, Mathew and Rajan 2003) and migration from China has been dominated by three southern coastal provinces, Guangdong, Fujian and Zhejiang, and from very specific parts of those provinces. In Peru, virtually 82 per cent of households receiving remittances were found in the more developed coastal provinces rather than to the poorer Sierra, with fully 57 per cent in the capital, Metropolitan Lima (OIM 2008). Only just over 5 per cent of households receiving remittances in Peru were in the rural areas” (Skeldon, 2008: 5). Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/population/events/pdf/expert/14/P04_Skeldon.pdf

Salvo raras exceções, as populações do que é atualmente a Guiné-Bissau não tinham grande tradição em emigrar. O que existia era uma migração sazonal praticada principalmente pelos Fulas e um pouco pelos Mandingas para trabalhar na colheita do amendoim, no vizinho Senegal, cuja duração raramente ultrapassava os quatro meses. Os Manjacos do Norte da Guiné constituem esta exceção (Teixeira da Mota, 1951; 1951b; 1952; Carreira, 1961 e Soeiro de Brito, 1997). Desde os anos 40 do século XX que é conhecida a sua deslocação regular, primeiro para o Senegal, depois para França e ultimamente para Portugal e um pouco para toda a Europa Ocidental.

Pode-se afirmar que a emigração em massa dos guineenses é relativamente recente e começa com a crise económica e social provocada pela desintegração do Estado e do aparelho produtivo nos anos de 1980. De então para cá a emigração guineense nunca mais deixou de crescer. Atualmente vivem em Portugal legalmente 24.390 guineenses (SEF, 2008), número que poderá atingir os 40 mil, contabilizados os guineenses que vivem ilegalmente no país.

Apesar da existência de numerosos trabalhos académicos sobre remessas dos emigrantes, a sua grande maioria trata dos países latino-americanos, magrebins e mediterrâneos e muito pouco sobre a África Subsaariana. Além disso, focam, acima de tudo, a relação entre remessas e desenvolvimento sendo os efeitos mais profundos sobre as sociedades raramente abordados.

Sobre as remessas na Guiné-Bissau o conhecimento é escasso. Sabe-se, no entanto, que as remessas são importantes: atingiram cerca de 34 milhões de euros só no ano de 2008 (BCEAO, 2008). Mas esta estimativa pode estar cerca de 45 a 65% abaixo, dado que a maioria das transferências é feita no mercado informal (Adams Jr., 2008).

Por outro lado, Portugal tem estado a perder o peso relativo dos montantes transferidos. Esta situação resulta duma nova realidade: o aumento considerável do desemprego tem levado muitos imigrantes a regressar ao país de origem e a reemigrarão de outros para os países da União Europeia. Estão nesta categoria muitos cidadãos estrangeiros que adquiriram recentemente a nacionalidade portuguesa. Os guineenses que tomaram esta opção foram cerca de 3.700, beneficiando com a liberdade de circulação no espaço europeu (SEF, 2008).

No entanto, não se sabe qual o impacto dessas remessas na sociedade guineense. As remessas são normalmente consideradas como um contributo de grande valor para os países em vias de desenvolvimento (Castles, 2008; Kapur 2004). Mas alguns críticos consideram esta visão muito simplista (Castles & Delgado, 2008). Os dados preliminares

recolhidos indicam potenciais impactos negativos. Na Guiné-Bissau, a decisão de um indivíduo em migrar, muitas vezes não é apenas pessoal, mas sim um projeto da família. Este fato aumenta consideravelmente a expectativa dos que ficam em casa, mas também a responsabilidade de quem parte.

Com a crise internacional e o aumento de desemprego nos países de acolhimento por um lado; o aumento da naturalização dos imigrantes o que facilita a sua circulação no espaço europeu e a facilidade de reagrupamento familiar que se tem notado nos últimos tempos em Portugal, por outro, fez aumentar as suas despesas no país de residência, provocando uma pressão extra sobre estes.

Assim, caracterizar o fluxo de remessas e compreender o seu impacto na transformação das sociedades da Guiné-Bissau constitui o principal objetivo deste trabalho.

Todos os trabalhos académicos exigem a recurso a várias metodologias de pesquisa que ajuda o seu autor definir quais serão os melhores processos de análise e procedimentos lógicos que não só delimitam a própria pesquisa como ditam a sua dinâmica. Neste processo, a revisão bibliográfica assume um papel fundamental, quer para encontrar a literatura que aborda as questões levantadas pelas nossas perguntas de partida dentro da nossa área de estudo, neste caso na área das migrações, a sua evolução e o aparecimento de novas abordagens teóricas neste campo científico, críticas e opiniões divergentes, por um lado, quer para nos situar dentro destas teorias, permitindo deste modo identificarmos com os quais autores nos identificamos mais e quais discordamos, seguir uns e deixar outros, sempre de uma forma justificada (Winstanley, 2009: 49). Ou seja, é o momento, como afirma Mamadú Jao, que “o investigador clarifica para si os instrumentos ou técnicas de recolha de informações pertinentes e o seu respetivo aparato tecnológico”. E acrescenta: “*deste modo, é pertinente clarificar, antes de mais, o sentido dos conceitos de método e técnica no quadro de um projeto de investigação*” (Jao, 2015: 37).

Projeto de pesquisa concebido e desenvolvido na área de Estudos Africanos do ISCTE-IUL onde a interdisciplinaridade é um dos pontos fortes, por um lado, destinado a estudar um país cuja população é formada por diferentes comunidades étnicas, linguísticas e religiosas, torna-se indispensável, sempre que justifique a incursões a diferentes áreas de saber, na recolha de dados dentro das ciências sociais, nomeadamente a antropologia, economia, educação, história, direito, linguística, ciências políticas, sociologia, etc.

Esta necessidade torna-se ainda mais pertinente tratando-se de um projeto de pesquisa constituído por um conjunto de estudos de casos⁷, de diferentes espaços geográficos, comunidades étnicas e religiosas, um país em si de dimensões muito reduzidas, como a Guiné-Bissau, com 36 125 km², apenas.

No entanto, a investigação privilegiará o campo de Geografia Económica e Social, quer no recurso de cartografia para ilustrar diferentes fenómenos estudados, como ela nos permitir, através das três subdisciplinas: “geografia humana (relação das pessoas com o ambiente construído), que nos permite todos os fenómenos sociais; geografia física (o ambiente natural), que nos fornece a grande maioria dos condicionalismos que determinam os primeiros, nomeadamente as migrações forçadas; e geografia ambiental (a interação entre as pessoas e seu ambiente físico).

Por outro lado, “as aplicações práticas de geografia incluem planeamento urbano, transportes e estudo do ambiente construído” (Winstanley, 2009: 49). Portanto, a disciplina nos permite usar uma série de dados incluindo fotografia aérea e estatística nas nossas pesquisas.

Assim, resumidamente e de forma esquemática foram desenvolvidos os seguintes passos:

a) *Levantamento documental e bibliográfico*

Em Portugal, a par de levantamento documental e bibliográfico sobre a problemática da migração em geral, a pesquisa foi organizada de acordo com alguns subtemas tais como: capital humano, capital social, redes sociais, pertença e solidariedade étnica e remessas dos imigrantes. Foram também conduzidas entrevistas com investigadores em Portugal, com trabalhos publicados sobre migrações na Guiné-Bissau.

b) *Elaboração do quadro teórico e grelhas de análise*

Para levar a cabo o estudo tivemos que desenvolver um quadro teórico e metodológico para estudar as relações entre as dinâmicas globais e os fluxos migratórios, nomeadamente as remessas e o impacto profundo das remessas nas famílias e nas sociedades guineenses. Neste sentido, as questões principais abordadas foram os seguintes pontos:

⁷ Case studies aren't included in the list of methodologies because a case study isn't a free-standing research method. if you carry out a case study, you're making a close examination of subject or institution and to do this you have to use one or more of the methods in the list [interviews, observations, questionnaires, rating scales, standardised tests and surveys]. A case study is a type of research, but a case study makes use of other methods. As well as reporting on your own experience of using a particular research methodology, you need to refer to the key texts on that research methodology in your field (Winstanley, 2009: 49-50).

- do ponto de vista de quem está cá (em Portugal): como é que são enviadas as remessas, valores, frequência; de que fatores depende a decisão de quando, quanto e para quem mandar; que fatores afetam os valores a enviar; quais as pressões a que os migrantes estão sujeitos; como é que as remessas afetam o relacionamento familiar; como é que são usadas as remessas à chegada; e a avaliação da sua utilização.
- do ponto de vista de quem está lá (na Guiné-Bissau): como é que é tomada a decisão sobre quem migra e quais são as “obrigações” do migrante; o que se perdeu e o que se ganha economicamente; recursos da família; ocupação (dependência económica); qual a opinião das populações sobre como as remessas são usadas; quais as transformações que as remessas provocaram na sociedade em que se inserem; quais os fatores considerados de sucesso na migração: o que é que é valorizado na migração; relação entre valor dos fluxos monetários e transformações internas das sociedades (por exemplo conflitos causados pelas transferências não satisfazerem os beneficiários); conflitos no seio das famílias.
- Qual o uso dado às remessas: observação dos investimentos das associações de migrantes.

c) Análise da zona cinzenta: o Bandim e Rossio

O eixo Bandim-Rossio constitui uma zona cinzenta de interação entre as dinâmicas externas e as dinâmicas internas. O segundo passo nesta pesquisa será a compreensão do que se passa no Rossio, especialmente em termos de transferências monetárias, mas também transferências de outros bens e serviços (cartas, encomendas...), redes de conhecimento. É, de fato, no Rossio, que a maioria destas transferências ocorre. Associada a estas atividades, aparecem também transformações na própria praça do Rossio, com os pequenos comerciantes locais a adaptarem os seus produtos à clientela africana. No entanto, ao longo da pesquisa foi-se notando que, apesar de o Rossio continuar a ser o centro principal das relações entre Bissau e Lisboa, a comunidade guineense foi dispersando na área de grande Lisboa. E com isso foram multiplicando numerosos outros centros que têm vindo a desempenhar as mesmas funções. (Carcavelos, Damaia, Amadora, Queluz e Cacém) que foram também explorados.

Esta análise foi feita ao longo da pesquisa através de conversas informais, por um lado, e por outro, através do seguimento, observação e experimentação do sistema produtivo e das ações das Associações dos emigrantes.

d) Entrevistas em Portugal com associações de emigrantes

O trabalho de caracterização da migração guineense começou em Portugal, através de entrevistas a representantes de associações de migrantes e dos próprios migrantes guineenses em Portugal. O objetivo foi recolher informações sobre os migrantes, os fluxos de remessas e os seus impactos, de modo a esclarecer como as remessas são usadas no país de origem dos migrantes; como é que estas afetam a sociedade guineense, em geral e as relações familiares, em particular.

Estas entrevistas tinham ainda outro objetivo, identificar migrantes em Portugal e seguir as suas histórias de vida em Bissau, servindo deste modo como facilitadores para estabelecer o contato com as respetivas famílias e redes sociais em Bissau.

e) o trabalho de campo na Guiné

O trabalho de campo foi baseado numa combinação de métodos de recolha de dados que nos permitiu a seguinte triangulação em termos espaciais: sociedade tradicional (tabanca), zona de interface (Bandim) e global (o Rossio).

Uma parte importante baseou-se em exploração empírica centrada em histórias de vida de pessoas (indivíduos, famílias, grupo, clã, etnia). Também foram exploradas abordagens mais informais baseadas na observação e em contatos prolongados com as populações.

Como foi dito inicialmente, a pesquisa foi desenvolvida em três áreas geográficas, correspondendo as duas primeiras com os setores administrativos, enquanto na terceira resultou na junção de dois setores, para facilitar a comparação dos dados populacionais, como já foi referido anteriormente. Estes espaços estão localizados em cada uma das três províncias que compõem o país, mais o Setor Autónomo de Bissau, de modo a tornar o estudo mais abrangente possível.

- Uma no Norte, onde a população é maioritariamente manjaca, com uma tradição de emigração mais antiga,
- Uma no Leste, cujos habitantes são maioritariamente da etnia Fula e com contingente emigrante considerável,
- E, finalmente, uma no Sul cuja população se pode considerar mista, composta por entre Balantas, Beafadas, Fulas e outras minorias.

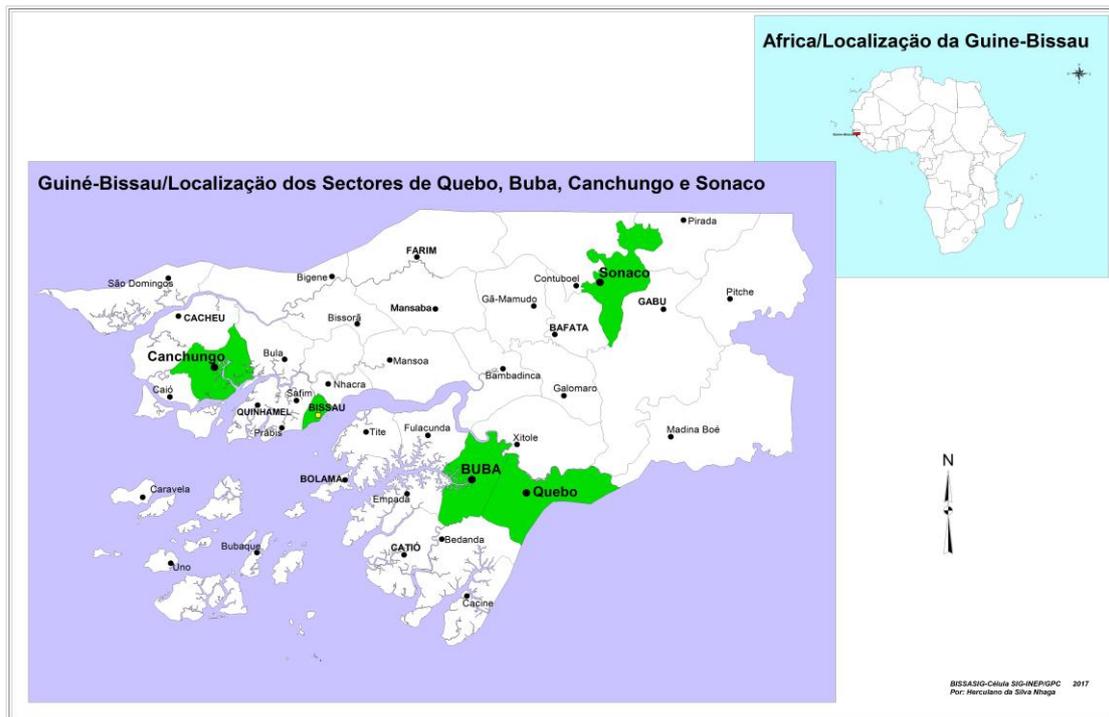


Figura 1-1: Sectores administrativos da Guiné-Bissau onde foi realizado o trabalho de campo

A escolha da *tabanca* e as histórias de vida foram, sempre que possível, inseridas no contexto da história da migração na região correspondente. A *tabanca*, no caso de Braima Sori, no Leste, um conjunto de tabancas, como aconteceu com o regulado de Tame, no Norte e a Cidade de Buba e a vila de Quebo, no Sul, foram selecionadas tendo em conta a representativa em termos étnicos da população do sector e da região em que estão inseridas.

O trabalho nas *tabancas* foi precedido de pesquisa documental na Guiné-Bissau e de entrevistas abertas com pessoas que trabalham sobre temática das migrações. Este trabalho preliminar teve como objetivo o estabelecimento de contatos com elementos facilitadores que nos permitiram aceder mais facilmente às famílias nas tabancas. O estatuto de investigador permanente do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa de Bissau) permitiu por sua vez, o acesso privilegiado os recursos desta instituição.

No capítulo dedicado ao estudo de caso será apresentada a metodologia específica mais detalhada que serviu como base para desenvolver todo o trabalho.

5. Organização da tese

A tese está estruturada da seguinte forma: uma parte introdutória onde se apresenta o tema, os objetivos, a justificação e a metodologia seguida na investigação e por fim a

organização da tese. Segue-se os capítulos propriamente ditos, num total de seis. No primeiro capítulo é apresentada a discussão conceptual em torno das migrações e desenvolvimento em geral, e impacto da migração principalmente através das remessas na transformação social e das relações entre mudanças globais e dinâmicas internas das sociedades dum país com pequena dimensão como a Guiné-Bissau em particular.

No capítulo II, aborda-se as migrações africanas em geral, onde se faz uma comparação do comportamento migratório entre as diferentes regiões africanas em geral, tomando como exemplo alguns países em cada um dos blocos regionais como exemplo, quer pelo comportamento e fluxos migratórios destes países, quer pela dimensão dos mesmos. A África Ocidental, região da qual a Guiné-Bissau está inserida, mereceu um destaque especial, onde foi abordado o comportamento migratório de cada país individualmente, conhecida que é a dimensão da mobilidade da região Oeste-africana, bem como o papel das remessas dos emigrantes.

O capítulo III é dedicado ao estudo da migração guineense (1980-2017). É apresentado a origem, dimensão e características das principais comunidades que procuram a Guiné-Bissau. Mas sobretudo uma atenção particular sobre o panorama geral da emigração guineense nos últimos 37 anos (1980-2017). Neste ponto, como seria de esperar, a migração guineense primeiro para Portugal, a sua evolução, dimensão, principais características, distribuição geográfica e a sua instalação na Praça do Rossio, foram os pontos de maior destaque. E num segundo momento é observado o processo da remigração dos guineenses para outros países da Europa Ocidental.

O capítulo IV é dedicado ao Estudo de caso (Setor de Sonaco, na Região de Gabú, Leste do país, com destaque para a Tabanca de Braima Sori; Setor de Canchungo, Região de Cacheu, Província do Norte, sendo a comunidade do Regulado de Tame, o ponto central da investigação; e os Setores de Buba e Quebo, nas Regiões de Quinara e Tombali, respetivamente, na Província do Sul. Aqui, as duas capitais dos setores, Buba e Quebo observadas com maior detalhe. Aqui, é explicado com maior detalhe a justificação da escolha das três comunidades estudadas, seguida de uma breve apresentação geográficas e socioeconómicas de cada uma das áreas em estudo. Por outro lado, sempre que os dados o permitam, é apresentado os principais núcleos populacionais nas referidas comunidades, desde a sua fundação evolução e consolidação. E no fim é analisado o processo migratório de cada uma das áreas geográficas escolhidas, as suas principais características e as suas contribuições para o desenvolvimento das comunidades de origem.

Por outro lado, foi dedicado um ponto para apresentação da breve história do ordenamento do território e do poder local na Guiné-Bissau, destacando a área onde está inserida a capital, Bissau, apresentando uma breve resenha histórica, sua evolução, bem como organização especial e social. Segue-se uma apresentação do perfil demográfico, informação linguística e da gestão da cidade. É dedicada uma atenção especial ao Mercado de Bandim, o modo de funcionamento, características e as principais mudanças observadas neste grande espaço comercial da capital guineense. E no fim é feita uma análise sobre o volume do negócio do Bandim e o seu papel na economia do país em geral, e o contributo para o desenvolvimento do setor informal da economia e das remessas dos migrantes em particular.

No Capítulo V, é apresentado a metodologia seguida para ajudar entender todos os passos observados antes e durante a investigação. Por outro lado, é apresentado e analisado os resultados dos inquéritos e das entrevistas, seguido de uma primeira síntese dos principais aspetos de cada uma das áreas estudadas.

Capítulo VI, em que é apresentado a dimensão das remessas a nível global, os maiores emissores e recetores, a evolução e comparação dos países da África Ocidental no que remessas e das Ajudas Públicas ao Desenvolvimento (APD) diz respeito. Seguidamente é apresentado a evolução das ajudas recebidas por Guiné-Bissau, por um lado, e por outro, as remessas enviadas por emigrantes Guineenses para o país. Seguidamente, se analisa os principais contributos para o desenvolvimento no país em geral, e em cada uma das comunidades individualmente, em particular.

No final, é apresentado as notas finais do estudo, destacando os aspetos considerados positivos ou menos conseguidos da migração e das remessas quer pela sociedade guineense em geral, como principalmente pelos próprios emigrantes e pelos seus familiares, em particular.

1 DISCUSSÃO CONCEPTUAL EM TORNO DAS MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO

1.1 Migrações e desenvolvimento

Nos últimos anos as migrações africanas são conhecidas por notícias das tragédias que muitos africanos passam primeiro no deserto de Saara e depois no Mediterrâneo nas suas tentativas de chegar a Europa, o que de facto, a para da crise dos refugiados vindos de Médio Oriente, nomeadamente da Síria representa uns dos principais dramas humanas no princípio do século XXI; no entanto, estes movimentos migratórios contemporâneos não são nem os primeiros, nem dos mais importantes na história do continente africano. Segundo Carlota Cafiero, citanda por Jared Daimond, um biogeógrafo norte-americano que trabalha para a National Geographic, a África foi não só o berço da humanidade, como foi o continente que deu origem à primeira diáspora fora do seu território, “quando o *Homo erectus* se expandiu para a Europa e Ásia, há mais de dois milhões de anos”. Segundo o mesmo cientista, a maior e mais importante diáspora africana constituiu-se na primeira metade do século XVI, quando os europeus impuseram ao continente africano e seus povos o tráfico humano para as Américas, onde os sujeitou a escravatura, humilhação e trabalhos forçados desumanos. Mesma nestas condições, os africanos não deixaram de levarem consigo “a sua cultura, abrangendo línguas e dialetos, religiões, gastronomia, música, dança e mitos”, acrescenta o mesmo investigador (Carlota, 2015).

Como reconhecem Marie McAuliffe e Martin Ruhs, da OIM, na era do aprofundamento da globalização, as migrações atingem de uma forma ou de outra, todos os Estado e pessoas do mundo. Elas estão interligadas quer com a geopolítica quer a economia e o comércio, oferecendo grandes oportunidades tanto aos Estados, quanto às empresas, beneficiando ao mesmo tempo as comunidades (McAuliffe & Ruhs, 2017: 1). Neste processo, praticamente todos os países estão envolvidos, quer sejam ele emissores de emigrantes, recetores ou de trânsito. Aliás, hoje em dia, a grande maioria dos países é simultaneamente emissor, recetor e de trânsito de migrantes.

Stephen Castles define a migração como sendo “o cruzamento da fronteira de uma unidade política ou administrativa por certo período mínimo”, e faz a distinção entre migrações *internas* e *internacionais*. As primeiras “referem-se à deslocação de uma área (província, região, município) para outra, no interior do mesmo país”; enquanto que as segundas só acontecem quando há “o cruzamento das fronteiras que separam pelo menos dois países (...)”. por outro lado, esclarece que o cruzamento de fronteiras nem sempre

significa uma intenção de migrar, e dá exemplo dos milhões de turistas que se movimentam durante todos os anos e para todos os cantos de mundo, bem como os empresários ou os quadros de empresas que, no desempenho das suas funções, são obrigados a fazer muitas deslocações que, por vezes podem durar meses, sem que isso constitua uma migração. Por outro lado, quanto à duração do processo migratório, o mesmo autor avança com dois tipos: *as deslocações de curta duração*, geralmente inferior a um ano; e *as de longa duração*, que regra geral pressupõem um período superior a 12 meses (Castles, 2005: 16).

Anthony Giddens (2009) define os padrões globais de migrações que ligam entre si os países de origem e os países de destino, [como sendo a combinação entre “a imigração, o movimento de pessoas para um país onde se estabelecem, e a emigração, o processo pelo qual as pessoas deixam o país para se estabelecer noutra” (Giddens, 2009: 260)“], e acrescenta que estes movimentos migratórios têm vindo a moldar muitos países do mundo, quer através do aumento da população e da sua diversidade étnica e cultural, como através do desenvolvimento económico e social.

Na literatura sobre migrações são identificados quatro modelos de migração para descrever os principais movimentos globais da população ocorridos depois da segunda guerra mundial:

- a) *O modelo clássico* de migração aplica-se a países como o Canadá, os Estados Unidos e a Austrália que se desenvolveram como “nações de imigrantes”.
- b) *O modelo colonial* de imigração, adotado por países como a França e o Reino Unido, e que tende a favorecer imigrantes de antigas colónias em detrimento de imigrantes de outros países;
- c) Países como a Alemanha, Suíça e Bélgica têm seguido uma terceira política - *o modelo dos trabalhadores convidados*.
- d) Finalmente, *os modelos ilegais* de imigração irregular estão a tornar-se cada vez mais comuns devido às apertadas leis de imigração vigentes em muitos países industrializados.

No primeiro caso, os países de acolhimento adotam políticas de incentivo à migração e prometem aos recém-chegados a cidadania. No entanto, muitas vezes, o fluxo migratório e a sua intensidade dependem das conjunturas económicas. Assim, no período de expansão económica, as portas tendem a estar abertas e há grandes facilidades para os candidatos a imigração; mas quando o período é de recessão económica, a tendência é de dificultar ao máximo a entrada a novos candidatos.

Nos últimos anos as alterações nas políticas migratórias têm mudado também os modelos clássicos.

Mesmo em países de imigração recente como Portugal, este princípio esteve na base da política de migração, pelo menos nos finais dos anos 80 e durante toda a década de 90

do século XX, altura em que o país necessitava de mão-de-obra barata para dar resposta ao muitas e grandiosas obras públicas.

No segundo caso, como explica o Giddens em relação ao Reino Unido, é mais significativo, o número de cidadãos oriundos das colónias britânicas, nomeadamente indianos, paquistaneses, nigerianos ou quenianos, quando comparados com argelinos, senegaleses ou congolezes, por exemplo. Mas, o contrário também é verdadeiro, quando se observa o número de magrebinos, malianos ou camaroneses, em relação às outras nacionalidades como nigerianos ou indianos em França. Aliás, mesmo em Portugal, antes da entrada massiva de imigrantes vindas do leste europeu no final dos anos 1990 e início do século XXI, o panorama migratório luso era dominado por brasileiros e cabo-verdianos, o que confirma esta teoria. Alguns autores, como José Carlos Marques e Pedro Góis⁸ defenderam mesmo a existência do que denominam de *sistema migratório lusófono*, que consiste em: “a) os países têm passado e um presente marcado por fortes relações migratórias entre si; b) os fluxos não são apenas de migrantes, mas também, de bens, investimentos, ajudas ao desenvolvimento, remessas, etc.; c) existência de uma densa rede de relações históricas, coloniais e culturais que fortalece e estrutura o sistema; d) existência de um conjunto de acordos bilaterais e, do lado português, uma política migratória comum dirigida aos países que integram o sistema migratório lusófono” (Marques & Góis, 2013: 185). No terceiro caso, “os imigrantes são aceites no país numa base temporária, muitas vezes de forma a cumprir exigências do mercado de trabalho, mas não recebem direitos de cidadania, mesmo após longos períodos de permanência” (Giddens, 2009). Uma das principais características da política migratória desses países é não ser uma potência colonial, caso de Suíça, ou tendo sido uma potência colonial, ter perdido a sua relevância quando comparado com outras potências, casos da Alemanha e da Bélgica, por exemplo. As necessidades de mão-de-obra que se seguiram a II guerra mundial, levaram muitos países europeus a desenvolver políticas atrativas de imigração. É neste contexto que se observam há várias décadas comunidades de imigrantes dos países do sul de Europa, nomeadamente de Espanha, Grécia, Itália e Portugal, quer na Alemanha, como na Suíça; mas também turcos e marroquinos tanto nestes dois países, como na Bélgica.

Há, no entanto, nas outras regiões do mundo países que adotaram a mesma política, como é o caso dos Países do Golfo Pérsico, onde residem numerosas comunidades

⁸ Citando Maria I. Baganha, 2009.

egípcias, sudanesas e vários milhares de trabalhadores oriundas do subcontinente indiano. Aliás, os países do Golfo figuram entre os que detêm maiores percentagens de população estrangeira a viver nos seus territórios⁹.

O último, *o modelo ilegal de imigração* está presente em praticamente todos países, podendo, no entanto, ser assumida ou omitida nomeadamente quando os serviços encarregues de fiscalização não dispõem de meios humanos e materiais para levar a cabo a sua missão. É o que acontece hoje, por exemplo na Guiné-Bissau.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009, dedicado à mobilidade e desenvolvimento humano, as migrações internas eram estimadas em 740 milhões de pessoas, enquanto as migrações internacionais se situavam no mesmo ano em 200 milhões. Ou seja, o volume das primeiras era cerca de 4 vezes maior que as segundas. Ainda na mesma publicação era referido que dos cerca de 200 milhões considerados como migrações internacionais, apenas cerca de 35% tinham origem num país em desenvolvimento em direção a um país desenvolvido, contrariando, deste modo, a ideia de que a maioria das migrações internacionais tinham origem num país em desenvolvimento e com destino à um país desenvolvido (PNUD, 2009: 2).

Stephen Castles chama a atenção para “o fato de as definições de migração nada terem de objetivo” (Castles, 2005: 15), pois, por um lado, temos as definições “idealistas” utilizadas por entidades como o PNUD que tendem valorizar o direito “dos indivíduos, famílias ou grupo de pessoas de escolherem os locais de residência” (PNUD, 2009: 15), sem ter em conta, contudo, o direito dos Estados a limitar o número de pessoas estrangeiras que possa ou queira receber no seu território, torna ainda mais difícil toda e qualquer abordagem sobre o fenómeno migratório. Para minimizar este constrangimento metodológico, o autor sugere a utilização das categorias:

- *“imigrantes laborais temporários* (também conhecidos como trabalhadores convidados ou imigrantes laborais contratados): homens e mulheres que emigram por um período limitado (desde poucos meses até alguns anos) para conseguir um emprego e enviar dinheiro para casa (remessas).
- *Imigrantes altamente qualificados e empresários*: pessoas com qualificações de gestão, de direcção, profissionais de elevada qualificação, técnicos ou equivalentes, que se movem no seio dos mercados de trabalho internos das empresas multinacionais e das empresas e das organizações internacionais, ou que procuram emprego em mercados internacionais de qualificações raras. Muitos países acolhem de bom grado estes migrantes e possuem programas especiais de “imigração qualificada e empresarial” [como acontece atualmente com Autorização de Residência de Investimento – ARI ou Golden Visa, em Portugal, que só em 2017 foram emitidos 1.292 pareceres favoráveis, apesar de problemas que geraram, SEF (2017: 15)] para encorajar a sua vinda.
- *Imigrantes irregulares* (também conhecidos como sem papéis ou ilegais): pessoas que entram num país, normalmente à procura de emprego, sem os documentos ou autorizações necessárias. Muitos

⁹ EAU – 88.4%; Qatar, com mais de 75%, Kuwait com cerca de 74%, Bahrain com mais de 42%, a Arábia Saudita, cerca de 32,3%, Omã 24,5 e até a Jordânia, um dos países mais pobres da zona tem uma população estrangeira superior a 39% (Gray, 2018).

fluxos de imigração laboral são constituídos predominantemente por imigrantes sem papéis. Em alguns casos, os países de imigração consentem tacitamente esta imigração porque permite a mobilização de mão-de-obra para responder à procura dos empregados, sem implicar custos sociais ou medidas para a protecção dos imigrantes” (Castles, 2005: 18).¹⁰

Depois há outras categorias ainda mais problemáticas, como são os *refugiados* definidos como sendo “pessoa que reside fora do seu país de nacionalidade, que não pode ou não quer regressar, “receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certos grupos sociais ou das suas opiniões políticas”¹¹. Muito próximo dos refugiados estão os *Requerentes de Asilo* que são “pessoas que cruzam fronteiras em busca de protecção, mas que não cumprem rigorosamente os critérios estabelecidos pela Convenção de 1951 (...)” ou ainda a *Migração forçada* que, segundo o autor, para além das duas últimas categorias, envolve “pessoas forçadas a deslocar-se devido a catástrofes ambientais ou projetos de desenvolvimento”, dando como exemplo, a construção de grandes vias, barragens, entre outros empreendimentos de grande envergadura.

Os países com migração mais consolidada estão confrontados com novos fenómenos, o de *reagrupamento familiar e imigrantes retornados*. Os primeiros referem-se aos “imigrantes que se vêm juntar a pessoas que já entraram num país de imigração tipificados numa das categorias anteriores (...). Enquanto os segundos “são pessoas que regressam aos seus países de origem depois de um período noutro país” (Castles, 2005: 20). Portugal, como país de migração, está simultaneamente confrontado com as duas situações. Como país recetor, cada vez mais recebe pessoas através de reagrupamento familiar, principalmente de menores, mas também dos pais de imigrantes¹²; e como país de emigração, regista-se também o regresso de muitos portugueses que tinham abandonado o país à procura de novas oportunidades em outras paragens¹³. Estes são geralmente muito bem recebidos, observa Stephen Castles, “visto que podem trazer consigo capital,

10 Muitos imigrantes em Portugal, principalmente os guineenses chegaram a Portugal nestas condições. Os finais dos anos 80 e toda a década de 90 do século XX e grande parte dos anos 2000 foram marcados pela realização de grandes obras públicas, que requeriam uma mão-de-obra intensiva e barata. As autoridades de uma forma tácita e conveniente “fechavam os olhos” não só à existência de imigração irregular, como incentivaram o aparecimento dos chamados “subempreiteiros”, geralmente migrantes legais, que recrutavam diretamente os recém-chegados em situação irregular.

11 Segundo a Convenção das Nações Unidas de 1951, relativa ao Estatuto do Refugiado

12 No estudo “*Indicadores de Integração de Imigrantes 2017: Relatório Estatístico Anual*” (SEF, 2018) coordenado por Catarina Reis Oliveira e Natália Gomes, afirma-se que “os perfis dos imigrantes [em Portugal] também se alteraram. Se, no passado, as principais razões de entrada [no país] eram laborais, nos últimos anos, os fluxos passaram a estar associados “principalmente ao estudo e ao reagrupamento familiar”, realçam as autoras”. Disponível em: <https://www.jn.pt/nacional/interior/imigrantes-em-portugal-sao-mais-jovens-e-tem-mais-filhos-5503986.html#ixzz4QM2UNk3l>.

13 Os cerca de 500 mil portugueses e estrangeiros que emigraram entre 2010 e 2015, estima-se que quase 350 mil tinham, entretanto, regressado a Portugal (notícia do Público de 23 nov. 2018 citando as palavras do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

qualificações e experiências úteis para o desenvolvimento económico”, conclui (Castles, 2005: 20).

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009 do PNUD, “as discussões sobre a migração começam tipicamente com uma descrição dos fluxos entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos, ou aquilo que por vezes é livremente – e independentemente – designado por fluxos de “Sul” – “Norte”. Porém, a maioria das deslocações no mundo não se verifica entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos (PNUD, 2009: 21). Aliás, o mesmo relatório refere que, a esmagadora maioria das deslocações a nível mundial não são entre países, mas sim dentro das fronteiras dos próprios países.

Baseando em números de deslocações ocorridas entre 2000 e 2002, o relatório exemplifica com dados sobre a intensidade da migração interna no período de uma vida e a taxa de emigração de alguns países de diferentes continentes, chega as seguintes conclusões:

No continente americano, dos dez países analisados (nove latino-americanos e Estados Unidos), todos apresentavam uma taxa de *intensidade da migração interna no período de uma vida* muito superior ao da *taxa de emigração*. E em alguns (Argentina, Chile, Equador e Panamá), esta taxa era superior a 20%, enquanto que na Venezuela era quase de 25 por cento, enquanto a taxa de emigração era relativamente reduzida. Apenas no México esta se aproximava de dois dígitos. Na Ásia, a situação era idêntica, ou seja, todos países analisados apresentavam taxa de emigração relativamente baixas (menos de 5%), enquanto a intensidade da migração interna no período de uma vida era superior a este valor, destacando-se países como o Camboja (mais de 10%), mas sobretudo a Malásia, superior a 20 por cento.

No continente europeu foram apresentados apenas três exemplos, Bielorrússia, Portugal e Espanha. Nos dois primeiros, verifica uma taxa de emigração superior à da intensidade da migração interna no período de uma vida (cerca de 15% para a primeira e 10% para a segunda, na Bielorrússia; e 17% e menos de 15% no caso português). Em Espanha verificava-se o oposto, ou seja, uma taxa de emigração de menos de 5%, enquanto a intensidade da migração interna no período de uma vida era superior a 23 por cento.

Em África foram escolhidos cinco países - Gana, Quênia, Ruanda, África do Sul e Uganda. Em todos eles a taxa de emigração é muito reduzida, geralmente abaixo de 5%, sendo a Gana a única exceção. No entanto, quatro dos cinco países apresentam uma taxa de intensidade da migração interna no período de uma vida superior a 10%, sendo na Gana superior a 15%. Só no Uganda esta é relativamente reduzida, cerca de 5 por cento¹⁴.

Esta amostra revela o que é quase unânime na literatura sobre a migração africana. A grande maioria dos fluxos migratórios ocorrem dentro do continente em geral, e na África

¹⁴ Ibidem, (2009: 23).

Ocidental em particular, estes fluxos ocorrem dentro da própria região (OIM, C2018: 10)¹⁵ e Adepoju (2016) destaca alguns países - África do Sul, na África Austral; Quênia na África Oriental; Gabão na África Central; Líbia na África do Norte; e na África Ocidental a Costa do Marfim e Nigéria, como sendo os principais polos de atração dentro do continente. Na África Ocidental, estima-se que os fluxos migratórios intrarregionais está na ordem de 80%, os restantes 20% dividem-se em duas partes; cerca de metade (10%) procura outros países africanos fora da região da CEDEAO, e a outra metade procura a sua sorte fora do continente africano¹⁶.

Entre os fatores que determinam a migração intrarregional, destacam-se os conflitos e a instabilidade política que assolam grande número de países africanos e que desempenharam um papel muito importante no deslocamento de populações os países vizinhos em diferentes regiões de África. Outro fator importante é a migração laboral. Por exemplo, na África Central, o Gabão é destino para um grande número de migrantes que procuram trabalho nas suas indústrias de petróleo e madeira. O mesmo sucede em países como a Costa do Marfim, Gana e Nigéria, destinos procurados por cidadãos de outros países da região da África Ocidental com destaque para os nacionais do Burkina Faso, Mali e Níger, para trabalhar nas plantações de café e cacau, no caso dos dois primeiros; e na indústria de petróleo no caso de Nigéria. Esta migração Sul-Sul que ocorre maioritariamente no interior do continente africano. Em 2013, segundo Adepoju, “cerca de 31,3 milhões de africanos viviam em outros países que não o seu local de nascimento. Mais da metade dessas pessoas, cerca de 18,6 milhões de pessoas, ainda vivem na África. A idade média dos migrantes na África é a mais baixa das populações migrantes em todo o mundo (30 anos); sendo também o continente que alberga a maior proporção de jovens (entre 15 e 24 anos) entre todos os migrantes internacionais (30%)” (Adepoju, 2016: 6).

A relativa pequena dimensão de muitos países africanos, nomeadamente na África Ocidental, como o Benim (112 622 km²), a Gâmbia (10 689 km²), Cabo Verde (4 033 km²), a Guiné-Bissau (36 125 km²) e o Togo (56 785 km²), por exemplo, cujas economias têm também dimensão reduzida, não conseguem criar muitas oportunidades para a sua numerosa população jovem. Aliás, este fator está diretamente ligado a outro fator, o

15 https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_en_chapter3.pdf

16 E acrescenta “West Africa is well known as a sub-region of intensive migration, refugees and population displacements. Indeed, it is believed that more than half of all migrants in sub-Saharan Africa are in West Africa (Adepoju, 2016: 26). Disponível em: delmi.se/upl/files/133123.pdf

demográfico extremamente importante, o da diferença do crescimento demográfico entre os países da África subsariana e os países da zona Euro, por exemplo. Enquanto que na África Subsariana o crescimento populacional em 2018 era em média de 2,7% ao ano (BM, 2018)¹⁷, na Zona Euro este valor se situava em 0,6%; e a esperança média de vida à nascença era de 80 anos na Zona Euro e na África Subsaariana este indicador ficava-se nos 47 anos; a incidência de HIV era de (0,3% da população entre os 15-49 anos) na Zona Euro e na África Subsaariana este era de quase 6% na mesma faixa etária (BBC News, 2007).

Outro fator que contribui para os fluxos migratórios e a mobilidade em geral, são os acordos sobre o movimento de pessoas e isenção de vistos entre os membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Se a estes dados juntarmos alguns dados económicos, como por exemplo o tempo médio para montar um negócio, que na Zona Euro era de cerca de 27 dias, e na África Subsaariana, em muitos casos, era mais do que dobro (61,5 dias). E, finalmente, a diferença do Produto Interno Bruto entre uma e outra região. Na Zona Euro este indicador era quase de 10 mil Bilhões (9 984,1) de dólares em 2005, na África Subsariana era cerca de 622 Bilhões de dólares (ibidem, 2007).

Ainda segundo informações da BBC, a grande maioria dos migrantes que deixam o continente africano, tem como objetivo principal chegar ao solo europeu, seja na Europa Continental ou nos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla ou as ilhas situadas no Atlântico ou no Mediterrâneo. Por outro lado, a estação britânica de televisão identifica os principais pontos de partida de migrantes africanos rumo a Europa que são: a “Costa Oeste da África: Norte da Mauritânia, Saara Ocidental e sul do Marrocos, de onde a maioria se dirige para as Ilhas Canárias; a de Norte de Marrocos para chegar a Ceuta e Melilla ou atravessar o estreito que separa os continentes europeu do africano, rumo a Espanha. O terceiro ponto de partida Tunísia e Líbia, utilizada maioritariamente por candidatos que usam os barcos que se dirigem para a ilha de Lampedusa, Sicília e Malta. No entanto, antes de chegarem a estes pontos, os candidatos a migração precisam ultrapassar muitas barreiras.

Quanto às vias utilizadas pelos migrantes, a BBC News identificou 5 principais rotas que partem de diferentes pontos do continente africano rumo a Europa:

17. <https://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.GROW?end=2018&locations=ZG-ZF&start=1961&view=chart>

1. A Rota da Costa da África Ocidental com destino às Ilhas Canárias. Esta rota é utilizada pelos migrantes provenientes de países como Libéria, Serra Leoa, Guiné Conacri, Guiné-Bissau, Senegal, Gâmbia, Mauritânia e Saara Ocidental até a costa norte de Marrocos. O porto de Nouadhibou, no Norte da Mauritânia desempenha um papel fundamental nesta rota. O principal perigo identificado é a travessia marítima para as Canárias.
2. A Rota do Saara Ocidental com destino às Ilhas Canárias. Esta é via utilizada principalmente pelos migrantes com origem na Costa do Marfim, Gana, Burkina Faso, Togo e Benim, com passagem pelo Mali, da Mauritânia, Saara Ocidental ou Sul de Marrocos. Enfrentam dois grandes perigos, cruzar o deserto do Saara e as guerrilhas armadas.
3. A Rota do Saara Central com destino às Ilhas Canárias, Espanha e Itália. É utilizada fundamentalmente por migrantes de países mais ao Sul como o Níger, os Camarões e Nigéria. Esta rota passa pelo Níger, Norte da Mauritânia, Saara Ocidental ou Sul de Marrocos; Norte de Marrocos; Tunísia ou Líbia. Tal como a rota anterior, os principais perigos são a travessia do deserto, do Mar e dos rebeldes nestes países. Rota do Saara Oriental com destino a Lampedusa, Sicília e Malta, segue via Tunísia e Líbia. É utilizada por muitos migrantes vindos quase de toda a África Subsaariana, principalmente depois da queda do regime do Coronel Muammar al-Gaddafi (BBC News, 2007)¹⁸, mas sobretudo depois da assinatura de acordo de Cooperação entre a União Europeia e África no domínio da migração (Bruxelas, 9 de novembro de 2015), que abrange acordos a nível continental, a nível regional e bilateral (Cooperação entre a União Europeia e África no domínio da migração, 2015)¹⁹.
4. E finalmente a Rota de Corno da África para a Líbia, o principal destino é Lampedusa, Sicília e Malta, é utilizada pelos migrantes provenientes principalmente da Somália e da Etiópia e por migrantes vindos do subcontinente indiano, nomeadamente Bangladesh, uma parte da Índia, Paquistão e Sri Lanka).

1.2 As Remessas

Apesar da complexidade e diversidade das abordagens sobre as remessas dos migrantes, elas podiam ser definidas como sendo os fluxos de recursos financeiros e não financeiros que os migrantes enviam de volta aos seus países de origem utilizando quer canais formais, quer informais (Sinatti & Tinajero, 2011: 52). Sobre as remessas nos nossos dias, é praticamente aceite os benefícios e os impactos maioritariamente positivos da migração, quer nos países de origem, quer nos países de destinos. Também não é menos verdade a falta de dados disponíveis e fiáveis para medir com rigor estes impactos constitui a grande dificuldade para qualquer estudioso do fenómeno.

Entre os principais impactos trazidos pela migração estão as remessas que os migrantes internos e internacionais tendem a remeter ou enviar para as famílias de seus países de origem. No entanto, Adams, Jr. (2006) chama a atenção de que, apesar do tamanho cada vez maior dessas remessas internas e internacionais, pouca atenção foi dada à análise do impacto dessas transferências financeiras sobre a pobreza e investimento no mundo em desenvolvimento. Por outro lado, a grande maioria dos trabalhos limitam-se a fazer uma análise a nível macroeconómico, ignorando os impactos mais profundos

18. Key facts: africa to Europe migration. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6228236.stm>

19 europa.eu/rapid/press-release_MEMO-15-6026_pt.pdf

observados ao nível das comunidades rurais, locais de origem de grande maioria dos migrantes internacionais, mas sobretudo internos (cuja contribuição é pouca valorizada).

Adams Jr. aponta três fatores fundamentais como sendo responsáveis por essa lacuna.

1. *A ausência de dados de remessas* – que se traduz na pouca eficácia na recolha de dados úteis sobre o volume das transferências de remessas para as famílias nas comunidades de origem;
2. *A falta de dados sobre a pobreza*: é muito difícil estimar os níveis precisos de pobreza nos países em desenvolvimento, pois, a grande maioria desses dados baseia-se em estimativas ou estudos pouco aprofundados;
3. O último fator está relacionado como as remessas são gastas ou usadas pelas comunidades nos países de origem.

E o autor salienta que “no passado, muitos pesquisadores e formuladores de políticas presumiram que as famílias gastam a maior parte de suas remessas no consumo, com apenas uma pequena fração desse rendimento ser gasto em investimento (Adams, Jr., 2006: 53)”.

Para melhor compreensão do real impacto das remessas dos migrantes junto das comunidades será necessário produzir estudos comparativos dos níveis de vida das famílias com elementos seus emigrados que recebem regularmente remessas, com outras onde isso não acontece. Só dessa forma estaremos em condições para medir o seu real impacto.

Para minimizar estas lacunas, Stephen Castles defende, entre outros aspetos, mudanças conceptuais e metodológicas de pesquisa sobre migração e desenvolvimento, o que na sua opinião permitiria “encontrar formas de entender as relações entre os fatores macro, meso e micro da mudança (...)”. Por outras palavras, acrescenta o autor, “é crucial encontrar formas de entender as relações entre os vários fatores socio espaciais a níveis: global, local, nacional e regional”, onde as diferenças de experiências de vida, históricas, mediadoras e padrões socioculturais são tidas em conta (Castles, 2008: 9-10).

Como já foi referido no início desta secção, o debate sobre remessas dos migrantes tem sido intenso, o que fez com que a sua definição sofresse alterações nos últimos tempos. Mesmo entre as grandes instituições internacionais, como as Nações Unidas, o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional persistem algumas diferenças. Algumas delas apresentam uma lista enorme de cálculos muito complexos, como por exemplo o documento aprovado no “*Nineteenth Meeting of the IMF Committee on Balance of Payments Statistics*” realizado em Frankfurt, na Alemanha entre 23–26, de outubro de 2006, sobre as definições das remessas. O mesmo acontece com o trabalho sobre “a importância e o impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde”, de 2008, coordenado” pelo André Tolentino, um trabalho promovido

por ACIDI, através do seu Observatório de Imigração, em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, cujas definições e conceitos utilizamos na operacionalização deste trabalho (Quadro 1.1).

Quadro 1-1: Termos técnicos frequentemente utilizados na abordagem sobre remessas

| <i>Conceito</i> | <i>Definição</i> |
|---|--|
| <i>Canais formais e informais de remessas</i> | Existem, por um lado, os canais formais ou regulamentados, que são as instituições bancárias e as empresas de prestação de serviço de transferência profissional de fundos e, por outro, canais informais, fora da supervisão do governo, como nos casos de entrega pessoal de dinheiro líquido ou produtos e do envio por intermédio de um amigo ou parente. |
| <i>Corredores de remessas</i> | São os países ou as cidades pelas quais as remessas internacionais passam, por exemplo, Estados Unidos – Cabo Verde e Lisboa – Praia; Lisboa – Bissau. |
| <i>Custo de remessa</i> | O custo total da transferência, que inclui os encargos cobrados pela empresa que recebe a remessa e a empresa de distribuição dos fundos mais a diferença entre o câmbio aplicado à transação e o câmbio interbancário atual. |
| <i>Custo de operação</i> | É o preço pago por uma transferência de fundos de uma parte para outra por via eletrónica ou postal. |
| <i>Empresa de serviço de pagamento</i> | O conceito inclui instituições de depósito e instituições financeiras não bancárias que prestam serviço de transferência de fundos. |
| <i>Entidade pagadora</i> | A entidade que recebe e entrega as remessas ao beneficiário. |
| <i>Remessa internacional</i> | Pagamento de importância relativamente baixo entre indivíduos de um e outro lado de uma fronteira. |
| <i>Remessas obrigatórias ou forçadas</i> | O termo aplica-se aos casos em que o governo do país de destino ou de origem, as instituições bancárias ou o patrão do imigrante deduzem uma fração do seu salário para assegurar o regresso ou fomentar o investimento no país da origem. |
| <i>Remessas Sociais</i> | Visão, prática, valores, atitudes, normas e capital social (conhecimento, experiência e competências) que consciente ou inconscientemente os migrantes transferem de um país para outro. |
| <i>Remessas de trabalhadores</i> | No MBP5 (Manual de Balanço de Pagamento do BM e FMI), em vigor, “remessa de trabalhador” quer dizer transferência corrente para o país de origem por parte do imigrante empregado no país de destino com estatuto de residente, isto é, permanecendo ou tentando permanecer um ano ou mais (...). [Portanto, o Manual de Balanço de Pagamento do BM e FMI - MBP6 que entrou em vigor em 2008 introduziu algumas mudanças em algumas categorias]. |
| <i>Remessas Familiares</i> | Dinheiro que os emigrantes enviam para as suas famílias no país de origem. Incluem as pensões de reforma dos remetentes. |
| <i>Remessas Institucionais</i> | São transferências internacionais correntes e de capital, em espécie ou género procedente de qualquer dos agentes económicos (famílias, governo, empresas e instituições sem fins lucrativos ao serviço das |

| | |
|--|--|
| | famílias (excluem-se desta categoria as remessas de famílias para famílias). |
| <i>Remessas Pessoais</i> | No Portanto, o Manual de Balanço de Pagamento do BM e FMI -MBP6 acima referido, as remessas pessoais consistirão nas transferências individuais, de numeração líquida dos empregados e de capital entre famílias. Constituirão uma rúbrica facultativa da balança de pagamentos. |
| <i>Remessas Totais</i> | No Portanto, o Manual de Balanço de Pagamento do BM e FMI -MBP6, as remessas totais serão a soma das remessas pessoais com as prestações sociais. Constituirão uma rubrica facultativa da balança de pagamentos. |
| <i>Remessas totais e transferências para as organizações sem fins lucrativas (OSFL).</i> | No Portanto, o Manual de Balanço de Pagamento do BM e FMI -MBP6, serão as remessas totais mais as transferências correntes e de capital para as OSFL. |

Fonte: adaptado de Tolentino, et al., 2008: 38-45.

No que diz respeito à contribuição dos emigrantes guineenses para o desenvolvimento através das suas remessas, ainda há muito poucos trabalhos publicados, destacando-se, a tese de doutoramento de Alexandre Abreu “Migration and Development in Contemporary Guinea-Bissau: a Political Economy Approach (2012)” e alguns artigos relacionados com o tema do mesmo autor “Migração e diferenciação de classe na Guiné-Bissau rural” (2012). Outro trabalho que merece menção, e que contou com a participação de A. Abreu, e coordenação de Carlos Sangreman (CEsA/ISEG), intitula-se “Avaliação do Potencial de Desenvolvimento da Diáspora da Guiné-Bissau em Portugal e França” (2012), e é um estudo realizado no âmbito do projeto *Assessment of the Development Potential of the Guinea-Bissau Diaspora in Portugal and France*, solicitado pelo Governo da Guiné-Bissau, financiado pela OIM. Este trabalho, apesar da sua importância e abrangência, principalmente para os decisores políticos, não deixa de ter, na nossa opinião, algumas limitações, pelo menos para os estudiosos, porque o trabalho final publicado e disponibilizado deixa de fora as ferramentas mais valiosas para os investigadores, nomeadamente (a metodologia que conduziu ao estudo, e os anexos cuja documentação podia elucidar-nos sobre as entrevistas realizadas, quando e onde)²⁰.

Segundo o referido estudo, e tendo como referência a comunidade guineense radicada em Portugal e em França, os dois países que constituem o principal alvo do estudo, por aí

²⁰ Segundo os autores, “tratando-se de uma versão reduzida, este livro não inclui um conjunto importante de elementos do processo de investigação e da sua condução no terreno, pelo que se recomenda aos interessados a consulta do projeto original. Em particular, não foi possível incluir o importante capítulo sobre metodologia, bem como os anexos relativos às listas de entrevistas realizadas com representantes das associações e ao guião utilizado nas entrevistas (semiestruturadas)” (Sangreman, et al., 2012: 7). No entanto, apesar do livro ter uma versão digital disponível, estas ferramentas não constam, e todas as diligências desenvolvidas para as encontrar revelaram-se num fracasso.

residirem importantes comunidades guineenses imigradas refere que “os guineenses imigrados nestes dois países têm demonstrado uma capacidade inigualada para contribuir para o bem-estar das suas famílias, comunidades e regiões de origem, tal como ilustrado pelo padrão geográfico das remessas com destino à Guiné-Bissau: no ano de 2007, por exemplo, 80,5% do volume total das remessas formais com destino ao país teve origem no continente europeu”, com destaque precisamente destes dois países. Por outro lado, para além do envio das remessas, a diáspora guineense tem procurado manter uma relação muito estreita com o país, contribuindo de forma significativa para o seu desenvolvimento (Sangreman, et al., 2012: 27).

A literatura sobre a contribuição das remessas para o desenvolvimento em geral (Lowell, et al., 2004; Adams, Jr., 2006; Ratha, et al., 2007), só para citar alguns, quer as investigações realizadas sobre a Guiné-Bissau já referenciadas, em particular (Abreu, 2012a; Abreu, 2012b; Sangreman, et al., 2012; João Ribeiro C6, 2012), quer ainda os dados da nossa pesquisa, apontam para uma contribuição significativa das remessas junto das comunidades de origem dos migrantes.

No trabalho dirigido por Carlos Sangreman, os autores salientam que no caso da Guiné-Bissau:

“Os dados obtidos revelam que a dimensão do fenómeno migrat6rio, bem como o grau de envolvimento e as estrat6gias de interven76o dos migrantes em prol do desenvolvimento do seu pa6s, variam significativamente de regi6o para regi6o. O grau de antiguidade do processo migrat6rio e os pa6ses de destino predominantes s6o elementos explicativos importantes para a heterogeneidade verificada, assim como a pertença 6tnica e o grau de organiza76o dos pr6prios migrantes. Verificou-se ainda que existem outros atores de desenvolvimento, particularmente o Estado e as ONG, cuja interven76o afeta significativamente as din6micas de desenvolvimento local e que, neste cen6rio complexo, a relev6ncia da migra76o para o bem-estar das popula76es 6 relativa, variando em fun76o das prioridades definidas e da medida em que complementam, ou n6o, outras interven76es existentes. Apesar da heterogeneidade da realidade analisada, os dados obtidos permitem concluir que a migra76o guineense afeta substantivamente o bem-estar das popula76es beneficiadas e que contribui para o desenvolvimento global do pa6s, sendo mesmo fundamental em aspetos-chave como sa6de, educa76o e seguran76a alimentar” (Sangreman, et al., 2012: 48).

O trabalho de Alexandre Abreu (2012) sugere que, na compara76o das duas tabancas por ele estudadas, mesmo tratando-se de espa76os geogr6ficos e realidades 6tnicas diferentes, “em ambos os contextos, a migra76o constitui uma estrat6gia de subsist6ncia fundamental”. No entanto, regista-se algumas diferen76as quanto 6 “preval6ncia do envio de remessas, bem como o efeito duradouro da migra76o” que o autor atribui a fatores como a diferen76a nos “perf6is migrat6rios e a maior ou menor capacidade de envio de remessas que da6 decorre”. Contudo, afirma o autor, o facto de uma fam6lia ter um

elemento seu emigrado e a sua participação no aumento do rendimento da família, não constitui um fator diferenciador significativo no seio da comunidade (Abreu, 2012: 8).

Lindsay Lowell e Stefka Gerova (2013) apresentam outros instrumentos financeiros muito importantes desempenhados pelas remessas dos migrantes para os seus países de origem. Entre estes instrumentos destacam as contas e títulos em moeda estrangeira criadas em muitos países para atrair dinheiro dos migrantes, dando exemplo de países asiáticos Índia e Paquistão. Nestes países as “taxas de juros são mantidas nessas contas em níveis mais altos do que em depósitos domésticos ou em moeda estrangeira”. E acrescentam, “outras práticas incluem deveres especiais de isenções fiscais em equipamentos e investimentos feitos em zonas de processamento de exportação ou regiões subdesenvolvidas. O acesso preferencial a bens de capital e matérias-primas pode ser dado aos migrantes em retorno”, mas também através dos investimentos de empreendedores, apoio às redes das associações de emigrantes que desenvolvem ações importantes nas suas comunidades, atividades comerciais desempenhada pelos migrantes quer na diáspora onde levam os produtos da terra para junto das comunidade emigrante, ajudando deste modo as exportações, quer as novas ideias inovadoras que trazem para as suas comunidades de origem, como ainda através das redes profissionais da diáspora que ajudam a melhorar as competências das comunidades (Lowell, et al., 2013: i-ii).

Apesar de muitos destes instrumentos não existirem ou estarem pouco desenvolvidos na Guiné-Bissau, as remessas, principalmente aquelas destinadas diretamente às famílias não deixam de contribuir para o desenvolvimento do país. Neste particular, parece-nos difícil utilizar as definições clássicas de desenvolvimento. Trata-se sim de aliviar a pobreza e garantir pelo menos três refeições quentes diárias, conhecida a situação de vulnerabilidade alimentar em que se encontram muitas famílias guineenses, onde ocorre apenas o vulgo “*um tiro*”, expressão que serve para designar que a família só garante uma refeição quente diária. É de referir que esta situação é muito mais vulgar nos centros urbanos que nas zonas rurais, porque apesar de as comunidades estudadas enfrentarem várias carências, principalmente a nível de infraestruturas rodoviárias, sanitárias e de equipamentos escolares, não foi observada tanta vulnerabilidade ao nível alimentar. E nisso, certamente as remessas desempenham um papel importante.

No entanto, é de sublinhar que, em muitos casos, a emigração em geral e as remessas em particular, estejam a afetar de forma negativa as comunidades locais. No caso da emigração, muitas vezes, acabam por retirar das famílias os seus membros mais ativos e dinâmicos. As remessas têm criado uma dependência excessiva das famílias com um ou

mais elementos emigrados, o que se traduz depois no aumento da vulnerabilidade não só da família que ficou na terra, como do próprio migrante perante a sua responsabilidade de garantir o sustento da família, cuidados de saúde, da educação e todos os tipos de cerimónias no seio da sua comunidade. Assim, não só fica muitas vezes sem capacidade de resposta, em particular quando em situação de desemprego, como sem possibilidade de criar poupanças para a sua reforma e de regresso à terra de origem, um desejo de muitos dos que um dia se viram obrigados a sair para procurar melhores condições de vida para si e para os seus.

2 MIGRAÇÕES AFRICANAS: DA DINÂMICA INTERNA À GLOBALIZAÇÃO DOS FLUXOS

2.1 As migrações intra-africanas

Se a discussão em torno das migrações em geral é só por si complexa, falar das migrações num espaço geográfico como o do continente africano, torna essa tarefa ainda mais difícil. Desde logo a natureza das fronteiras desenhadas pelas potências coloniais, que conduziu ao estabelecimento de fronteiras formais que estes povos simplesmente ignoram; por outro lado, a fraca capacidade de implantar o Estado – Nação, a negligência das autoridades resultante das independências ou a crónica falta de meios torna o controlo das fronteiras quase uma tarefa impossível (Esteves, 1988: 13).

Aliás, situações desta natureza merecem uma chamada de atenção da própria Organização Internacional para as Migrações ao referir que “grupos culturais e étnicos são frequentemente divididos por fronteiras, e os governos enfrentam desafios na gestão de fronteiras internacionais, respeitando as comunidades transfronteiriças²¹”.

E se a estes fatores juntamos a inexistência de dados estatísticos sobre o fenómeno migratório, como é o caso da Guiné-Bissau, quando existem (apesar do estudo sobre as migrações na África Ocidental levado a cabo pelo Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias em 2015 reconhecer que, a par de Gana, a Guiné-Bissau é único país dos Estados Membros da CEDEAO a incorporar dados sobre a migração no seu recenseamento), como acontece em muitos outros países, isto dificulta qualquer pretensão de fazer uma análise profunda do fenómeno na região²².

Apesar de ser pouco realçada quando se fala das migrações africanas, a deslocação dos cidadãos no continente é, de longe, muito mais importante do que as que realizam para destinos fora do continente, nomeadamente para a Europa.

Os principais países africanos de emigração são o Sudão, Egito e Marrocos, mas na África Ocidental os principais países de destino são a Costa de Marfim (2 163 644, 11,2% da população), Nigéria (999 273, apenas 0,7% da população) e Gana (com mais de 600 mil, 7,6% da população), embora estes dados possam esconder outras realidades, por exemplo, a Gâmbia apresenta maior percentagem da população estrangeira em relação a população do país, enquanto a Nigéria é o país que apresenta a menor % da população

21 OIM, 2015. <http://www.iom.int/west-and-central-africa>

22 “It is in general problematic to compare migration data across ECOWAS Member States resulting from data collection shortcomings. All ECOWAS countries have been collecting statistical data on immigration through national population and housing censuses. However, only in some cases, such as the National Population and Housing Censuses in Ghana and Guinea-Bissau, were questions on emigration also included. In addition, some countries have conducted living standards and migration surveys which provide additional information” (ICMPD & OIM, 2015: 23).

estrangeira da região (apenas 0,7%), na Guiné-Bissau esta população é estimada em 1,2% da população nacional (muito abaixo da realidade), (ICMPD & OIM, 2015: 26).

Aliás, o espaço da África Ocidental é bem ilustrativo da intensa movimentação das suas populações dentro deste espaço geográfico. Segundo a Organização Internacional para as Migrações²³, no Senegal viviam 80 773 indivíduos provenientes da Guiné-Conacri, 29 600 de Mauritânia, 24 155 da Guiné-Bissau (mais do que os guineenses a viver em Portugal, por exemplo) e mais de 17 mil malianos.

A Costa de Marfim, o maior recetor da população da sub-região albergava em 2014 cerca de 2 milhões e 350 mil imigrantes provenientes de 6 países dos 15 que constituem a comunidade regional, com claro predomínio dos seus vizinhos do Norte, o Burkina Faso e Mali com 1 310 892 para o primeiro, enquanto o segundo contabilizava 440 960 imigrantes a viver no país. Seguidamente aparece a Guiné-Conacri com 134 171, Gana com cerca de 111 mil, Níger com 84 705, Libéria com cerca de 75 mil, Benim com 62 371, Togo com mais de 56 500, Nigéria com cerca de 39 mil indivíduos, e o Senegal com mais de 33 mil. A Serra Leoa e Guiné-Bissau tinham comunidades com pouca representatividade totalizando cerca de mil para o primeiro e menos de 400 pessoas para o último.

Outro grande país da região recetor dos emigrantes provenientes da África Ocidental é a Nigéria onde vivem mais de 470 mil pessoas, sendo a grande maioria, cerca de 186 mil oriundos do Gana, seguido de Mali com 133 mil e do Níger com cerca de 88 mil cidadãos. Outro país com uma comunidade bem representada é Libéria com cerca de 20 mil imigrantes, enquanto a Guiné-Conacri conta com mais de 6 mil, os seus vizinhos Guiné-Bissau, Costa de Marfim e Senegal rondam cada um cerca de 5 mil imigrantes na Nigéria. Voltaremos com maior detalhe sobre este assunto mais a frente neste capítulo.

Estes dados evidenciam dois fatores que determinam a migração na África Ocidental bem como nas outras regiões do continente, e que são a existência de fronteiras comuns entre os países, como sucede com cidadãos do Burkina Faso, Mali e Guiné Conacri em direção à Costa de Marfim; guineense de Bissau e Conacri, malianos e mauritânias sobretudo para o Senegal; e a afinidade linguística, exemplificada, aqui pela emigração de ganeses, liberianos e serra-leoneses para a Nigéria. Este último caso torna-se mais evidente quando olhamos para as migrações intercontinentais com origem na África Ocidental, como vamos ver a seguir.

23 www.oim.int/world-migration (4 de julho de 2015)

2.2 Magreb e Norte de África

A emigração magrebina caracteriza-se pela pouca atratividade que os países exercem sobre cidadãos que constituem esta região da Norte de África, ou seja, são em número reduzido os argelinos que emigram para Marrocos ou Tunísia, o mesmo se aplica quanto à deslocação de marroquinos e tunisinos para a Argélia. Neste espaço geográfico pode-se dizer que um dos grandes fatores da escolha para a emigração, a afinidade linguística, cultural e religiosa não funciona. Naturalmente, o grau de desenvolvimento do potencial país de destino é outro fator que tem peso para o candidato a emigração.

2.2.1 *Egito*

Se a origem geográfica da população estrangeira residente no Egito é muito diversificada, principalmente quando considerada os de origem africana, juntando pessoas vindas desde a África do Sul à Líbia; de Senegal ao Somália, passando pelos seus vizinhos. Apesar disso pode-se dizer que o peso de cada comunidade estrangeira no país é muito reduzido, apenas (0,2%) da população.

Os somalis representam a maior comunidade imigrante de origem africana do Egito com uma população estimada em mais de 43 mil indivíduos (a maioria destes fugidos das crises humanitárias e da prolongada guerra civil), seguem os seus dois vizinhos árabes, Líbia e Sudão com 7 285 e 5 621 imigrantes respetivamente. Seguem-se os Marrocos com 1700 e da Nigéria com cerca de mil. Todas outras comunidades não têm expressão numérica.

Quanto a emigração egípcia para o continente africano ela está presente praticamente em todo lado, mas tem reduzida expressão no continente africano, só se fazendo notar em dois países, o Sudão e Nigéria com cerca de 12 mil e 10 mil respetivamente, enquanto na Zâmbia pouco ultrapassam a duas dezenas (OIM, 2015)²⁴.

No continente europeu, mais concretamente na Europa Ocidental, a emigração egípcia está presente em pelo menos 15 países, numa população estimada em mais de 125 233 pessoas, sendo a Itália o maior recetor dos emigrantes do Egito, com mais de 90 mil, a França e Reino Unido contam com mais de 28 mil cada, seguem-se a Áustria com 12 mil e da Holanda com mais de 11 300 imigrantes. Distantes dos maiores países recetores da emigração egípcia, mas com um número significativo estão países como Espanha com mais de 4 mil, Suécia muito próximo dos 3 mil e da Bélgica com cerca de 2600 imigrantes. Todos os outros contam com números pouco expressivos.

²⁴ <http://www.iom.int/world-migration>

No continente americano regista-se uma comunidade significativa, pois só nos estados Unidos vivem cerca de 133 mil egípcios, no Canada ultrapassam 47 mil e no Brasil que tem vindo a registar um aumento nos últimos anos, atingindo já três centenas e meia (Ibidem, 2015).

No entanto o Egito é fundamentalmente um país de emigração, sendo os países do Golfo Pérsico os principais destinos, só na Arábia Saudita residia cerca 1,3 milhões, seguida de Emirados Árabes Unidos, 711 894, Jordânia, com 276 950, Kuwait, com 182 342 e dos Estados Unidos com cerca de 172 mil. Quanto a origem dos 5 principais países da imigração egípcia figuram a Palestina com mais de 95 mil, a Somália com um pouco mais 43 mil, Iraque, 28 192, Arábia Saudita com 14 604 e da Síria com 11 430 indivíduos (UNICEF, 2013).

Quadro 2-1: Os 5 principais países de origem e destino da migração do Egito

| N.º ordem | Origem dos imigrantes | | Destino dos emigrantes | |
|-----------|-----------------------|----------------|------------------------|------------------|
| 1 | Palestina | 95 528 | A. Saudita | 1 298 388 |
| 2 | Somália | 43 038 | EAU | 711 894 |
| 3 | Iraque | 28 192 | Jordânia | 276 950 |
| 4 | A. Saudita | 14 604 | Kuwait | 182 342 |
| 5 | Síria | 11 430 | EUA | 171 985 |
| | Total | 192 792 | Total | 2 641 559 |

UNICEF, 2013

Como se pode observar no quadro (2.1) o movimento migratório em direção ao Egito demonstram que o país não é muito atrativo para cidadãos de outros países. Os que procuram o país, excetuando os originários da Somália (que, como já foi referido fogem das guerras civis e secas cíclicas) fazem-no devido à proximidade geográfica, a chamada migração fronteiriça. Dos imigrantes africanos no país só os nigerianos não se enquadram na categoria da proximidade geográfica.

A emigração egípcia para os países árabes pode ser considerada de migração de fronteira, como sucede com a emigração para a Líbia, Sudão e Tunísia, no continente africano; Arábia Saudita e Jordânia, no Médio Oriente, mas também da migração de afinidade cultural, linguística e religiosa com estes e os restantes países do Golfo.

Já a emigração para a Europa e América é difícil de enquadrar nas categorias anteriores, pois o Egito é daqueles que no continente africano tem maior intensidade e diversidade de destinos. Está presente em países tão diferentes como Alemanha e Itália, Espanha e Suécia ou os Estados Unidos.

2.2.2 *Argélia*

A Argélia dispõe de poucos dados recentes sobre o número de imigrantes a viver no seu país, os melhores que conseguimos datam de 2013, mas que referem as recolhas feitas

em 2008. Apesar de muitas tentativas, todas as pesquisas convergem no mesmo sentido, a de uma fraca atratividade do país para populações estrangeiras, tendo em conta a sua dimensão territorial (2 381 741 km²) e populacional (41,3 milhões) de habitantes.

No entanto os dados apresentados pelo Migration Policy Centre remontam ao censo de 2008 e estão já um pouco desatualizados. Segundo esta publicação, em 2008, “havia 95.000 estrangeiros residentes na Argélia, ou seja, 0,27% do total da população residente”, deste a maioria (mais de 80%) eram provenientes de outros países Árabes, nomeadamente Marrocos 18 661 (26,1%), Tunísia, cerca de 8 400 (11,7%), Egito, cerca de 6 000 (8,3) e EAU, com 4 143 (5,8%). Fora do mundo Árabe, regista-se a presença de 7 134 (10%) cidadãos do seu vizinho de Sul, o Mali, mais de 5 mil (7%) europeus, sendo a maioria, como seria de esperar, franceses que totalizam mais de 2 600 (3,7%) e de cerca de 1 600 asiáticos (MPC, 2013: 2).

É de registar a existência de algumas comunidades estudantis vindas de vários pontos do continente africano, nomeadamente de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, ligação que data de muito antes da independência destes países, quando os movimentos independentistas enviavam os seus quadros para serem formados na Argélia.

Também a emigração argelina para o continente africano é pouca expressiva. Merece destaque a migração fronteiriça com a Tunísia, onde vivem mais de 12 mil argelinos, seguida da Mauritânia a uma distância considerável, com pouco mais de 2 700. Regista-se ainda cerca de 600 no Mali e de 420 no Sudão²⁵.

Ao contrário de outros países magrebins com fortes comunidades emigradas nos países árabes do Golfo Pérsico, os argelinos não se têm mostrado muito atraídos para esta zona do globo.

No continente americano há que registar uma presença significativa de argelinos a viver no Canadá, onde o seu número ultrapassa os 37 500 e dos mais de 7 300 a residir nos Estados Unidos. No outro extremo do mundo nota-se a presença de cerca de 1300 argelinos a residir na Austrália (ibidem).

Estes números levam a concluir que o grosso da emigração argelina tem como destino o velho continente, principalmente os países mediterrâneos, e como seria de esperar a França, pelas razões óbvias, a proximidade geográfica e laços históricos simbolizados pelo domínio gaulês de 132 anos sobre o país magrebino. Segundo a OIM, 914 mil argelinos vivem em França, cerca de 75% da emigração argelina (MPC, 2013). Em

²⁵ www.oim.int/world-migration (4 de julho de 2015)

segundo lugar surge a Espanha com mais de 63 mil (6,4%) e da Itália com cerca de 29 500 imigrantes. Depois aparecem os países do Centro da Europa como a Bélgica e Alemanha com mais de 21 mil argelinos cada, seguida de Reino Unido e Suíça com 15 612 e 6 740 cada um respetivamente. A Holanda fecha a lista dos países com maior representatividade com cerca de 4 mil emigrantes. Nos países do Norte da Europa, ao contrário de muitos outros países árabes com comunidades significativas, registam-se um pouco mais de dois mil e duzentos na Suécia, um pouco mais de mil e duzentos na Noruega e na Dinamarca (ibidem). É de salientar que em dezembro de 2014 residiam em Portugal 288²⁶ imigrantes argelinos.

2.3 África Oriental

2.3.1 *Sudão*

Apesar de o Sudão aparecer geralmente nas estatísticas internacional associado a África de Norte, por questões de conveniência, nomeadamente a da vizinhança com os países da África Oriental e do Corno da África, decidimos incluí-lo no espaço geográfico da África Oriental.

Tal como muitos outros países pobres, o Sudão é apesar de ser um país emissor de emigrantes, principalmente para os seus vizinhos como a Uganda, onde tem uma comunidade estimada em mais de 191 mil pessoas, Quênia com mais de 73 mil, Chade com cerca de 39 mil, na Etiópia com um pouco mais de 5 600 emigrantes, só para citar os mais representativos dentro do continente africano. No entanto, boa parte da sua emigração tem como destino os países Árabes do Golfo Pérsico, detendo a Arábia Saudita cerca de 280 mil sudaneses a viver no país, os Emirados Árabes Unidos com mais de 30 mil e Omã, onde a comunidade sudanesa ultrapassa os 12 mil imigrantes.

Fora do continente africano e dos países do golfo, a emigração sudanesa dirige-se fundamentalmente para os Estados Unidos da América (mais de 40 mil), seguido de Canadá e Reino Unido com 15 mil e 14 mil, respetivamente, Alemanha com mais de 6 mil, da Holanda com cerca de 5 mil, da Itália com cerca de 2800 sudaneses. Com exceção dos três últimos países europeus, todos outros enquadram-se nas migrações fronteiriças, como se referiu anteriormente, nomeadamente, no Egito, Chade, Etiópia e Uganda, embora este último deixa de fazer fronteira com o Sudão, depois da independência do Sudão do Sul, ocorrida a 9 de julho de 2011.

²⁶ SEF, 2014.

Paralelamente ao movimento de saída da população, o Sudão é um dos países que mais recebe imigrantes, na Região da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) constituída pelo Djibuti, Quênia, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Uganda (igad.int, 2013); (OIM, 2011: 20)²⁷.

A comunidade estrangeira que vive no Sudão é dominada pelos cidadãos dos seus vizinhos do Corno de África, Eritreia com cerca de 460 mil migrantes seguida de Etiópia como mais de 152 mil pessoas (aqui certamente não é alheia as persistentes guerras e crises alimentares cíclicas que estes países têm enfrentado), e dos seus vizinhos do Oeste, Chade com uma comunidade estimada em mais de 56 mil e da Nigéria com mais de 34 mil imigrantes no país. O Egito completa o top 5 dos mais representados no Sudão com mais de 12 mil imigrantes (ibidem, 2011:20).

Para além de migração fronteiriça como se viu acima, o Sudão é atrativo para pessoas de praticamente toda a África, como por exemplo a Serra Leoa com 271 indivíduos, Marrocos, 1 337 ou República Democrática do Congo, com mais de 2 300 a viver no país. Os restantes países daquela área geográfica podem ser classificados de migração fronteiriça, como é o caso da Etiópia que só consegue atrair pessoas com origem nos países com os quais tem fronteira comum, nomeadamente a Eritreia que, com mais de 290 mil emigrantes é maior comunidade estrangeira na Etiópia. É de lembrar que o território da Eritreia fazia parte da Etiópia como território autónomo até declarar a sua independência a 24 de maio de 1993, depois de uma longa guerra com a Etiópia pelo direito à autodeterminação e da vitória do sim no referendo de abril do mesmo ano. Daí não constituir uma surpresa a existência duma numerosa comunidade de Eritreus na Etiópia.

A Somália é detentora da segunda maior comunidade estrangeira na Etiópia com mais de 161 mil imigrantes. E tal como em relação a Eritreia, para além de terem fronteiras comuns, muitas populações do país do acolhimento têm afinidades étnicas, linguísticas e culturais com as populações do outro lado da fronteira. O que facilita muito o movimento das populações. O Sudão é o terceiro país com maior número de estrangeiros na Etiópia

27 “Immigration flows are mostly from neighbouring countries and represent a typical case of South-South migration. The stock of foreign-born population in 2010 is estimated at around 750,000 people. The informal nature of human mobility from neighbouring countries and the existence of an irregular migration phenomenon in the country mean that the total number of foreign nationals in Sudan could be much higher” (OIM, 2011: 20).

Segundo o mesmo relatório, a grande maioria dos estrangeiros que vivem no país (cerca de 680 mil), é constituído por refugiados vindos de Chade, Eritreia e Etiópia).

(cerca de 9 mil pessoas), mas longe dos dois primeiros. E finalmente o vizinho do Sul, Quênia, com pouco mais de 600 imigrantes (OIM, 2010)²⁸.

2.3.2 *Tanzânia*

Situado na África Oriental, a Tanzânia faz fronteira a Norte com o Quênia e Uganda, a Sul com Moçambique e Malawi, a Leste o país é banhado pelo Oceano Índico e a Oeste tem fronteira com Burundi, Ruanda e RDC através do Lago Tanganica. É formado por uma parte continental, a Tanganica e um arquipélago, o Zanzibar.

Em termos migratório, a Tanzânia é um destino muito importante na zona da África Oriental e austral, principalmente no que diz respeito a migração fronteiriça. Burundi e Moçambique ocupam os lugares do topo das comunidades estrangeiras residentes no país com mais 151 mil e 142 mil pessoas, respetivamente (quadro n.º 2.2), mas também para pessoas vindas da Ásia, nomeadamente a Índia e Paquistão, que residem na sua grande maioria na Ilha de Zanzibar, onde também não é raro encontrar comunidades árabes, principalmente de Omã, cuja presença é muito anterior à ocupação britânica. Em seguida pode-se observar no quadro seguinte as comunidades estrangeiras mais representadas no país.

Quadro 2-2: Países africanos com maior número de imigrantes na Tanzânia, 2010

| Posição | País de origem | Número |
|---------|----------------|----------------|
| 1 | Burundi | 151 313 |
| 2 | Moçambique | 142 615 |
| 3 | Quênia | 91 146 |
| 4 | Ruanda | 49 536 |
| 5 | Zâmbia | 42 311 |
| 6 | Uganda | 30 110 |
| 7 | Angola | 3 063 |
| 8 | Zimbabué | 2 512 |
| 9 | Somália | 2 473 |
| 10 | Namíbia | 1 891 |
| | Total | 462 970 |

Fonte: <http://www.iom.int/world-migration>

2.3.3 *Uganda*

Situado na África Oriental, o Uganda faz fronteira a norte com o Sudão do Sul, a leste com o Quênia, a oeste com a RD Congo, a sudeste com o Ruanda e a sul com a Tanzânia, onde se inclui uma parte considerável do Lago Vitória, partilhado por outros dois vizinhos Tanzânia e Quênia, o que faz com que seja considerado um dos países dos grandes lagos. O país conta com 34 634 650 habitantes²⁹, divididos em diferentes grupos étnicos com

²⁸ <http://www.iom.int/world-migration>

²⁹ Censo de 2014

cerca de quatorz dezenas de línguas diferentes, embora seja o inglês e o kiswahili as mais faladas. Em termos religiosos predomina o cristianismo (83,9 %), subdividido em partes praticamente iguais, de protestantes 42% e de católicos 41,9, enquanto os muçulmanos representam cerca de 12 por centos.

A capacidade de atracão de imigrantes limita-se fundamentalmente aos cidadãos dos países com quais tem fronteiras comuns, sendo pouco significativa fora deste âmbito. Segundo a OIM, em 2013 residia no país 531,401 pessoas nascidas fora do território (OIM, 2013: 20)³⁰. E as principais comunidades estão ordenadas como se pode observar no gráfico seguinte:

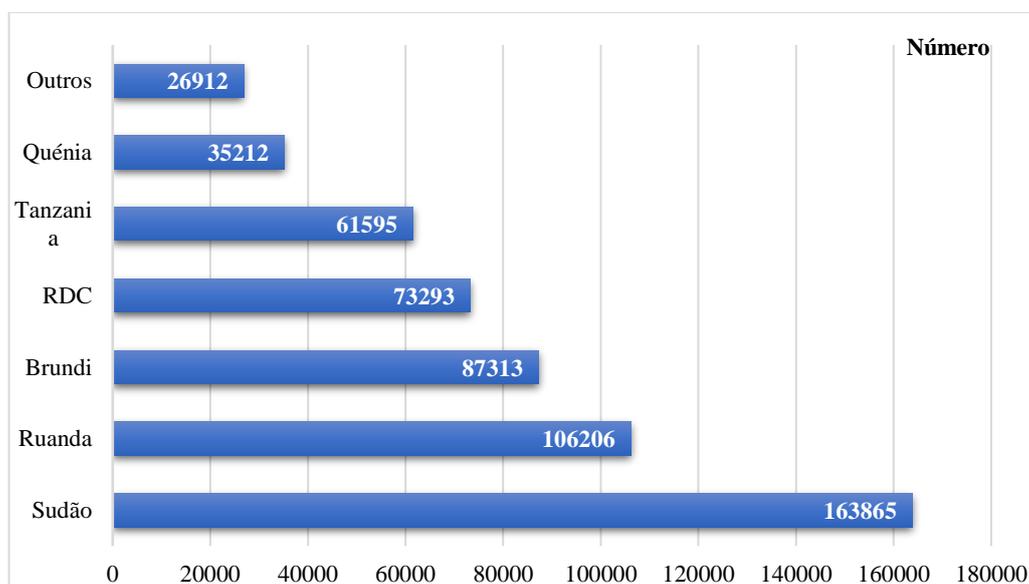


Figura 2-1: As principais comunidades estrangeiras residentes no Uganda

Fonte: OIM, 2013.

No entanto, é de referir que os dados apresentados no relatório da OIM de 2013 se referem aos dados recolhidos em 2012. Por outro lado, os dados do Banco Mundial para o ano de 2013, referem ao 2010 apresentam números superiores, embora estes estejam também desatualizados. Assim, para o banco Mundial, o Uganda é residência de mais 191 mil sudaneses, cerca de 85 500 de congolezes (RDC), cerca de 72 mil de tanzaniano e mais de 41 quenianos, todos eles com fronteiras comuns.

De igual modo, a sua emigração dentro do continente africano dirige-se fundamentalmente para os mesmos países, com claro destaque para o Quênia, onde vivem mais de 531 mil ugandeses, a Tanzânia com cerca de 30 mil e Ruanda com mais de 20 mil, e a vizinha de Norte, o Sudão com 519 apenas³¹.

³⁰ http://publications.iom.int/system/files/pdf/mp_uganda_25feb2015_web.pdf

³¹ Dados de Banco Mundial, op. cit., 2013. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>

A afinidade linguística marca claramente a emigração ugandesa fora do continente africano, registando-se em 2010 mais de 54 mil no Reino Unido, 22 mil nos Estados Unidos e no Canadá cerca de 13 mil ugandeses.

Para além destes destinos os mais importantes são por esta ordem Suécia, com cerca de 3 mil, Austrália, 2 300, Alemanha com um pouco mais de 2 mil, Dinamarca com 1 300 e a Holanda também um pouco mais de mil pessoas. Estes números indicam que a emigração ugandesa é pouco expressiva, quando comparado com outros países com a mesma dimensão populacional³².

2.4 África Central

2.4.1 *Chade*

Situado no eixo central do continente africano, o Chade faz fronteira a Norte com a Líbia, a Sul com Camarões e República Centro Africana, a Leste com o Sudão e a Oeste com Níger e Nigéria. A sua população é estimada em 13,59 milhões em 2013³³.

Segundo um estudo da Maastricht Graduate School of Governance³⁴, a grande parte das movimentações populacionais estão ligadas a “emigração relacionada à transumância e movimentos de grupos pastorais, mas também a fatores políticos, económicos e de mudanças climáticas”. Citando aos dados da OIM, o estudo acrescenta que para além de não serem conhecidos a real dimensão da emigração chadiana, “no geral, considera-se que o Chade não é um país de emigração significativa” (MGSOG, 2017: 7).

Segundo o mesmo estudo, em 2013, o estoque de emigrantes do Chade foi de 310.796, representando 2,4% da população total. E tal como seus vizinhos, a emigração chadiana dentro do continente dirige-se fundamentalmente para estes países, nomeadamente aos Camarões, onde tem a sua maior comunidade fora das portas (mais de 105 000 pessoas), seguida do Sudão (75 799), da República Centro Africana (66 690) e da Nigéria (mais de 52 mil), enquanto no Egito se registam apenas cerca de 300 imigrante chadianos (MGSOG, 2017: 10).

Fora do continente dois destinos merecem destaque, a Arábia Saudita, o único país com registo de imigrantes chadianos no Médio Oriente, com mais de 11 mil pessoas, seguida da França, onde residem mais de 5 mil chadianos. No resto do continente europeu a presença da imigração chadiana é muito reduzida, sendo a Alemanha, com um pouco

32 Dados de Banco Mundial, op. cit., 2013. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>

33 Ibidem.

34 <https://www.merit.unu.edu/publications/uploads/1518184547.pdf>

mais de 400 pessoas o maior, seguida de Bélgica com cerca de 290 e do Reino Unido com 242 apenas, refere o mesmo estudo.

O Chade nunca foi um destino atraente para os trabalhadores migrantes devido à pobreza, falta de oportunidades económicas e instabilidade política, por isso o número de migrantes internacionais no Chade em 2013 era estimado em 429.000, representando 3,3 por cento do total da população, apenas MGSOG (2017: 9).

Chade é também um país de imigração fundamentalmente fronteiriça. A maior comunidade estrangeira no país é constituída pelos nigerianos (mais de 114 mil), seguida da RCA (cerca de 89 mil) e na terceira posição está o Sudão (38 700), seguida de perto pelo Níger com cerca de 38 500 imigrantes. A Líbia, com uma comunidade estimada em pouco mais 11 mil, fecha a lista dos países mais representados. República do Congo e Gabão são outros dois países com cidadãos seus a viver no Chade, mas que no seu conjunto não ultrapassam as 1400 pessoas.

2.4.2 *Gabão*

Situado na costa atlântica da África junto do Golfo da Guiné, o Gabão é um país com 267 668 km². A Norte faz fronteira com os Camarões e a Guiné Equatorial, a Leste e Sul com a República do Congo. O país está dividido em 9 províncias, liderados por um governador, que estão por sua vez subdivididas em departamentos, dirigidos por um prefeito. A população do país é de origem Bantu dividida em 40 diferentes grupos étnicos, estimada em 2 milhões de habitantes, segundo as Nações Unidas.³⁵

O movimento migratório caracteriza-se fundamentalmente pela grande atratividade que o Gabão exerce sobre populações dos países vizinhos, destacando-se a Guiné Equatorial, cuja comunidade é estimada em cerca de 83 mil imigrantes, o Mali (52 549), Benim (49 730), os Camarões (48 255) e o Senegal (com mais de 29 mil), constituem as 5 maiores comunidades estrangeiras residentes no Gabão. Enquanto a comunidade congoleza de República do Congo, é outro vizinho bem representada no país com cerca de 15 mil.

Como se viu nas linhas anteriores o Gabão é também muito importante nas migrações de afinidade linguística, sendo muito procurado pelos cidadãos dos países francófonos da África Ocidental, nomeadamente o Mali, a segunda maior comunidade estrangeira do país, só ultrapassado pela Guiné Equatorial, mas também o Benim e Senegal no terceiro e quinto lugar, respetivamente como as mais importantes comunidades imigrantes no

³⁵ https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2017&cm49=266

Gabão. Aliás, a emigração dos cidadãos da África Ocidental Francófona, nomeadamente senegalesa e Costa marfinense para o Gabão é muito antiga, datam dos primeiros anos das independências, desempenhando muitas vezes altos cargos nas respetivas administrações. A Nigéria, o único país não francófono da África Ocidental bem representado figurando na lista com 15 mil e do Togo com mais de 13 700 emigrantes fecham o top 5 das comunidades imigrantes da África Ocidental a residir no Gabão. Burquina Faso e Costa de Marfim completam a lista com 3 767 e 3 661 indivíduos cada respetivamente (UNICEF, 2013: 2)³⁶.

No que diz respeito a emigração, com exceção da França onde residem cerca de 15 mil gaboneses – mais uma vez por razão de afinidade linguística e de laços históricos como a potência colonizadora, pode ser considerada de muito fraca. Registam-se os 650 gaboneses na República do Congo e cerca de 320 no Chade.

Fora do continente africano, a maior comunidade gabonesa reside nos Estados Unidos com 600 elementos e 561 no Canadá. Na Europa, a Alemanha com 450 é país que alberga a maior comunidade gabonesa no velho continente (com exceção da já referida França), seguida de Bélgica 435, da Espanha (400), da Itália (pouco mais de 200) e da Suíça com 174, estão entre os mais representativos. Todos os outros países apresentam números pouco significativos, como é o caso de Portugal com 31 apenas.³⁷

Observando o quadro comparativo da emigração de alguns países africanos para a Europa Ocidental e Estados Unidos podemos tirar as seguintes conclusões:

- a) a emigração dos países do norte de África nomeadamente a marroquina e argelina dirige-se fundamentalmente para os países do sul da Europa. E como seria de esperar, a França no topo das preferências, seguida de Espanha. No primeiro caso conjugam-se dois fatores, a proximidade geográfica e afinidade linguística e laços históricos. Já os egípcios procuram mais os Estados Unidos e Reino Unido. Neste caso parece ser os laços históricos os mais determinantes. Apesar de os três países terem comunidades muito importantes nos países de destino selecionados, a presença de marroquinos e egípcios em Itália e Holanda é de assinalar. O mesmo se pode dizer dos marroquinos na Alemanha.
- b) os francófonos procuram mais a França, onde os emigrantes provenientes dos cinco países em análise ultrapassam 383 mil, enquanto a sua presença no Reino

³⁶ Disponível em: <https://esa.un.org/migmgmprofiles/indicators/files/Gabon.pdf>.

³⁷ SEF, 2014: 48.

Unido e nos Estados Unidos é de 21 mil e 70 mil respetivamente, ultrapassados por Itália que alberga mais 117 mil e da Espanha com mais de 73 mil emigrantes. Alemanha que não tem fortes laços históricos com a maioria dos países africanos tem atraído muitos emigrantes. Vivem neste país mais de 150 mil cidadãos de norte de África, cerca de 50 mil dos cinco países francófonos, mais de 73 dos anglófonos selecionados e cerca de 32 mil pessoas vindas de Etiópia e Somália.

- c) se os francófonos procuram pouco o Reino Unido e Estados Unidos, menos ainda os anglófonos elegem a França para a sua emigração, apenas 13 mil dos cidadãos dos países selecionados o fazem, em contrapartida cerca de 661 e 500 mil vivem no Reino Unido e nos Estados Unidos respetivamente. Itália com mais de 140 mil, Alemanha com cerca de 75 mil e a Espanha com 58 mil pessoas destes países conseguem atrair mais emigrantes anglófonos que a França, que se fica com um pouco mais de 13 mil. Neste caso, a manifestação dos laços históricos, culturais e linguísticos parecem ser não mais fortes, como o “antifrancês”.
- d) a emigração dos cidadãos de Corno de África destina-se fundamentalmente para os Estados Unidos da América do que qualquer outro destino. Vivem neste país cerca de 250 mil etíopes e somalis, e no Reino Unido mais de 120 mil. Os países nórdicos constituem o terceiro destino preferencial destes emigrantes: na Suécia vivem mais de 30 mil e na Holanda cerca de 22 mil. Esta comunidade procura menos os países do sul de Europa, nomeadamente a França, onde vivem um pouco mais de 5400 pessoas (OIM, 2015)³⁸.

A emigração dos cidadãos dos países do Corno de África para os Estados Unidos e para Europa Ocidental, nomeadamente para países nórdicos começou a desenvolver-se no início da década de 80 do século passado, quando das crises alimentares que afetou esta região resultante das prolongadas secas. Nesta altura, muitos países ocidentais abriram as suas portas para acolher os refugiados destes países, criando deste modo os embriões da sua emigração.

2.5 Migrações na África Ocidental

Segundo a OIM, a África Ocidental é uma das regiões mais dinâmicas em termos de fluxos migratórios do continente africano. É longa a sua história de fluxos migratórios, de migração intra e inter-regionais, sendo aquela que “oferece o exemplo mais forte de

³⁸ OIM, 2015. <http://www.iom.int/west-and-central-africa>

migração intrarregional em toda a África subsaariana, com 70 por cento dos movimentos migratórios principalmente associadas ao emprego ocorrendo dentro da sub-região”³⁹.

A partir dos meados de anos 80 do século XX e em particular nos últimos anos, a migração irregular da África subsaariana para a Europa, e entre a África Ocidental e Central, aumentou substancialmente. Estados da região, anteriormente considerados como países de origem, estão a tornar-se em países de trânsito e ou de destino, contribuindo deste modo para o aumento da migração irregular. Hoje em dia, quase todos os países da região são, simultaneamente de emigração e de imigração. Alguns dos quais, como a Guiné-Conacri, por exemplo, apresentam balanços migratórios quase nulos, como vamos ver mais a frente.

Por outro lado, países tradicionalmente recetores como a Costa do Marfim, por exemplo, continuam a receber imigrantes, apesar da prosperidade que advém dos milhões do café e do cacau ter sido abalada em 2002 na guerra civil. Em 2015, residiam no país cerca de 2,4 milhões de imigrantes vindos de outros países da África Ocidental, com destaque para o Burkina Faso (mais de 1,31 milhão), ou seja mais de 54,64% do total de estrangeiros no país. Por sua vez, também o vizinho Burkina Faso é grande recetor dos imigrantes da região, com a comunidade marfinense a representar cerca de 83,3% do total (843 mil) indivíduos. Este fato mostra que, apesar de a maioria da literatura sobre as migrações sobrevalorizar as deslocações do interior para o litoral, o contrário também sucede. Isto mesmo é reforçado por João Peixoto e Duval Fernandes, segundo os quais, “dependendo do país, por vezes o estatuto migratório é sobretudo o de emissor, enquanto outras vezes predomina o de recetor. Mas são cada vez mais frequentes as combinações de estatuto (emigração e imigração em simultâneo) e, também, a alternância entre fluxos dominantes (emigração seguida de imigração ou o contrário)” (Peixoto, et al., 2011: 16). Assim, pese embora o fato das migrações laborais constituírem a principal causa das migrações, as relações familiares e afinidades culturais ou a referida divisão arbitrária dos territórios pelas potências coloniais assumem um valor a considerar em muitos casos. Issiaka Mande (2009), sublinha o papel desempenhado pelos trabalhadores burquinabês no âmbito da estratégia da ocupação e penetração do Império Francês da África Ocidental⁴⁰. Estes, durante muito tempo não eram considerados como um território

³⁹ Idem.

⁴⁰ “People from the French colony of Upper Volta were the major contributors to efforts of the federal government of French West Africa (Afrique Occidentale Française, or AOF) to develop other colonies in the federation”. E para justificar acrescenta: “The decision to carve the colony of Upper Volta out of AOF territory coincided with another decision, to extend existing railroads and also build another that crossed the federation. On railway construction sites, voltaic workers replaced forced labour mobilized from the other colonies that were, in fact, slated to benefit from the projects.

“autónomo”, mas inserido num conjunto muito mais vasto da África Ocidental Francesa. Segundo Dele Ogunmola e Isiaka Alani Badmus (2004: 2), “(...) por pragmatismo económico e administrativo, os colonizadores acharam sensato unificar os territórios da Costa do Marfim e do sudoeste do Alto Volta⁴¹ (também conhecido como Alta Costa do Marfim) sob a identidade Costa do Marfim, em 5 de setembro de 1932”. E acrescentam:

“Esta divisão era facilitada pelas redes ferroviárias e rodoviárias que ligavam a parte norte da Costa do Marfim e o Alto Volta. Dessa forma, quinze anos mais tarde, mais precisamente em 4 de setembro de 1947, um decreto anulou a decisão anterior e a colónia do Alto Volta foi restabelecida, mas o Sudoeste desta região foi repartido entre as colónias do Níger, do Sudão Francês (Mali) e da Costa do Marfim. Além disso, havia um desejo francês de criar a África Ocidental Francesa (Afrique Occidentale Française) devido às vantagens administrativas de territórios contíguos. Ao mesmo tempo, por conta dessas transferências de territórios coloniais, aconteciam movimentos de diversos grupos étnicos de um território para o outro. Não havia fronteiras claramente definidas entre essas colónias. Tal ambiguidade era uma fonte “frequente e necessária de conflitos entre os governantes dos diferentes territórios sobre os exatos limites entre eles” (Bathily, 2003:97). Essa confusão nos contornos das configurações geográficas levou os vários grupos étnicos do Alto Volta, do Sudão Francês e do norte da Costa do Marfim a se sobrepor aos Estados pós-coloniais” (Ogunmola e Isiaka Alani Badmus (2004: 2).

Medidas desta natureza continuam a causar conflitos entre Estados ou entre diferentes comunidades do mesmo Estado devido a dúvidas levantadas sobre a “originalidade” da pertença de certos indivíduos dos Estados ou regiões contíguas, mesmo que tenham afinidades culturais ou éticas, como se pode constatar das afirmações do responsável dos Serviços de Migrações e Fronteiras da Guiné-Bissau.

Este tipo de movimento de pessoal dum território para outro das potências coloniais era muito comum, e não era um exclusivo da França. Basta lembrar a deslocação de trabalhadores cabo-verdianos por parte de Portugal para trabalhar nas plantações de cacau em São Tomé e Príncipe, por exemplo. Nestes contextos, a movimentação das populações raramente era considerada como emigração, pois, em muitos casos era feita em condições de trabalhos forçados.

Aribidesi Usman e Toyin Falola referem outras movimentações, quer por razões religiosas, como no caso dos migrantes vindos da África Ocidental em direção a Leste utilizada por peregrinos muçulmanos na sua longa e difícil viagem para Meca, na Arábia Saudita, antes da generalização dos meios aéreos; mas sobretudo as razões comerciais.

Voltaic railroad workers were indeed so important that the federal government appointed a special delegate to work with the administrations of the colonies to help coordinate their development. Prior to this time, businessmen in AOF had been interested primarily in the quick profits derived from commercial exchange and the export of forest products. However, sharp rises in the prices to agricultural products led them to turn their attention to export agriculture (Mande, 2009: 286).

41 Independente desde 1960, o território denominado Alto Volta passou por vários golpes militares. Em 1984, o nome do país mudou para Burkina Faso.

Estes autores sublinham ainda o importante papel desempenhado pela migração comercial, que tem sido uma característica fundamental e constante da vida na África Ocidental ao longo de vários séculos. Muitas redes comerciais foram estabelecidas, ainda no período pré-colonial, baseadas em laços religiosos e étnicos ou ambos que conseguiram sobreviver não só ao período colonial, como no pós-colonial. E, em muitos casos, continuam a determinar o padrão de mobilidade e rotas das migrações contemporâneas (Usman e Falola, 2009: 9).

Muitas das migrações fronteiriças entre o Norte da Costa do Marfim e o Sul do Burkina e do Mali, por um lado, e entre a Guiné-Conacri e Mali, por outro, chegam praticamente as rotas outrora utilizadas pelos mercadores e Julas Jalunkes que movimentavam desde a Senegâmbia, passando pelo Futa Jallon e Mali até ao Burkina-Faso, com muitas ramificações em sub-redes.

O mesmo acontece no Golfo da Guiné, o movimento migratório entre o Gana, Benim, norte da Nigéria e sul do Níger em direção a Norte através das rotas transarianas.

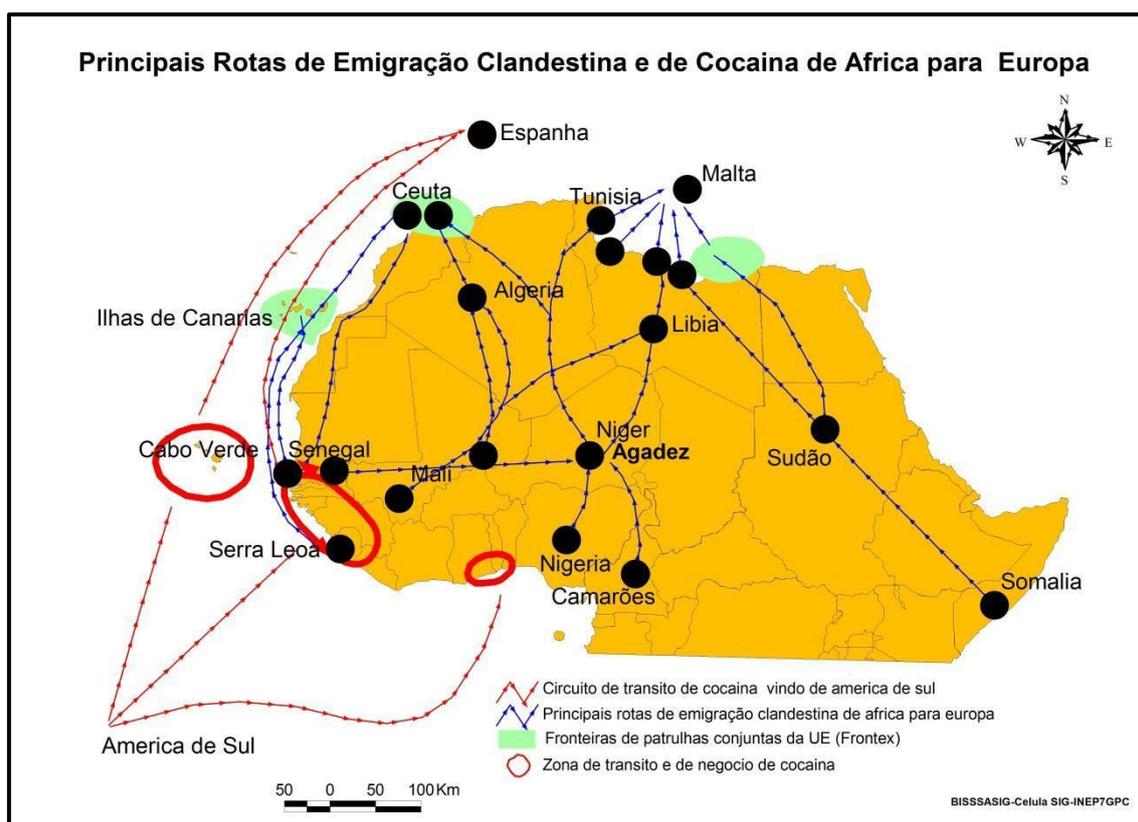


Figura 2-2: As principais rotas de emigração clandestina e de cocaína de África para Europa

Fonte: Adaptado de Mapa de Géopolitique des réseaux et des territoires de la drogue en Afrique de d'Ouest e do Mapa de emigração clandestina de África para Europa da BBC (2014).

É de referir que na Guiné-Bissau as estatísticas oficiais referem a existência de apenas 1378 cidadãos estrangeiros a viver no país⁴², mas ao mesmo tempo, Alfredo Umaro Dafé, Diretor-Geral de Migração e Fronteiras do país revelava, a 13 de maio de 2013, a existência de mais de 200 mil cidadãos estrangeiros em situação ilegal no território nacional. Questionado pelos jornalistas sobre o que justificava a existência de tantas pessoas ilegais no país, este responsável culpabilizou a hospitalidade dos guineenses e a falta de meios materiais e humanos dos seus serviços para este fato. E acrescenta: “basta isto acontecer, quando uma pessoa entra no país, fala em língua mandinga ou fula e, quando é assim, ficamos sem jeito de atuar. Passado algum tempo, o indivíduo apresenta identificação como sendo nativo da Guiné-Bissau”. Estas declarações denunciam implicitamente a corrupção generalizada nos serviços dos registos na atribuição de documentos a qualquer pessoa que os solicite, desde que esteja disposto a desembolsar alguns milhares de Francos CFA.

Por outro lado, o deputado da nação, Nado Mandinga referiu numa conferência sobre “os Desafios da Gestão Fronteiriça na Guiné-Bissau” realizada a 14 de outubro de 2015 no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) que, segundo as autoridades de Conacri por ele contactadas, existirá no país cerca de 500 mil cidadãos da Guiné-Conacri. Este tipo de situações que ocorrem na Guiné-Bissau, acaba por se verificar também em muitos outros países da região, como por exemplos de senegaleses na Gâmbia, ou malianos no Senegal ou até destes últimos na Guiné-Bissau, como iremos ver mais a frente neste capítulo.

2.5.1 Benim

Segundo a OIM⁴³, em 2011 vivem no Benim mais de 412 mil cidadãos da África Ocidental, sendo a vizinha Nigéria a mais representada com aproximadamente 239 mil cidadãos registados, ou seja, cerca de 58% dos estrangeiros a viver no país, seguida de longe pelo outro vizinho, o Togo, com mais de 74 mil (cerca de 18%), a Costa de Marfim com cerca de 62 400 (mais de 15%) e do Níger com cerca de 28 mil (cerca de 6,8%), constituem as comunidades mais representativas. O Burkina Faso com mais de 6 500 é outro país com alguma representatividade, mas longe dos outros. Registam-se ainda cerca de 600 malianos e 300 liberianos.

42 INEC, 2009

43 OIM, ob. Cit., <http://www.iom.int/west-and-central-africa>

Baseado nestes dados, observa-se que cerca de 98% da população estrangeira residente no Benim é proveniente dos quatros países com os quais o país tem fronteira comum.

Outra publicação da Organização Internacional para as Migrações conjuntamente com GIP International, apresentam dados um pouco diferentes, mas que no essencial apontam para as mesmas conclusões. A composição da população oeste africana no Benim demonstra claramente o predomínio da migração transfronteiriço mais de 82%. A presença de marfinenses, com cerca de 15% pode ser considerada de afinidade linguística (OIM, 2011: 23)⁴⁴.

Por outro lado, há registo da presença da comunidade beninense em pelo menos em 5 dos Estados da África Ocidental, com mais de 190 mil elementos. O Níger com cerca de 81 mil, é o país de residência da maior comunidade beninense na região, seguida da Nigéria com cerca de 48 mil, Togo com mais 51 mil, e Burkina Faso com cerca de 11 mil cidadãos, representam cerca de 98,8% do total. Todos estes países têm fronteiras comuns com o Benim, o que nos leva, mais uma vez considera, que se trata de movimentos transfronteiriço. A comunidade residente na Guiné-Conacri, constituída por 2 310 pessoas, constitui a única exceção, representando apenas 1, 2 por centos do total registado.

2.5.2 *Burkina Faso*

Tal como referimos, a maioria dos países são hoje simultaneamente de emigração e imigração ou de trânsito João Peixoto e Duval Fernandes⁴⁵. E o Burkina Faso é um destes casos. É neste contexto que o país é residência de mais um milhão de imigrantes vindo da África Ocidental, com claro predomínio dos marfinenses, (mais 843 mil imigrantes), que representa cerca de 83,30% do total. Os restantes são por esta ordem, malianos, (mais de 68 mil), ganenses, (mais de 50 mil), togoleses (24 mil), seguido de nigerinos (cerca de 20 mil) e finalmente dos beninenses, um pouco mais de 6 500 pessoas. Todos estes países fazem fronteiras com o Burkina Faso (OIM, 2010)⁴⁶.

A emigração dos cidadãos de Burkina Faso tem praticamente o mesmo padrão dos seus vizinhos, nomeadamente o Benim, que vimos atrás, ou seja, mais de 99% da emigração dos burquinabês tem como destino os mesmos países, com destaque para a Costa do Marfim que alberga mais de 1,3 milhão (cerca de 94,81%) de imigrantes do Burkina Faso. Neste caso conjugam-se fatores como a proximidade geográfica, da

44 https://publications.iom.int/system/files/pdf/profil_migratoire_benin.pdf

45 João Peixoto e Duval Fernandes, ob. cit., pág. 14.

46 OIM, ob. Cit., <http://www.iom.int/west-and-central-africa>

existência de fronteiras comuns, mas sobretudo dos laços familiares e religiosos, principalmente a parte Norte da Costa do Marfim, mas também nos grandes centros urbanos, com destaque para a capital económica, Abidjan, mas também em Bouake e Daloa, enquanto o Sul e o Oeste recebem fundamentalmente imigrantes que vão à procura de trabalho nas plantações de cacau e café.

Os restantes emigrantes burquinabês residem no Níger, (cerca de 30 mil), no Mali (pouco mais de 22 mil), seguida de Benim (10 mil) e finalmente da Nigéria, que a par da Guiné Conacri constituem a exceção da migração fronteiriça com cerca de 8 300 imigrantes, enquanto no último vivem cerca de 500 indevidos.

2.5.3 *Cabo-Verde*

Apesar de muitas tentativas, não nos foi possível encontrar dados sobre a emigração cabo-verdiana no espaço da CEDEAO⁴⁷. No entanto, é conhecida a sua presença no Senegal e na Guiné-Bissau que data dos anos 40 do século XX. Por isso fomos obrigados a recorrer aos dados disponibilizados pelo INE de Cabo-Verde e aos relatórios de instituições internacionais, como a OIM.

Segundo esta organização, os dados sobre a emigração cabo-verdiana apontavam para cerca de 200 mil os emigrantes cabo-verdianos, a maioria a viver no velho continente, principalmente em “Portugal (44,9 mil), Estados Unidos (27,6 mil), França (13,3 mil), Alemanha (13,2 mil), Senegal (12,6 mil), Holanda (11 mil) e Itália (4,7 mil)”, sendo os Estados Unidos e Senegal os dois países fora da Europa. É ainda “de sublinhar o aparecimento no grupo de destinos da emigração cabo-verdiana países como Moçambique (16,8 mil), Gana (9,9 mil) e Zimbábwe (5,3 mil), enquanto numa outra publicação da OIM: *Migração em Cabo Verde: Perfil Nacional 2009*, deixam de figurar destinos como Angola, São Tomé e Príncipe e Argentina” (OIM, 2010: 48), destinos que outrora eram muito importantes para a emigração cabo-verdiana.

Esta redução da emigração para Angola e São Tomé e Príncipe revelam a alteração observada quer na forma, quer nos destinos da migração do povo das ilhas cabo-verdianas. Júlio Rosanroch⁴⁸ escreve:

“No que concerne a causas das migrações do cabo-verdiano, podem-se admitir, basicamente: as económicas, as históricas e as psicológicas. A questão da emigração nestas ilhas põe-se ainda no contexto dos serviços – quando colónia portuguesa -, sendo que o arranque e desenvolvimento se basearam no aproveitamento, ao máximo ou em exclusivo, da força de trabalho compulsória

47 A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

48. <http://www.governo.cv/documents/Historia%20da%20emigracao%20cabo-verdeana.pdf>

(em S. Tomé ou em Angola), pelo que, por isso, se pode falar da emigração espontânea e da forçada” (Rosanroch, s/d: 2).

Mais explícita na abordagem das causas da emigração dos cabo-verdianos está Marzia Grassi ao afirmar “Há mais de um século que deixar livremente as ilhas para ir para os Estados Unidos, para Portugal ou para Holanda é vivido pelos jovens cabo-verdianos como uma inevitabilidade e também como uma esperança e um sonho de realização” (Grassi, 2006: 3).

Como já foi dito anteriormente, a referência sobre a presença de cabo-verdianos nos países da região é praticamente inexistente, excetuando o caso do Senegal e da Guiné-Bissau, por isso não deixa de ser um pouco estranho o que consta no relatório acima referido sobre a presença de cerca de 10 mil cabo-verdianos no Gana, e ao mesmo tempo não se fazer qualquer referência à Guiné-Bissau, conhecida que é a ligação entre os dois países.

Quanto à imigração de cidadãos da CDEAO no território cabo-verdiano, há registo de presença de 13 nacionalidades dos 14 dos Estados da comunidade, num total de 8 716 pessoas. Como seria de esperar, a Guiné-Bissau é o país mais representado com 5 544 pessoas (63,6%) do total, seguido do Senegal com 1 634 (18,7%), de Nigéria com 740 (8,5%) e de Guiné-Conacri com 456 imigrantes (5,2%). Estes quatro países totalizam 96 por cento do total. A presença de outras nacionalidades não tem grande expressão numérica, como é o caso de burquinabês, (9) pessoas, dos 3 liberianos ou dos 2 nigerinos. O Gana é único país da comunidade sem cidadãos seus em Cabo-Verde.

Finalmente, é de referir que há cada vez mais imigrantes a adquirir a nacionalidade cabo-verdiana, o que demonstra que esta imigração começa a consolidar-se. Estão nesta condição muitos guineenses, principalmente professores que decidiram procurar a vida nas ilhas desde os finais dos anos 80 e durante toda a década de 90 do século XX. Este fato deveu-se a conjugação de dois fatores. O primeiro, foi um forte investimento feito pelo governo Cabo-verdiano no domínio da educação e, sobretudo de criação de condições para atrair professores estrangeiros, nomeadamente guineenses saídos da Escola Nacional Chico Té, que tinha uma boa reputação. E segundo, foi a assinatura do acordo com FMI e Banco Mundial e conseqüente implementação do Programa de Ajustamento Estrutural, que levou ao despedimento de muitos funcionários públicos, baixa dos salários e agravamentos das condições de vida das populações. Muitos guineenses viram a emigração como uma das saídas para melhorar a vida.

2.5.4 *Costa do Marfim*

Conhecido como uma das primeiras experiências da imigração, principalmente da imigração laboral da história da África Ocidental, depois da independência dos países da região do domínio colonial nos anos de 1960 do século XX, atraindo sobretudo os seus vizinhos, o Costa do Marfim experimentou vários cenários ao longo da sua história.

Da imigração laboral dos anos de 1960 até finais dos anos de 1990, o Costa de Marfim passou a ser destino de muitos refugiados vindos dos seus vizinhos Serra Leoa, mas também de Libéria que fugiam da violência resultante das guerras civis nestes países.

O próprio país viu-se envolvido, primeiro num golpe militar em dezembro de 1999, seguido de duas guerras civis, depois, fez com que o país mergulhasse numa instabilidade que obrigou deslocação forçada de centenas de milhares de marfinenses para outras regiões do país e para os países vizinhos, por um lado, e por outro reduzindo o número de imigrantes no país (MGSOG, 2017: 4)⁴⁹.

Excetuando a relação específica com o Burkina Faso já descrita, a Costa do Marfim é tradicionalmente um país recetor de imigrantes. Aliás, calcula-se que em 2015, residia no país 2 175 399 (cerca de 9,6% da população), que chegou de atingir 13,06% da população do país é constituída por estrangeiros⁵⁰). A grande maioria destes imigrantes, cerca de (86,5%) é proveniente da África Ocidental, tendo o Burkina Faso (cerca de 59,5%) deste número, seguido do Mali (37%), da Guiné Conacri (4,37), da Libéria (3,79%) e de Benim (2,49), todos outros países juntos representam (13,5%) (MGSOG, 2017: 5).

No entanto, tal como o caso do Burkina Faso, fatores como os laços familiares e culturais, por um lado, e a diferença de níveis salariais entre a maioria destes países e a Costa de Marfim, por outro, bem como a existência de protocolos de livre circulação no âmbito da CEDAIO jogam um papel muito importante no essencial dos fluxos migratórios com destino ao país.

Aliás, quando se fala sobre a divisão arbitrária do continente e a fragmentação da sua população em diferentes estados, Laurent Bossard⁵¹ dá como exemplo este país, a Costa do Marfim. Segundo a sua análise, a população pode dividir-se em quatro grandes grupos, distribuídos geograficamente da seguinte forma:

- Na parte sudeste do país domina o grupo Akan /Baoule falante da língua kwa. Este grupo está também presente na metade sul de Gana;

49 file:///C:/Users/Saiko/Downloads/1518183449.pdf

50 Migrações Internacionais, 2006.

51 Peuplement et migration en Afrique de l'Ouest : une crise régionale en Côte d'Ivoire

- No quarto sudoeste, habitam o grupo Kru / Bete, sendo a língua kru a mais falada. Este grupo é também maioritário na parte sul da Libéria;
- Na parte nordeste do território predomina o grupo Malinke (da língua voltaica), este grupo é também principal ocupante do Burkina Faso e Norte de Gana;
- Finalmente, o Noroeste, território ocupado fundamentalmente pelo grupo Mande (tendo a língua mande ou maninka como principal veículo de comunicação), são habitantes que predominam o Leste da Guiné-Conacri, Mali e o Norte da Libéria.

Situações desta natureza se repetem um pouco por toda a parte do continente, mesmo em países de pequena dimensão, como a Guiné-Bissau, por exemplo.

A presença de cidadãos de um outro grupo de países, nomeadamente pessoas vindas do Níger, (cerca de 85 mil), Benim, (mais de 62 mil), de togoleses, (cerca de 57 mil) e senegaleses (33 mil), enquadram-se nos fluxos migratórios de afinidade linguística e de procura de oportunidades. Este conjunto de imigrantes vindos de países com os quais o Costa de Marfim não tem fronteiras comuns, mas manteve durante a época colonial laços que perduram até aos nossos dias. É conhecida a deslocação de muitos senegaleses para trabalhar na administração pública durante a época colonial, criando deste modo as primeiras bases para a emigração desta comunidade para a Costa de Marfim. No seu conjunto, estes países totalizam cerca de 237 mil imigrantes, ou seja, cerca de 10 por cento da população estrangeira com origem nos países da sob região.

Depois há uma terceira categoria de países cuja emigração para a Costa do Marfim não se enquadra nas duas categorias anteriores. São o caso da Nigéria, com cerca de 89 mil, enquanto a Serra Leoa e Guiné-Bissau fica-se por 1000 e 388 respetivamente, e em conjunto representam apenas cerca de 3,8% dos cidadãos Oeste africanos residentes na Costa de Marfim.

Como já foi referido, as duas guerras civis ocorridas na Costa de Marfim, a primeira das quais teve início a 19 de setembro de 2002, quando os rebeldes de “*Forces Nouvelles*” vindos do Norte com apoio do Burkina Faso e opositores do regime de Laurent Gbagbo, que ocuparam metade do país e o mantiveram paralisado entre a guerra e paz tensa até praticamente 2007, quando foi assinado o chamado “*Acordo político de Ouagadougou*”, visando a criação de condições de paz e segurança que permitisse a realização de eleições presidenciais.

A segunda eclodiu no dia 25 de fevereiro de 2011 entre os apoiantes do ex-presidente e candidato derrotado Laurent Gbagbo, os apoiantes do Presidente eleito e de fato, Alassane Ouattara, depois do primeiro ter recusado aceitar os resultados eleitorais da

segunda volta, que deram a vitória ao seu rival. Recorde-se que a comunidade internacional, nomeadamente a CEDEAO, a União Africana, a União Europeia e as Nações Unidas, reconheceram os resultados das eleições como sendo livres, transparentes e justos. Meses de violência e de negociações não deram praticamente em nada, e a guerra só veio a terminar oficialmente com a captura de Laurent Gbagbo, a 11 de abril de 2011. Estes conflitos, bem como aqueles que ocorreram na Libéria, Mali e Serra Leoa, provocaram grande número de refugiados, deslocados internos e retornos forçados de imigrantes nestes países. No caso da Costa do Marfim, o número total de refugiados por país de destino é estimado em 1500 pessoas, enquanto o número total de refugiados por país de origem em 39 900 pessoas (Migration Data Portal, 2018)⁵².

2.5.5 Gâmbia

A Gâmbia é um país com cerca de 11 300 km², um dos mais pequenos do continente africano. O território é cercado totalmente pelo vizinho Senegal, exceto a pequena faixa ocidental, banhada pelo Oceano Atlântico. É formado por uma longa faixa de terra, maioritariamente pantanosa que segue o rio com o mesmo nome, desde a foz no Oceano Atlântico até aproximadamente 320 km no interior do continente, e com uma largura que raramente atinge os 50 km, ao longo das duas margens. Fazem parte ainda do território gambiano as duas ilhas situadas junto da foz, a ilha James e Sant Mary, onde fica situada a capital, Banjul.

Segundo os dados dos censos de 2013⁵³ a população do país é de 1 882 450 habitantes, com uma densidade populacional de 176.1 hab/km², sendo os concelhos⁵⁴ de Brikama e Kanifing mais populosos, representando 37,2% e 20,3% do total da população respetivamente. No outro extremo oposto, o concelho com menos população está Banjul, a capital com 1,7 por centos apenas.

Em termos de migração, e apesar dos censos não apresentarem dados detalhados sobre a composição quer da emigração, quer da imigração, um estudo de Banco Mundial⁵⁵ indica que o *stock* de imigrantes residentes no país em relação ao total da população é de 16,6%, o que rodará os 312 mil imigrantes, dos quais 4,9% são refugiados, refere o

52 https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2017&cm49=384

53 The Gambia 2013 Population and Housing Census Preliminary Results (Online). Disponível em: <http://www.gbos.gov.gm/uploads/census/The%20Gambia%20Population%20and%20Housing%20Census%202013%20Provisional%20Report.pdf>

54 Designados no país por Local Government Area (LGA).

55. <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1199807908806/Gambia.pdf>

mesmo documento. As maiores comunidades estrangeiras são por ordem de importância, Senegal, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia e Serra Leoa.

Por outro lado, e na mesma linha de análise, o *stock* dos emigrantes gambianos residentes fora do país é de 3,7%, o que equivale dizer que o número de emigrantes se situa à volta de 70 mil, tendo como principal destino por ordem de importância os seguintes países: Espanha, Estados Unidos, Nigéria, Senegal, o Reino Unido, Alemanha, Suécia, Serra Leoa, Noruega e França.

Uma observação mais atenta da proveniência dos emigrantes residentes na Gâmbia, verifica-se que, excetuando o caso da Serra Leoa, é constituída fundamentalmente pelos cidadãos dos países geograficamente próximos. Lembre-se, como de resto já foi referido atrás, que a Gâmbia só tem fronteiras com o Senegal. Por seu turno, a emigração, é muito diversificada, o que torna difícil a sua classificação principalmente nas categorias anteriormente utilizadas.

É de referir que depois do sector turístico, as remessas constituem a maior fonte de receitas do país⁵⁶. Segundo o mesmo documento do Banco Mundial no período compreendido entre 2003 e 2010 elas variaram entre um mínimo de 61 milhões de dólares em 2010 e o máximo de 67 milhões em 2008.

2.5.6 *Gana*

Um dos primeiros países africanos a ganhar a independência da antiga potência colonial o Reino Unido, a 6 de março de 1957, Gana está situado na costa ocidental da África, com uma extensão territorial de 238 533 km². Gana faz fronteira a Oeste com a Costa do Marfim, a Norte com o Burkina Faso, a Leste com Togo e a Sul é banhado por Oceano Atlântico, junto do Golfo da Guiné. Em termos administrativos, o país está dividido em 9 regiões administrativas e uma área metropolitana – a Grande Acra, onde se situa a capital, Acra. Esta área geográfica, para todos efeitos é considerada como uma região administrativa.

Segundo o sítio *Migration Data Portal*⁵⁷, Gana tem uma população estimada em 28,8 milhões de habitantes, distribuída de forma irregular no país, com duas áreas metropolitanas, a Acra, a capital, com mais de 2 milhões de habitantes, e Kumasi, capital da região de Ashanti, com mais 1,6 milhão de habitantes. A terceira mais importante

⁵⁶ Segundo o site da BBC, consultada a 12 de outubro de 2015, “Tourism is an important source of foreign exchange, as is the money sent home by Gambians living abroad. Most visitors are drawn to the resorts that occupy a stretch of the Atlantic coast”. <http://www.bbc.com/news/world-africa-13376517>

⁵⁷ https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2017&cm49=288

cidade do país é Tamale, capital do Norte, com mais de 360 mil habitantes, longe das duas primeiras.

Em termos migratório, o Gana apresenta algumas particularidades, quando comparado com os países da região, dos quais se pode destacar o facto de o seu saldo migratório ser negativo, ou seja, em 2015, Gana tinha mais de dobro emigrantes (801 710) que imigrantes (399 471). Por outro lado, se tal como os países da região apresenta uma forte componente da imigração fronteiriça, (cerca de 61%), a proveniência da população estrangeira residente no país é mais diversifica, como se pode observar na figura seguinte.

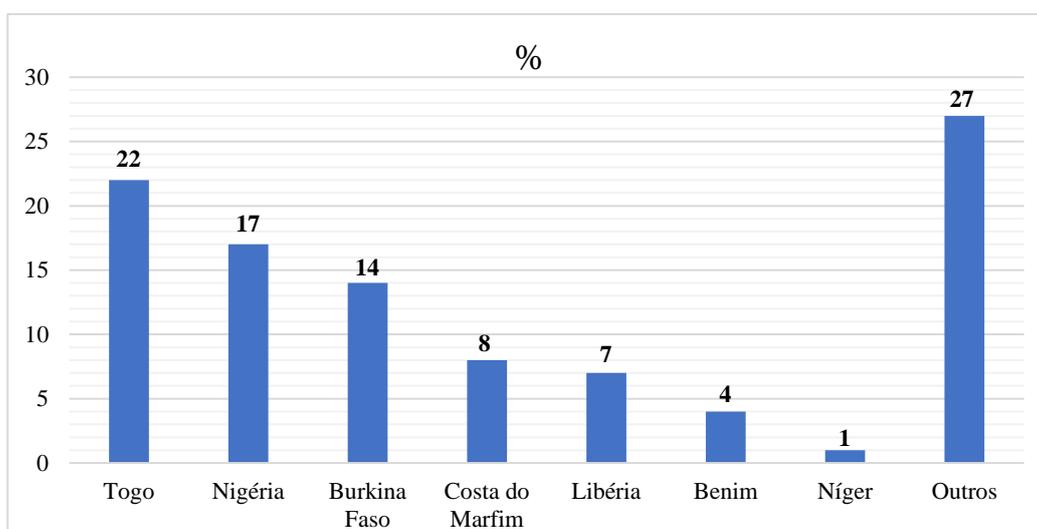


Figura 2-3: Origem dos migrantes no Gana
Fonte: (MGSOG, 2017)

Como se pode observar na figura em cima, o Togo é o país mais representado no Gana, cerca de 88 mil (22%), a Nigéria, tem a segunda maior comunidade estrangeira no Gana, (mais de 68 mil, cerca de 17%), o Burkina Faço (cerca de 56 mil, 14%), a Costa do Marfim (cerca de 32 mil, 8%), ocupam os primeiros quatro lugares do ranking das comunidades estrangeiras residentes no Gana. Libéria e Benim ocupam os lugares seguintes com 7 e 4% respetivamente (MGSOG, 2017: 5).

A categoria outros apresentada na figura acima surge subdividida em três subcategorias (outros Sul (14%), outros Norte (10%), e os outros (4%) na publicação, o que sugere que (cerca de 14% da população estrangeira tem origem nos outros países africanos fora da CEDEAO, os outros 10% de Norte referem-se a pessoas oriundos fora do continente, nomeadamente países europeus e do continente americano, com destaque para britânicos, alemães e italianos no primeiro caso, e Norte americanos e canadianos, no segundo. E finalmente os 4% referidos como apenas outros, refere-se a outros países africanos.

Se é verdade que a diversidade de origem dos imigrantes residentes no Gana é clara, como se viu, mais diversa ainda é os destinos da sua emigração. Por outro lado, exceto a presença de ganenses no Togo (27% dos 801 710 emigrantes), que se enquadra na emigração transfronteiriça, a maioria dos outros destinos obedecem ao padrão de afinidade linguística e cultural, são casos da emigração de ganenses para os Estados Unidos, onde vivem mais 130 mil (17%), o Reino Unido, residência de mais de 104 mil (cerca de 13%) do total da diáspora do Gana.

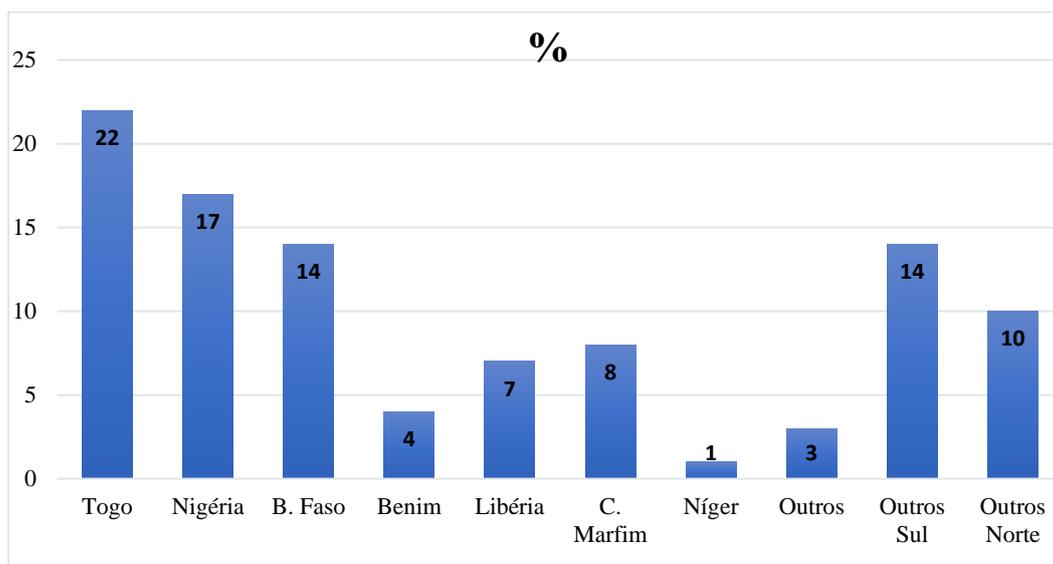


Figura 2-4: Origem dos migrantes residentes no Gana
Fonte: (MGSOG, 2017)

2.5.7 *Guiné-Conacri*

A Guiné Conacri é um país da África Ocidental com 246 000 km², limitado a norte pela Guiné-Bissau e pelo Senegal e uma parte do Mali, com o qual também partilha a fronteira leste, juntamente com a Costa de Marfim, a sul pela Libéria e pela Serra Leoa e a Oeste é banhado pelo Oceano Atlântico. O país está dividido em quatro grandes províncias: Baixa Guiné (como o próprio nome indica é formada por terras baixas junto do Oceano Atlântico, onde a maioria da população é Sosso), Médio Guiné (corresponde grosso modo a zona das montanhas de Futa Djalon, donde nascem numerosos rios, com destaque para o Rio Níger), aqui a etnia dominante é Fula, com cerca de 80%), Alta Guiné (uma imensa savana formando uma zona de transição com Mali) e Guiné Florestal (região situada no sudeste do país junto das fronteiras com Libéria e Serra Leoa, daí que a população ter muitas afinidades com os povos destes dois países vizinhos, apesar de os Manicas constituírem a maioria com cerca de 35%). Estas províncias estão por sua vez divididas em 8 regiões administrativas e 33 prefeituras e uma zona especial, a do capital Conacri.

Em termos populacionais, segundo dados do Banco Mundial⁵⁸, o país tem cerca de 12,3 milhões de habitantes, divididos em cerca de uma quarentena de grupos étnicos, embora serem os Fulas, Manicas e Sossos os principais.

O seu peso geográfico é de 4,8% do conjunto dos países da África Ocidental, enquanto o seu peso demográfico é de 3,4% e finalmente o seu peso económico é de apenas 1,4 por cento do bloco regional. O que é de fato muito pouco, quando considerado os enormes recursos naturais que o país possui, nomeadamente bauxite de que é o segundo produtor mundial, contando-se ainda com ferro e diamantes.

A Guiné-Conacri tem no seu território praticamente cidadãos de todos países da região, embora a maioria com números pouco significativos, não chegando a um miliar de indivíduos. Estão nesta situação países como Togo (933), Níger, (885), Gana (850), Nigéria, (578), (Gâmbia) e a Burkina Faso (305) cada. Outros países apresentam algum peso, como são os casos de Benim, (cerca de 1 500), a Guiné-Bissau (1777), o Senegal (cerca de 1 300), a Costa do Marfim (mais de 6 700) e do Mali com quase 10 mil imigrantes, refere o documento supramencionado.⁵⁹

No entanto, os dois vizinhos do Sul encabeçam a lista de países com maior número de imigrantes a viver na Guiné-Conacri: cerca de 118 mil da Libéria e mais de 226 mil da Serra Leoa. Certamente muitos destes cidadãos são refugiados fugidos das guerras civis que ocorreram nestes países.

A emigração de guineenses dentro da região é fundamentalmente dirigida para os países vizinhos do litoral, nomeadamente a Costa de Marfim onde reside a maior comunidade guineense no exterior, (cerca de 107 mil), seguido da Serra Leoa (mais de 62 mil), do Senegal (cerca de 40 mil) e da Libéria (mais de 37 mil), refere o mesmo documento. Mesmo assim, estes números pecam muito por defeito. Segundo Amadou Oury Bah,

“Em 1984, havia cerca de dois milhões de Conacri-guineenses a viver no exterior. Esta população emigrada estava repartida de seguinte forma: cerca de “630 000 na Costa do Marfim, 590 000 no Senegal, 230 000 na Libéria, 220 000 na Serra Leoa, 90 000 no Mali, 50 000 na Guiné-Bissau; sendo o restante distribuído entre outros países africanos, Europa e América do Norte” (Bah et al, 1989: 22).

A ter fé nestes números, os cidadãos oriundos de Guiné Conacri residentes nos seis países mencionados ultrapassa 1,6 milhão de pessoas.

58 Banco Mundial, op. Cit., 2014.

59 OIM, ob. Cit., <http://www.iom.int/west-and-central-africa>

2.5.8 *Libéria e Serra Leoa*

O comportamento migratório de Libéria e de Serra Leoa foi durante muito tempo similar. Depois das respetivas independências estes dois países anglófonos começam a explorar os seus recursos naturais, nomeadamente ouro e diamantes. Esta extração de metais preciosos trouxe a estes países muita riqueza que dinamizou as suas economias, que por sua vez atraiu muitos milhares de imigrantes vindos um pouco de toda a parte da África Ocidental, com destaque para o vizinho de Norte a Guiné-Conacri. Contudo, os grandes beneficiários destes recursos foram os sírio-libaneses e as grandes empresas exploradores destes recursos, aliados às elites políticas locais corruptas, deixando a grande maioria da população na miséria.

Esta situação gerou, quer num como noutra país, um descontentamento crescente nas mais variadas camadas sociais, principalmente nos milhões de jovens, sem educação, nem emprego e sem esperança, que foi aproveitado por pessoas como Samuel K. Doe, Charles Taylor ou Prince Johnson na Libéria; Foday Sankoh e muitas milícias armadas que surgiram na Serra Leoa.

Estes senhores da guerra organizaram rebeliões armadas extremamente violentas, simplesmente para controlar a extração e o contrabando de diamantes, que no caso de Libéria gerou duas guerras, a primeira decorreu entre 1989 e 1996, enquanto a segunda entre 1999 e 2003⁶⁰. No país vizinho a guerra teve início em 1991 durando 11 anos e só terminou a 18 de janeiro de 2002 com a intervenção militar estrangeira que levou depois à assinatura do acordo de paz.

Quer num país como no outro, estas guerras provocaram milhares de mortos e mutilados, para além de centenas de milhares de deslocados internos para os países vizinhos que, em muitos casos, acabaram de lá permanecer.

A Libéria é um país localizado na África Ocidental com cerca de 111 369 km², (cerca de 2,2% da superfície da CEDEAO), administrativamente dividida em 15 condados (designados por *countries*, de resto como nos *Estados Unidos* – “à frente de cada condado encontra-se um superintendente que é nomeado pelo Presidente da Libéria”⁶¹). É limitado a norte pela Guiné-Conacri e Serra Leoa, a Leste pela Costa do Marfim e a Sul e Oeste pelo o Oceano Atlântico. A sua população é de um pouco menos de 4 milhões (3 955 000) habitantes, segundo os resultados dos censos realizados em 2008 e publicados em

⁶⁰ Estes confrontos

⁶¹ Instituto de Estatísticas e Serviços de Informação da Libéria

2011, o que representa cerca de 1,3% da população regional, enquanto a sua economia não vai para além de 0,4 por cento do conjunto da CEDEAO.

O seu vizinho de norte, Serra Leoa, tem uma superfície de 71 740 km² (1,4% do território da África Ocidental), é limitado a norte e nordeste por Guiné-Conacri, a sudeste pela Libéria, e pelo Oceano Atlântico a sudoeste. Está dividida em 4 províncias: Província de Norte (subdividida em 5 distritos); Província de Leste (com 3 distritos); Província do Sul (com 4 distritos) e a chamada Área Ocidental (que engloba a capital, subdividida em *West Area Urban* (com estatuto de uma província, e *West Area Rural* com categoria de distrito).

A sua população é de cerca de 6,2 milhões (6 190 280) habitantes (1,9% da população regional), divididos em 16 grupos étnicos, dos quais 60% professa a religião muçulmana, 30% de cristã e 10 por cento praticam as religiões tradicionais africanas.

O peso da economia do país no conjunto dos 15 países da Comunidade Económica Oeste Africana é de 0,9 por cento.

Os conflitos mencionados determinaram as dinâmicas e características migratórias desta zona da África Ocidental. Estes dois países que eram sobretudo recetores de emigrantes vindos dos seus vizinhos (principalmente da Guiné-Conacri), tornaram-se emissores, sendo a grande maioria refugiados. A Guiné-Conacri é destino de cerca de 190 mil liberianos, na sua grande maioria refugiados e cerca de 25 mil na Serra Leoa, enquanto no Mali foram registados (623) refugiados, 847 no Senegal, 847, na Gâmbia, 745 e apenas 120 pessoas na Guiné-Bissau. Isto mostra claramente a emigração tanto voluntária como forçada, tem como destino os seus vizinhos com fronteiras comuns. A Nigéria onde vivem cerca de 20 mil liberianos constitui a exceção, mas aqui a dimensão económica e a afinidade linguística (o inglês) podem ser os fatores determinantes.

Em sentido contrário, ou seja, os estrangeiros a viver na Libéria, apesar dos conflitos com que o país passou contínua, até certo ponto atrativo. São registados cerca de 215 mil cidadãos da sub-região a viver no país. Mais uma vez a migração transfronteiriça domina este fluxo, com a Costa do Marfim a liderar esta lista com mais de 150 mil, seguida de Guiné-Conacri com 37 mil (número muito abaixo do real) e de Serra Leoa (mais de 13 mil). Estes três países com fronteira comum representam cerca de 93,4% da população da África Ocidental a residir no país.

A migração motivada pela afinidade linguística como é o caso de 7 400 ganenses e de 5 mil nigerianos, que representam cerca de 5,8% é outro fator a considerar. Como se viu anteriormente, quase mais de um quarto da população do país, principalmente da parte

sudeste, tem afinidades culturais e laços familiares com a população do outro lado da fronteira com a Costa do Marfim.

Finalmente, o conjunto da população com origem nos outros países, é pouco significativo, não representando mais de 0,8 por centos.

Tal como na Libéria, o movimento migratório de e para Serra Leoa, quer se trate de emigração voluntária quer forçada é dominado pelas relações transfronteiriças. Cerca de 91% da população Oeste africana residente no país tem como origem nos seus vizinhos com fronteira comum, a Guiné-Conacri e Libéria. O primeiro contribui com mais de 62 mil pessoas (cerca de 67,4%), enquanto o segundo, a Libéria com mais de 22 mil (24%) de imigrantes, ocupa o segundo lugar. Segue-se de longe a migração de afinidade linguística, que representa cerca de 6,4% dominada por Gâmbia (2 472 pessoas), da Nigéria (cerca de 2 100) e de Gana (1 341 pessoas).

O mesmo cenário se repete quando se observa a população Serra-leonesa a residir no espaço regional, estimada em mais de 253 500 indivíduos. Destes, cerca de 94,7% vive nos dois países vizinhos, Guiné-Conacri sozinha a albergar mais de 226 mil (cerca de 89,3%), muitos dos quais refugiados, seguido de Libéria (mais 13 mil). A Nigéria e Gana, dois países anglófonos contribuem com 3 640 e 1 939 pessoas, respetivamente. Todos outros países apresentam números insignificantes⁶².

2.5.9 *Mali*

O Mali é um país do interior da África Ocidental, sem saída para o mar. O clima é tropical na parte Central e Sul, principalmente junto do Rio Níger que atravessa todo o país e onde se encontra a maior parte das terras aráveis e por consequência as irrigadas. Faz fronteira com a Mauritânia a Oeste e Norte; com a Argélia a Norte; a Leste e Sudeste com o Níger, a Sul com o Burkina Faso e a Costa do Marfim e Sudoeste com Guiné-Conacri e Senegal.

O Mali é o maior país da África Ocidental em termos de extensão territorial com 1 240 192 km² (24,8%) do total da área geográfica da região, com uma população de 15,3 milhões, segundo os censos de 2013 (5,2%) da população regional, enquanto o seu peso económico no conjunto dos 15 países não vai para além 1,6% do bloco⁶³.

62 É de referir que na Guiné-Bissau vive uma comunidade Serra-leonesa significativa (800 indivíduos, segundo OIM), mas que pode ser mais numerosa. Em Bissau esteve a funcionar o único campo de refugiados que foi montado no país (ocupando um antigo Quartel do exército português, no Bairro de Quelelê), precisamente para acolher refugiados de Serra Leoa. Muitos destes abandonaram o campo antes do seu desmantelamento formal, misturando-se com a população local e muitos casaram com cidadãos guineenses e formaram família.

63 www.africaneconomicoutlook.org/en/theme

Tal como o seu vizinho Burkina Faso, o Mali foi durante muito tempo um país de emigração, tendo como principal destino a Costa de Marfim, onde a sua comunidade é estimada em mais de 441 mil, cerca de 59% dos seus emigrantes a viver no espaço da CEDEAO⁶⁴, ou seja, cerca de 32% do total de malianos a viver no exterior⁶⁵. Segundo Moïse Ballo (2009 :52), baseado no Recenseamento Eleitoral levado a cabo pelo Ministério da Administração Territorial no exterior em 2001, foram registados 920 388 malianos em condições de votar, ou seja, com idade igual ou superior a 18 anos. E o mesmo autor acrescenta que, o número total podia ascender às 1.578.695 pessoas, maioritariamente a viver nos países da África Ocidental (“32% emigrantes malianos na Costa do Marfim, 28% em Burkina Faso, 10% em Guiné, Nigéria 6% e 5% em Gana”), acrescenta.

Portanto, estes dados levam a concluir que a emigração maliana para os países com os quais o país tem fronteira comum representa mais de 81,5% do total registado no espaço da comunidade Oeste africana. Se a posição ocupada pelos vizinhos com fronteira comum não constitui grande surpresa, a emigração para a Nigéria onde residem mais de 133 mil é diferente, porque fica fora do contexto da migração transfronteiriça e da afinidade linguística – a francofonia, que é comum a todos outros vizinhos. Alguns dados apontam este país anglófono e sem fronteira comum como segundo mais importante da emigração maliana na região depois de Costa de Marfim.

No Senegal a comunidade maliana é de muito difícil de calcular, variando entre os 15 502 apresentado no sítio da OIM, para valores acima de 800 mil defendidas pela Federação das Associações dos Cidadãos Malianos no Senegal (FARMS)⁶⁶. O certo é que este país foi durante muito tempo local de refúgio para muitos cidadãos dos países vizinhos, nomeadamente, malianos, Conacri-guineenses e Bissau-guineenses.

A presença da emigração maliana nos outros países não francófonos é pouco significativa. Regista-se um pouco mais de 1 600 na Libéria, e 835 na Serra Leoa e apenas 58 em Cabo Verde. Não há registos da presença dos malianos quer na Argélia, quer na

64 OIM, ob. Cit., <http://www.iom.int/west-and-central-africa>

65 <http://www.iomdakar.org/profiles/fr/content/profil-migratoire-mali>

66 En 1994, on estimait à 30 000 les Sénégalais immigrés au Mali et à quelques dizaines de milliers les Maliens immigrés au Sénégal. Ce chiffre est contesté par le Président de la Fédération des Associations des Ressortissants Maliens au Sénégal qui estime que la communauté malienne dépasse les 800 000 personnes, Sénégalais de souche malienne et Maliens d'origine venus après 1960 réunis. Ces nuances soulignent toute la difficulté qu'il peut y avoir dans cette région à percevoir la réalité de la migration internationale sur la base des entités nationales » (Robin, 1995: 4). Disponível em: http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers08-09/010014865-58.pdf

Mauritânia, dois outros vizinhos com fronteiras comuns, e não há dados estatísticos na Guiné-Bissau apesar da presença desta comunidade no território.

No entanto, segundo Diana Cartier (2013), depois do início do conflito em janeiro de 2012, houve cerca de 301 mil deslocados internos, mais de 185 mil movimentos fronteiriços e cerca de 176 mil refugiados⁶⁷, no entanto, outros autores apontam para números muito superiores, como vamos ver a frente.

Apesar da importância deste movimento migratório de e para o Mali, é a migração interna e sobretudo o êxodo rural em direção aos principais centros urbanos, e para Bamako em particular, que constitui a maior preocupação das autoridades malianas.

Um estudo⁶⁸ conjunto entre a Secretaria Técnica Permanente do Quadro Institucional de Assuntos de Gestão Ambiental, o Grupo de Coordenação das zonas Áridas do Mali e do Conselho de Concertação das ações de ONGs revelou que a seca e a desertificação que tem afetado o país nas últimas décadas, são responsáveis pela emigração maliana. Este movimento populacional, segundo este estudo, produziu dois tipos de emigração em simultâneo: a migração interna, traduzido num massivo êxodo rural para os centros urbanos, com destaque para a capital, Bamako. Calcula-se que este tipo de movimento tenha originado a emigração de mais de 40% da população das zonas mais atingidas pela seca, sendo responsável pelo aumento da população da capital em mais de 37 por centos, afetando mais de 51% da população com 15 e mais anos de idade (Cartier, 2013: 6).

Por outro lado, estes problemas ambientais terão sido responsáveis pela saída de grande número de malianos para o exterior. Segundo o estudo anteriormente referido, em 1995 e 2011 a comunidade maliana a viver fora do país era de 3,761,640 e 2 235 683 indivíduos, respetivamente. E destes, cerca de 1/5 eram mulheres (Togola, s/d), cuja emigração por iniciativa própria não era muito comum na sociedade maliana, o que demonstra o impacto que os problemas ambientais têm vindo a ter na desintegração das sociedades agrárias africanas, assunto que voltaremos a abordar mais a frente neste trabalho.

67. Diana Cartier (2013), La Crise au Mali sous l'angle de la migration. https://www.iom.int/files/live/sites/iom/files/What-We-Do/docs/Mal_Migration_Crisis_June%202013_FR.pdf

68 La promotion du pougère comme outil de lutte contre la désertification et facteur de création d'emplois pour la lutte contre la pauvreté, coordenado por Dr. Ibrahim Togola. Segundo este estudo "L'êxodo rural et les migrations internationales sont à l'origine de déplacements de populations en détresse et désemparées par l'adversité des conditions locales vers d'autres régions plus favorisées à l'intérieur du pays et à l'étranger. Pour mieux saisir la nature profonde de ces migrations internes et internationales, notre analyse est largement basée sur les résultats des premières études conduites au Mali auprès des ménages par le Réseau Migration et Urbanisation en Afrique de l'Ouest en 1992 et 1993. Il sera également fait référence aux cas du Nord du Mali et l'Ouest (Région de Kayes) comme zones à forte émigration" (Cartier, 2013:6).

Quanto ao destino da emigração maliana, os países da sub-região são preferidos, com destaque para a Costa do Marfim, seguido de Níger e Mauritânia, França e, mais recentemente, a Espanha e os Estados Unidos, acrescenta o mesmo estudo. Aliás, em 1995, 96,5% dos 3 627 305 emigrantes malianos tinham como destino o continente africano (destes 81,65% na África Ocidental, 14,50% África Central, 3,8% na África do Norte e apenas 0,05% na África Austral), 2,7% na Europa, 0,1% na América e 0,7% na Ásia.

Seis anos depois o número de malianos no exterior tinha descido para 2 419 875⁶⁹, acompanhado de uma alteração nos destinos. A África passou de 96,5 para 90,2%; a Europa subiu de 2,7 para 5,8%; a Ásia de 0,7 para mais de 3,8%; e a América registou uma subida de uma décima. No entanto a África Ocidental representava mais de 89 por cento de destino da emigração do Mali.

Fora do espaço da CEDEAO, a emigração maliana tem como destino o velho continente, onde a França é o principal destino. Não existe números exatos de malianos a viver neste país, variando entre 90 mil e as 120 mil pessoas, conforme as fontes. Destes, calcula-se cerca de 40 mil estão em situação irregular (Sieveking, 2009: 32). Segundo o mesmo autor, há uma particularidade desta emigração, mais 60.000 (50 a 66,6%, conforme o número assumido) são originários da região de Kayes, na zona ocidental que faz fronteira com o Senegal.

As mesmas razões apontadas nas migrações entre o Burkina Faso e a Costa do Marfim são válidas no caso maliano, ou seja, a par de razões históricas, a existência de fronteiras comuns, de afinidades culturais, laços de parentescos e as migrações laborais, principalmente nas plantações de café e de cacau são determinantes. Esta mobilidade regional não só desempenha o papel fundamental no desenvolvimento socioeconómico dos países, mas também serve como forma de manter e fortalecer a identidade étnica dum lado e do outro das fronteiras (Sieveking, 2009: 6). Para este autor, a sociedade maliana é fortemente hierarquizada, o que não só facilita, como incentiva esta mobilidade regional, que no seu entender desempenha um papel importante na ascensão social entre os sexos e grupos de idade.

Quanto aos padrões migratórios dominantes no Mali, o autor considera que:

« Les modes de migration saisonnière qui se croisent parfois, et une mobilité plus ou moins permanente, se reflètent dans les conventions et arrangements traditionnels sur lesquels repose la coexistence des différents groupes ethniques. Dans l'optique d'une étude et d'une analyse des

⁶⁹ No é de admitir que não se trata de facto de uma redução efetiva, mas de aquisição de nacionalidades dos malianos nos países de residência, deixando de figurar as estatísticas destes como imigrante, o que é muito comum em muitos países.

dynamiques migratoires actuelles, il est important de constater qu'il existe un enracinement historique profond des réseaux et pratiques migratoires, tant dans l'espace urbain que rural, qui va de pair avec une longue tradition de discours sur la migration. Ces discours, ancrés dans la culture, jouent un rôle décisif dans la légitimation sociale de la migration et contribuent à rendre plus ou moins volontaires les projets individuels de migration. En même temps, la mutation des relations entre les générations et la transformation du tissu socioéconomique s'accroissent sous l'effet des moyens modernes de communication et de transport » (Sieveking, 2009: 6).

Apesar de o Mali ser um país tradicionalmente emissor de emigrantes, também não deixa de ser, até certo ponto recetor, principalmente dos seus vizinhos da CEDEAO com fronteira comum, nomeadamente a Costa do Marfim com mais de 77 500 imigrantes, Burkina Faso, (mais de 22 mil), seguida de Guiné-Conacri e do Senegal com (16 267) e (12 mil) respetivamente, e do Níger (cerca de 6 mil), que no conjunto representam mais de 90,7% da população estrangeira residente no Mali.

Os restantes, sem grande expressão, são originários dos países anglófonos da região. O Gana com 2 649 é mais bem representado, seguido de Nigéria e de Serra Leoa com 1691 e 1 306, respetivamente. A Libéria e Togo ficam-se com 634 e 577 imigrantes cada.

Outro fenómeno que tem afetado a África Ocidental em geral e o Mali, o Senegal e sobretudo de Níger em particular, é migração de trânsito. As pessoas em movimento usaram desde tempos antigos as rotas transarianas para se deslocar de e para Norte como já se mencionou nas páginas precedentes. E assim continuaram com maior ou menor intensidade ao longo dos anos, principalmente pelos cidadãos vindos d'África Ocidental para trabalhar, primeiro na Líbia (antes do conflito, naturalmente), com esperança de um dia conseguir passar para outro lado do mediterrâneo – é a chamada rota do Mediterrâneo Central.

Esta rota tem três ramificações no território maliano:

- a) Uma que parte da capital Bamako, passa pela cidade de Gao, segue em direção a Taoudenni, no Norte e segue para Adrar, na Argélia em direção a costa mediterrânea Ocidental, quer através do território argelino, como através dos Marrocos, neste caso tendo como destino as cidades espanholas de Ceuta e de Melilla.
- b) A segunda, depois de Bamako, passa pelo Gao em direção a cidade de Kidal, no Nordeste que entra no território argelino pelo Sul, seguindo depois para Sudeste até cruzar a fronteira com a Líbia em direção a cidade de Shabaha, donde partem depois para os portos líbios e tunisinos na costa do Mediterrâneo Central;
- c) A terceira rota como as duas anteriores, parte da capital, segue para Gao em direção a fronteira Leste com o Níger, para ir dar a cidade de Agadez, talvez o

maior centro da emigração clandestina da África Ocidental. Nesta cidade convergem a maioria das sub-redes vindas desde os Camarões, Nigéria, Gana, Serra Leoa, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Gâmbia e Senegal (figura 2.4).

- d) finalmente, a da Costa Ocidental, a rota mais popular entre imigrantes ilegais (desde a Serra Leoa, Guiné-Conacri, ilhas guineenses dos Bijagós, passando pelo Senegal e Mauritânia em direção a Espanha), com o porto de Nouadhibou, na Mauritânia, a funcionar como o centro das operações. Esta rota prosseguia até às cidades espanholas de Ceuta e Melilla, mas também às Ilhas Canárias⁷⁰. Foi esta rota que dominou a emigração clandestina africana desde os anos 90 do século passado até praticamente ao 2010.

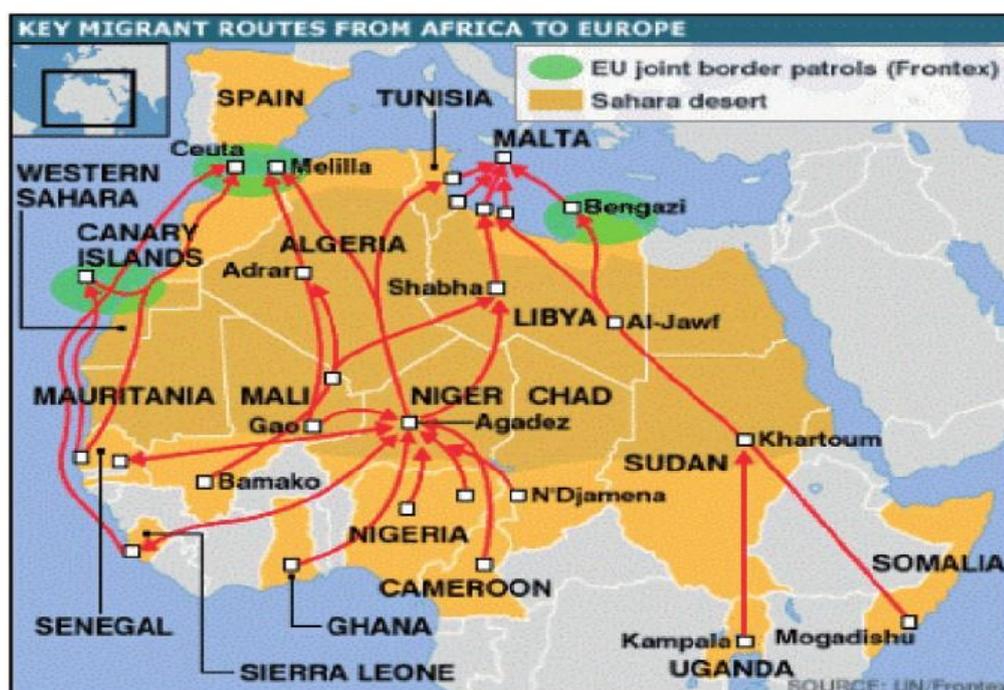


Figura 2-5: As principais rotas da emigração da África
 Fonte: Adaptado de BBC, 2014.

A partir deste ano, com a adoção pela União Europeia de medidas cada vez mais restritivas de entrada no seu território, por um lado, e o aumento da vigilância nas fronteiras marítimas, por outro, associada com política de cooperação entre a União e alguns países de origem e, sobretudo de trânsito, como o Senegal, Mauritânia e Marrocos, esta rota foi perdendo importância em detrimento das rotas do Mediterrâneo Central, através do Saará, via Mali – Argélia; e Mali – Níger – Líbia e Tunísia. São estas rotas que afetam mais o país, principalmente com a desintegração da Líbia e instabilidade na Tunísia.

70 BBB (2014), “As perigosas rotas de migração para entrada na Europa”, disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/10/131028_mapa_imigracao_lk

Segundo a Frontex⁷¹, nos últimos 11 anos (2008-2018), a agência estima que mais de 2 412 200 pessoas entre migrantes e refugiados tentaram entrar no espaço europeu através das suas fronteiras de forma ilegal. Destes, 144 134 pessoas fizeram-no através da Rota do Mediterrâneo Ocidental. Entre 2008 e 2010 os candidatos que utilizaram esta rota variaram entre um mínimo de 5 mil em 2010 e um máximo de cerca de 10 mil candidatos, para depois sofrer um aumento significativo de candidatos nos dois anos seguinte com 23 mil e 57 mil, respetivamente.

No mesmo período, a Rota Mediterrâneo Central foi utilizada por cerca de 784 mil candidatos, tendo os valores anuais oscilado entre 4 500 também 2010 e os 40 mil registados em 2013. A partir de 2014 os números aumentaram significativamente, atingindo mais de 181 mil em 2014.

O mesmo comportamento teve a Rota Mediterrâneo Oriental (utilizada mais pelos migrantes provenientes do Médio Oriente e um pouco pelos cidadãos vindos de países como Etiópia, Eritreia e Somália, do que resto da ASS), embora com valores muito mais elevados quando comparado com as duas primeiras.

É de sublinhar o grande aumento verificado em 2015 e 2016, com mais de 885 mil e 182 mil respetivamente, como se pode observar na (tabela 2.2). Este aumento deve-se fundamentalmente do agravamento da guerra na Síria, o que teve como consequência a conhecida crise dos refugiados dos últimos anos.

Quadro 2-3: Principais rotas no Mediterrâneo utilizadas para entrar na UE

| ANO | ROTA DO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL | ROTA DO MEDITERRÂNEO CENTRAL | ROTA DO MEDITERRÂNEO ORIENTAL |
|------|--------------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| 2008 | 6 500 | 39 800 | 52 300 |
| 2009 | 6 650 | 11 000 | 40 000 |
| 2010 | 5 000 | 4 500 | 55 700 |
| 2011 | 8 450 | 64 300 | 57 000 |
| 2012 | 6 400 | 15 900 | 37 200 |
| 2013 | 6 800 | 40 000 | 24 800 |
| 2014 | 7 243 | 170 664 | 50 834 |
| 2015 | 7 004 | 153 946 | 885 386 |
| 2016 | 9 990 | 181 376 | 182 277 |
| 2017 | 23 063 | 181 962 | 42 319 |
| 2018 | 57 034 | 23 485 | 56 561 |

Fonte: Frontex, 2019

⁷¹ Frontex é Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas, é um organismo da União Europeia (UE) que visa prestar assistência aos países da UE na correta aplicação das normas comunitárias em matéria de controlos nas fronteiras externas e de reenvio de imigrantes ilegais para os seus países de origem. A sua sede localiza-se em Varsóvia, na Polónia.

2.5.10 *Níger*

Para muito, o Níger é melhor exemplo da complexidade do fenómeno migratório dos nossos tempos, estando envolvido quer no processo da emigração, da imigração, como fundamentalmente de transito. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (2017)⁷², o país tem sido desde a muito tempo, na “encruzilhada de rotas migratórias na África Ocidental e Central. Enraizada no comércio transariano, a migração da África Central e Ocidental para os países do Magrebe tornou-se particularmente significativa desde os anos 1970 e 1980, quando campos de produção de petróleo e canteiros de obras em Líbia e Argélia começaram a atrair um número crescente de trabalhadores migrantes de países da África Subsaariana”.

Por isso o país tornou-se no principal ponto de trânsito para os migrantes vindos quer de da África Ocidental, quer de África Central, que se dirigem para o norte da África, com objetivo de um dia conseguir embarcar numa perigosa viagem pelo Mediterrâneo com objetivo de atingir o solo europeu (OIM, 2017: 7).

A localização geográfica do Níger permite em grande medida, de tornar-se no que é hoje, o principal país de transito. Situado na faixa central do continente, faz fronteira quer com países de destino do Norte do continente (Argélia e Líbia), quer com os principais emissores de emigrantes da África Ocidental (o Mali, o Burkina Faso e o Benim) e a Sul (com a Nigéria), como ainda a Leste com Chade, um país da África Central, também atravessado pelas rotas migratórias vindas quer dos outros países da África Central, como os vindos dos países do Corno da África, que chegam ao Níger via Sudão.

Com uma extensão territorial de 1 270 000 km², o Níger é maior país da África Ocidental. O país está dividido em 7 regiões administrativas, por sua vez subdivididos em 36 (Departamento). A sua capital é Niamey. Segundo as Nações Unidas, a população do país é estimada em 21,5 milhão de pessoas (MGSOG, 2017: 3).

O movimento migratório de e para Níger é praticamente dominado pela migração transfronteiriça. Mais de 80% dos 190 000⁷³ cidadãos da África Ocidental residentes no país são provenientes dos quatro países com os quais o Níger tem fronteiras, nomeadamente o Mali, cerca de 85 500 mil pessoas (45%), constitui a maior comunidade da CEDEAO no país, seguido do Benim e Burkina Faso (cerca de 19 mil, 10% cada), da Nigéria (um pouco mais de 17 mil, 9%), Togo 9 500, 5%). Ainda se regista mais 36 mil

72 https://gmdac.iom.int/sites/default/files/Web%20Version%20-%20IOM%20Niger%202016%20Profiling%20Report_EN.pdf

73 É de referir que mais de 124 700 eram considerados refugiados (MGSOG, 2017: 4).

pessoas vindas de outros países da África e 1 900 provenientes de outras parte do mundo, nomeadamente de Europa (MGSOG, 2017: 5).

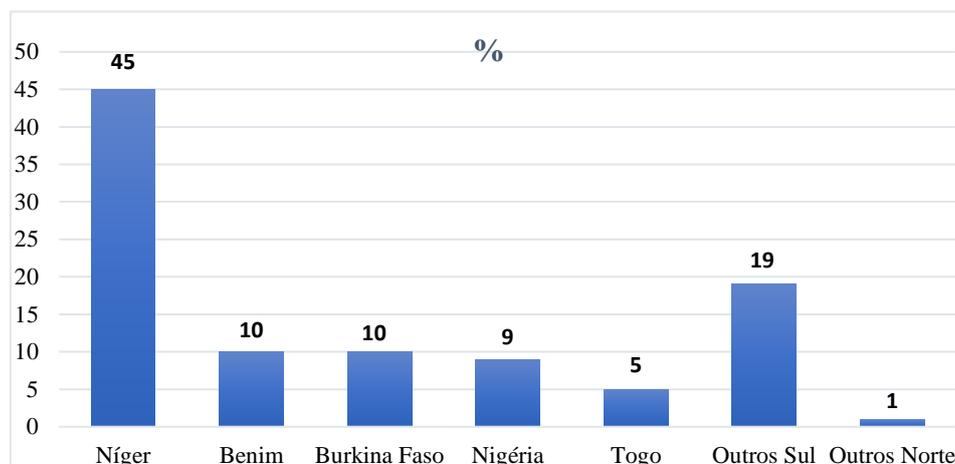


Figura 2-6: Origem dos migrantes residentes no Níger

Fonte: Adaptado de (MGSOG, 2017).

O mesmo acontece com a emigração dos nigerinos, se excetuarmos a Costa do Marfim, que alberga a quarta maior comunidade nigerina (14%) dos cerca de 300 mil cidadãos de Níger a residir no espaço da CEDEAO. No entanto, a grande maioria de nigerinos que saíram do país, cerca de 96 mil (32%) escolheram o vizinho do Sul, a Nigéria como país de residência, seguido do Benim com mais 63 mil, (cerca de 21%), do Togo, 42 mil (18%), e do Burkina Faso, um pouco mais de 12 mil (4%), formam os países com maiores comunidades com origem do Níger.

É de registar os mais de 42 mil (8%) outros a viver nos diferentes países do continente africano, e de 9 mil (3%) outros, que conseguiram entrar na Europa (figura 2.6).

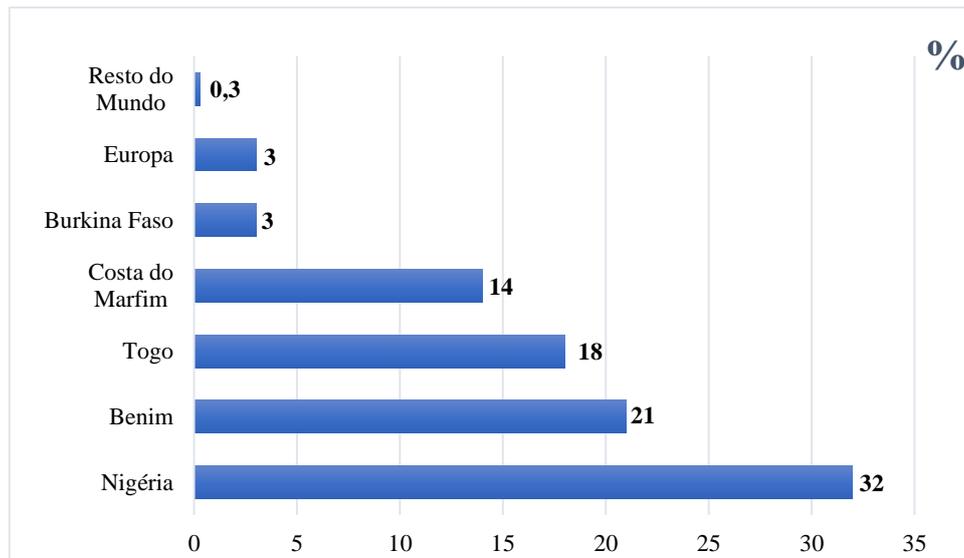


Figura 2-7: Destino dos migrantes com origem de Níger
 Fonte: Adaptado de (MGSOG, 2017).

Como se referiu anteriormente, o Níger é muito importante como país de trânsito. Segundo a OIM, em 2016, mais de 300 mil migrantes utilizaram o país anualmente como trânsito. Por outro lado, mais de metade dos refugiados oriundos da África Ocidental que conseguiram chegar a ilha italiana de Lampedusa passaram pelo Níger, através da cidade nortenha de Agadez, refere a mesma publicação (MGSOG, 2017: 5).

2.5.11 *Nigéria*

Para muito a Nigéria é o “gigante africano adormecido”, devido a sua população de 174 milhões de habitantes, o mais populoso do continente e o sétimo mais populoso do mundo. Em termos económicos a Nigéria ocupa o 26.º lugar das maiores economias do mundo, com um PIB superior a 500 bilhões de dólares, destronando a África do Sul, em 2013, como a maior economia do continente africano.

Estas características fazem da Nigéria a potência hegemónica da África Ocidental, cuja dimensão territorial de 923 768 km² não ultrapassa os 18,1%, mas o seu peso demográfico é superior a todos outros 15 estados membros juntos, com 52%, enquanto o peso da sua economia é superior a 67 por cento⁷⁴.

Tal como acontece com a maioria dos países, os estudiosos dos fenómenos migratórios de Nigéria queixam-se da quantidade e sobretudo da qualidade da informação produzida, o controlo das fronteiras e das políticas de migração são, na sua maioria, inadequadas. Apesar de isso, segundo OIM⁷⁵, pode-se afirmar que a “A Nigéria é um país de origem, trânsito e destino para diversas configurações migratórias, internas e

74 Instituto Monetário da África Ocidental, <http://pt.reingex.com/WAMZ-Zona-Monetaria-Africa.shtml>

75 https://publications.iom.int/system/files/pdf/national_migration_policy_2015.pdf

internacionais: migração sazonal de mão-de-obra, migração ilegal ou não documentada, deslocamentos internos, tráfico de pessoas, migração feminina e migração de profissionais qualificados e estudantes. No entanto, há uma falta geral de informações atuais sobre o estoque e o fluxo de migrantes dentro e fora do país (OIM, 2015: 31).

Segundo a mesma publicação, os fluxos migratórios datam dos anos 1970 e 1980, quando a economia do país viveu sob influência do boom do petróleo, e atraiu grande número de imigrantes, na sua grade maioria vindo de outros países da África Ocidental. Nomeadamente de Gana, mas também do Mali, do Níger e de Chade, entre outros. Tudo se alterou com o colapso dos preços do crude no mercado internacional (ibidem, 2015: 31-32).

Apesar de isso, as características atrás apresentadas sejam suficientes para que não constitua nenhuma surpresa que o saldo migratório da Nigéria seja muito excedentário, com mais de 627 mil cidadãos da CEDEAO a escolher este país para emigrar, enquanto só cerca de 153 mil nigerianos fazem o mesmo em direção a um estado membro da comunidade regional. Mais uma vez os que saem escolhem seus dois vizinhos com fronteiras comuns – Benim e Níger destacam-se com 47 553 e 30 mil respetivamente. Embora a Costa de Marfim seja detentora da segunda posição da diáspora nigeriana, aspeto que não se enquadra nem nos movimentos transfronteiros, nem da afinidade linguística. O que nos leva, na falta de outros argumentos, deduzir que sejam os fatores de natureza económica da Costa do Marfim, a terceira maior economia do bloco regional, atrás da Nigéria e Gana, sejam determinantes. O Togo é o quarto maior destino dos nigerianos (cerca de 20 mil pessoas). Seguem-se a Serra Leoa (cerca de 2 400), da Libéria, (2 mil) e finalmente da Guiné-Conacri com cerca de 900 nigerianos registados⁷⁶.

Quanto à imigração da Nigéria é muito diversificada. Pode-se dizer que todos os países da sub-região têm nacionais seus nos seus territórios, embora sejam o Benim juntamente com o Níger, os únicos com fronteira comum com o país⁷⁷, o mais bem representado, o primeiro com cerca de 239 mil, enquanto o segundo com cerca de 88 mil fica-se pelo quinto lugar das comunidades estrangeiras mais numerosas, atrás de Gana, (mais de 186 mil), do Mali, (mais de 143 mil) e do Togo, (cerca de 116 mil) imigrantes. Seguem-se a Libéria (cerca de 20 mil), do Burkina Faso, (mais de 8 mil) e da Guiné-Conacri (cerca de 6 200 indevidos). Todos outros países ficam-se abaixo de 5 mil,

⁷⁶ Como temos vindo a referir ao longo do texto, as estatísticas da Guiné-Bissau não refletem a realidade, mas o número dos nigerianos no país é de largas centenas, embora muitos o utilizem para trânsito rumo d destinos como Cabo-verde e Portugal.

⁷⁷ Só não foi possível obter dados relativos a dois pequenos estados da sub-região, o Cabo-Verde e a Gâmbia.

nomeadamente a Guiné-Bissau e Senegal estão na mesma grandeza, (cerca de 4 850) e (4 750), respetivamente. A Costa do Marfim (cerca de 4 400), número que não deixa de ser surpreendente, se considerar o número de nigerianos que vivem neste país (cerca de 39 mil), como se viu anteriormente. A Serra Leoa ocupa a última posição dos países menos representados, com cerca de 3 800 apenas⁷⁸.

Tal como nos casos de Costa de Marfim, Libéria e Serra Leoa, os conflitos interétnicos e inter-religiosos, principalmente no Norte e Nordeste do país, onde o grupo radical Boko Haram está mais ativo, possam afetar a emigração para o país, nomeadamente do Níger, na única fronteira que o país tem a Norte.

2.5.12 *Senegal*

Durante os primeiros anos das independências dos países africanos, o Senegal foi refúgio para muitos cidadãos dos países vizinhos. Uns fugiam da guerra que se desenrolava no seu território, outros da brutalidade dos regimes que haviam estalado no seu país e muitos por razões económicas.

No primeiro caso estão os cidadãos da Guiné-Bissau, onde o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde, desencadeou a 23 de Janeiro de 1963 uma luta armada de guerrilha contra o domínio colonial português, obrigando um número considerável de cidadãos a fugir e procurar refugio nos países vizinhos, tendo a sua grande maioria dirigido para o Senegal, atingindo um número de refugiados superior a 50 mil. Segundo o sítio *Guerra Colonial 1961 -1974*, “as autoridades militares portuguesas estimavam, em 1971, a seguinte distribuição da população fora do seu controlo: no Senegal 60 000, na Guiné-Conacri 20 000 e sob controlo do PAIGC, no interior 80 000, num total 160 000 (Lauret, et al.⁷⁹)”.

No entanto estes números foram muitas vezes sujeitos de disputas, próprias da propaganda das guerras. Foi neste contexto que “o PAIGC considerava 800 000 habitantes para a Guiné e reivindicava o controlo de dois terços desta população e do território”, pode-se ler no mesmo sítio. E acrescenta, “contudo, os inscritos para as eleições organizadas em 1972 pelo PAIGC para apoiar a declaração de independência da Guiné-Bissau foram 83 000, dos quais 77 500 no interior da Guiné, o que se aproxima muito da estimativa dos militares portugueses quanto à população sob efetivo controlo do movimento”, concluiu.

78 OIM, ob. Cit., <http://www.iom.int/west-and-central-africa>

79 <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=265>

Antes desta vaga de refugiados, já se registava a presença de emigrantes guineenses no Senegal, com destaque para Manjacos, Mandingas e Fulas. Os primeiros tinham inicialmente como destino preferencial a região de Casamança, com destaque para o vale do rio com mesmo nome no Departamento de Sedhiou, onde também existe um dos poucos núcleos da população Balanta fora da Guiné-Bissau. A outra comunidade Balanta no exterior encontra-se na Região de Bofa, na Guiné-Conacri, habitando as zonas pantanosas, do resto idênticas às suas terras de origem.

No entanto, o depoimento que o ex-presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, fez ao prefaciá-lo livro do René Pélissier, indica que o movimento migratório de guineenses para o Senegal ser muito mais antigo.

“Senti um verdadeiro prazer em ler a obra de René Pélissier, História da Guiné. Desde logo porque ela me interessou pessoalmente. De fato, os meus antepassados “fulas” e “mandingas” provêm de Gabú, no Nordeste da Guiné Portuguesa, para se integrarem em Sérères do Sine, mais exatamente na Petite Côte do Senegal, onde Joal, minha terra natal, é um porto banhado pelo Oceano Atlântico (...)” (Pélissier, 2001: 19).

Quanto aos segundos, os de Guiné-Conacri, provavelmente constituem a maior comunidade estrangeira no Senegal, na sua grande maioria constituída por fulas, como se referiu anteriormente, que não perderam o espírito nómada dos seus antepassados. Na maioria dos casos a sua emigração é definitiva, ou seja, a primeira preocupação é adquirir a nacionalidade do país de acolhimento. Para além das razões económicas, para esta emigração, esteve também o fato de esta comunidade ter sofrido muitas perseguições durante o regime ditatorial de Ahmed Sekou Touré.

Num trabalho elaborado por Aymar Narodar Some para OIM (2009), afirma que em 2001, o *stock* de imigrantes no Senegal era de 126 204 pessoas, cerca de 1,2% da população. Quatro anos mais tarde, ou seja, em 2005, este número passou para 220 208 pessoas, cerca de 2% da população total. A grande maioria destes imigrantes eram Conacri-guineenses⁸⁰, com 39%, seguida por Mauritanianos com 15%, Bissau-guineenses com 11%, Mali, com cerca de 8%, tal como a França, Cabo verde com 4%, a Gâmbia com 3%, Marrocos e Burkina Faso ocupam os dois últimos lugares, com 2 e 1 por cento respetivamente (Some, 2009: 19).

80 “Os imigrantes da Guiné-Conacri são famosos no Senegal por sua omnipresença, sua adaptabilidade e seu dinamismo. Eles podem ser encontrados em cada nicho ocupacional em todos os cantos da terra. Sua realização mais notável é a sua captura de controle monopolista sobre certos produtos, especialmente frutas e carvão vegetal. Eles também estão bem representados no setor informal entre armazenistas, empacotadores, funcionários do restaurante, alfaiates, barbeiros, açougueiros, motoristas do sistema de transporte público, etc.” Refere Maimouna Sy. E acrescenta as características dos outros guineenses, os de Bissau dizendo: “Guiné-Bissau também fez seu caminho sem muita dificuldade na sociedade senegalesa. Um grande número deles vive na periferia da capital, trabalhando na indústria da construção ou como empregados domésticos (Sy *et al*, 1992: 123).

Observando para estes números, verifica-se que a imigração para o Senegal é claramente dominada por fluxos transfronteiriços, ou seja, 76% da população estrangeira a viver no país tem como origem os 4 países com os quais o Senegal tem fronteiras comuns, enquanto que os 8% de franceses podem ser considerados da emigração de afinidade linguística e histórica, sendo uma boa parte constituída por executivos ou trabalhadores técnicos de muitas firmas franceses a operar no país.

Ainda segundo a mesma publicação, a maioria destes imigrantes (51,4%) aponta o reagrupamento familiar como sendo motivo da sua vinda para Senegal, o que serve como indicador de se tratar de uma imigração já consolidada.

Quanto a idade dos imigrantes, cerca 73,8% tem idade menor de 35 anos, e destes 55,4% não tem nenhum grau académico, uma característica comum entre os emigrantes africanos (Some, 2009: 45).

Se não bastasse a complexidade do fenómeno migratório em geral, a diversidade de origem geográfica e étnica dos imigrantes a procura de uma oportunidade, aumenta ainda mais esta complexidade em vários domínios. E como afirma Seydi Ababacar Dieng, que o fenómeno “certamente tem consequências económicas, mas também de implicações sociais e culturais, tanto no país de acolhimento como no país de origem - as tensões e os custos sociais (Dieng, 2008: 2).

Estes fluxos migratórios a procura de oportunidade aumenta a pressão no mercado de emprego que, segundo Papa Demba Fall, a análise da situação do emprego e migração mostra que o Senegal deve procurar um equilíbrio da sua política migratório tendo como referência alguns aspetos fundamentais que numera como se segue:

“Baixa oferta quantitativa de empregos formais que diz respeito a cerca de 10% da população potencialmente ativa – e a predominância dos sectores informais e agrícolas são os principais fornecedores de renda;

(i) a juventude é particularmente afetada pelo desemprego que é largamente subestimado.

A entrada no mercado de trabalho dos jovens é, certamente, atrasada pela crise generalizada, congelação recrutamentos no serviço público, elevando a idade de aposentadoria, mas principalmente por o descompasso entre a formação recebida e as necessidades expressas pelos líderes empresariais;

(ii) além da insegurança no trabalho que caracteriza os trabalhadores do setor modernas informal e o sector agrícola tem nenhum sistema de proteção social;” (Fall, 2010: 4).

Por outras palavras, é fundamental a existência de uma política migratória nos países de emigração, o que raramente acontece. No caso do Senegal, Ibrahima Khalil Wade denuncia a ausência desta política⁸¹.

⁸¹«D’abord, la fonction régaliennne de tout Etat est de protéger son peuple, de défendre ses intérêts, bref de se soucier de son quotidien qu’il soit à l’étranger ou au pays d’origine. Ensuite, signaler que le Sénégal ne dispose pas d’une politique migratoire formelle. La gestion de la migration est

Quanto à emigração senegalesa dentro da região Oeste africana, a OIM⁸² refere que vivem na Costa de Marfim mais de 32 mil senegaleses, a sua maior comunidade na sub-região, seguida do Mali (cerca de 12 mil), da Guiné-Conacri (6 652) e de Nigéria (4 748). Ainda registam um pequeno número de senegalês quer na Serra Leoa, como na Libéria com 744 e 274, respetivamente.

Não conseguimos dados sobre o número de imigrantes senegaleses a residir na Gâmbia, mas os documentos oficiais consultados referem que, dos 312 mil imigrantes a viver neste país “as maiores comunidades estrangeiras são por ordem de importância, Senegal, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Serra Leoa⁸³”, o que pressupõe estar em presença de uma comunidade significativa, dada a posição geográfica deste país, todo ele rodeado por território senegalês, exceto a pequena saída para o Oceano Atlântico, por um lado, e das afinidades étnicas e religiosas entre os dois povos, por outro.

A mesma situação se verifica na Guiné-Bissau sobre o número de senegaleses a residir no país. No entanto, apesar de não existirem dados estatísticos sobre esta comunidade, estima-se que o seu número esteja muito próximo dos 20 mil elementos.

A comprovar esta afirmação, Khaled Mbai, um jornalista senegalês e animador de programa musical semanal (aos sábados), afirmou no dia 19 de setembro de 2015 na Rádio *Bombolom fm* (Bissau), estão inscritos na associação de imigrantes senegaleses residentes na Guiné-Bissau cerca de 14 mil associados.

E se tivermos em conta que há grande número de senegaleses, principalmente os pescadores chamados *nhomincas* que vivem espalhados nas zonas mais remotas das nossas ilhas, dedicando-se à pesca, e de muitos outros espalhados no território guineense, e mesmos os radicados na cidade, nem todos estarão inscritos na referida associação, é de admitir que o número seja bastante mais elevado.

2.5.13 Togo

Togo é um pequeno país da África Ocidental, com 56.785 km², constituído por um estreito território situado entre Benim à Leste, à Oeste por Gana. É limitado a Norte por Burkina Faso e Sul pelo Oceano Atlântico, no Golfo da Guiné. A sua população é estimada em 7,8 milhão em 2018 e constituída por mais de 30 grupos étnicos, sendo os Ewés, Ajas, Iorubás e Akan, as mais representativas, residindo maioritariamente na faixa

assurée par diverses structures menant des actions individuelles relatives à leurs mandats. L'absence de coordination dans la gestion des migrations crée une confusion dans les axes d'intervention des acteurs même si des actions ont été entreprises».

82 OIM, ob. Cit., <http://www.iom.int/west-and-central-africa>

83 Gambia Bureau of Statistics (2013).

costeira junto do litoral. Só na capital, Lomé vivem cerca de 800 mil habitantes, seguida de Sokodé (mais de 120 mil), da Kara (cerca de 110 mil) e Kpalime cerca de 100 mil habitantes.

Tal como muitos outros países africanos, é difícil caracterizar a migração togolesa com precisão, pois, os dados disponíveis reportam ao recenseamento de 2010. Segundo este documento, a população de origem estrangeira residente no país passou de 5 660 pessoas, em 1960, altura da independência do país, para de 241 mil, em 2010.

A mesma lógica que impera na grande maioria dos países da região se observa no Togo, ou seja, o país é procurado fundamentalmente pelos cidadãos dos seus vizinhos com os quais tem fronteira comum, que representa mais de 45% da população estrangeira residente do país, sendo o Benim com mais 67 665 (28%), é o país com maior número, seguido de Gana, a terceira maior comunidade com mais de 29 mil imigrantes (mais de 12%), e de Burkina Faso, com mais 12 mil (cerca de 5%); ou com afinidade étnica, representado neste caso por Nigéria, cuja comunidade é de 29 347 pessoas (mais de 12%) e sobretudo do Níger, com 61 126 pessoas, a segunda maior (mais de 25%), como se pode observar no gráfico (2.7).

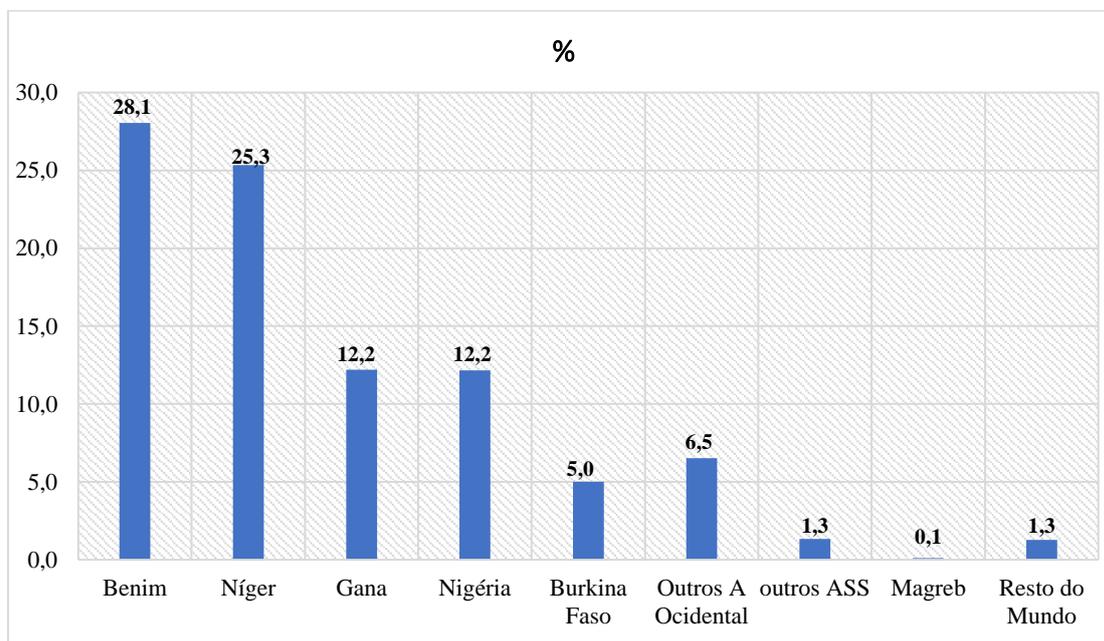


Figura 2-8: Origem dos migrantes residentes no Togo
Fonte: OIM, 2016).

A grande maioria da população estrangeira que procura o Togo (cerca de 45%), tem como destino a capita, Lomé. E outros 25% procuram a zona costeira, denominada de região marítima. Aliás, esta concentração da população estrangeira na faixa litoral do país, vem juntar-se a tendência observada na população nacional, que tem acelerado a sua

concentração na mesma área geográfica, o que tem constituído grande preocupação das autoridades nacionais (Migration au Togo - Profil National 2015, 2016: 6).

Para além das migrações económicas que estão na base da procura de alguns cidadãos estrangeiros ao Togo, razões de alterações climáticas são outros que fazem deslocar populações dos países vizinhos nomeadamente burquinabês, malianos, mas também pessoas vindas da zona norte mais afetadas pelas secas, mas também chuvas torrenciais que o Togo enfrentou em 1995 e 2008, causando fortes inundações que levaram muitas populações a abandonar as suas zonas de residência (ibidem, 2016: 12).

Como acontece com a origem dos emigrantes residentes no país, a emigração togolesa tem praticamente como destino os mesmos países, e com números exatamente idênticos.

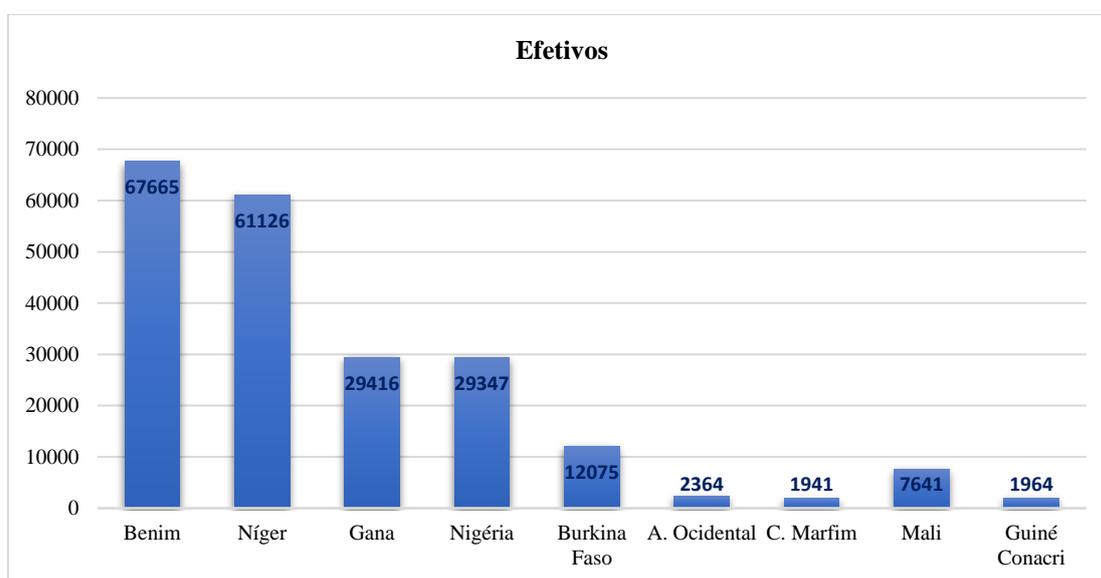


Figura 2-9: Os principais países de destino da emigração togolesa
Fonte: OIM, 2016).

Quanto a emigração togolesa, não poderia existir dados tão disparees⁸⁴. Segundo os dados disponibilizados pela OIM, “a diáspora togolesa pode ser dividida da seguinte forma: dois terços em África (especialmente na África Ocidental e Central) e um terço fora do continente, principalmente em França, Alemanha, Itália e nos Estados Unidos (ibidem, 2016: 34). No entanto a mesma publicação só apresenta a distribuição geográfica para os efetivos residentes na África Ocidental, como se pode observar na (figura 2.8)⁸⁵ em cima.

⁸⁴ Segundo o documento da OIM – perfil nacional de migração, que temos vindo a citar “a Direção dos Negócios Estrangeiros (DTE) togolesa estima a diáspora togolesa entre 1,5 e 2 milhões de pessoas em todo o mundo, mais de 80% delas em África⁴⁰. Estes dados contrastam com os de outras fontes, como as do Observatório ACP das Migrações, que estimaram o número de emigrantes togoleses em 372.600 em 2011”. No entanto, é com estes últimos que vamos trabalhar.

⁸⁵ No entanto, os valores apresentados no quadro n.º 9, na página 36, para os números de emigrantes togoleses a residir fora por país, são exatamente iguais aos que constam no quadro n.º 3, na página 23 relativo aos números de estrangeiros por país a residir no país. O que não deixa de criar suspeita de erro!

Para além da migração regional, os togoleses, como de resto muitos outros cidadãos da África Ocidental, procuram a sua sorte fora do continente. Ao contrário da maioria dos cidadãos dos países africanos francófonos, que escolhem a antiga potência colonial, a França como primeiro destino de emigração fora do continente africano, a maior comunidade togolesa no velho continente reside na Alemanha (mais de 10 mil), em 2011, seguida de França (um pouco mais de 9 mil), em 2009, de Itália (4 422), em 2010 e finalmente da Bélgica (mais de 2 700), também 2010 (Migration au Togo - Profil National 2015, 2016:35).

3 AS MIGRAÇÕES NA GUINÉ-BISSAU: 1980 - 2017

3.1 A emigração guineense: dimensão e destinos

Antes de desenvolvermos o tema central do nosso trabalho – a emigração guineense em geral e para Portugal em particular, importa falar das grandes movimentações populacionais que ocorreram na Guiné-Bissau durante o século XX, e que de certa forma nos ajudarão a compreender melhor a situação que se vive no país nos nossos dias.

Como temos vindo a referir, a “guerra da pacificação”, primeiro, e os trabalhos forçados que lhes seguiram, depois levaram muitas pessoas a abandonar o território. Estima-se cerca entre 15 a 20 por cento da população terá fugido para os países vizinhos, principalmente para o Senegal, ou seja, estamos a referir no mínimo cerca de 50 mil a 65 mil pessoas num total de 327 157 habitante da província em 1928 (Carreira, 1951: 135). Ou entre 52 mil a 69 mil num total de 345 300 habitantes, que era a população guineense, se for considerado o senso de 1940.

No início da década de 40, (embora o processo tenha já iniciado em 1931), houve grande emigração de guineenses em direção a Casamança, motivada pela intensificação e o aumento da cobrança do imposto de palhota, principalmente quando se tentou substituí-lo pelo imposto de cama, ou seja, “se o cobrador avalia que dormem ali seis pessoas, a taxa da palhota a cobrar seria 6x60 escudos, o que é exagerado, e leva, em junho de 1931, a uma emigração a Casamança”⁸⁶.

Na segunda metade da década de 40, foi observado mais uma saída significativa da população guineense, principalmente entre os fulas criadores de gado no sul da província, uns em direção a Leste e Nordeste do país e outros em direção à Casamansa, desta vez devido a doenças que quase dizimaram o gado.

Entre 1960 e 1974, principalmente com o início da luta armada de independência e o fim das hostilidades, houve mais uma saída significativa da população em direção aos países vizinhos. No entanto, é muito difícil senão impossível apresentar números corretos, pois segundo as fontes eles variam entre os 160 mil (60 mil no Senegal, 20 mil na Guiné Conacri e 80 mil sob controlo do PAIGC) admitidos pelas autoridades coloniais e mais de 533 mil⁸⁷ reclamados pelo PAIGC.

86 Pélissier, 2001b: 229.

87 Segundo o site dedicado à Guerra Colonial 1961-1974, “as autoridades militares portuguesas estimavam, em 1971, a seguinte distribuição da população fora do seu controlo: no Senegal 60 000, na Guiné-Conacri 20 000 e Sob controlo do PAIGC, no interior 80 000 num total de 160 000”. No entanto, “O PAIGC considerava 800 000 habitantes para a Guiné e reivindicava o controlo de dois terços desta população e do território”. E para sustentar esta tese, acrescentava: “Contudo, os inscritos para as eleições organizadas em 1972 pelo PAIGC para apoiar a declaração de independência da Guiné-Bissau foram 83 000, dos quais 77 500 no interior da Guiné, o que se aproxima muito da estimativa dos militares

Outras fontes apresentam dados bem diferentes, por exemplo, o INE refere:

“Entre 1960 e 1974, durante a luta de libertação e por causa da represália do poder colonial, estima-se que tenha emigrado forçosamente para as vizinhas Repúblicas do Senegal, da Gâmbia e da Guiné-Conacri cerca de 150 mil pessoas. E acrescenta: “Durante a luta de libertação nacional algumas populações rurais foram deslocadas dos seus locais de origem pelos colonialistas para junto dos seus aquartelamentos. Neste contexto, as cidades satélites ou centros urbanos registaram um crescimento populacional significativo, o que contribuiu para acentuar a disparidade na repartição da população entre as diferentes regiões do País” (INE, 2009: 13-14).

Finalmente, o movimento da população verificado depois da independência, sobretudo entre 1975 e 1980, quando muitas pessoas abandonaram o país por medo de serem mortas por novas autoridades saídas da independência, só porque estiveram do lado errado da guerra. O seu número exato nunca será conhecido. Entre estes, estavam muitos africanos que serviram o governo colonial e constituem o embrião da migração guineense para Portugal e depois um pouco por toda a União Europeia. É desta migração que nos ocupará nas páginas seguintes.

O primeiro núcleo de imigrantes guineenses em Portugal data dos anos 60 do século XX. Era quase na sua totalidade constituído por baixas de guerra de soldados das diferentes categorias desde os soldados especiais, como os comandos africanos e os fugueiros navais, que eram de natureza voluntária, os soldados regulares, primeiro integrados nas companhias regulares vindas da Metrópole, depois com a criação de Companhias de maioria africana, mais conhecidas por CCAÇ. N.º 18, por exemplo, com alguns europeus – os oficiais. Estes eram militares quer para operações ofensivas quer defensivas. Depois havia as milícias e os soldados caçadores nativos. Estas duas categorias eram tendencialmente destinadas às operações defensivas dos núcleos populacionais sob controlo do governo português.

É de recordar que com o evoluir e intensificação da guerra, nomeadamente depois da chegada de General Spínola ao território, em 1968 “o recrutamento acelerado de soldados africanos elevou para 36 000 o número de homens armados ao serviço do estado colonial — cerca de um soldado por cada quinze habitantes!” (Woollactt, 1983: 1136).

Como seria de esperar com tantos elementos africanos envolvidos nas operações militares, o número de baixas sofridas teria necessariamente acompanhado o aumento dos efetivos envolvidos no esforço de guerra. E os números de baixas nos três teatros da guerra eram impressionantes.

portugueses quanto à população sob efetivo controlo do movimento”, conclui. Disponível em: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=265>

Segundo o Estado-Maior General das Forças Armadas, morreram na Guerra de África 8.831 militares portugueses. Destas quase nove mil baixas, 3.455 aconteceram em Angola, 2.240 na Guiné e 3.136 em Moçambique.

O Exército, ramo militar sobre o qual recaiu a maior parte do trabalho bélico, teve à sua conta a quase totalidade dos mortos – 8.290 homens. A Força Aérea, por seu turno, contou em 346 as suas perdas e a Marinha de Guerra enterrou 195 dos seus elementos.

De acordo com a mesma fonte, 4.280 militares (48,5 por cento) morreram em resultado direto de ações de combate e 4.551 (51,5 por cento) em acidentes e doenças. Estas duas últimas causas de morte devem ser encaradas com reservas, já que havia na época a intenção clara de diminuir o número de baixas em combate tornado público.

Com cerca de 9.000 mortos, cerca de 30.000 feridos evacuados, em mais de 100.000 doentes e feridos, dos quais resultaram perto de 14.000 deficientes físicos, (5.120 com grau de deficiência superior a 60 por cento) e ainda, possivelmente, 140.000 neuróticos de guerra, rara é a família portuguesa que não foi ferida pela Guerra de África. Os telegramas do Ministro do Exército a apresentar «mais sentidas condolências» pela morte «por motivo combate defesa da Pátria» de «seu filho soldado fulano tal», chegavam aos lares dos portugueses semeando a dor da perda de um filho, marido, pai, irmão ou outro grau de familiaridade existente.

Sucediam-se os comunicados militares que diariamente o Ministério da Guerra mandava publicar nos jornais. "O Serviço de Informações Públicas das Forças Armadas comunica que morreram em combate, na Província de Angola, os seguintes militares:" e seguiam-se os nomes de mais uns tantos que, naquele ano, entre a noite de Natal e a de fim de ano, não iriam aparecer na TV, a desejar festas felizes.

Moçambique foi o teatro de operações onde morreram mais militares em combate (1.569 em 10 anos de guerra), seguindo-se Angola (1.360 em 13 anos) e a Guiné (1.342 em 11 anos). Tendo em conta a duração da guerra em cada um dos teatros de operações, as tropas portuguesas sofreram por ano 157 mortos em combate em Moçambique, 122 na Guiné e 105 em Angola”⁸⁸.

No caso da Guiné, os feridos graves que não podiam ser tratados nas respetivas unidades eram transferidos para o Hospital Militar de Bissau – o Hospital Militar 241. Os mais graves eram transferidos para o Metrópole. Os que conseguiam sobreviver aos ferimentos eram alojados nas diferentes unidades militares espalhadas um pouco por toda a parte da cidade de Lisboa e não só, para a fase da recuperação, nomeadamente no Hospital Militar de Lapa, da Rua Artilharia 1, na Graça e sobretudo na Calçada de Ajuda, onde até meados dos anos 90 do século XX residia a grande maioria dos guineenses feridos ao serviço do exército português⁸⁹.

É de lembrar que o contingente de militares africanos ao serviço do exército português de 36 000 elementos, mas muito subestimado pelo PAIGC, que apontava o seu número entre 15 a 20 mil, constituiu desde o início das negociações entre as duas delegações, o ponto mais crítico. Aliás, Aristides Pereira, Secretário Geral do PAIGC, na altura da independência, sublinha este facto no seu livro de memórias ao afirmar: “outro ponto de manifesta discordância entre as duas delegações prendia-se com o destino a dar e o estatuto a conferir ao contingente de militares africanos que integravam o Exército português” (Pereira, 2003: 247).

⁸⁸ <https://estrolabio.blogs.sapo.pt/tag/mortos+em+combate>

⁸⁹ A quando da minha chegada à Lisboa em janeiro de 1987, conheci um dos primeiros feridos da guerra da minha tabanca, que já vivia em Lisboa desde 1966.

No mesmo sentido foi a abordagem de outro histórico da luta de libertação nacional, o Comandante Pedro Pires, ex-Presidente de Cabo Verde, que chefiou a delegação do PAIGC que negociou, com o Governo português, o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, culminando com a assinatura do Acordo de Argel, em agosto de 1974. Talvez indo mais longe na sua análise que consta do livro de Memórias e Discursos de Luís Cabral:

“Na busca de explicações plausíveis dos factos, reporto-me à luta de libertação nacional, em que há interesse em examinar um dos seus aspetos portadores de implicações subsequentes danosas, no entanto pouco trabalhado: a “endogeneização” (africanização) da guerra colonialista. (...) Assim foram criadas as chamadas forças africanas que, na Guiné, surgiram como comandos africanos e como “milícias tribais”⁹⁰.

E acrescenta: “a africanização da guerra, para além de ter sido uma enorme perversidade moral, foi um crime grave. Com esta decisão, as autoridades coloniais portuguesas dividiram as populações guineenses e fomentaram uma situação muito próxima de uma guerra civil, o que infelizmente os dirigentes da luta armada não souberam apreender, a tempo e a hora, mesmo no decurso das negociações”⁹¹ (Cabral, 2014: 22).

No mesmo sentido foram os depoimentos de Jorge Sales Golias⁹², um testemunho privilegiado sobre o processo negocial entre o PAIGC e os representantes do governo português. Nos capítulos dedicados ao processo da descolonização - *Descolonização da Guiné-Bissau tinha tudo para correr mal*, primeiro e sobre a negociação com o - *PAIGC, muitas vezes, não se entendia e dava ordens contraditórias e provocatórias* -, Golias descreve com pormenor o processo negocial com o PAIGC, mas também o comportamento de certos oficiais africanos, nomeadamente os comandos, que tiveram como consequência o quase “abando” dos soldados africanos que serviram ao lado dos portugueses ainda mais vulneráveis.

90 E o texto continua com: “Todas as guerras coloniais têm um elevado custo humano e, no caso concreto, o poder e as forças armadas coloniais encontravam-se na impossibilidade de os suportar sozinhas. Para tentar minorar as suas consequências e sair do impasse, socorreram-se do estratagema perverso de *partilha fraudulenta* dos custos humanos da sua guerra amoral contra os colonizados”, sustenta o Comandante Pedro Pires, in: (Cabral, 2014: 22).

91 O sublinhado é nosso.

92 Golias, J. S. (2016). *A descolonização da Guiné-Bissau e Movimento dos Capitães*. Lisboa: Edições Colibri. Este oficial de Transmissões participou na guerra colonial (Guiné 72-74) e no 25 de Abril de 1974. Foi chefe de gabinete do Encarregado do Governo da Guiné, membro da Assembleia do Movimento das Forças Armadas – MFA. trabalhou diretamente com Mateus da Silva, primeiro encarregado do governo depois da partida do general Bethencourt Rodrigues e com Carlos Fabião. No seu livro, Jorge Sales Golias faz um relato singular na primeira pessoa de alguém que acompanhou na primeira fila a criação do MFA da Guiné e de todo o processo de descolonização, descrevendo reuniões, relatórios, vicissitudes de vária ordem, negociações com o PAIGC, assembleias do MFA na Guiné, entre muitos outros aspetos desta época marcante quer para a Guiné como para Portugal. Para além do seu testemunho pessoal, o autor apresenta nos anexos um conjunto valioso de documentos e atas de reuniões inéditos.

A euforia vivida pela população nestes dias, por um lado, e a falta de divulgação do Decreto-Lei 308-A/75, de 24 de junho⁹³, que regulava a possibilidade de certos grupos de pessoas, nomeadamente os militares que lutaram ao lado do exército português, de conservarem a nacionalidade Portuguesa para os nascidos nas ex-colónias portuguesas depois destes territórios se tornarem independentes, num prazo de dois anos, causou grande sofrimento a muitos guineenses que estiveram no lado errado da história na luta da independência.

As duas circunstâncias atrás descritas, determinavam que, quando os ex-combatentes africanos que lutaram ao lado do exército português chegavam a Portugal faziam-no na condição de estrangeiros, e são estes que constituem o primeiro grupo de guineenses residentes em Portugal. Eram na sua grande maioria deficientes da guerra colonial (primeiro, como se disse em cima, os que a independência da Guiné-Bissau apanhou em tratamento em Portugal, e depois os que ao longo dos anos vieram para reivindicar os seus direitos de pensão de invalidez.

Assim, a maioria dos 678 guineenses que figuravam nas estatísticas do SEF em 1980, primeiro ano do período em análise, pertencia a este grupo. Os poucos que não se enquadravam neste grupo, eram estudantes ou doentes que vinham a Portugal para se tratar, depois da assinatura dos primeiros acordos de cooperação entre a antiga potência colonizadora e a sua ex-colónia.

3.1.1 Imigração recente na Guiné

A maior frustração de quem deseja estudar a Guiné-Bissau, seja que tema for é ausência de dados, e quando existem são geralmente insuficientes e mal-organizados. No caso das migrações, os únicos dados estatísticos publicados são os do Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 2009. Mesmo estes cobrem apenas 6 anos – de 2004 a 2009⁹⁴, estão por isso muito desatualizados. No entanto, na ausência de outros é com estes dados que iremos trabalhar para traçar um pequeno panorama sobre as migrações no território guineense.

Assim, segundo o mesmo estudo e para o ano de 2009, residiam na Guiné-Bissau 37 230 estrangeiros ou que tiveram residência no estrangeiro nos 5 anos anteriores,

93 <http://www.nacionalidadelusa.com/nacionalidade-portuguesa-ex-colonias/>

94 Segundo o INE, o estudo consistia em fazer a análise das migrações internacionais procurando “em medir as entradas efetuadas pelas pessoas nascidas no estrangeiro ou com residência anterior no estrangeiro que foram recenseadas na Guiné-Bissau e as partidas dos residentes na Guiné-Bissau em direcção ao exterior nos últimos anos, ou seja, nos últimos cinco anos. O total de não resposta não foi objeto de análise” (INE, 2009: 31).

correspondendo a cerca de 2,6% da população guineense. Entre estes, mais de 56% eram de sexo masculino.

Quanto à proveniência destes imigrantes, verifica-se a predominância de cidadãos dos países vizinhos, com a Guiné Conacri a representar mais de 49%, seguida do Senegal com cerca de 36% e da Gâmbia com 5,8 por cento, ou seja, só estes 3 países vizinhos da Guiné-Bissau totalizam mais de 90% do total. Os outros países da região representados são a Mauritânia, com 2,3%, o Mali com 1,3% e a Nigéria com 1,1% apenas. Fora da África Ocidental, apenas Portugal merece referência, contribuindo com 1,8%, enquanto todas as nacionalidades representam apenas 2,8 por cento (INE, 2009: 34).

Observando a distribuição geográfica da população estrangeira no território guineense, nota-se a grande concentração na área da capital, o Setor Autónomo de Bissau⁹⁵, onde residem mais de 64 por cento dos estrangeiros, seguida da região de Tombali com 14%, e os restantes 22% distribuem-se pelas outras 7 regiões do país, Figura 3.1).

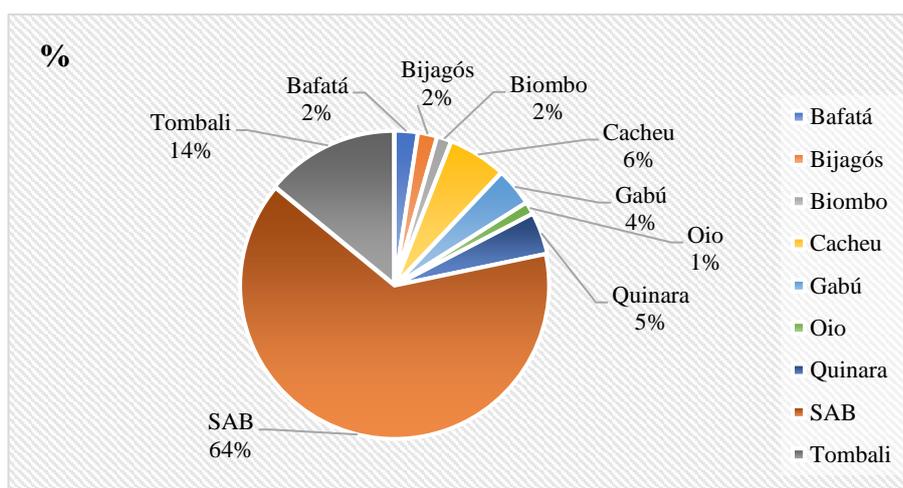


Figura 3-1. Distribuição geográfica da população estrangeira na Guiné-Bissau
Fonte: Adaptado de INE, 2009b

Questionados sobre as suas habilitações literárias, a grande maioria, cerca de 63% recusou revelar, o que considerando as principais características das pessoas em presença, nos leva a considerar que não possuem qualquer tipo de formação. Dos restantes, mais de metade (cerca de 54%), revelam ter apenas concluído o ensino básico, 32,6% concluíram o ensino secundário; 2,2% são detentores de um curso profissional e apenas um pouco mais de 5 por cento dos efetivos atingiu o nível universitário.

⁹⁵ Contudo, estes dados devem ser lidos com alguma desconfiança. Muitos bairros nos arredores da capital pertencem aos setores vizinhos de Parabis, como são os casos de uma parte de Quelelé, Enterramento ou Plak; e de Safim, o que faz com que as regiões de Biombo e Oio apresentem pouca presença de imigrantes, o que não corresponde à realidade.

A grande maioria da população estrangeira a residir na Guiné-Bissau tem idade compreendida entre os 15 e 45 anos. Este fato não constitui grande surpresa, tratando-se de uma imigração recente, e tal como o país de acolhimento, os migrantes são provenientes também de países cuja população é extremamente jovem.

3.1.2 A emigração guineense no período entre 2004 e 2009, segundo o INE

No estudo a que fizemos a referência define a emigração internacional guineense como sendo “a medida a partir das respostas obtidas através do Chefe do Agregado Familiar (CAF) ou seu representante supostamente familiares”⁹⁶. Para além de o estudo só abranger 5 anos, os dados são tão limitativos que se deve ter muito cuidado no seu uso. Por exemplo, dos 186 865 guineenses que se estima terem emigrado neste período, o INE obteve resposta por parte de apenas 13 595 famílias, ou seja, a amostra só abrange um pouco mais de 7 por cento, o que em nossa opinião, é muito pouco para tirar conclusões (INE, 2009b: 45).

Observando a figura seguinte a baixo verifica-se que houve uma tendência crescente de saída dos guineenses até 2008 para tentar a sua sorte no exterior⁹⁷. Apesar de ser um período relativamente curto, esta tendência está em linha com o que foi observado nos países do destino, nomeadamente Portugal, de que nos ocuparemos nas próximas páginas.

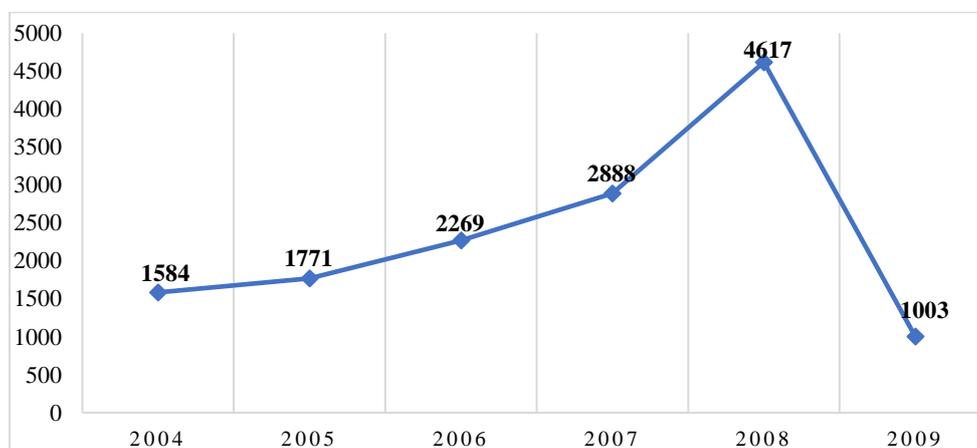


Figura 3-2: Evolução da emigração entre 2004 e 2009
Fonte: INE, 2009b

Do universo analisado e de acordo com as respostas fornecidas pelas famílias, pode-se observar duas tendências quanto ao destino dos emigrantes guineenses, a primeira é a emigração para os países com afinidade linguística, Portugal e Cabo

96 E acrescenta-se que: “As questões referentes à emigração internacional, referem-se à idade e sexo da pessoa na época da emigração, ao país de destino e ano de partida, correspondendo apenas aos movimentos efetuados nos últimos cinco anos, ou seja, desde março de 2004” (INE, 2009b: 45).

97 Uma reportagem d Jornal espanhol El País (21.09.2006).

Verde, que ocupam o primeiro e terceiro lugar, respetivamente; a segunda é procurarem os países vizinhos, nomeadamente o Senegal e a Gâmbia, que ocupam a segunda e quinta posições, respetivamente, no período entre 2004 e 2009.

No entanto, observa-se duas exceções nestas duas tendências, a primeira é o fato de a Espanha que não é nem um país lusófono, nem vizinho, mas que surge na quarta posição das preferências dos guineenses como destino de emigração. Esta evidência deve-se, na nossa opinião, ao fato de ter fronteira com Portugal, para além de grande interação económica entre os dois países ibéricos, facilita a mobilidade entre os dois países. Por outro lado, muitos dos guineenses foram para Espanha através das empresas portuguesas, nomeadamente da construção civil que os contratava e os levava para trabalhar do outro lado da fronteira, ou seja, é uma segunda migração, desta vez a partir de Portugal. Esta situação foi muito frequente durante o período em que a economia espanhola teve um forte crescimento.

No caso da vizinha Guiné Conacri, apesar deste país ser origem da maior comunidade estrangeira na Guiné-Bissau, nunca conseguiu atrair os guineenses do outro lado de fronteira. Talvez porque as duas economias são semelhantes e ocupam as últimas posições de índices de desenvolvimento, ajude a explicar este fenómeno.

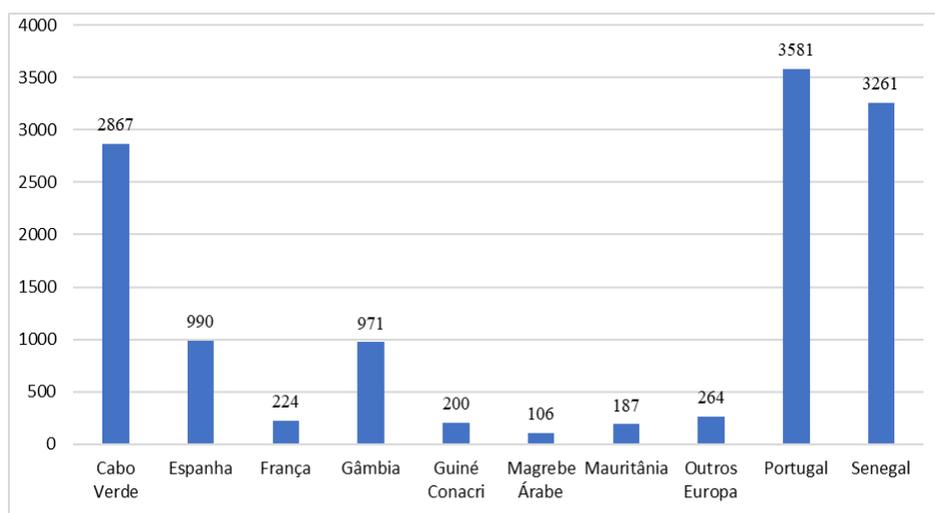


Figura 3-3: Os principais destinos da emigração guineense (2004 -2009)
Fonte: INE, 2009b

Este comportamento é em tudo semelhante às situações observadas, quer na sub-região da África Ocidental, quer nas outras regiões analisadas no capítulo relativo às migrações africanas, ou seja, é mais comum verificar intensas trocas populacionais entre

países vizinhos, por um lado, e por outro, os africanos francófonos procurarem a França, enquanto que os das antigas colónias inglesas a migrar para as ilhas britânicas.

3.2 A emigração guineense para Portugal e outros países da Europa Ocidental

Como foi dito anteriormente, o primeiro núcleo de migrantes guineenses em Portugal era constituído pelos ex-combates africanos que serviram ao lado do exército português, principalmente de deficientes, aos quais se seguiram os estudantes, os doentes e seus acompanhantes, nomeadamente os enfermeiros que os acompanhavam. Esta fase codecidu com os anos a seguir ao golpe de Estado de 1980, que derrubou o primeiro Presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral e levou o General João Bernardo Vieira (Nino) ao poder. Esta mudança teve como consequência a tentativa, tímida é verdade, de aligeirar as pressões (perseguição, prisões e assassinatos) sobre as populações principalmente os que estiveram do lado português durante a guerra para a independência do país. Esta relativa agilização do regime permitiu a muitos ex-combatentes acelerar os seus processos de ida para Portugal afim de procurar cuidados médicos e reclamar as suas pensões de invalidez.

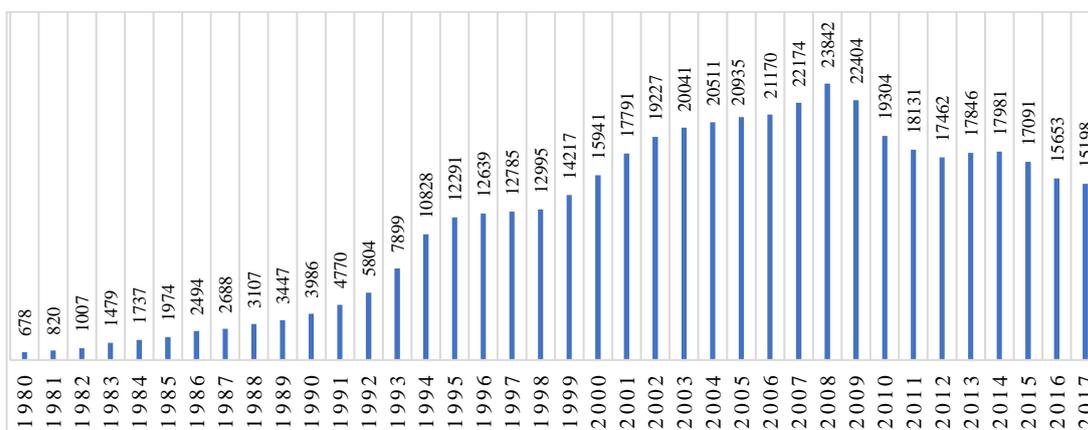


Figura 3-4: Guineenses com autorização de residência legal em Portugal⁹⁸ 1980 – 2017

Fonte: SEF 1980-2017

Dois acontecimentos marcaram a Guiné-Bissau e Portugal no início da segunda metade da década de 80 do século XX, que vieram contribuir para o aumento significativo dos imigrantes guineenses em Portugal. No caso guineense foi neste ano que o General João Bernardo Vieira (Nino) depôs o primeiro Presidente da República, Luís Cabral, através de um golpe militar. Este acontecimento teve como consequência, anos mais

⁹⁸ Nesta figura constam apenas os cidadãos guineenses com Estatuto Legal de Residente que, segundo a definição do INE, “o conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular”. Este, como vamos ver a frente constituiem a grande maioria dos guineenses que chegam à Portugal. <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

tarde, o governo decidir a liberalizar a economia, deixando de ter o monopólio da atividade económica, o que permitiu aos privados a “entrar em cena” e, simultaneamente os cidadãos passarem a ter maior liberdade para sair do país⁹⁹.

No lado português foi a entrada do país na então Comunidade Económica Europeia que, como se sabe, se traduziu no recebimento de muitos fundos europeus destinados à modernização de infraestruturas, cuja concretização exigia uma mão de obra intensiva e barata. Isto fez com que Portugal facilitasse a imigração vinda de muitas partes do mundo, nomeadamente dos países da expressão portuguesa, como a Guiné-Bissau.

A partir destes dois acontecimentos a emigração dos guineenses para Portugal foi aumentando de forma significativa. No entanto, este aumento foi raramente refletido nas estatísticas em geral e nas do SEF em particular. Este fato deve-se fundamentalmente à natureza destas publicações. Com efeito, estas estatísticas relativas à população estrangeira com estatuto legal de residência “(...) não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular” (Prodata, 2018), precisamente aqueles grupos que mais chegam a Portugal. Deve-se sublinhar que no nosso inquérito realizado junto da comunidade de guineenses em Portugal, dos 400 inquiridos, apenas uma única pessoa revelou ter chegado ao país com um visto de trabalho. Todos os outros chegaram a Portugal com vistos de curta duração (turismo), ao fim do qual fica-se em situação irregular, outros com visto de estudante, sendo frequente acabarem por desistir ou terminam os cursos decidem ficar, ou então chegam a Portugal com vistos para tratamento médico, ao abrigo dos acordos de cooperação entre Portugal e os Países da Língua Portuguesa. Infelizmente, a grande maioria destes vistos são atribuídos a falsos doentes, enquanto os verdadeiros doentes ficam sem tratamento¹⁰⁰.

É por isso que a presença destas pessoas só anos mais tarde viria a refletir-se nas estatísticas do SEF, geralmente através de processos de legalização extraordinária realizados ao longo dos últimos anos. Aliás, esta é uma das razões que leva as associações

99 Para muitos estes sublinhados não faz sentido, mas é, na nossa opinião de extrema importância. Recorde-se que depois da independência, até para se deslocar de um ponto para outro dentro do território nacional era necessário que o cidadão estivesse munido de uma guia passada pelas autoridades do segurança de Estado, indicando o destino, a finalidade da viagem e a sua duração.

100 Nós próprios chegámos a Portugal nesta condição. É provável que à custa da nossa vinda para Portugal em 1987, que um doente com necessidade de evacuação ter morrido. Esta possibilidade, como se pode imaginar, tem atormentado a nossa. Este trabalho pretende, em grande medida homenagear todos aqueles que precisam, mas que nunca irão conseguir um tratamento adequado na Guiné-Bissau.

Aliás, desde início do mês de agosto de 2017, está a decorrer um inquérito no Ministério de Saúde Pública para apurar quem foram responsáveis pela atribuição de falsas juntas médicas a mais de 400 pessoas só nos últimos 3 anos.

de imigrantes guineenses a estimar que existirão mais de 50 mil os cidadãos guineenses a viver em Portugal.

Como se pode observar na Figura 3.5, o número de guineenses residentes em Portugal tem aumentando gradual e constantemente, coincidindo os picos precisamente com os anos seguintes às legalizações extraordinárias, como sucedeu em 1992/93, 2002/2003 e 2007, para atingir o seu máximo em 2008, com cerca de 24 mil guineenses com estatuto legal de residência. Esta trajetória é praticamente, em tudo semelhante à evolução do panorama migratório geral observado em Portugal, como se pode observar no Figura seguinte.

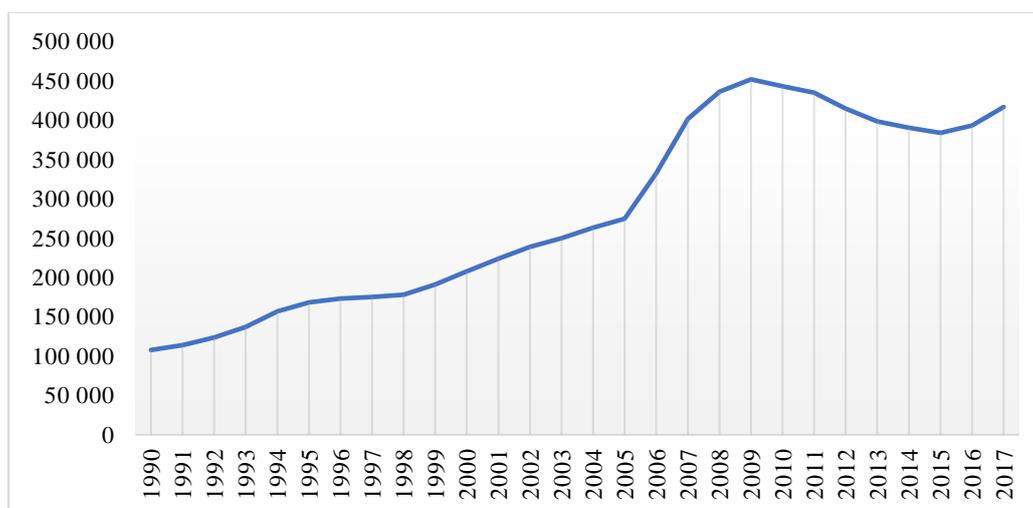


Figura 3-5: População estrangeira com estatuto legal em Portugal 1990-2017

Fonte: INE, 2016

Tomamos como ponto de referência o ano de 1990, porque só em 1989 a população estrangeira com estatuto legal em Portugal atingiu pela primeira vez os 100 mil (para ser mais preciso 101 011) indivíduos. A mesma população duplicou uma década depois, para atingir o seu máximo em 2009, com 451 742, ou seja, em menos de 20 anos a população estrangeira com estatuto legal a residir em Portugal cresceu cerca de 4,2% ao ano, enquanto a população portuguesa tinha uma taxa de crescimento em torno de zero (0). Aliás, nos últimos anos este foi mesmo negativo (INE, 2018).

No mesmo período, a população guineense com o mesmo estatuto teve um crescimento superior a 5,6% passando de cerca de 4 mil para mais de 22 mil, tendo atingido o seu máximo um ano antes, ou seja, em 2008, com um registo de 24.390 pessoas. A partir desse ano o número de guineense residentes em situação regular começou a mostrar um aparente declínio. Aparente porque entre 2000 e 2016, por exemplo, só em quatro ocasiões o stock de migrantes guineenses em Portugal apresentou números negativos. O primeiro foi em 2005, quando registou um número mesmo negativo (-726)

em relação ao ano anterior, quando se tinha registado a maior subida de sempre com mais de 5 500 pessoas. O cenário repetiu-se no ano seguinte com -780 entradas, recuperou em 2007 com mais de 660, mas a oscilação que marcou aquele período voltou a ter uma evolução negativa nos 3 anos seguintes. A maior queda de sempre se sucedeu em 2009, (-2587 guineenses residentes em Portugal). Entre 2011 e 2016 a tendência foi sempre positiva, excetuando o ano de 2012, (-728 pessoas), como se pode observar no gráfico seguinte.

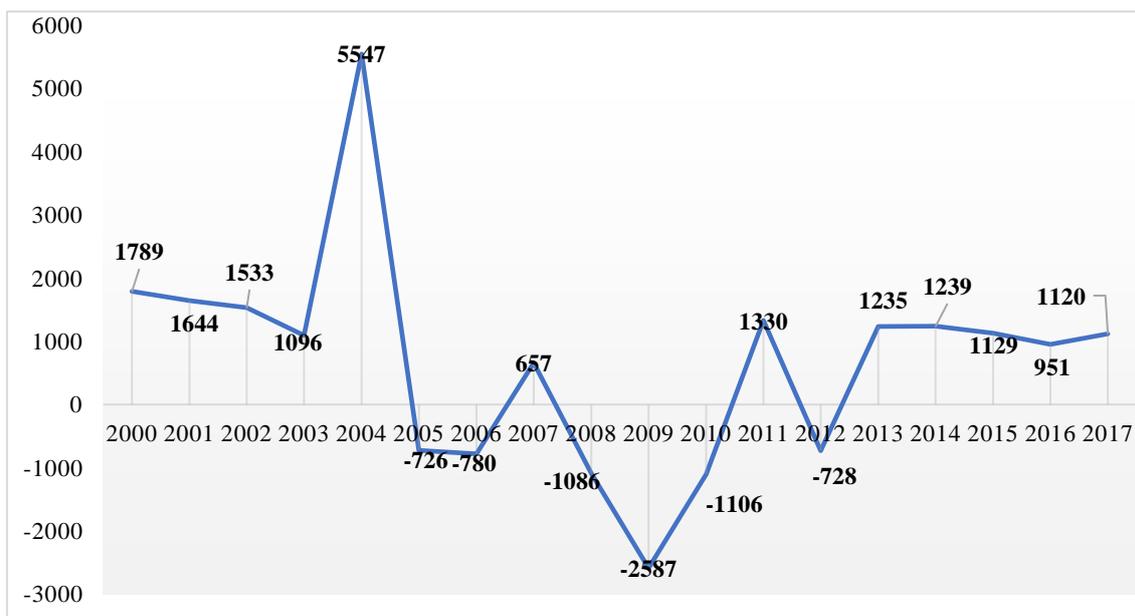


Figura 3-6: Fluxos de emigrantes guineenses para Portugal (2000-2017)
 Fonte: INE: 2000-2016

No entanto, se a análise for combinada com os dados apresentados no na figura 3.6, com o número de guineenses que adquiriram a nacionalidade portuguesa, e com isso deixaram de afigurar nas estatísticas como guineenses residentes em Portugal, entre o ano 2000 e 2015, facilmente podemos admitir que o número de guineenses ou de imigrantes de origem guineense seja superior a 50 mil pessoas¹⁰¹. Só a soma daquelas pessoas naturalizadas no período compreendido entre 2000 e 2015 com os que viviam no país legalmente, o faz acender a mais de 40 mil. No inquérito realizado para esta investigação apuramos que mais de 11% dos inquiridos viviam em situação irregular no país.

O fluxo da emigração dos guineenses para Portugal conheceu alguma alteração nos últimos anos. O contingente masculino que dominou a emigração guineense foi-se reduzindo, enquanto o feminino ganhava maior dinamismo. Tirando o ano de 2006, em

¹⁰¹ Aliás, o SEF em 2014, já admitia que, como principais fatores explicativos para esta situação “concorrem a aquisição da nacionalidade portuguesa, a alteração de fluxos migratórios e o impacto da atual crise económica no mercado laboral” (SEF, 2014: 10).

que houve um máximo na população masculina, nos restantes anos observou-se uma tendência para um maior número de mulheres. Aliás, a queda do fluxo da população masculina foi mais acentuada e mais duradora 6 anos consecutivos, de 2007 a 2012, enquanto a feminina foi mais curta, 3 anos de 2009 a 2011 e menos intensa.

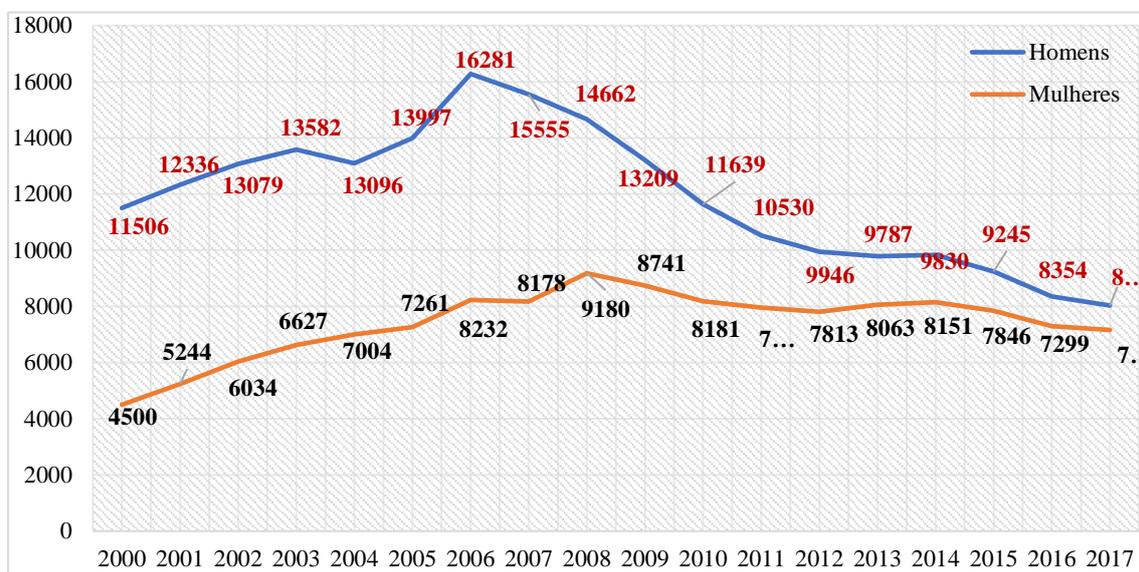


Figura 3-7: Evolução de guineenses em situação regular por sexo (2000 – 20017)
Fonte: INE, 2000 – 2016

É de referir que, para além da naturalização analisada nas linhas precedentes, há de registar um outro fenómeno que retira muitos guineenses (ou melhor de origem guineense) das estatísticas como tal. Muitos jovens guineenses chegam a Portugal já como portugueses, pois, a grande maioria dos emigrantes radicados em Portugal ao adquirirem a nacionalidade portuguesa tendem a registar os seus filhos menores. Assim quando estes pretenderem viajar para Portugal, bastará tratar da documentação - BI e Passaporte - no Consulado Geral de Portugal em Bissau.

3.2.1 O processo de naturalização

O processo de naturalização de cidadãos estrangeiros em Portugal era, ainda no início do século XXI regido pela Lei n.º 37/81, de 3 de outubro¹⁰². Esta lei não era muito

102 ARTIGO 6.º - (Requisitos)

1 - O Governo pode conceder a nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos estrangeiros que satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos: a) serem maiores ou emancipados à face da lei portuguesa; b) residirem há seis anos, pelo menos, em território português ou sob administração portuguesa; c) conhecerem suficientemente a língua portuguesa; d) terem idoneidade moral e civil; e) possuírem capacidade para reger a sua pessoa e assegurar a sua subsistência.

2 - Os requisitos constantes das alíneas b) e c) podem ser dispensados em relação aos que tenham tido a nacionalidade portuguesa, aos que forem havidos como descendentes de portugueses, aos membros de comunidades de ascendência portuguesa e aos estrangeiros que tenham prestado ou sejam chamados a prestar serviços relevantes ao Estado Português”.

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/564050/details/normal?!=1>

generosa para com os imigrantes que pretendiam adquirir a nacionalidade Portuguesa. Para além da burocracia muito pesada e alguma impreparação do pessoal, pois, o assunto não deixava de ser novo para um país que teve experiência imperial, havia muitas restrições, para não dizer de algum ressentimento à mistura.

Só com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril, foram substancialmente facilitados o processo de aquisição da nacionalidade portuguesa em geral, e para os imigrantes em particular. Por isso não é de estranhar o aumento exponencial de pedidos de naturalização verificado, quer da comunidade de imigrantes em geral, quer da comunidade guineense em particular (figura 3.8).

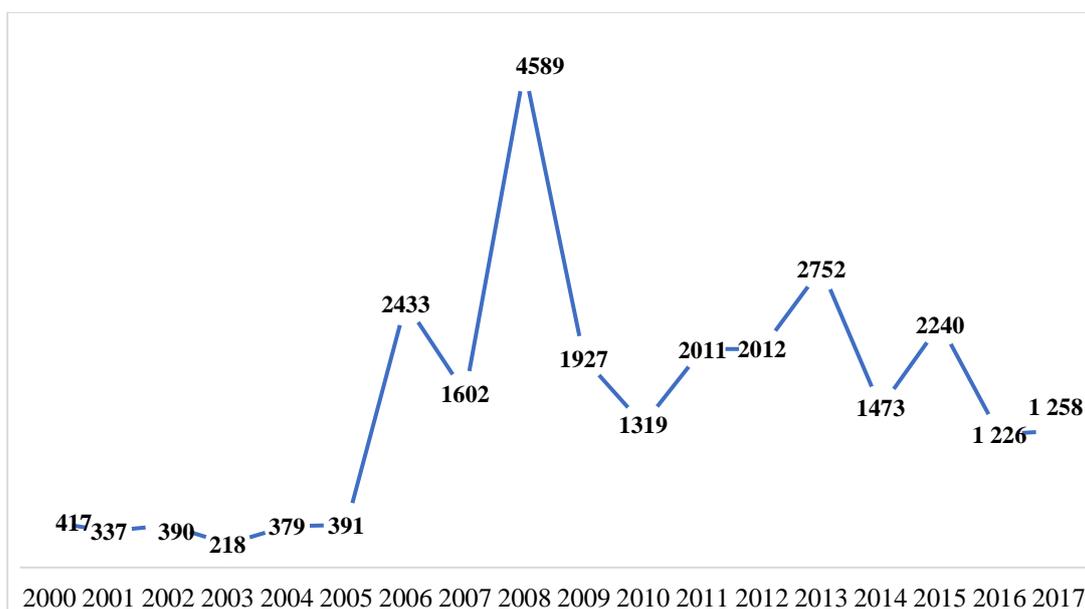


Figura 3-8: Evolução da naturalização dos guineenses em Portugal

Fonte: INE 2000 - 2016¹⁰³

Segundo os dados disponibilizados pelo SEF, em 2016, foram formulados 35 416 pedidos de atribuição e aquisição de nacionalidade portuguesa, o que representa um aumento de 4,5% relativamente ao ano anterior. Aliás, esta tem sido a regra desde o ano 2011. Destes pedidos a grande maioria, cerca de 70% dos pedidos, resulta da manifestação de vontade por parte do interessado, cumprindo, é claro os requisitos necessários, nomeadamente “certificação do tempo de residência no território português¹⁰⁴”, enquanto outros 14% foram por via dos estrangeiros casados ou em união

103 É de referir que no relatório de ano 2016, não há referencia ao número de guineenses naturalizados nesse ano.

104 Ao SEF compete, no âmbito da atribuição e da aquisição da nacionalidade portuguesa, a emissão de parecer no que se refere à certificação do tempo de residência no território português.

De evidenciar que o número potencial de estrangeiros que pode aceder à nacionalidade portuguesa foi ampliado com a quarta alteração à Lei da Nacionalidade (Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril, que altera a Lei n.º 37/81, de 3 de outubro), por via do conceito lato de residência legal no território português para efeito de obtenção da nacionalidade: a titularidade de visto ou autorização de residência” (SEF, 2016: 16).

de fato há mais de três anos com nacional português. Desta tipologia foram beneficiados 233 cidadãos de Guiné-Bissau nesse ano (ibidem, 2016: 16-17).

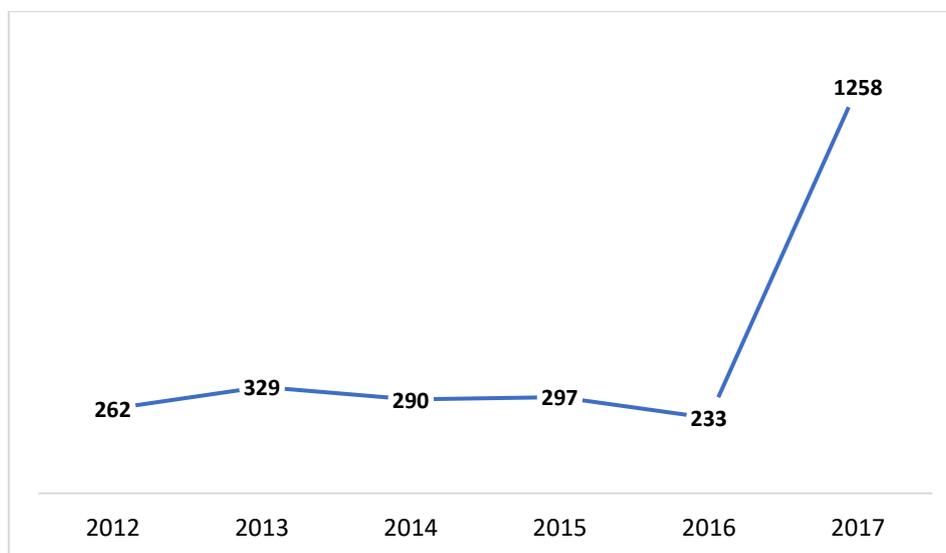


Figura 3-9: Naturalização por casamento ou união de fato (2012 - 2017)
Fonte: SEF (2012-2016)

Como se pode observar na figura 3.9, a média da naturalização via casamento ou união de fato dos cidadãos guineenses tem sido superior a 280 por ano, tendo atingido o seu máximo em 2013 com 329 pedidos, ano em que também se verificou o maior número de naturalização concedido desde 2009.

3.2.2 *As principais características da comunidade guineense*

O nosso estudo teve como universo os imigrantes guineenses residentes em Portugal. A principal fonte de informação estatística reside nos relatórios dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras. Para definição da nossa amostra baseámo-nos nos dados do relatório de 2011, ano em que definimos o universo de estudo, que apontava para um total de 18.487 guineenses residentes legalmente em Portugal, número que, como explicamos, consideramos significativamente abaixo do real.

Ao todo foram inquiridos 403 indivíduos, sendo 280 homens (69,5%) e 123 mulheres (31,5%). Deste universo foram inquiridas 39 pessoas (9,7%) com idade igual ou inferior a 24 anos; 51 (12,7%), com idade situada entre os 25 a 29 anos, sendo 29 homens e 22 mulheres; 61 pessoas (15,1%), com idade compreendida entre os 30 e 34 anos, 57 indivíduos (14,1%) com idade que se situa entre os 35 e 39 anos; outras 61 pessoas (15,1%) cuja idade era entre os 40 e 44 anos; 57 pessoas (15,4%) cuja idade está compreendida entre os 45 e 49 anos, e finalmente 75 pessoas (18,6%) com idade igual ou superior a 50 anos.

Quadro 3-1: Composição da amostra segundo a faixa etária e o sexo

| Faixa etária do entrevistado | Sexo do entrevistado | | | | | |
|------------------------------|----------------------|-------|----------|-------|-------|-------|
| | Masculino | | Feminino | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % |
| < 24 anos | 19 | 6,8 | 20 | 16,3 | 39 | 9,7 |
| de 25 - 29 anos | 29 | 10,4 | 22 | 17,9 | 51 | 12,7 |
| de 30 - 34 anos | 28 | 10,0 | 33 | 26,8 | 61 | 15,1 |
| de 35 - 39 anos | 41 | 14,6 | 16 | 13,0 | 57 | 14,1 |
| de 40 - 44 anos | 45 | 16,1 | 16 | 13,0 | 61 | 15,1 |
| de 45 - 49 anos | 51 | 18,2 | 8 | 6,5 | 59 | 14,6 |
| 50 + anos | 67 | 23,9 | 8 | 6,5 | 75 | 18,6 |
| Total | 280 | 100,0 | 123 | 100,0 | 403 | 100,0 |

Fonte: Inquéritos realizados por autor

Em termos muito genéricos, podemos dizer que o emigrante guineense é maioritariamente adulto (na idade ativa, segundo a classificação do SEF)¹⁰⁵, ou seja, com mais de 15 e menos de 65 anos. É de referir que apesar do aumento da população jovem (0-14), estes ainda não atingem os 10%, de resto uma população idêntica à da população estrangeira residente em Portugal na mesma faixa etária 10,21% (SEF, 2013: 11). É de salientar que, nos últimos anos, o SEF por conveniência adotou o método de “quatro grandes grupos etários: 0-19 anos; 20 – 39 anos; 40 – 64 anos; e mais de 65 anos” (SEF, 2012: 19).

Em 2013 a população de origem guineenses era a sétima comunidade estrangeira mais representativa no território português com 17.846 indivíduos, cerca de 4% do total, mais 87 (cerca de 0,5%) do que no ano anterior, que totalizava 17.759 pessoas. Este número desceu 15.653 (cerca de 3,9%) da população estrangeira, tendo registado uma queda de cerca de 8,4% em 2016, quando comparado com o ano de 2015. Em 2017, a população de origem guineense voltou a registar uma nova queda, quer em termos absolutos, passando de 15.653 (cerca de 3,9% do total), quer em termos relativos, 15.198 (3,6%), descendo de oitava para a nova maior comunidade estrangeira residente em Portugal.

3.2.3 Distribuição Geográfica dos imigrantes guineenses em Portugal

Tal como a restante comunidade estrangeira residente em Portugal, cuja distribuição geográfica no território nacional referida nos relatórios do SEF¹⁰⁶, que evidencia uma

105 Segundo o SEF, “a população estrangeira residente em idade ativa ascende a 85,47% população estrangeira com idades compreendidas entre 15 a 64 anos). Outro especto relevante na estrutura populacional prende-se com a percentagem de jovens (entre os 0 e 14 anos), que totaliza 10,21% da população estrangeira”. SEF (2013), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2013*, SEF.

106 “A distribuição territorial da população estrangeira evidencia uma concentração predominante na zona litoral do país, com destaque para os distritos de Lisboa (189.220), Faro (71.818) e Setúbal (47.935), coincidindo com as áreas onde se concentra parte significativa da actividade económica nacional. O somatório da população residente nestes três distritos representa cerca de 69,39% do valor total do país (308.973 cidadãos, face ao universo de 445.262), espelhando a assimetria na distribuição da população estrangeira pelo território nacional. De salientar que o decréscimo de população estrangeira verificado nestes três distritos (-3,26%), face a 2009, é superior ao decréscimo total (-1,97%). Para além daqueles distritos, destacam-se ainda, por esta ordem, os distritos do Porto (27.112), Leiria (17.031), Santarém (14.460) e Aveiro (14.050)” (SEF, 2013).

desequilibrada distribuição geográfica, os guineenses a semelhança dos migrantes oriundos do PALOP, revelam uma maior concentração na zona litoral, nomeadamente nos distritos de Lisboa, 13 620, cerca de (76,34%), Setúbal, com 1 844 (10,34%) e Faro, com 984, cerca de (5,51%), ou seja, estes três distritos concentram mais de 92 por centos da população guineense radicada em Portugal. Sendo que a área metropolitana de Lisboa se destacar dos restantes.

Quadro 3-2: Distribuição geográfica da comunidade guineense em Portugal

| Distrito | Número | % |
|------------------|---------------|----------|
| Aveiro | 331 | 1,85 |
| Beja | 54 | 0,30 |
| Braga | 105 | 0,59 |
| Bragança | 13 | 0,07 |
| Castelo Branco | 23 | 0,13 |
| Coimbra | 209 | 1,17 |
| Évora | 10 | 0,06 |
| Faro | 984 | 5,51 |
| Guarda | 13 | 0,08 |
| Leiria | 92 | 0,52 |
| Lisboa | 13.620 | 76,32 |
| Portalegre | 8 | 0,04 |
| Porto | 347 | 1,94 |
| Santarém | 79 | 0,44 |
| Setúbal | 1.844 | 10,33 |
| Viana do Castelo | 13 | 0,07 |
| Vila Real | - | 0,02 |
| Viseu | 8 | 0,04 |
| Açores | 35 | 0,20 |
| Madeira | 53 | 0,30 |

Fonte: SEF,2014

No entanto, observando com mais detalhe para a distribuição dos imigrantes guineenses mesmo só na Área Metropolitana de Lisboa (AML), nota-se que a grande maioria (11 405 pessoas, cerca de 94% que vivem no Distrito de Lisboa) está concentrada em cinco concelhos, com destaque para o de Sintra que alberga 4 016 (mais de 35%), seguido de Amadora, 1 912 (cerca de 17%) e de Loures e Odivelas, com 1 405 e 1 378 (12,3 e 12,1%) respetivamente. Lisboa com mais de 1 978 (cerca de 11%) fecha o top 5 dos concelhos onde residem imigrantes com origem na Guiné-Bissau. Fila Franca de Xira e Oeiras não vão para além de 325 e 194 (cerca de 3 e 2%) respetivamente. Todos outros 8 dos 16 concelhos que compõem o distrito de Lisboa representam 1% da população guineense residente no distrito, como se pode observar na figura 3.9.

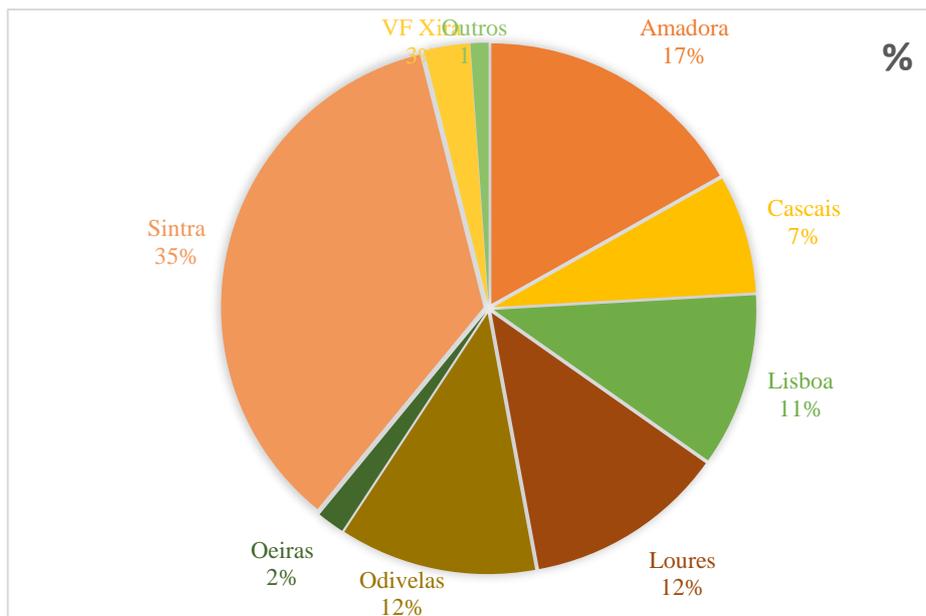


Figura 3-10: Distribuição geográfica dos guineenses com estatuto legal na AML
Fonte: SEF, 2017

3.2.4 População guineense residente em Portugal por género

A estrutura da população guineense em Portugal por género está a aproximar rapidamente de atingir a paridade entre os dois géneros, seguindo do resto o que acontece com a restante população estrangeira¹⁰⁷, que já inverteu a supremacia masculina em relação às mulheres em 2013, sendo a diferença entre os géneros de cerca de 1% a favor das mulheres.

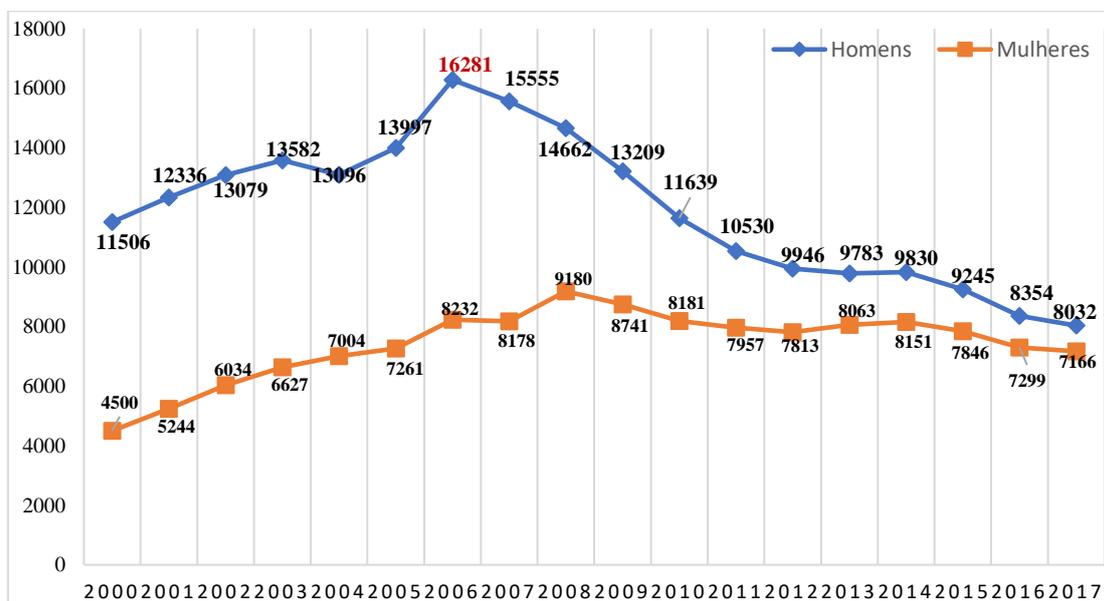


Figura 3-11: Evolução da população guineense com estatuto legal por sexo em Portugal
Fonte: SEF, 2017

¹⁰⁷ Em 2016, a estrutura da população estrangeira residente em Portugal mantinha “a tendência evidenciada nos últimos anos com a diferença a situar-se em cerca de 3,0% entre o sexo feminino (51,5%) e o masculino (48,5%) (SEF, 2016: 11). No entanto, em 2017, “registra-se uma ligeira redução da diferença entre o sexo feminino (51,2%) e o masculino (48,8%), de 3% para 2,4% (SEF, 2017: 13).

No caso dos imigrantes guineenses em Portugal, apesar de o número não atingir a paridade, como se pode observar na figura 3.11, a tendência é para que isso possa acontecer nos próximos anos. No ano 2000, a diferença entre os dos géneros era 72% para os homens contra apenas 28% das mulheres, uma diferença de 44 pontos percentuais. Em 2006 os primeiros desciam para um pouco mais de 66,4%, contra os 33,6% das mulheres. As mulheres já eram cerca de 43% contra 57% do sexo oposto, em 2011. E finalmente, no último ano em análise, 2017, a desvantagem das mulheres era menos de 3% (52,8% contra 47,2%).

3.2.5 *A comunidade guineense no Rossio*

A presença significativa da comunidade africana em geral, e da guineense em particular no Rossio começou praticamente com as independências das antigas colónias portuguesas em África.

Como foi salientado no ponto 3.2. sobre a emigração guineense para Portugal, o primeiro núcleo de cidadãos de origem guineense foi basicamente constituído pelos ex-combates africanos que lutaram ao lado do exército português na então Guiné portuguesa, nomeadamente os feridos da guerra. Estes estavam praticamente todos alojados nos diferentes aquartelamentos localizados em diferentes pontos da capital portuguesa, nomeadamente na Calçada de Ajuda, na Rua Atrelaria I, ou na Graça. Os que continuavam a receber cuidados médicos estava internado nos hospitais militares, como o de Boa Hora, na Ajuda e do Estrela.

Feridos de guerra e deslocados dos seus meios, estes ex-combatentes, tal como seus colegas de metrópole, experimentaram algumas dificuldades e muitas incertezas, principalmente o que seria deles depois do 25 de Abril de 1974 e consequente independência dos países de origem, que no caso da Guiné-Bissau, o reconhecimento formal de Portugal a independência do novo país se deu no dia 10 de setembro de 1974. Estas dificuldades estão expressas na breve história da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), fundada em 14 de maio de 1974, por iniciativa espontânea dos militares deficientes, muitos deles grandes deficientes, durante o período da Guerra Colonial, afirma:

“O Governo sustentava, antes do 25 de Abril, a Liga dos Combatentes, organização que não tendo sabido acautelar os direitos dos designados inválidos da Primeira Grande Guerra, não garantia aos deficientes da guerra colonial a resolução dos seus problemas. Os deficientes militares não constituíram, antes do 25 de Abril de 1974, uma organização própria, devido à negação, pelo regime político, da liberdade de expressão e de associação.

O que até aí se fez teve as naturais limitações das ações clandestinas, mas foi determinante para o surgimento da Associação logo que a liberdade o permitiu.

A constituição da ADFFA é, pois, a expressão da revolta de quantos, levados a participar na guerra colonial, nela ou na sua preparação se deficientaram e depois se viram abandonados e marginalizados, sem perspectivas de reintegração social.

A ADFFA irrompeu na sociedade portuguesa com a força da água das represas que, uma vez derrubados os diques, irriga os campos sequiosos.

As formas doentias de tratamento dos deficientes foram frontalmente postas em causa e lançados os fundamentos de um relacionamento saudável e de uma aceitação plena numa sociedade que se reclamava para todos.

A ADFFA constituiu-se, legalizou-se e foi reconhecida pelos poderes públicos”.

No entanto, a ADFFA ainda não tinha uma sede próprio, por isso teve de iniciar as suas atividades em instalações do Palácio da Independência, em Lisboa, cedidas pelo Movimento das Forças Armadas. Numa Assembleia Geral realizada a 23 de novembro de 1974, a associação decide ocupar todo o edifício do Palácio da Independência “como protesto perante a falta de atenção dada às pretensões da Associação por parte das entidades oficiais”, porque na sua opinião, a revolução não alterara de forma substancial as atitudes do poder político em relação aos deficientes das Forças Armadas.

Com este passo, a associação pôde pôr em prática muitas ações de solidariedade com os associados. Entre estas ações, podemos destacar a criação de uma escola de alfabetização de muitos deficientes, nomeadamente os de origem africana, o que poderia ajudá-los a integrar-se na realidade portuguesa. Outra ação de solidariedade implementada na sede da associação foi a criação de uma cantina onde eram servidas refeições quentes a custo reduzido.

A combinação destas duas ações (a cantina e a escola) no mesmo espaço, foi o primeiro motivo de aglomeração de africanos junto do Palácio da Independência, do Teatro Dona Maria II e do Largo da Igreja de São Domingos. Estes deficientes juntavam-se aí antes ou depois das refeições e das aulas para se confraternizarem.

A liberalização de circulação de pessoas e bens por um lado, e de atividades económicas, por outro, ocorridas na Guiné-Bissau nos anos de 1980, favoreceram a deslocação dos comerciantes guineenses à Portugal para comprar mercadorias. Ao chegarem a Lisboa, estes comerciantes alojavam-se maioritariamente nas diferentes residenciais e pensões localizadas na zona do Rossio, Martins Moniz e Restauradores, mas com destaque para a Residencial Dona Maria II situada na Rua das Portas de Santo Antão, muito perto do Palácio da Independência, com isso ficavam muito perto dos principais armazéns de revenda e beneficiando da presença dos seus conterrâneos

deficientes, quer para se comunicar, quer para se orientar na cidade. Estes últimos os procuravam para receber notícias e pequenas encomendas vindas das suas famílias.

Com tempo, esta relação veio a constituir como a primeira forma de envio de remessas destes deficientes para os seus familiares. Entregavam os montantes que pretendiam enviar aos comerciantes, que os usavam nas suas compras, comprometendo-se a entregar o montante acordado aos familiares quando regressassem a Guiné.

As duas partes saíam beneficiadas com o negócio. Os comerciantes recebiam a divisa que precisavam para as suas compras, enquanto os que pretendiam enviar o dinheiro reduziam a penalização do câmbio artificial entre o escudo português e o peso guineense, que muito prejudicava o primeiro.

Foi assim que, com a intensificação da imigração guineense, este espaço tornou-se no principal ponto de encontro desta comunidade. Aos poucos, começaram a instalar alguns negócios de produtos africanos, serviços como cabeleireiros, envio e receção de correios e encomendas e de envio de remessas em dinheiro.

Apesar de nos últimos tempos os lisboetas terem demonstrado mais tolerância com a presença dos africanos (maioritariamente guineenses), fazendo jus ao memorial de tolerância erguido precisamente no largo de São Domingos, nem sempre foi assim.





Figura 3-12: Imagem da presença da comunidade guineense no Rossio

Segundo a ADFA, a presença dos deficientes das Forças Armadas em geral, e dos africanos em particular naquele espaço nunca foi bem vista por larga maioria da população lisboeta. E acrescenta:

“A transformação do Palácio da Independência em sede da ADFA foi um pesadelo para muitas das pessoas que foram "Poder" durante quase 20 anos.

A instalação de um grupo de deficientes, socialmente desqualificados, num "monumento nacional", que foi berço da Restauração, debruçado sobre o Rossio, era profanação que a população via com agrado, mas que os poderes, mesmo da democracia de abril, combateram. Finalmente, em 1993, a ADFA obteve a sua sede própria, com as condições de dignidade exigidas para deixar o Palácio”¹⁰⁸.

Atualmente a ADFA tem a sua sede nacional, na Av. Padre Cruz, Edifício ADFA, construído de raiz com o apoio financeiro do Governo, em terreno cedido pela Câmara Municipal de Lisboa, foi inaugurado em 19 de novembro de 1993, pelo primeiro-ministro, Prof. Dr. Cavaco Silva.

¹⁰⁸ADFA, consultado em 20 de maio de 2014. Disponível em: http://www2.adfa-portugal.com:83/adfapor/index.php?option=com_content&view=article&id=23:historia-da-adfa&catid=37&Itemid=18

4 ESTUDO DE CASO

4.1 Justificação das escolhas das três comunidades

Como se tem vindo a referir ao longo deste trabalho, a justificação da escolha das três comunidades deve-se aos seguintes fatores:

- i. a nossa vontade de fazer um estudo que seja abrangente em termos geográficos, representatividade e diversidade étnica;
- ii. a existência de uma história de emigração reconhecida.

Assim, os três espaços geográficos escolhidos estão localizados nas três províncias que compõem o país, nomeadamente o Setor de Sonaco, na Região de Gabú, Província de Leste; o Setor de Canchungo, Região de Cacheu, na Província do Norte; e os setores de Buba e Quebo nas Regiões de Quinara e Tombali, respetivamente na Província de Sul, a que se junta a Cidade de Bissau, capital do país, onde todas as comunidades não só se fazem representar, como reproduzem as suas realidades sociais, dando-lhe uma identidade e dinâmica próprias (Mapa I).

4.2 Breve caracterização geográfica

4.2.1 *Setor de Sonaco*

Situado na Região de Gabú, Província do Leste, o Setor do Sonaco é o mais pequeno sector dos que compõem a região de Gabú, com apenas 783,6 km², tendo como capital a cidade com o mesmo nome cuja população era de 2 321 pessoas, segundo os censos de 2009.

Sonaco faz fronteira com o sector de Gabú a leste e uma parte a sul; a Norte e Nordeste com o setor de Pirada, enquanto uma pequena parte o separa do setor de Contuboel, região de Bafatá, que juntamente com o setor de Bafatá que o limita a Oeste (como se pode observar no mapa 1).

Em termos de superfície, a Região de Gabú é maior unidade administrativa do país com 9.150 km², cerca de 25,33% da superfície do país, uma população de 205 608 habitantes e uma densidade populacional de 22,4 hab/km².

Em termos demográficos, o setor de Sonaco detém uma população de 37 803 habitantes¹⁰⁹ e uma densidade populacional de um pouco mais de 48,2%, mais do dobro da verificada para o conjunto da região. É um setor tipicamente rural do Leste do país.

¹⁰⁹ Dados de 2009 (INEC). No entanto este número deve já estar muito próximo de 42 habitantes. Uma vez que o mesmo instituto admite que o crescimento populacional para o setor é de 1,1 por cento ao ano.

Historicamente a população da região é constituída fundamentalmente de população muçulmana (mais de 98 por cento), nomeadamente de fulas, que representam cerca de 80% do total, seguido dos mandingas com mais de 14 por cento. Esta composição mantem-se sem variações significativas desde meados do século XX.

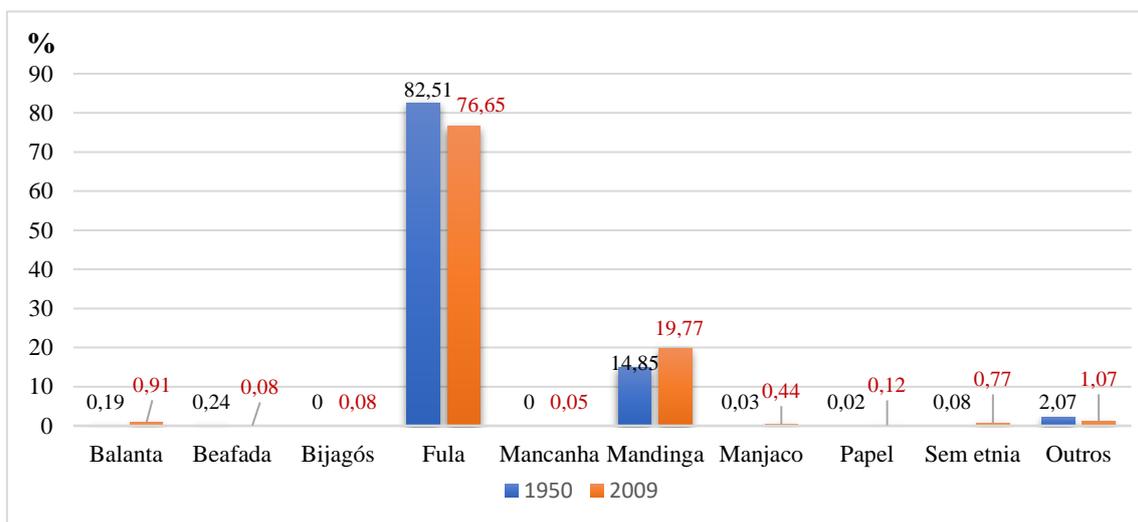


Figura 4-1: Composição étnica do Setor de Sonaco (1950-2009)

Fonte: Censos de 1950 e 2009

Este fato deve-se, na nossa opinião, a dois fatores fundamentais, a interioridade e a ruralidade desta área geográfica. Excetuando o Setor de Gabú, onde fica a Cidade com o mesmo nome e capital da região administrativa, cuja população urbana ultrapassa os 50%, em todos os outros setores a população urbana é muito reduzida, como sucede por exemplo, 10,5% no setor de Pitche, 8,4% da Pirada ou no setor de Sonaco, pouco mais de 6%, enquanto o setor de Boé é classificado como 100% rural. Por se tratar de regiões de interior com pouca capacidade de atração de população de outras regiões, isso determina que a sua população residente apresente um grau de homogeneidade muito elevado.

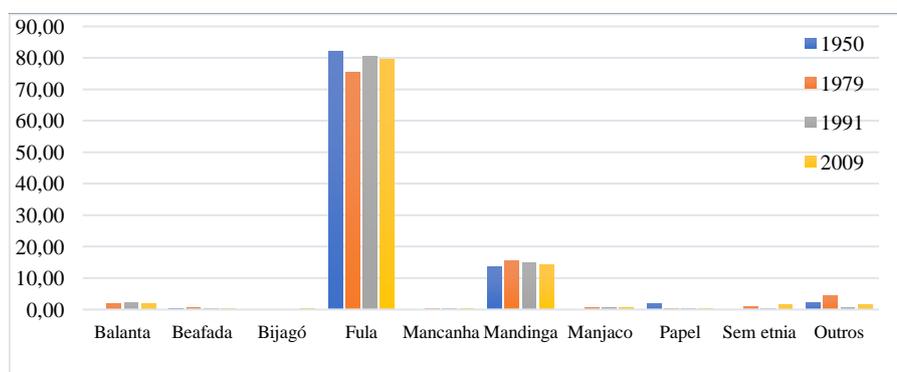


Figura 4-2: Evolução da população da região de Gabú por etnia

Fonte: INEC, 2009

A Cidade de Sonaco, sede do setor com mesmo nome é constituída por 5 bairros urbanos, nomeadamente o bairro de Praça (o núcleo principal com apenas 30 habitantes, onde estão concentrados os poucos edifícios públicos); o Nema, o mais populoso com 1 249 habitantes, o *Bomma* com 432, o Bairro Djamanto, com 347 e finalmente o Bairro de Sucuto contava 263 habitantes na altura do censo de 2009.

Para além da cidade capital do setor, Sonaco, as localidades mais importantes em termos demográficos são Fase, com cerca de 2 000 habitantes, seguida de Paunca com 1718, Saucunda com cerca de 1 500, Madina Sori, mais conhecida por Braima Sori com cerca de 1 100 pessoas, de Lenqueto (I e II) e Mafanco com mais de 1 000 habitantes cada. Para além destas só 3 tabancas¹¹⁰ apresentam uma população igual ou superior a 500 habitantes. A grande maioria das tabancas, 97 de um total de 146 apresenta uma população que oscila entre os 100 e as 499 pessoas; as restantes 39 tem menos de 100 habitantes, havendo muitas tabancas cuja população é formada pelo um único agregado familiar, como é caso de Lenqueto Manjaco com 13, Madina Iero com 17 ou Sintchã Anine com 8 habitantes apenas.

Quanto à estrutura da população do sector, pode dizer-se que ela é praticamente idêntica a da região, que por sua vez semelhante à do país. Por exemplo, a idade média para o país é de 21,7 anos, sendo o sexo feminino de 22,2 anos e para os homens de 21,2 anos, o que indica tratar-se de uma população extremamente jovem. Os dados para a região de Gabú mostram uma maior juventude: a idade média nos dois sexos é de 20,8 anos e no setor de Sonaco é de 20,4 anos (20,8 anos para as mulheres e 19,9 para os homens).

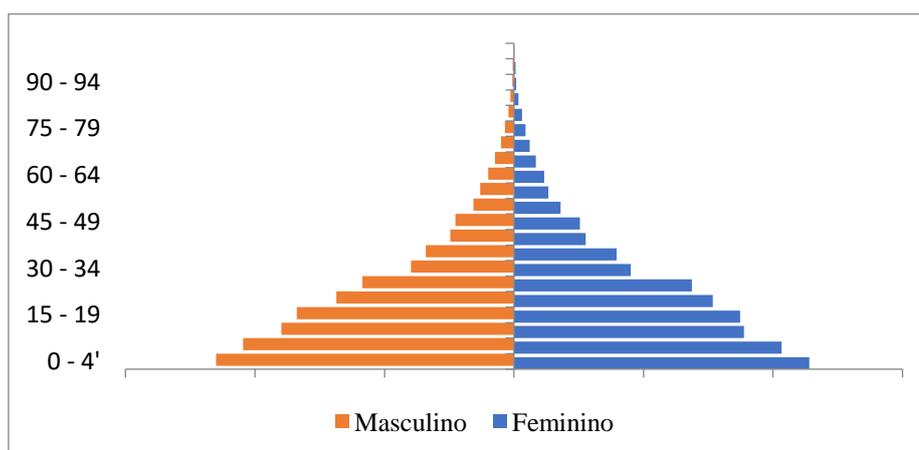


Figura 4-3: Pirâmide etária do Setor de Sonaco
 Fonte: INEC, 2009

¹¹⁰ Tabanca é uma expressão africana (crioulo da guineense Guiné-Bissau), porém incorporada a português na Guiné-Bissau que significa povoação, vila ou aldeia

Conforme se pode observar na figura 4.2 estas são populações muito jovens, em que mais de 70% da população do setor tem idade igual ou inferior a 25 anos, enquanto só um pouco mais de 3 por cento tem idade igual ou superior a 65 anos de idade¹¹¹.

4.2.1.1 Fundação e evolução de Braima Sori

Madina Sori ou simplesmente Braima Sori, como é conhecida pela maioria da população, é uma aldeia que fica a 169 km a leste do Capital, Bissau, na estrada que liga as cidades de Bafatá e Gabú, às duas capitais das regiões com os mesmos nomes que compõem a Província do Leste; e que são simultaneamente as duas maiores cidades daquela área geográfica, a pouco mais de 32 km da primeira e 17 km da segunda.

Com uma população estimada em cerca de 1 200 habitantes em 2017 (1093 segundos os Censos de 2009), Braima Sori é uma típica tabanca fula, aliás, a totalidade dos seus habitantes é constituída por pessoas desta etnia.

De acordo com as explicações de Tchern Bassiro (9 de março de 2013), nos dez anos seguintes à fundação, em 1945¹¹², os habitantes da tabanca dedicavam-se essencialmente a três atividades: agricultura, pastorícia e adoração. Recentemente tem havido tentativas de introduzir a plantação de pomares de cajueiros, apesar da pobreza dos solos e que não têm dado resultados animadores. Como em vários países subsaarianos, sempre existiram conflitos entre os pastores, como a população de Braima Sori e os agricultores, quer da própria tabanca quer com tabancas vizinhas, como salienta, o Imã Baciro. Para evitar ou minimizar os conflitos entre lavradores e criadores de gado, os habitantes aplicaram, segundo as suas palavras “*um prudente ensinamento do Profeta Maomé: delimita-se uma zona de pasto e uma passagem para o gado*”.

Segundo o Tchern Bassiro Baldé¹¹³ há setenta e dois anos, um homem chamado Braima Sori Djau vivia incomodado com a prática do paganismo no lugarejo de Sintchã Demba. Para adorar ao Deus Único sem constrangimento, decide fundar a sua própria tabanca. Para isso, foi consultar o seu *marabu*, Tchern Addul Cábele, que lhe autorizou a procura de um sítio e, dentre os lugares propostos, o *marabu* aprovou o local que hoje alberga a povoação de Braima Sori.

111 Recorde-se a esperança média de vida na Guiné-Bissau é de 53,8 anos (sendo 52,3 para os homens e 55,2 para as mulheres) e a taxa de mortalidade é de 11,4‰ em 2017 (INE, 2018?).

112 Esta data deve ser vista com alguma prudência, pois tratando se de informação fornecida por um colérico muçulmano, é bem provável que esta tenha sido baseado no calendário muçulmano ou *hegrico*, ou seja, no calendário lunar composto por doze meses de 29 ou 30 dias ao longo de um ano com 354 ou 355 dias. Portanto, este calendário tem cerca de 11 dias a menos que o calendário solar.

113 Tchern Bassiro Baldé é atual imã tabanca, um homem muito culto, simpático, sorridente, bem documentado e de uma disponibilidade extraordinário.

Desta feita, uma semana depois, acompanhado da sua esposa, Kadidjato, dos seus filhos Addul e Mammassaido, e dos seus três irmãos, Mammassamba, Mammadu e Ismaila, Braima Sori Djau construía no local cabanas mais precárias do que as palhotas que deixou em Sintchã Demba.

Braima Sori Djau, primeiro “*Djarga*¹¹⁴” de Braima Sori, e a sua família alargada não ficariam sozinhos na localidade por muito tempo. Uma semana depois, vindos de *Fassádj*, junta-se a eles o seu correligionário Mammadu Baldé (que não é outro se não o pai do atual Imã da tabanca, o anfitrião Tcherno Bassiro) e o seu amigo Issa Djau.

De então para cá, a tabanca não deixou de crescer e realizou o feito de, no seu seio, congregar sete antigos chefes de tabanca.

4.2.1.2 Primeiras Emigrações – Senegal

Dez anos após a sua fundação, a tabanca de Braima Sori já estava consolidada, afirma o Tcherno Bassiro, com uma ponta de orgulho. Com este crescimento os seus habitantes começaram a sentir uma premente necessidade de meios de transporte, não só para se deslocarem, mas também – e sobretudo – para transportarem os seus produtos para os centros de comércio, nomeadamente Sonaco, sede do sector, mas também para a cidade Gabú, a capital regional.

Essa necessidade impeliu-os a deslocarem-se ao Senegal (“*dabbórê*”), uma deslocação de curta duração, geralmente nunca mais de 4 meses, que coincide com a época de colheita de mancarra, principal produto de exportação do país vizinho, ou durante um ciclo completo de produção agrícola (“*dúmal*”), neste caso podendo a demorar entre 10 meses e um ano.

Tcherno Bassiro Baldé explica que, “essa emigração sub-regional possibilitava a compra de bicicletas para a deslocação e transporte de produtos agrícolas e florestais, bem como de artefactos como relógios, para melhor se orientarem nas orações e no jejum do Ramadão, e rádios, para ouvir, principalmente, emissões em “*pular*” das estações do Senegal e da então Guiné Francesa”.

4.2.1.3 *Emigrações transcontinentais*

Na década de oitenta do século XX, o comércio foi liberalizado na Guiné-Bissau e as fronteiras foram abertas, permitindo, entre outras viagens, as de emigração.

114 Expressão em Fula que significa chefe de Tabanca.

Só que nessa altura, como salienta Tchernó Bassiro, os ganhos da emigração sub-regional já não satisfaziam as necessidades dos habitantes de Braima Sori que se aventuraram a “voos mais altos”.

Foi assim que, num belo dia, Adulai “Seco” Djau, habitante de Braima Sori, com o passaporte visado e bilhete de avião no bolso, foi despedir-se na mesquita e pedir a bênção: tinha viagem garantida para Portugal e aberto a via da emigração transcontinental para os jovens da tabanca.

Os filhos dos criadores de gado vendiam reses para a obtenção dos documentos necessários à viagem e para a compra do bilhete de avião, sem esquecer, claro está, o dinheiro de suborno para a consecução do visto de entrada.

Para quem não tem gado suficiente para enfrentar essas despesas a solução é outra. Um emigrado assume todas as despesas contra um pagamento posterior, quando o candidato já estiver na Europa e a trabalhar. Aliás, esta solidariedade entre candidatos a emigração e migrantes já estabelecidos no país de destino é bem conhecida e documentada. Segundo Çağlar Özden e Maurice Schiff, afirmam que esta solidariedade é mais acentuada quando, o custo da migração permanece alto e somente poucas pessoas “relativamente” mais ricas conseguem migrar, os emigrantes desta comunidade já estabelecidos ajudam agilizar os processos (Özden, et al., 2006: 5)¹¹⁵.

Essa iniciativa de entreajuda implementada pelos jovens reforçou a solidariedade tanto na tabanca como nos países de emigração¹¹⁶ – e fez de Braima Sori uma tabanca de emigrantes.

Mas essa emigração massiva não desviou a tabanca dos seus princípios fundadores: o Islão e as tradições dos fulas mantêm-se intatos. A nenhum jovem casado é permitido permanecer continuamente no país de emigração durante quatro anos sem voltar à tabanca.

Caso isso aconteça, estão preconizadas duas alternativas: uma, desfaz-se o casamento sob autoridade do Imã; segunda, o marido não poderá repudiar a sua esposa mesmo que a encontre grávida.

115 Ainda segundo os mesmos autores, esta ajuda não se fica só nesta fase, pois, “the presence of a social network in the destination country is a significant catalyst in easing the costs of moving, especially in transition stage. Various networks, based on family, community, ethnicity, or even nationality, are likely to help with legal barriers, lower search costs regarding jobs and housing, provide additional insurance in case unanticipated events, and help with cultural alienation (Özden, et al., 2006: 5).

116 Apesar de não se falar abertamente sobre o assunto, é bem conhecida a rivalidade que imperou entre as duas primeiras famílias habitantes de Braima Sori, o de *Djarga* (Chefe de tabanca), Braima Sori Djau e o do Imã, Mammadu Baldé, constituindo cada um os seus aliados. Esta rivalidade era inicialmente entre os jovens na conquista de uma noiva, por exemplo, passando para o domínio económico e finalmente, quando começou a emigração transatlântica, quem colocava mais aliados seus na Europa. Só numa fase mais avançada esta rivalidade se transformou em cooperação.

E mais, a nenhum jovem emigrante é permitido introduzir hábitos estranhos à tabanca, sob pena de ser censurado e, em caso de persistência, marginalizado.

Estes dois aspetos constituem os principais focos de tensão entre os velhos e os jovens, afirma Mama Samba, um dos jovens e que já foi emigrante em Portugal durante 17 anos, que agora se dedica ao comércio. E vai mais longe nas suas acusações, “*os velhos têm uma visão restrita da vida, não aceitam que os jovens tragam para cá o progresso*”, desabafa. Para ele, o exemplo mais evidente do que acabou de afirmar é o fato de a tabanca só ter tido a sua primeira escola recentemente, o que obriga as famílias que queiram pôr os filhos na escola a enviá-los para Gabú (17,4 km) ou para Bissau, junto de familiares, ou então arranjar uma segunda esposa que fica a residir em Bissau.

Os habitantes de Braima Sori consideram a emigração positiva porque, apesar de não ter contribuído senão recentemente para a melhoria do sector do ensino – tanto corânico como escolástico – aumentou o nível de vida da população, melhorou as habitações (as palhotas foram substituídas por casas de adobe e zinco, as vedações de *kirintim* substituídas por muros de cimento) e reforçou a solidariedade.

Um fato curioso é que, os filhos de Braima Sori passaram a ostentar carros de luxo, o que faz com que sejam considerados por muitos como emigrantes de sucesso, esta emigração pouco tem contribuído no sector de transporte público automóvel, por exemplo.

Um outro assunto abordado – mas com tato devido à sua delicadeza - é o tráfico de estupefacientes: a custo, os velhos admitem que os seus filhos emigrantes são vítimas desse flagelo.

4.2.2 Setor de Canchungo

Com uma extensão de 642,9 km², o Canchungo é o mais pequeno dos 6 setores administrativos que compõem a Região de Cacheu, que conjuntamente com a Região de Oio forma a Província do Norte da Guiné-Bissau. A Região de Cacheu está delimitada a Norte pela Região de Casamança, Senegal, a Leste pela Região de Oio, a Sul pela Região de Biombo e a Oeste pelo Oceano Atlântico, onde está localizada as ilhas de Caió, de Jeta e Peixe, que, ao contrário do Arquipélago do Bijagós estão mesmo junto da costa e fazem parte da região. Para além do Setor de Canchungo, ainda fazem parte da região os setores de Bigene, de Bula, de Cacheu e do São Domingos.

O setor de Canchungo é limitado a norte pelo setor de Cacheu, a Sul pelo Rio Manso, a Leste pelo setor de Bula e a Oeste pelo setor de Caio.

Apesar de o setor de Canchungo ser o mais pequeno da região em termos de extensão territorial, é o segundo mais populoso com 43 709 habitantes (Censos 2009)¹¹⁷, depois do setor de Bigene com 51 412 habitantes. Por outro lado, o Canchungo conta com a maior densidade populacional da região (68 hab/km²), quando a média regional é de 39,8 hab/km² e a média nacional é de 40,1 hab/km². A população do setor está distribuída em 118 tabancas, sendo a cidade de Canchungo, como se podia esperar, a mais populosa com mais de 11 700 habitante, a única população considerada urbana que perfaz 26,74% da população do setor; Pelundo é a segunda tabanca com 2 358 habitantes.

Em termos tradicionais o território do setor está dividido em 10 regulados¹¹⁸ a saber: Blequisse, Bugulha, Cajinjassá, Canhobe, Churo, Có, Costa de Baixo, onde está localizada a cidade de Canchungo, sede do setor, Pandim, Pelundo e **Tame**. Este último constitui um dos estudos de caso.

Como se pode observar no mapa seguinte, excetuando o regulado de Pelundo, todos os outros são de pequena dimensão, com uma extensão média de pouco mais de 64 km², situação um pouco diferente quando comparado com o regulado de Forreá, que ocupa quase a totalidade dos sectores de Buba e Quebo, por exemplo.

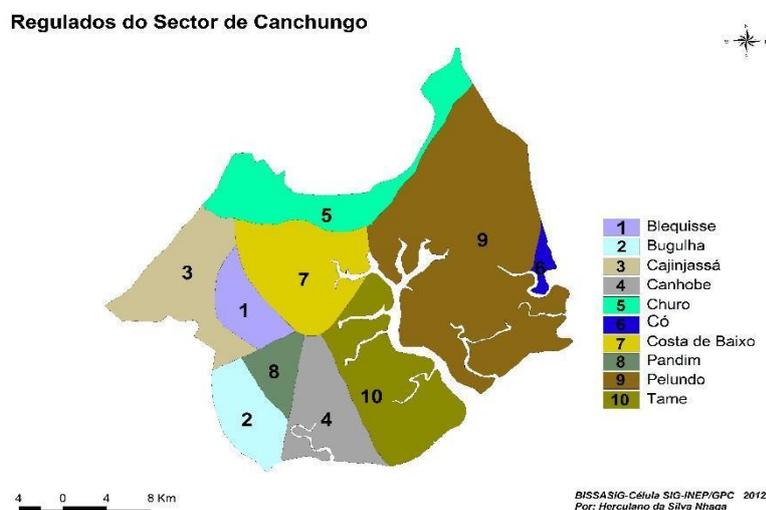


Figura 4-4: Regulados do Setor de Canchungo

As outras tabancas com um número de habitantes significativos são: Catchobar 1015, Caroncã (826), Petabe com (719), a Blute (707), Bará com (696), a Beniche com (675),

117 No entanto, decorridas cerca de uma década desde o último Censo, e admitindo um crescimento populacional de 0,9% estimado pelo INE, o setor pode ter uma população muito próximo de 48 mil habitantes.

118 Regulado pode ser definido como sendo um pequeno reino, regido por leis consuetudinárias, inserido num território do qual depende política e administrativamente. Segundo Tchernó Djaló “os regulados tradicionais são estruturas políticas que existiam muito antes da chegada dos portugueses à Guiné” (Djaló, 2012:78).

Pendinglo, Jolmete (654), Ucanhe (686), Tchulame (607), Cabienque (605), Jolabute (582) e Canob (580) habitantes.

Enquanto 27 localidades têm uma população que varia entre 250 e 500 pessoas; 40 tabancas com população entre 100 e 250 indivíduos e 26 localidades cuja população não atinge os 100 habitantes, entre estas há ainda algumas cujas populações é constituída por um único agregado familiar, como são os casos de Bitame com 23 pessoas, N'Ghoga com 12 e Penter com 9 pessoas apenas.

A região de Cacheu¹¹⁹ onde está inserido o setor de Canchungo foi historicamente dominada por população da etnia manjaca. Em 1950 este grupo étnico representava cerca de 75% da população da região, número que se manteve no primeiro censo realizado depois da independência, com mais de 74 por centos, como se pode observar no quadro seguinte.

Quadro 4-1: Composição étnica da região de Cacheu segundo os censos (1950 a 2019)

| Etnia | 1950 | 1979 | 1991 | 2009 |
|-----------|-------|-------|-------|-------|
| Balanta | 12,14 | 16,84 | 30,02 | 28,82 |
| Beafada | 0,05 | 1,22 | 0,31 | 0,40 |
| Bijagó | 0,03 | 0,29 | 0,06 | 0,14 |
| Fula | 0,67 | 1,39 | 2,80 | 4,97 |
| Mancanha | 10,31 | 26,72 | 4,64 | 4,51 |
| Mandinga | 0,39 | 5,45 | 5,15 | 6,22 |
| Manjaco | 74,79 | 74,05 | 41,48 | 36,78 |
| Papel | 0,85 | 2,04 | 1,34 | 2,28 |
| Sem etnia | 0,11 | 10,25 | 0,53 | 2,05 |
| Outros | 0,65 | 12,39 | 13,68 | 13,81 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Censos de 1950 (Província da Guiné), INE, 1979, 1991 e 2009

No entanto, a dinâmica populacional das últimas décadas foi alterando este cenário. Os Balantas que em 1950 representavam um pouco mais de 12%, atingiram os 30% em 1991, descendo para cerca de 29 por cento no último recenseamento. Em situação contrária estão os Mancanhas que viram a sua posição relativa oscilar bastante, passando de 10,3% em 1950 para 4,5% em 2009, depois de terem constituído mais de ¼ da população da região do Cacheu em 1979 (Quadro 4.1).

Duas outras comunidades merecem ainda referência neste processo: os Mandigas e os Fulas. Os primeiros, que representavam 0,39% em 1950 atingiram 6,22% em 2009; enquanto os segundos passaram de 0,67% para cerca de 5 por cento no último censo.

¹¹⁹ A população da região em 2009 era de 185 053 habitantes, correspondendo a 12,8% da população guineense.

Observando apenas os dados populacionais do setor de Canchungo, o resultado é um pouco diferente. Aqui, os Manjacos continuam a ser o grupo étnico largamente dominante. Apesar do dinamismo registado pelos Fulas e sobretudo pelos Balantas no setor, estes ainda não constituem ameaça do domínio manjaca neste espaço geográfico, que detêm ainda cerca de 78% da população, embora em 1950 representassem mais de 97 por cento. No mesmo período, os Fulas passaram de menos de 1% para muito próximo de 6%. Mesmo assim menos de metade da população alcançada pelos balantas que passaram de um modesto 0,53% para mais de 13 por cento no mesmo período (Figura 3.3).

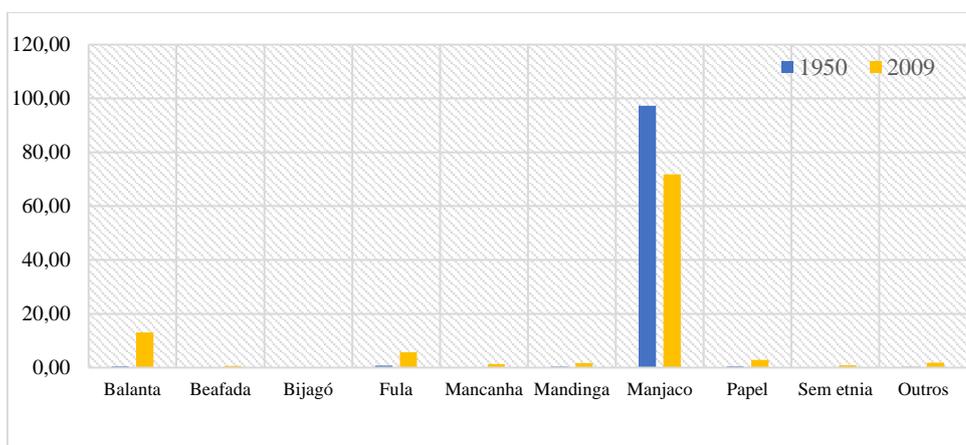


Figura 4-5: Composição étnica do Setor de Canchungo em 1950 e 2009

Fonte: Censos de 1950 (Província da Guiné), INE, 2009.

Em termos da estrutura etária da população do sector, ela é em tudo semelhante à estrutura nacional, ou seja, uma população extremamente jovem. Mais de 8% da população tem menos 5 anos de idade; cerca de 48% tem menos de 20 anos. No extremo oposto, apenas 5,5 por cento da população do Canchungo tem idade igual ou superior a 65 anos de idade.

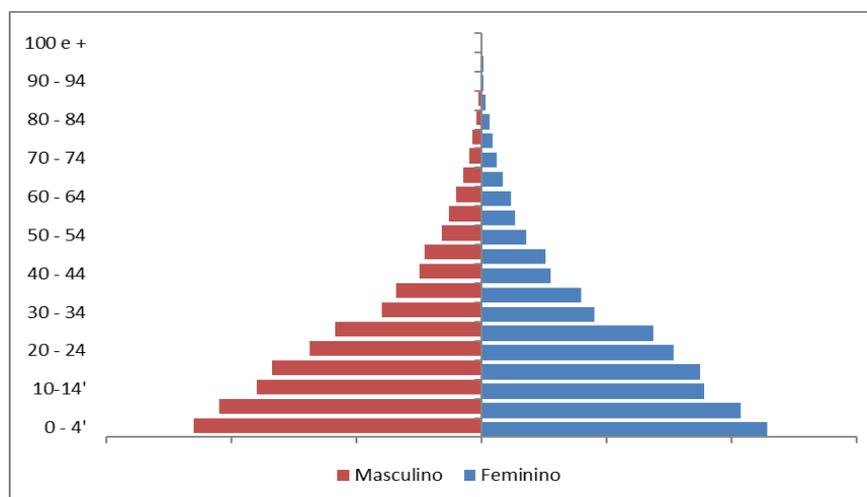


Figura 4-6: Pirâmide etária do Setor de Canchungo

Fonte: INE, 2009.

4.2.2.1 Cidade de Canchungo

Até início do século XX Canchungo não passava de uma pacata povoação com pouca importância no contexto dos centros urbanos da então colónia portuguesa. A sua ascensão, curiosamente, deveu-se em grande parte da decadência da vila de Cacheu, processo muito comum na nossa Guiné.

A este propósito pode ler-se no Anuário da Guiné Portuguesa de 1948 o seguinte:

“Triste destino o de centros povoados da Guiné Portuguesa! Triste e curioso pela singularidade. Porque enquanto em outras regiões, outras colónias e outros países o seu progresso depende da emulação e vitalidade dos agregados populacionais desejosos de se elevarem sucessivamente na escala de categorias urbanas, nesta terra da Guiné, que tão esquecida andou dos mapas e de lembrança dos homens até ao século XIX, a rivalidade entre duas povoações é indício seguro da morte de uma”.

[E acrescenta dando o exemplo das duas principais cidades da região em apreço, mas também de outras situações similares que ocorreram ao longo dos tempos].

Assim, “Canchungo, hoje Teixeira Pinto¹²⁰, desagregou a velha, nobre Cacheu; Bafatá eliminou a católica Geba; Bolama fez ruir para sempre o grande centro comercial que fora Buba; Cacine não pode sobreviver à alvorada de Catió, e Bissau, a vila dos grandes e incontáveis sacrifícios, feriu de morte a antiga cidade dos governadores cujo destino andou por chancelarias e provou, à semelhança do moinho de Potsdam, que no belo século XIX o direito prevalece algumas vezes sobre a força.

Aqui as chamas do espírito nada puderam contra as duras realidades da vida. O comércio apagou a tradição. A necessidade de sobrevivência não fez vivificar o sentimento de gratidão.

Desapareceram, é certo os velhos presídios de Bolor, Fá, Ganjarra, S. Belchior, Colónia, Contabani e Buduco; mas estes núcleos limitavam-se ao recinto artilhado e viviam da própria intranquilidade da região. Dominados os povos rebeldes os fortins desmantelaram-se e o capim tomou de assalto os parapeitos” (Duarte, 1948: 517).

Assim, dois acontecimentos ocorridos no início da década de 1910 marcam definitivamente a queda de Cacheu, e no seu lugar a ascensão de Canchungo. O primeiro foi as vitórias militares de Teixeira Pinto sobre a resistência dos manjacos, que teve como consequência a criação do posto militar na tabanca de Canchungo sob comando do Alferes António Maria. Não demorou muito a chegada do primeiro comerciante a instalar-se em Canchungo, na pessoa de José Baptista Tomé, cuja presença, como seria de esperar, atraiu outros homens de negócios.

120 Como se sabe a cidade voltou a ter a sua designação original, Canchungo depois da independência do país em 1974.

Com o tempo, a tabanca de Canchungo ia ganhando importância, enquanto Cacheu ia-a perdendo. Isto apesar da elevação desta última à categoria de Vila em 1913, medida que não trouxe nenhuma vantagem à localidade, uma vez que o centro de gravidade do negócio, como referem as crónicas da época, havia-se deslocado para Canchungo¹²¹, “terra ainda insignificante, mas à qual estava reservado grande futuro” (ibidem, 1948: 603).

4.2.2.2 *A comunidade de Tame*

Apesar de não ser possível precisar a data da fundação do regulado de Tame é um dos mais antigos da zona. Segundo as lendas, o seu fundador é um Senhor vindo de Norte na zona dos Felupes¹²² e a primeira casa chamava-se *Cauque*. Juntamente com Caió, Peciche e Zeta, Tame e Canhobe constituem os regulados cujas linhas de sucessão são matriarcais.

A povoação de Tame, que dá nome ao regulado está situado aproximadamente a 15 km a Oeste da cidade de Canchungo, sede do sector com o mesmo nome, tendo Tame a segunda maior extensão de território do Sector de Canchungo depois de Pelundo.

Atualmente, a família Batchacha é detentora do poder do regulado, embora à data da nossa visita (maio 2014), o trono esteja vazio desde o falecimento do último régulo. Este vazio, segundo nos é dado a entender, deveu-se ao fato dos candidatos à sucessão não estarem preparados para cumprir com certos rituais e cerimónias de feitiçaria obrigatórias para quem quiser subir ou manter-se no poder.

Em tempos, segundo António Carreira, toda essa área geográfica constituía “um único regulado com sede em Bassarel. Desse régulo principal consideravam-se vassallos todos os outros pequenos chefes”. Faziam parte desta estrutura política principal 28 pequenos regulados, cuja classe dominante resumia-se aos nobres e os ritualistas, acrescenta.

Do Conjunto dos regulados que prestavam a vassalagem ao grande régulo de Bassarel, se excluem os do Litoral Sul – Bugulha, Caió, Cajegute, Canhobe, Pandim e **Tame** – nunca consentiram qualquer espécie de subordinação ao régulo máximo (Carreira, 1967: 50).

Segundo Bernardo Gomes, Presidente da *Associação dos Filhos e Amigos de Tame – ASSOFITA*, em 2014, o regulado era uma comunidade constituída por 19 tabancas, (curiosamente o mesmo número de aldeias registadas pelo António Carreira em 1967),

121 A decisão do governador de transferir a sede da Administração para Canchungo, relegando o Cacheu a um Posto administrativo, conjugado com a criação da Circunscrição de Suzana, primeiro, e de São Domingos, posteriormente, ferem-na de morte (Duarte, 1948: 603).

122 O que levou muitas pessoas a especular que o fundador do regulado não seria um manjaco, mas sim um felupe, que com o tempo se foi aculturando e passar depois a identificar-se com esta última etnia.

onde residia cerca 7 896 pessoas, vivendo em 386 casas, dos quais, apenas 10 eram cobertas por palha.

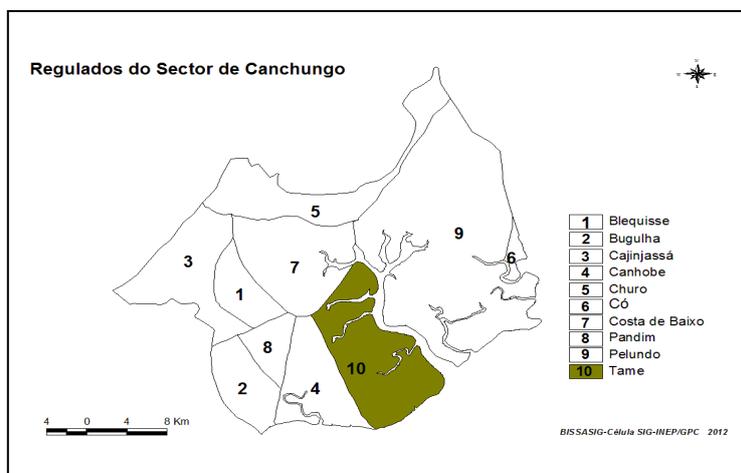


Figura 4-7: Localização do regulado de Tame no Setor de Canchungo

O regulado é maioritariamente habitado pela população manjaca, com uma estrutura social e política sólida e muito bem organizada, o que a permitiu conservar praticamente muitos aspetos da sua estrutura social, apesar de embates e das crises quer pelas tentativas de invasão ou dominação de alguns regulados manjacas, quer da dominação colonial (Carreira, 1967).

Ainda segundo António Carreira e A. Martins Meireles, historicamente, “as populações animistas e residentes no litoral são consideradas sedentárias ou pelo menos desde período anterior a chegada dos portugueses.”

Até ao início da década 20 do século XX não se encontravam pessoas de outras etnias no regulado de Tame, como de resto acontecia em grande parte do Chão dos Manjacos. Só a partir desta data se notou a infiltração de elementos da etnia balanta, na sua grande maioria provenientes do Binar. No entanto, esta primeira vaga não atingiu o regulado de Tame. Aliás, a propósito deste território, António Carreira afirma que “em 1928, por exemplo, as estatísticas oficiais não se referiam ali aos Balantas (...)”.

Portanto, a homogeneidade étnica era o panorama dominante antes da ocupação civil dos portugueses. Cada comunidade limitava-se praticamente ao seu território, poucos eram os que se aventuravam a deslocar-se e, sobretudo, a fixar-se nos territórios “estranhos”, pois, era um ato pouco consentida.

Este comportamento não era exclusivo da etnia manjaca, antes pelo contrário, existia uma “certa tendência para o isolamento, negando-se a manter contatos, mesmo com povos

circunvizinhos (Carreira, 1967), isto é, “todos os grupos viviam cada um no seu *chão* próprio e olhavam-se mutuamente como arreganho” (Quintino, 1967).

Ainda hoje, há relatos de confrontos entre as populações locais e os recém-chegados. Foi o que aconteceu em 2009, entre a população Felupe de Susana, no Sector de São Domingos, Norte do país e os imigrantes Fulas, a propósito de construção de uma mesquita, mas este episódio, segundo alguns observadores foi apenas a “gota da água que fez transbordar o copo”. Atrás disso há um ressentimento anti-imigrantes, geralmente dirigido a pequenos comerciantes que, pouco tempo depois da sua chegada, começam a dominar o comércio, a construir melhores casas e apresentam sinais de riqueza superiores aos dos nativos.

Como foi dito anteriormente, a partir da ocupação do território pelos portugueses tornou-se mais fácil e seguro o deslocamento e fixação de elementos de diferentes etnias para territórios até aí considerados estranhos.

Com a independência do país em 1974, o processo de mobilidade interétnico acelerou-se e intensificou-se ao ponto de, segundo o Recenseamento Geral da População de 2009, a população manjaca do Sector de Canchungo não representar mais de 72 por cento, como se pode observar no quadro seguinte (INE, 2009).

Quadro 4-2: Composição étnica do Setor de Canchungo

| Sector Canchungo | População | % |
|-------------------------|------------------|------------|
| Manjacos | 31 277 | 71,85 |
| Balantas | 5 507 | 12,65 |
| Fulas | 2 481 | 5,7 |
| Papel | 1 262 | 2,9 |
| Outros | 3 004 | 6,90 |
| Total | 43 531 | 100 |

Fonte: INE, 2009

Apesar de não existirem dados discriminados para os diferentes regulados (e pouca fiabilidade dos existentes), a realidade não deve estar muito longe dos dados gerais do Sector.

Como foi referido anteriormente, a ASSOFITA tem o seu próprio registo de todas as pessoas que vivem no regulado, incluindo a população emigrada e os seus filhos nascidos no estrangeiro. Esta situação confirma a diferença relativamente aos dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatísticas – INE. Por exemplo, na Tabanca de Canal-Tame, segundo dados da ASSOFITA, 2009, havia 11 moranças onde viviam 244 indivíduos, dos quais 97 homens e 147 mulheres. E ainda para o mesmo ano, esta tabanca contava com 41 elementos seus emigrados, sendo 30 homens e 11 mulheres.

4.2.2.3 A emigração da comunidade de Tame

Segundo António Carreira, "A emigração de Manjacos e de Brames, de si antiga, alterou em muito o panorama da distribuição humana da região (...)" tendo provocado em certas zonas, uma diminuição de cerca de 14% da população em apenas 10 anos (1940 - 1950).

Semelhantes movimentos populacionais aconteceram nas outras áreas do território, mas não tiveram as mesmas consequências. Aqui, "as baixas na população, seja pela sua constância, seja por outras razões, provêm inegavelmente de recrudescimento da emigração de Manjacos e Brames não compensada por qualquer imigração de outra origem", argumentava Carreira (1967, 271).

Assim, segundo o mesmo estudo, se podia constatar que a emigração dos manjacos quer dentro do território, quer através dos países limítrofes (principalmente para o Senegal) atingia cerca de 15% do total do grupo (Carreira e Meireles, 1959: 15). Mais recentemente, a emigração manjaca dirige-se fundamentalmente para a Europa, nomeadamente Portugal e França, sendo este último dos mais antigos e mais intensos fluxos de emigrantes com origem na região de Cacheu.

Nos nossos dias estes números são significativamente maiores. A título de exemplo, em 2014, segundo os dados fornecidos pela ASSOFITA, na tabanca de Canal-Tame residiam 244 pessoas, e contava com 41 emigrantes, o que representa cerca de 17%. E se consideramos que no mesmo ano, a população total residente no regulado era de 7 896 indivíduos, e uma população emigrada de 4 975, o que equivale a 63%, facilmente se conclui a importância que a emigração representa para esta comunidade. Deste número, fazem parte homens e mulheres, incluindo também as crianças nascidas no estrangeiro.

Excetuando alguns casos isolados, as primeiras migrações conhecidas da comunidade de Tame datam da segunda metade dos anos 60, ou seja, uma emigração que se pode considerar recente, se comprada com as outras comunidades manjaca. Tongul foi o primeiro elemento conhecido como emigrante da comunidade.

Desta emigração resultou a construção das primeiras casas zincadas, o que naturalmente era um motivo de orgulho, ao ponto de as senhoras comporem uma canção para celebrar este efeito:

*João Bico n'tungul bibi bicinquir Calaque;
Cinquir Calaque manaquisse Caiá cacau;
Fdindi caia cacau mamaque n'grual ai itchime (...)*

Tradução

João Bico venha zincar a Calaque (morança);
Zinque Calaque e me liberte de cortar a palha;

Porque estou com dor nos pés, não poço cortar palha (...).

Por Bernardo Gomes

Bissau, 27 de março de 2014

Casamança, principalmente a região de Sedio e a Gâmbia foram os primeiros destinos desta emigração, que só posteriormente avançou para as outras regiões do Senegal e mais tarde para a França.

Esta emigração era designada na língua manjaca por “*Bidjungha*” que pode ser traduzido como “descer d’água” ou seja, a primeira migração da comunidade manjaca era maioritariamente feita via marítima. Daí que o termo descer a água, significar embarcar num barco com destino a emigração. Mais tarde, a emigração e os emigrantes em particular passaram a ser designados por “*bapat-ubabu*”, ou seja, as pessoas que remavam as canoas com destino à terra dos brancos.

A) o processo migratório

O processo de emigração da gente de Tame iniciava-se com associação de 3 a 5 pessoas, geralmente jovens para arranjar dinheiro para esse fim. Como nos explica o nosso interlocutor, Bernardo Gomes, iam extrair vinho de palma no Sul do país e depois o óleo e os caroços. Depois de conseguir um capital que se julgasse suficiente para levar um dos seus para Europa, iam consultar o Irã ou curandeiro para saber quem entre os membros do grupo devia partir em primeiro lugar. Assim que este partisse o processo continuava com os elementos restantes e com a colaboração do que tinha partido, e assim sucessivamente até todos conseguirem emigrar.

Neste processo, geralmente todos cumprem com o combinado. São raras as situações em que alguém decide romper o acordo. E quando isso acontece, este elemento é fortemente censurado pela comunidade, incluindo a sua própria família. Este processo é mais frequente entre jovens amigos de que entre elementos de uma mesma família. Aliás, a solidariedade entre amigos é bastante mais forte no caso da emigração do que entre familiares, sublinha o presidente da ASSOFITA, Bernardo Gomes. Não é raro encontrar alguém que decide levar um irmão dum amigo em detrimento do seu próprio irmão. Principalmente quando se trata de dois emigrantes. “*Eu ti ajudo emigrar e em troca você ajuda o meu irmão ir também*”, é uma expressão muito comum entre os manjacos de Tame.

Nos últimos tempos, a utilização de apoios financeiros da Associação tem ajudado desbloquear situações extremos de dificuldade. Por exemplo, quando alguém consegue o visto de entrada e não ter dinheiro suficiente para pagar a viagem, os depósitos exigidos

pelos serviços consulares ou até a compra de passagem recorrem a associação para resolver a situação. Não é raro ajudar pessoas que tenham vindo passar férias e tenham problemas em voltar para os países de residência pedir ajuda a associação.

Perguntado sobre o que é emigrar para os manjacos de Tame? O nosso interlocutor, Bernardo Gomes responde: *é alguém que decide abandonar o seu lar à procura de melhores condições de vida para si, a sua família e a sua comunidade* (sublinhado nosso).

É notório que a grande maioria das pessoas com quem falámos incluem direta ou indiretamente a comunidade nas suas preocupações, o que testemunha um forte sentimento de pertença e de solidariedade.

B. Quem geralmente emigra?

A resposta a nossa pergunta foi: *“a emigração deixou de ser o que era; apesar de serem os jovens masculinos e solteiros os principais candidatos a emigração, cada vez mais surgem jovens raparigas com projetos próprios de emigração. Muitas delas recorrendo a emigração clandestina e por via marítima”*. Aliás, já houve alguns episódios em que a associação, através dos seus núcleos foi chamada a resgatar elementos da comunidade em dificuldade ou que haviam sido presas num determinado país¹²³.

Foi o que aconteceu em setembro de 2011, quando uma rapariga tentou a sua sorte viajando para o Senegal e depois para Mauritânia, onde ficou sem todos os seus haveres, foi presa e mantida em condições desumanas durante um longo período. Quando a associação tomou conhecimento da situação fez as diligências necessárias, tendo mesmo enviado o presidente da associação para resolver o caso. Sendo os custos suportados pelos núcleos de Dakar e Nouakchott. Contudo, mesmo com este apoio, não foi fácil resgatar a jovem.

A informação sobre estes casos é bastante difícil não só pela sua complexidade, como pelos meios envolvidos e também pelo fato de a ASSOFITA ter como política a não divulgação de elementos sobre estes casos antes da sua resolução. Primeiro, tratando-se de assuntos que envolvem a emigração clandestina, a sua divulgação acabaria por tornar muito mais difícil a sua resolução. Por outro, publicitar estes casos criaria um pânico acrescido na comunidade.

¹²³ ASSOFITA tem núcleos em Canchungo, Bissau e praticamente em todos os países da emigração Manjaca: Senegal, Gâmbia, Mauritânia, Portugal, Espanha e França.

4.2.2.4 Remessas da diáspora de Tame e conflitos gerados por estas

Geralmente os emigrantes participam em todas as atividades da comunidade, principalmente nos assuntos relacionados com funerais. Como é de conhecimento geral, os funerais, e sobretudo as cerimónias de *toca-choro* são das manifestações culturais e cerimoniais que envolvem mais gastos na comunidade manjaca, e os de Tame não constituem exceção. Os emigrantes são dos maiores contribuintes em termos monetários para a realização destas cerimónias.

No entanto, segundo os anciões com quem mantivemos conversa houve uma redução significativa das remessas dos emigrantes em geral, principalmente na sequência da crise económica vivida nos países de acolhimento. Estes efeitos continuam a verificar-se, mesmo depois de muitos países terem saído da crise, as remessas enviadas para Guiné-Bissau não voltaram aos valores anteriores à crise.¹²⁴

As ações desempenhadas pela ASSOFITA abrangem todos aspetos da vida da comunidade. Por exemplo, quando um emigrante está doente ou numa situação de desemprego prolongado, como tem acontecido com muitos emigrantes, esta informação é transmitida a Associação. Assim, quando o emigrante está impossibilitado em enviar dinheiro para a família, a Associação tem fundos para minimizar essa situação através de pequenos empréstimos, cujo pagamento é facilitado em pequenos montantes quando o elemento volta a estar bem de saúde ou conseguir de novo emprego.

Bernardo Gomes ilustra este fato com base na experiência que tem vivido nos últimos tempos. Os seus dois irmãos estão atualmente desempregados, o mais velho há mais de um ano.

Por outro lado, a associação tem em curso um projeto que consiste em equipar todas as casas da comunidade de Tame com painéis solares.

¹²⁴ Estas conversas revelaram a diminuição quer no número de pessoas a enviar, quer na frequência. Tendo atingido muito mais os homens, que foram os que mais sofreram com o desemprego relativamente as mulheres. E segundo as informações recolhidas nestas conversas, são os montantes enviados via informal os que mais sofreram redução.

Caixa 4-1 Bernardo Gomes

Em 26 de Junho de 1992, o jovem Bernardo Gomes tentou emigrar para Portugal viajando até ao aeroporto da Portela, onde foi detido durante uma semana, antes de ser repatriado para Guiné. Em 2006, o processo repetiu-se, desta vez a detenção foi de duas semanas.

Frustrado depois destas duas tentativas falhadas, o Sr. Gomes começou a refugiar-se no álcool ao ponto de não fazer nada. Foi nesta altura que o seu pai lhe confessou que nunca concordara com a sua partida. E o velho acrescentou: “fica descansado, você pode tentar quantas vezes que quiser, mas não vai conseguir entrar. Você está predestinado a ser o meu herdeiro e a liderar a comunidade. Eu gosto muito de si, filho; Você é a minha almofada; você é meu sentido!

A partir desta data, o jovem Gomes nunca mais tentou partir.

E tal como o velho tinha dito, principalmente depois do seu falecimento, Gomes tornou-se no líder incontestado da família e o principal elo de ligação entre a comunidade e a sua diáspora.

Fazendo o balanço entre o que os emigrantes fazem pela comunidade e o seu papel, afirma estar muito contente por não ter conseguido partir e sente orgulhoso do seu trabalho e se sente realizado.

Não se pode negar a existência de pequenos conflitos dentro da comunidade, sendo comuns entre a esposa de um emigrante e a família deste. Geralmente estes conflitos começam quando a esposa, cujo marido está ausente, tem relações extras conjugais, o que acontece muitas vezes, pois os maridos ficam longos períodos sem visitar a família, e quando o fazem geralmente é por curto espaço de tempo. Na maior parte das vezes estes conflitos são resolvidos dentro da estrutura familiar. Em situações limite é a própria família do marido ausente que toma a iniciativa de libertar a mulher. No entanto, quando se trata de envolvimento muito publicitados, ao ponto de causar embaraço quer aos familiares do homem, quer sobretudo à da mulher, estes últimos sentem-se desonrados. E geralmente, as famílias decidem acabar com o casamento. Não são raros os casos em que a mulher abandona a comunidade, refugiando-se nas grandes cidades ou até em países vizinhos.

Aliás, casos desta natureza, que geralmente resultam da separação prolongada da família (principalmente do marido e da esposa) e conseqüentemente a não participação do homem na educação dos filhos, causando muitas vezes falta de afetos destes em relação ao pai, são apontados pela grande maioria das comunidades manjacas, mas extensíveis a outras comunidades estudadas neste trabalho como sendo dos espetos mais negativo da emigração.

4.2.2.5 As realizações e o financiamento

Uma das emblemáticas realizações da ASSOFITA é, sem dúvida a escola Tomás Nhangue Tame (nome de uma das figuras da comunidade que mais batalhou para trazer a escola e assim poder educar os filhos da tabanca). Fundada em 2001, funcionou

inicialmente em barracões. Em 2005 foi edificada a nova escola, constituída por dois pavilhões de 3 salas cada, uma sala de convívio e uma residência para os professores com 8 dormitórios.

Só na vedação da escola foram gastos cerca de 17,5 milhões de Francos CFA, aproximadamente 26 720 euros. Uma soma considerável, se tivermos em conta que estamos a falar de uma comunidade rural com escaços meios.

No ano letivo 2011/12 a escola contava com 1097 alunos e 39 professores (cerca de 28 alunos por professor, uma média aceitável no contexto da Guiné-Bissau). Os professores 7 mulheres e 32 homens foram colocados pelo Estado e ministram aulas desde o pré-escolar ao 9.º ano escolaridade.

No ano letivo 2017/2018, a escola apresentava os seguintes dados: total dos alunos, 814, dos quais 403 rapazes e 411 raparigas, com um total de 34 professores (sendo 34 homens e 5 mulheres apenas). Basta observar o número de raparigas a frequentar o estabelecimento (superior ao de número de rapazes) para concluir que o esforço e dedicação da comunidade tem vindo a dar resultados muito positivos.

A Associação assegura um subsídio complementar aos professores e fornece bicicletas para os professores que trabalham nas outras aldeias. Isso que faz com que, mesmo quando há greve dos professores - o que é muito frequente no país -, os docentes desta escola nunca adiram, tornando a escola numa das poucas que cumpre integralmente o programa escolar. O que se traduz num nível de aproveitamento muito assinalável.

Outra realização de que se orgulha a comunidade é a manutenção da estrada que liga Canchungo a Canhobe, passando pelo Tame, um trabalho conjunto entre as duas localidades. A última intervenção foi um pouco antes das eleições presidenciais de 2012 que, segundo relatos ouvidos, teria levado alguns políticos a tentar aproveitar-se do fato para ganhar alguns votos. O certo é que houve alguma divergência entre as duas localidades, que resultou em acusações mútuas de desvio de fundos, o que só foi resolvido nos tribunais, ficando cada tabanca obrigada a pagar metade da verba, ou seja, 8 milhões de Francos CFA, já que a intervenção estava orçada em 16 milhões de FCFA.

Na sequência deste fato, existe uma certa rivalidade entre as duas localidades, aliás, que vem de longe. Os de Canhobe tiveram sempre mais oportunidade em termos escolares, tendo hoje um número considerável de quadros, alguns com notoriedade a nível nacional, o que os leva muitas vezes a não aceitarem certas ideias que não sejam da sua iniciativa.

Quanto ao financiamento das suas atividades, a Associação desde a sua fundação sempre privilegiou as cotas dos seus associados como fonte de financiamento, só depois disso é que procura outros complementos para poder pagar as suas atividades. Esta postura esteve sempre no modo de funcionar da associação, que os membros não se cansam em referir, com uma ponta de orgulho à mistura. E pode-se dizer, que o caso não é para menos, até pela conhecida “moda da mão estendida”, à espera sempre de um doador que esteja disponível a financiar algo a construir ou a melhorar no país.

É de referir que no ato da fundação da Associação estiveram apenas 6 pessoas, mas na segunda reunião já foram 58 elementos, na sua grande maioria velhos, ainda considerados dos mais ativos. Aliás, os jovens só começaram a ter um papel mais ativo depois do atual presidente da associação assumir as funções.

Estiveram em discussão 3 propostas do valor das cotas mensais para os residentes nas aldeias do regulado: 250, 300 e 500 Francos. Acabou de vingar o valor mais baixo (250 fxf, cerca de 0,38€) ou seja, 4,60€ anuais, enquanto para os emigrantes o valor da cota anual é de 100 euros.

4.3 Buba/Quebo

O território que compõe estes dois sectores corresponde, no essencial, ao regulado de Forreá. No passado, esta área fazia parte do Posto Administrativo de Buba, circunscrição de Fulacunda. Com eclodir da guerra da independência, as principais vias de comunicação foram cortadas, isolando deste modo os principais centros populacionais uns dos outros e o Sul do resto do país.

Para fazer face a esta situação, o governo provincial decidiu, a partir de 1969, altura da elaboração do Plano Diretor para o Reordenamento Rural, dividir a província em sete planos regionais baseados em aspetos puramente étnicos, os chamados Plano Regional do “Chão Manjaco”, “Fula”, “Balanta”, etc., para gerir o território. Para além dos planos da Ilha de Bissau e de Bolama, apenas o Plano Regional do Sul, ao qual pertence a área de Buba-Quebo constituem uma exceção. Este espaço foi subdividido em três “sub-regiões independentes”, o de Aldeia Formosa (Quebo), Buba e Empada (Djibril Baldé, 2008:38)¹²⁵. No entanto, na altura da independência do país em 1974, Quebo se já tinha separado de Buba, formando deste modo dois Postos Administrativos independentes.

125 Djibril Baldé, Saico (2008), Buba-Quebo: Corredor de Desenvolvimento no Sul da Guiné-Bissau, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.

Com a independência, foi levada a cabo uma reforma na divisão administrativa do território que juntou algumas circunscrições, nuns casos, e transferiu outros espaços para outras áreas geográficas. Na nova configuração, o território nacional foi dividido em 8 regiões administrativas (divididos em sectores administrativos, por sua vez subdivididos em secções, estes últimos apesar de previstos na lei, nunca foram implementados nem delimitados) e um Sector Autónomo – Bissau, também ela dividida em bairros urbanos (atualmente apresentados nos relatórios do INE como sectores 1, 2, 3, etc.). Neste processo, o Sector de Quebo foi retirado da Região de Quinara (que ficou com 4 sectores administrativos – Buba, Empada, Fulacunda e Titi) para passar a fazer parte da Região de Tombali, também ela dividida em 5 sectores administrativos – Bedanda, Cacine, Catió, Quebo e Komo.

Com esta reestruturação, o regulado de Forreá passou a pertencer a dois sectores e duas regiões administrativas diferentes.

Recorde-se que na anterior divisão administrativa, que vigorou desde 1919, a província estava dividida em 2 concelhos (Bissau e Bolama), divididos em freguesias urbanas e postos administrativos e 12 circunscrições civis, divididos apenas em postos administrativos.

O Forreá constitui um imenso regulado, principalmente quando comparado com os outros dois espaços em estudo. Com mais de 1704 km², o seu território estende-se desde a zona da foz do Rio Grande de Buba, a Oeste, até a zona mais acidentada do território nacional a Leste, onde faz fronteira com os sectores de Gabú e de Boé. No Sul, o Rio Cumbijã o separa dos Sectores de Bedanda e de Cacine. E, finalmente a Norte faz fronteira com o Sector Xitole através do Rio Corubal.

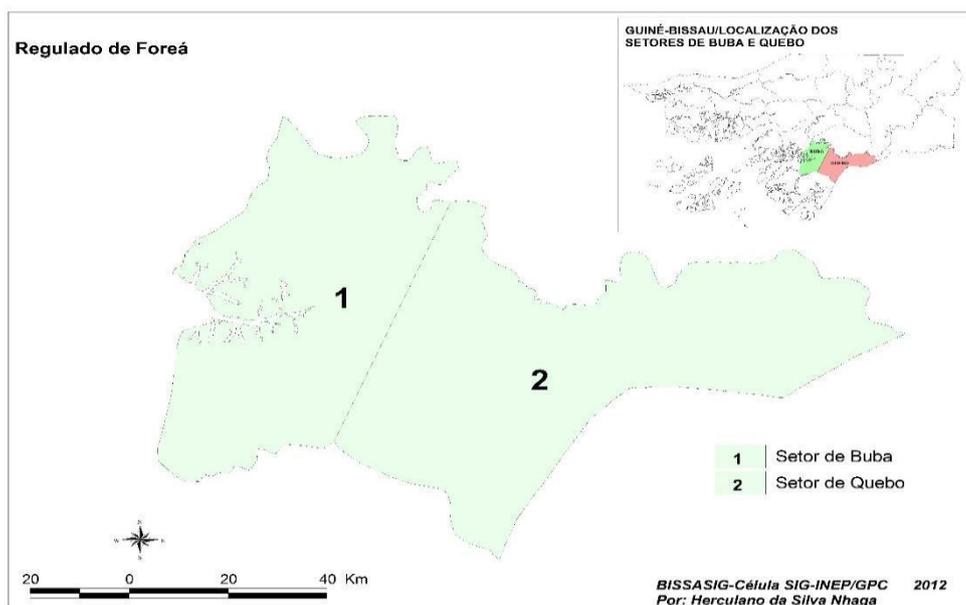


Figura 4-8: Localização do Setor de Forreá
 Fonte: INEC, 2009

Desde a sua fundação, o regulado de Forreá foi alvo de cobiça e de disputa de diferentes atores, principalmente depois da conquista dos fulos. Primeiro foram as resistências movidas pelos beafadas, em seguida a tentativa de colonização pelos Almamis de Futa Djalun liderados pelo Alfa Yaya, no princípio da década de 90 do século XIX, que inicialmente tinham vindo em auxílio aos fulas contra os beafadas, mas depois quiseram anexar o território, que corresponde como René Pélissier apelida de “expansão do Labé em direção ao Oeste e do Firdu para Sul” (Pélissier, 2001b: 268-269). Aliás, o mesmo autor refere que Alfa Yaya chegou a proclamar-se “rei de Kadé, do Gabu e do Forreá”¹²⁶. No entanto, Pélissier não hesita em classificar o seu poder, de puramente formal, pelo menos no Gabu. Ao mesmo tempo, a resistência dos fulas de Forreá ao domínio português continuava culminando depois com a morte do seu régulo Mamadú Pate Bolola, em Buba, numa emboscada, a 19 de junho de 1890. Seguiram-se lutas entre os Fulas de Forreá e os régulos de Gabu, que queriam manter o seu domínio nesta parte do território.

Por outro lado, depois de muitos avanços e recuos na luta pelo domínio dos territórios junto das margens do Rio Grande de Buba, entre os britânicos, dum lado, e os portugueses, do outro, a balança acabou de pesar a favor dos últimos. E para evitar os dessabores e as humilhações que estas disputas causavam, “os portugueses constituem (a 16 de maio de 1871) na ilha e as margens do Rio Grande de Buba em concelho, o mesmo título de Cacheu e de Bissau” Pélissier (2001: 149).

¹²⁶ Pélissier, René *Op. Cit.*, 2001ª, pp 251.

Portanto, a importância deste regulado é significativa, quer na presença dos fulos no que foi na altura província da Guiné, quer ainda no papel deste espaço e seu povo de fazer a balança pesar a favor dos portugueses em detrimento dos britânicos na disputa sobre o domínio deste território, ao contrário de que Djaló¹²⁷ faz crer, ao atribuir a sua importância ao papel desempenhado pelo líder religioso Tchernó Rachid.

Se é verdade, que ninguém pode negar a importância que este religioso teve na Guiné em geral e no Forreá em particular, é necessário precisar melhor o contexto em que ele exerceu esta influência e qual era a sua relação com o poder secular e tradicional. Uma relação de desconfiança, para não dizer de traições, pois, para além da luta pelo poder, era disso que se tratava.

Tratando-se de uma figura respeitada, quer no Forreá, quer a nível nacional, como a nível da sub-região, principalmente nos países vizinhos Guiné-Conacri e Senegal, soube fazer de um *soft*, enquanto o irmão Tchernó Cabiro desempenhava o papel do “duro”. É bem conhecida a rivalidade que existiu entre ele, por um lado, e outros grandes líderes muçulmanos da região, como *Mamadú Dioulde* e, sobretudo de Thierno El Hadj Mamadou Saïdou Ba, ambos na Casamança, que foram seus colegas de estudo, mas que o acusavam de ter “escravizado” as populações sem lhes dar em troca a educação islâmica que nele procuravam.

No entanto, Tchernó Rachid não era um caso único de líderes religiosos que ambicionavam o poder. Eduardo Costa Dias¹²⁸ ao descrever uma situação sobre o Mounjour Meta Baló, afirma: “(...) e, a partir de certa altura, com a sua liderança quase incontestável, do passado, ameaçado pelo aparecimento de figuras religiosas carismáticas, despertou sentimentos divididos no seio da população de Gabu motivo de controvérsias acesas no seio da administração colonial da época, acabando por ser deposto em Agosto de 1927” (Dias, 2009: 117).

Por outro lado, mesmo que o líder religioso tivesse esta pretensão (e há pessoas que afirmam que houve, e teve simpatia em alguns círculos dos governantes da província), a sua concretização seria muito improvável. Pois, a natureza da colonização Portuguesa era tudo menos promover líderes fortes, quanto mais religiosos muçulmanos. Basta lembrar, por exemplo, que a educação “formal” da população africana estava entregue às

127 Djaló, Tchernó (2012), *O Mestiço e o Poder: Identidades, Dominações e Resistência na Guiné*, Lisboa, Nova Vaga e Autor.

128 Dias, E. Costa (2009). *Regulado do Gabu (1900-1930): A Difícil Compatibilização entre Legitimidades Tradicionais e a Reorganização do Espaço colonial*, Porto, CEAUP.

missões católicas que, como se sabe, tinham como principal objetivo “evangelizar, civilizar e “portugalizar”¹²⁹. É como refere Henrique Pinto Rema:

“(...) não seria necessário recuar à bula papal de Martinho V, de 4 de Abril de 1418, que tornava realidade o sonho do Infante D. Henrique em participar na “presa” levada pelos navegadores às terras africanas e pregar “a fé verdadeira, a Religião cristã, em vez do credo maometano”, que se traduziu depois nos amplos privilégios concedidos ao rei D. Afonso V e seus sucessores em evangelizar os mouros e “infieis” das terras conquistadas ou a conquistar. Bula que depois era ampliada ou confirmada pelas bulas de Leão X, Eugénio IV, Nicolau V, Calisto III, Sisto IV, Alexandre VI ou Júlio II (REMA, 1966)¹³⁰.

Por outro lado, desde há muito tempo estava claramente definido o papel do “civilizador” o branco, em relação ao africano, “colonizado”. E este papel, como de resto reconhece Brito Camacho, não era fácil de se transformar numa relação positiva e pacífica, porque o balanço era sempre negativo para o segundo, e que justifica com o fato de:

“O contato com o branco raramente deixava de lhes (os africanos) ser molesto, umas vezes porque o procuravam para trabalho gratuito ou escassamente remunerado, outras vezes porque o procuravam, em nome do físico, para lhe arrancarem o imposto, que não redundava em seu benefício, outras vezes, e sucedia isso com relativa frequência, porque o procuravam para o vexarem, para desonrarem, tratando-lhes como se a mulher e as filhas fossem concubinas” (Camacho 1936).

Este desencontro seria facilmente resolúvel se a política e, principalmente os métodos fossem outros, conclui o autor, “o preto deixaria de evitar o encontro com o branco quando reconhecer que o procuramos como gente amiga, não para o incomodarmos, mas para o servirmos; não para lhe tirarmos alguma coisa do muito pouco que ele tem, mas para lhe darmos alguma coisa do muito que lhe falta”, remata.

Todavia, parecem estar subjacentes em toda a política educativa colonial, duas ideias fundamentais: o capitalismo e a evangelização, que consistia por um lado, em preparar as pessoas poder exercer as tarefas básicas e rotineiras, para produzir, sem recurso as capacidades intelectuais; e por outro, seguidores da religião cristã, sobretudo católica, em detrimento das crenças tradicionais africanas ou islâmica.

Por outro lado, é sabido qual era o entendimento das autoridades portuguesas a cerca de líder africanos fortes ou com pretensão a chefia. Aliás, na sequência da II Conferencia dos Administradores de 1946, o Governador da Província, Sarmiento Rodrigues emitiu entre outras instruções, nomeadamente nos pontos 23.º e 24.º o seguinte:

129 Djibril Baldé, Saico (2010), “Da exclusão a autoexclusão da população muçulmana no sistema educativo guineense”, (apresentado no 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, 9-11 setembro 2010). Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2255?mode=full>
130 Rema, Henrique Pinto. (1966) A Primeira Evangelização da Guiné (1434 - 1533). *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, N.º 83. Agência Geral do Ultramar, 1966, Vol. XXI.

“23.º - Considerando absolutamente inconveniente fazer a atracção dos indígenas para umas circunscrições em prejuízo das outras. É, pelo contrário, recomendável ligar à terra todo o indígena, pelos valores que lhes devem ser facultados, tais como melhores habitações, fontes, celeiros, plantações, postos sanitários e outros benefícios.

Contrariar o nomadismo e as deslocações de qualquer natureza.

24.º Continuar e afastar dos indígenas as preocupações da política de chefias.

Não animar qualquer pretensão” (Correia, 1947: 244).

4.3.1 A situação demográfica e movimentos populacionais no Forreá

Segundo os censos de 2009, o território contava com 32 495 habitantes¹³¹. A população é composta maioritariamente por fulas, mais de 48%, seguida dos Balantas com cerca de 21%, dos Beafadas com 13% e dos Mandigas já a uma distância considerável, com 6 por cento. Todas as outras comunidades têm uma representatividade pouca expressiva, como se pode observar no gráfico seguinte (figura 3.6).

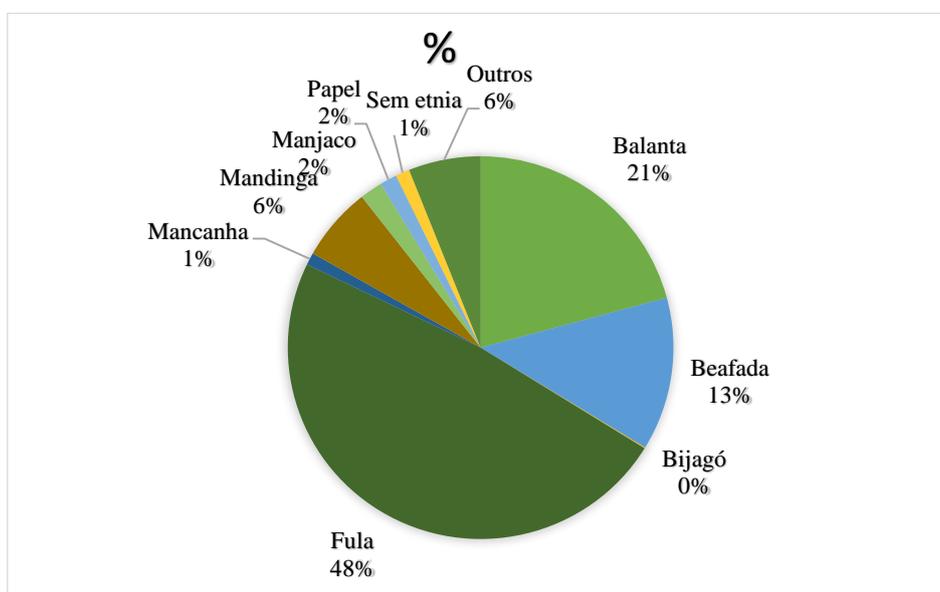


Figura 4-9: Composição étnica dos setores de Buba e Quebo
Fonte: INEC, 2009

Esta composição tem vindo a sofrer algumas alterações ao longo dos tempos. Nota-se o reforço do peso demográfico dos Fulas, comparativamente às outras comunidades, que têm vindo a acusar uma perda relativa entre os censos de 1950 e 2009.

Assim, os Fulas passaram de um pouco mais de 35% em 1950 para mais de 48%, enquanto no mesmo período os balantas que representavam mais de 37%, viram o seu peso baixar para um pouco mais de 20%. O mesmo aconteceu com as outras duas comunidades, os beafadas e mandingas que passaram de mais de 15 para 13% e de 8,5

131 No entanto, é de admitir que este número se situe em mais de 40 mil, decorridos quase 10 anos do último censo realizado no país. Segundo a projecção do INEC, os dois setores podem estar a crescer cerca de 2,2% por ano (1,9% para o setor de Buba e 2,5% para o de Quebo, respetivamente) (INE, 2018?).

para 6,3 respetivamente. Os manjacos, apesar do seu reduzido número tiveram uma evolução significativa, passando de 0,8% em 1950 para 1,9% em 2009 (figura 3.7).

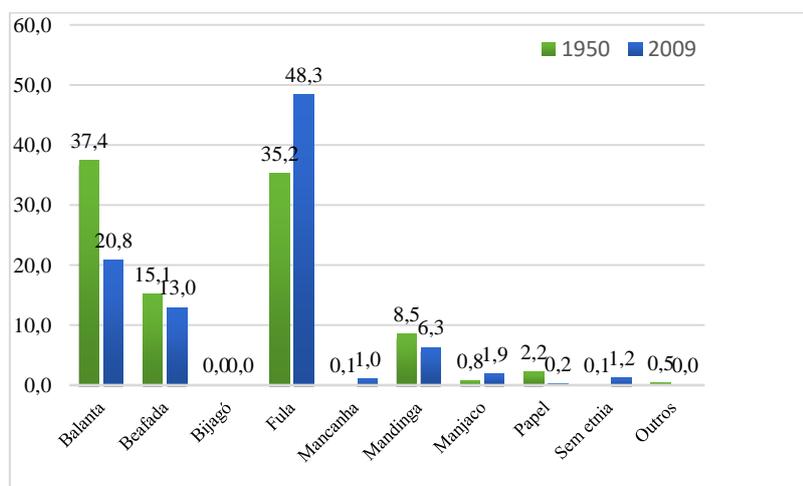


Figura 4-10: Composição étnica da população de Buba-Quebo em 1950 e 2009
 Fonte: Censos de 1950 (Província da Guiné), INEC, 2009

Buba e Quebo as duas capitais dos sectores, constituem os principais centros populacionais do regulado com 7571 e 5245 habitantes respetivamente, o que representa cerca de 39,5% da população total. Seguem-se as tabancas de N'Tugane com cerca de 500 habitantes, Samba Sabali com 526 e Banta ou Bantaguel Silá, com 677 habitantes, isto no sector de Buba. No Sector de Quebo as tabancas mais populosas são Cumbijã com um pouco mais de 500 habitantes, Áfia com cerca de 560, Sintchã Sambel Saltinho com cerca de 960 e Mampatá Forreá com mais de 1170 habitantes.

Observando a figura seguinte constata-se que, tal como nos espaços anteriormente analisados, a população de Buba-Quebo é extremamente jovem. Cerca de 16% tem 5 ou menos anos, número que se eleva para cerca de 55% quando considerada a faixa etária dos menos 20 anos. E só cerca de 3,8 por cento da população tem idade igual ou superior a 65 anos.

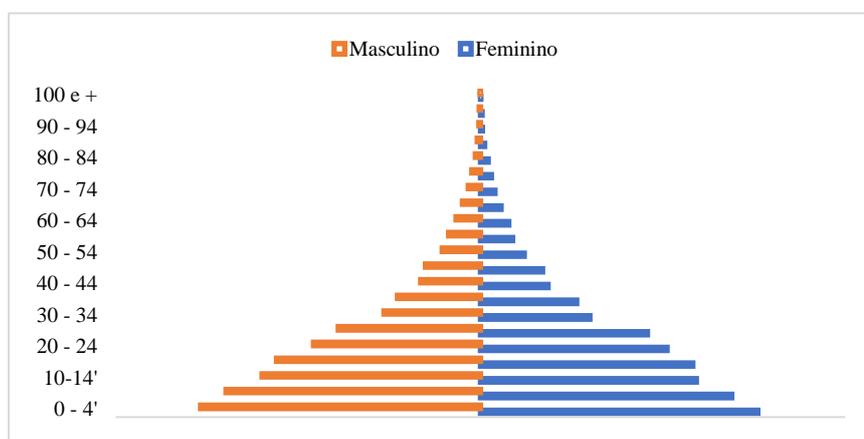


Figura 4-11: Pirâmide etária de Buba-Quebo
 Fonte: INEC, 2009

Quanto à idade média por agregado familiar, ela é, praticamente igual para os dois sexos, cerca de 22 anos. No entanto, quando observado em separado, no sector de Quebo o valor é ligeiramente mais elevado 22,5 anos para o conjunto dos dois sexos, sendo de 23 anos os homens e de 21,1 anos para as mulheres. Para o setor de Buba, os mesmos indicadores estão assim ordenados: 21,3 anos de média para os dois sexos, sendo de 21,8 anos para e de 21,3 anos para os homens.

4.3.2 *A fuga dos Fulas de Forreá*

Quando chegaram ao território que é hoje a Guiné-Bissau, muitos dos Fulas instalaram-se no Regulado de Forreá, no sudeste do país. Daí que grande parte dos atuais fulas de Gabu e da Casamança são originários desta área geográfica.

O que esteve na origem deste movimento migratório?

Três realidades explicam esta deslocação: a) uma **económica**, b) outra **política** e c) uma terceira, **religiosa**.

- a) A realidade económica que empurrou os Fulas para Leste é o surto de uma epidemia que assolou o território de Forreá e dizimou o gado bovino da área. Sendo um povo essencialmente pastor, os Fulas foram obrigados a migrar para salvar as suas vacas.

A este propósito, pode ler-se no Anuário da Guiné Portuguesa de 1948 o seguinte:

“a importância de Buba esteve sempre ligada ao comércio da borracha. Quando este declinou e a maioria dos comerciantes a abandonou seguindo para Xitole e outras localidades, os prédios foram-se desmantelando. A população indígena, que fora grande, sentindo dizimado o gado pela glossina deslocou-se para outros territórios. E Buba que se orgulhava da sua Escola Régia e da Ambulância, foi-se extinguindo” (Anuário da Guiné Portuguesa, 1948: 725).

- b) A razão política que deslocou os Fulas para Gabú e Casamança tem a ver com a construção de infraestruturas, nomeadamente estradas e pontes, em que a construção da ponte de Balanta foi emblemática. Na construção desta ponte, os trabalhos foram tão intensos, incluindo abusos físicos e humilhações, que os Fulas, sensíveis como são, deixaram a região.

Este processo fazia parte de um conjunto muito vasto de medidas e normas legislativas que tornava a sua permanência naquela área quase insustentável. Segundo Costa Dias¹³²,

“Dentro destas (medidas), pela sua importância, salienta-se a substituição do (quase incobrável) imposto de cabeça pelo de palhota (7 de novembro de 1903), a criação

132 Dias, E. Costa, *Op. Cit.*, 2009, pp 107

dos tribunais privativos dos indígenas (6 de fevereiro de 1929) e, sobretudo as sucessivas reformulações dos dispositivos regulamentares aplicados ao trabalho indígena (27 de maio de 1911, 15 de Agosto de 1914, 27 de Julho de 1917, 6 de Dezembro de 1928).

De fato, no conjunto de medidas tomadas entre 1900 e 1930, as que se prendem com a questão dita da obrigatoriedade do trabalho (trabalho forçado), tanto as contidas nos sucessivos e específicos dispositivos legais de enquadramento do trabalho indígena, como as diluídas em documentos de âmbito geral, assumiram particular impotência, mais que não seja, pelo que implicaram em termos de sujeição dos guineenses “não civilizados” à lógica económica colonial ou, eufemisticamente, em termos da contribuição dos indígenas para o desenvolvimento económico” (Dias, 2009: 107).

Philip Pavik observa que no Código de Trabalho Indígena, as obras públicas em geral e a construção de estradas e pontes em particular, não faziam parte e cita “a limpeza de caminhos entre povoações indígenas desde que tais caminhos não sejam principalmente utilizados para o trânsito de veículos, de motor ou de tração animal, ao serviço dos colonos ou do Governo” (Pavik, 2015: 236). No entanto, acrescenta o autor, o que acontecia na Província da Guiné era bastante diferente, principalmente depois de se concluir a chamada “pacificação militar ou guerra da pacificação” que abriu caminho à colonização efetiva do território, que permitiu as autoridades portuguesas lançar um ambicioso programa de construção de estradas e de pontes que facilitasse a circulação entre as diferentes localidades pelas vias rodoviárias, em vez de barcos ou canoas, aumentando deste modo a rapidez e diminuindo os riscos. É de salientar que em 1916, em todo o território, havia apenas uma única estrada de terra batida, cuja extensão não ultrapassava os 30 km, passando para 60 km no ano seguinte, e em 1919 a rede de estrada já atingia 185 km em todo o território.

A partir de 1921, um programa muito ambicioso de construção foi encetado e que resultou numa rede (segundo as estatísticas oficiais) de 2 809 quilómetros no final dos anos vinte. Quer dizer, no espaço de oito anos, aumentou-se dez vezes a extensão total, um esforço enorme para uma colónia recém-conquistada com escassos recursos financeiros e materiais. Pouco mais foi feito em termos de construção nos anos que se seguiram, aliás parece que, entretanto, a rede está encolhendo, já que as estimativas falam em 2 500 ou 2 600 quilómetros nos anos quarenta (ibidem, 236).

Estas obras foram, em grande medida, iniciativa do Governador Jorge Frederico Velêz Caroco (1921 - 1926), cujos escritos dá-nos indicações esclarecedores sobre como este empreendimento foi feito. Na sua opinião, o progresso das colónias só podia ser conseguido se se conjugassem os esforços para civilizar “os povos incultos, imersos na mais crassa ignorância (...) levando-os a fazer o que fazem as raças superiores – trabalhar

e trabalhar para sempre”, considerando a “ociosidade e atraso” dos nativos não somente prejudicial para eles próprios, mas também para o mundo em geral.

O governador prossegue, afirmando que “é preciso trabalhar. E se o indígena não quer trabalhar voluntariamente, seja compelido a fazê-lo”. Para tal “faça-se um regulamento estabelecendo um mínimo de trabalho para cada individuo”.

Para melhor compreensão da dimensão destes trabalhos forçados na Guiné, nunca é de mais referir o relato do referido governador sobre “a construção dum canal de cinco quilómetros, onde trabalham “dois mil indígenas” sob vigilância dum régulo, ou quando se refere aos “quinhentos homens que estão a construir um troço de dois quilómetros e meio de estrada num terreno lodoso”. E é de referir que estes trabalhos forçados eram geralmente feitos em turnos de 15 dias sem remuneração. Foi assim que se construiu cerca de 400 quilómetros de estrada por ano.

Segundo Pavik, esta obsessão em construir estradas durante a governação do Velêz Caroco foi criticada pelo seu sucessor, António Leite de Magalhães (1927 - 1931), dizendo que esta opção “provocou a falta de infra-estruturas como hospitais, ambulâncias, escolas e serviços sociais”. E acrescenta “este modo de proceder revelou, na sua opinião, um desinteresse das autoridades pela população que tinha sob a sua tutela, e cuja mentalidade e faculdades era suposto desenvolverem” (Havik, 2013: 239).

4.3.3 *Comandant Djaingol*

Se a uma legislação tão repressiva quanto discriminatória, como se viu, se juntar um executor cujo único sentimento que tinha para com africano era o desprezo e vontade de humilhar, cria-se uma combinação perfeita para a prática de atrocidades de toda a natureza. Foi o que aconteceu no Forreá, com a chegada de “*Comandant Djaingol*” – um nome que ficou gravado na mente de várias gerações de habitantes de Forreá.

Magalhães Galvette, do seu verdadeiro nome, foi administrador de Bafatá e a ele se atribui a construção da estrada que liga essa cidade a Bambadinca. Mas em Forreá, o Administrador, que faleceu e foi sepultado em Cacheu, é conhecido por um outro feito: dirigiu a construção de uma ponte que os nativos apelidaram de “*Porto Comandant Djaingol*”.

Conquistou a alcunha *Djaingol* (fogo em fúria) devido a intensidade que imprimia aos trabalhos que dirigia. E, em vez de *Administrador*, era usado o termo *Comandant* devido à influência dos vizinhos francófonos do Senegal e da Guiné-Conacri.

A terceira motivação - a religiosa - que levou os Fulas a deslocarem-se a Leste e Norte, mais precisamente para Casamança, é a emigração de Tchernó Áli Tcham para aquela região. Tchernó Áli, precise-se, trocou Gabu por Forreá por se ter desavindo com as autoridades tradicionais de Gabú. De Forreá seguiu para Casamança, onde se instalou até à sua morte.

A estas três razões objetivas, não resistimos à tentação de acrescentar uma quarta, de ordem *mística*.

O primeiro Régulo fula de Forreá, Alfá Bacar Demba Marum¹³³, foi assassinado na fronteira entre Casamança e Gabu. Diante dos seus algozes terá dito: “não me mateis aqui, porque se me matardes e me enterrardes aqui, a população de Forreá emigrará para junto do meu túmulo”. Poderá esta razão ser tida em conta?

4.3.4 *A cidade de Buba*

As referências da presença dos portugueses na região do Rio Grande de Buba são muito antigas e muitas vezes imprecisas. Sabe-se que esta área geográfica desempenhou um papel fundamental para a colonização portuguesa em geral e a economia que a sustentava em particular. Por exemplo, no ano 1625 foi registado que o tráfico de escravos no Rio Grande de Buba teria atingido os 3 000 escravos (Duarte, 1948: 725).

Por outro lado, é referida a existência de numerosas feitorias nas margens deste rio, o que terá motivado a fundação da Bolola e Guínala nas margens do Rio Grande de Buba, um dos mais importantes da Guiné-Bissau em 1670. É neste contexto que a fundação oficial de Buba é datada desse ano, embora alguns, como Américo Campos¹³⁴ refiram que esta fundação terá ocorrido um ano antes, ou seja, em 1669.

A história da região em geral e de Buba em particular confunde-se com a própria história da Guiné, um território marcado pela instabilidade constante, ou melhor usando a expressão de Lopes “uma guerra sem quartel¹³⁵”, que se traduziu na cobiça dos ingleses pela colónia portuguesa, sobretudo da cidade de Bolama e de toda a área do Rio Grande de Buba, que foi primeiro visitada por Sir Neil Campbell, governador da Serra Leoa, e que levaria a assinatura com os régulos de Bolola e Guínala a 24 de junho de 1827, um

133 Aquém muito autores, nomeadamente René Pélissier chamam erradamente de Alfá Bacar Demba Umaro, em vez de Marum. Marum é nome da sua mãe. É muito comum entre os fulas o nome de uma pessoa ser associado à da sua mãe, como Aliu Meta, Mutaro Maria ou Saico Mariam, por exemplo.

134 Campos (2012: 15). História da Guiné-Bissau em datas. Disponível em: <https://guinebissaudocs.files.wordpress.com/2012/04/histc3b3ria-da-guine3a9-bissau-em-datas.pdf>

135 Lopes, A. Marques (2017), História da Guiné: Descoberta, Colonização e Guerra. Disponível em: <http://aguine.blogspot.com/>.

tratados que reconhecia a posse de Bolama pelos ingleses. Aliás a cobiça inglesa pelo território guineense, sobretudo da ilha de Bolama e toda a área do Rio Grande de Buba continuou ao longo do século XIX, levando-os a atacar a Ponta Colónia, no dia 4 de junho de 1868, no Rio Grande de Buba, chegando a içar a sua bandeira na Ponta Cacheu, a 7 de julho do mesmo ano.

As lutas entre os portugueses e diferentes grupos étnicos, nomeadamente os Beafadas por um lado, como foram os ataques organizados pelos portugueses contra os beafadas de Jabadá em fevereiro de 1882, primeiro, e assinatura de um tratado com Bambi Jai, régulo beafada de Jabadá e com o régulo de Gã-Pará, depois. Mas sobretudo com os Fulas do outro, continuava, o que mais perturbações causava. Destes pode-se destacar os ataques dos fulas, chefiados por Mamadú Paté Bolola a Praça de Buba no dia 1 de fevereiro de 1880; outros ataques do fulas forros as feitorias do Rio Grande; organização de coluna militar contra os fulas forros a 18 de junho do mesmo ano; o tratado com o régulo fula preto de Indomá, Demba Alfa Bacar a 30 de junho; outras colunas militares contra os fulas forros, de Mamadú Paté; o primeiro tratado de paz que os portugueses fazem com os régulos do Forreá, que não impediu o reacender dos conflitos; até que os ocupantes portugueses conseguem assassinar o Mamadú Paté Bolola, rei do Forreá a 19 de julho de 1890.

Mais tarde foi assinado a 3 de dezembro de 1886 em Buba, um tratado de paz com Alfa Iaia, rei do Gabú, Forreá, Labé e Cadé, que tinha vindo em auxílio aos fulas de Forreá, mas que depois decidiu anexar o território, como se viu nas páginas precedentes.

Forreá só conheceu a paz quando os portugueses fazem um tratado com Cherno Cali, o novo régulo do Forreá, em 31 de janeiro de em 1898.

Os episódios relatados acima confirmam a ideia defendida por A. Marques Lopes (2017) que considera as invasões dos Fulas, como “(...) *o elemento perturbador da história guineense entre 1850 e o final do século XIX. Pertencem naturalmente a esta grande família de povos que, por migrações, invasões e mestiçagem agitam duradouramente a história da África Ocidental*” (Lopes, 2017: 5).

A par destas perturbações a administração portuguesa ia desenvolvendo, dentro do possível, algumas ações que foram determinantes para a consolidação daquele espaço, como foi a criação em 1879 do posto militar de Buba, com 20 soldados cabo-verdianos, sob o comando de um tenente português; a fundação por Honório Barreto de uma colónia de imigrantes cabo-verdianos, nas margens do Rio Grande de Buba a 16 de outubro de 1856; e, um ano mais tarde um grupo de 53 colonos cabo-verdianos e 4 portugueses

instalam-se em Guínala tendo sido criada a freguesia de Buba. Com a nova divisão administrativa da Guiné, de 1 de dezembro de 1869, Buba foi elevada a concelho conjuntamente com as cidades Cacheu, Bissau e Bolama.

Durante a primeira metade do século XX, Buba foi várias vezes promovida a sede de circunscrição, ora despromovida a Posto administrativo. E, em 3 de setembro de 1906, o Regulamento das Residências do território guineense criou um concelho (Bolama) e seis residências: Bissau, Cacheu, Farim, Geba, Cacine e Buba. Este regulamento estabelece um regime de transição entre o sistema militar e a administração civil.

O mesmo aconteceu depois da independência do país em 1974. Buba foi despromovida a sede de setor com o mesmo nome, enquanto Fulacunda era promovida a capital regional de Quinara. Atualmente Buba é sede da região e capital provincial do Sul.

4.3.4.1 A dinâmica populacional da cidade de Buba

A população de Forreá em geral e da cidade de Buba em particular tem oscilado muito ao longo dos tempos. As constantes guerras pela conquista do território, quer por parte dos portugueses e a resistência travada pelos povos da área, nomeadamente os beafadas, por um lado, mas sobretudo a invasão dos fulas e as guerras entre estes pela supremacia na área, ao longo do século XIX, mas com maior intensidade na segunda metade, como se viu atrás, quase dizimou a população de Forreá. E quando se recuperou desta fase dramática da sua história, os trabalhos forçados impostos pela administração colonial à seguir a chamada “pacificação da Guiné”, nomeadamente entre 1915 e 1945, mas que teve a sua maior intensidade depois da introdução da Reforma Administrativa Ultramarina de 1933, obrigou a população a fugir da região (Havik, 2006: 229).

Alguns autores, como (Carreira e Meireles, 1959; Havik, 2006 e Cahen, 2015) admitem que o trabalho forçado na Guiné, que durou até 1962, terá obrigado a fuga entre 14 a 20 por cento da população. Recorde-se que segundo os censos de 1940, a população do território era estimada em 347 mil indivíduos.

Para além dos trabalhos forçados, é de referir mais dois fatos que obrigaram a população a abandonar a região. O primeiro foi a doença das vacas que assolou Forreá, fazendo com que a grande maioria dos fulas que se tinha instalado na região se deslocar para Leste e Casamansa; o segundo foi a guerra da independência, que forçou a população a sair daquela parte do território.

É de recordar que esta zona de país foi aquela onde a guerra foi mais intensa e onde o PAIGC ocupou maior extensão territorial, a chamada zona libertada. Todos estes fatos levaram na altura da independência, que Buba não tivesse mais de 347 habitantes.

Atualmente, segundo o recenseamento da população de 2009, a cidade conta com cerca de 7700 pessoas, a viver em 6 bairros urbanos, nomeadamente, Bairro da Praça, o núcleo original, onde está instalada a grande maioria dos edifícios públicos, com 965 pessoas; o bairro de Missara, o terceiro mais populoso com 1 357, atrás do Bairro Alto e do Bairro de Nema I com 2634 e 1 921 o primeiro e segundo mais populosos, respetivamente. Os bairros Nema II e Verana, os mais recentes da cidade ficam-se com cerca de 620 e 207 habitantes respetivamente.

4.3.5 *A Fundação e evolução de Quebo*

Há divergência nos relatos sobre a data da fundação de Quebo. Muitos atribuem a sua fundação ao religioso Shiekh Alfá Ahmad Dila, pai do influente líder religioso Shiekh Harua Rachid em 1900, com o nome *Taibata Al Garrah*. Outros afirmam que antes da sua chegada ao local, já existia uma pequena povoação de ferreiros chamada Kanquewro ou Gã Kewro¹³⁶, argumentando que havia um conjunto de mangueiras, umas na zona mais alta da povoação (*tumbum*, que significa literalmente ruínas) e onde residia um dos irmãos de Chernó Rachid, o Chernó Hamed, e outras junto da casa de Bacar Demba Baldé, muito próximo da Mesquita Central de Quebo, que pertenciam aos habitantes da referida povoação. Os defensores da primeira versão argumentam que mesmo que a referida povoação tivesse lá existido, a quando da chegada de Alfa Ahmad Dila, ela já não estava habitada.

O certo é que até 1948 as povoações de Mampatá e Cuntabane eram mais importantes do que Quebo. Aliás, os dois postos sanitários daquela área geográfica estavam localizados precisamente nestas duas localidades, dependendo na altura da Delegação de Saúde de Catió (Duarte, 1948: 205). E na página 295 do mesmo anuário pode ler-se:

*“De acordo entre o Governo da Colónia e a Prefeitura devem começar a funcionar, no mês de Março de 1948, 24 escolas rudimentares para instrução literário, agropecuária, moral e catequética dos indígenas, ministrada pelos auxiliares de enfermagem dos Postos Sanitários. A estes foi atribuída a gratificação mensal de 200\$00. A construção dessas escolas de tipo ligeiro corre pelas Administrações, e a sua distribuição será a seguinte:
[...] Fulacunda S. João, Enxudé, **Buba, Mampatá, Cuntabane e Madina de Cubisseco**”. (sublinhado nosso).*

¹³⁶ Sendo esta última designação de origem beafada ou mandinga. Recordar-se que aquela área era habitada pelos beafadas antes da chegada dos fulas.

O que mostra claramente que até esta altura, Quebo não afigurava nas principais povoações daquela área do território guineense.

4.3.5.1 O crescimento de Quebo

Depois da sua fundação, a povoação de *Taibata Al Garrah* continuou igual a tantas outras localizadas naquela zona, sem grandes sinais de desenvolvimento. Só em 1912, altura do lançamento da primeira pedra para a construção da primeira mesquita, mas principalmente um ano depois, quando da sua abertura oficial, começou a atrair as pessoas para o local¹³⁷. Com o regresso de Shiekh Haruna Rachid dos seus estudos corânicos de Medina El-Hajj, em Casamansa, Senegal, a povoação começou a ganhar outro dinamismo, atraindo muitos jovens para aí frequentar os seus estudos corânicos.

No entanto, só no princípio dos anos 60 do século XX, aquando da instalação do aquartelamento dos militares portugueses na povoação, devido ao início dos atos de sabotagem anticolonialista por parte do PAIGC, Quebo, agora rebatizada Aldeia Formosa, veio a ganhar outro peso no panorama das povoações do sul do país. Este peso foi substancialmente aumentado com a chegada de General António de Spínola que, como se sabe veio introduzir uma forte componente política na sua atuação tanto junto das populações como na procura de uma solução negociada. A proposito deste assunto e da política desenvolvida pelo General Spínola pode ler-se no site “Guerra colonial 1961-1974) o seguinte:

“O período em que Spínola conduziu a guerra na Guiné será tratado separadamente nesta obra, mas convém destacar a importância decisiva do confronto de dois homens de convicções estratégicas muito claras: Amílcar Cabral e António de Spínola, de que se salienta, por parte do general português, a introdução de forte componente política na sua actuação tanto junto das populações como na procura de solução negociada; a crescente africanização do conflito, com a formação de unidades de recrutamento local, de espírito marcadamente ofensivo; e o novo conceito operacional, de pendor

137 Aliás, segundo os relatos dos velhos, na altura da abertura oficial, o chefe religioso Shiekh Alfá Ahmad Dila lançou um apelo ao régulo de Forréá, Cherno Cali Baldé, no sentido de incentivar os “*homens grandes*” das tabancas vizinhas, de se deslocarem para Quebo a fim de se participarem nas orações de sexta-feira. Porque só assim podiam atingir 12 adultos, número mínimo exigido para a celebração da missa das sextas-feiras. Ainda se recorda que este ritual continuou até finais da década de 80 do século XX, altura em que se começou a contruir as primeiras mesquitas fora de Quebo. Este ritual fez desaparecer o nome de *Taibatal Garrah* e no seu lugar ficar o Quebo (as pessoas quando se deslocavam para a povoação diziam que iam para onde residia os *quebube*, numa alusão da região de Quebo, na Guiné Conacri, donde são originários.

A partir de 1963 o nome da povoação foi alterado para Aldeia Formosa, nome que vigorou até a independência do país, em 1074, quando foi rebatizada de novo de Quebo, a semelhança do que aconteceu com o Canchungo (que foi batizado de Teixeira Pinto e voltou ao nome original depois da independência, ou de Gabú que, durante muito tempo foi chamado de Nova Lamego, por exemplo.

ofensivo e de procura de supremacia, mesmo que transitória, em todas as zonas em disputa.

Entre 1968 e 1972, as forças portuguesas, sob o comando do general Spínola, conseguiram manter a situação sob controlo e, por vezes, tomar a iniciativa, numa acção que ele próprio classificou de «reagir para permanecer».

Apesar de alguns sucessos militares, do aprofundamento da divisão conseguida entre os vários grupos étnicos da Guiné, da acção da contra-informação portuguesa - que atingiu o nível mais alto da hierarquia do PAIGC -, da influência que os países hospedeiros (Guiné-Conacri e Senegal) pretenderam ter sobre a política deste partido, a situação evoluiu claramente para o lado do PAIGC e o ano de 1973 marcou o ponto de viragem da situação (...)” (Guerra colonial 1961-1974).

Ainda no plano militar, Spínola eleva Aldeia Formosa Sector Operacional - Sector S-2 - e nomeia o então Major Carlos Azeredo para o comandar. Uma das primeiras medidas levadas a cabo por este oficial (como se recorda este oficial, já com patente de general, foi chefe de Casa Militar durante a presidência do Dr. Mário Soares), foi a elaboração de um plano de concentração das povoações dos povos do Forreá¹³⁸, que consistiu em reunir a grande maioria das populações das diferentes tabancas em Aldeia Formosa, aumentando deste modo a sua população “de um dia para outro”. Outra ação que contribuiu para o crescimento populacional foi a referida “africanização do conflito, com a formação de unidades de recrutamento local, de espírito marcadamente defensivo; e o novo conceito operacional” que se traduziu no caso de Aldeia Formosa, instalação de uma companhia de africanos, a Companhia de Caçadores 18¹³⁹, Companhias de Milícias e Companhias de Caçadores Nativos de pendor defensivo. Todas estas unidades eram constituídas por jovens, por isso em idade de formar família o que contribuiu para o aumento populacional. A mesma lógica foi mantida depois da independência do país. O aquartelamento de Quebo continuou a comandar todas unidades militares da Província Sul. Os militares aqui destacados trouxeram consigo as suas famílias o que, para além do aumento populacional, contribuiu para uma maior diversidade étnica no Quebo.

Segundo os dados do último recenseamento populacional de 2009, a cidade de Quebo contava com 5 263 habitante a viver em 5 bairros diferentes, nomeadamente o Bairro 1,

¹³⁸ <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2016/02/guine-6374-p15693-notas-de-leitura-804.html>

¹³⁹ É de referir que esta Companhia estava sob controlo operacional do BCaç 2892 que a responsabilidade de comandar ainda o Destacamento de Fuzileiros Especiais (DFE) 3 sediado em Buba, duas Companhias de Milícias (CMil) em Empada e Mampatá, esta última com Pelotões de Milícias (PMil) destacados em Aldeia Formosa, Nhala e Buba e um Grupo de Caçadores Nativos (CNat) dispersos por Aldeia Formosa, Chamarra e Pate Embaló. <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=11>

onde se localizam os poucos edifícios públicos, o bairro menos populoso com 515 habitantes apenas, o Bairro 2, com cerca de 1 500 pessoas, o Bairro 3, o mais populoso com um pouco mais de 1 700 habitantes. Estes três bairros constituem o núcleo principal da cidade.

Para além deste núcleo existem mais dois bairros, o Monsanto fundado em 1963, como se referiu anteriormente e separado com o núcleo principal pela ribeira, cujos habitantes se consideram como uma povoação independente, contando com cerca de 900 habitantes e o Bairro de Taibata localizado a Leste de Monsanto e a norte de núcleo principal e separado deste pela extinta pista de aviação. Este último conta com mais de 600 habitantes.

4.4 Ordenamento do território, o poder local e a mobilidade populacional na Guiné-Bissau

O desinteresse ou incapacidade de ocupação efetiva do território que é hoje a Guiné-Bissau pela potência colonizadora, Portugal, traduziu-se na realidade na criação de uma colónia (a Guiné Portuguesa) de outra colónia (a Cabo-Verde). Esta situação manteve-se até 1879, ano em que se deu a separação entre as duas colónias (Silva e Santos, 2014: 29; Pélissier, 2001a: 41¹⁴⁰).

Este fato alheado a resistência movida por diferentes grupos étnicos, não permitiu a ocupação efetiva e organizar devidamente o território. Daí, a sua categoria mudava conforme a situação, ora Província, com um Governador escolhido pelo Governo de Portugal, mas onde existia um “poder local”, especialmente nos principais municípios como eram os casos de Bissau, Bolama e Cacheu. Outras vezes esta categoria descia para Distrito Militar Autónomo, como foi em 1892, depois da derrota militar contra os Papéis. Nesta condição o poder estava concentrado na pessoa do Governador e os municípios de

140 A propósito desta situação, René Pélissier escreve: “Primeiro ponto capital: até 1879, esta Guiné coto nunca será mais que a dependência esquecida de um arquipélago miserável, por outras palavras, a “colónia” de uma colónia, com tudo o que isso comporta de negativo no plano de gestão administrativa das prioridades nos investimentos, do próprio povoamento, pois que na Administração e no Exército o pessoal provém maioritariamente – e raramente de sua vontade – não diretamente do metrópole, mas do arquipélago que desempenha um papel tanto de tutor como de guarda-fogo. É uma situação pouco invejável, porem ainda é tolerável, enquanto os interesses portugueses se mantêm marginais nesta Guiné de Cabo Verde (sublinhado nosso). Ora, assim são e por muito tempo”. E acrescenta: “Antes de ir mais longe, é efetivamente conveniente recolocar as coisas numa perspetiva mais ampla. Na escala de valores coloniais, a Guiné vem muito atrás das feitorias de Moçambique, as quais, por sua vez, fazem uma triste figura, comparadas com Angola dos Portugueses dos anos de 1845-1848. Por outras palavras, o governador-geral de Cabo Verde, na Praia, não expedindo para os seus “rios de leste” senão funcionários e condenados dos quais deseja livrar-se e deixando-os sem grandes meios de acção, o poder real está distribuído entre algumas dezenas de traficantes mestiços ou negros lusitanizados, essencialmente de Cabo Verde e, acessoriamente, de extensas famílias crioulas locais. As mais importantes urdiram redes de alianças e de clientelas comerciais, mesmo políticas, com Cabo Verde e os povos locais. A relativa modéstia das suas empresas e das suas ambições, o seu parcelamento em centros isolados, ligados entre si unicamente pela vela e pelo remo, a precaridade da sua posição face às populações que os rodeiam e por vezes os abarcam, tudo isso se combina para fazes destes estabelecimentos um arquipélago de minúsculas oligarquias fluviais e marítimas num mar africano”, concluiu. (Pélissier, 1989a: 41-42).

Bissau, Buba, Cacheu e Geba foram transformados em comandos militares. Só a Bolama manteve o estatuto de concelho, embora os poderes da Câmara fossem substituídos por uma Junta Municipal, cujos membros eram nomeados diretamente pelo governador¹⁴¹.

Ao virar do século, mais precisamente com a governação de João Augusto de Oliveira Muzanty (1906-1909), que a organização territorial e administrativa viria a conhecer uma nova realidade. Contudo, a visão militarista continuava a dominar. Assim, Bissau, Buba, Cacine, Farim e Geba/Bafatá passaram a residências e sedes de destacamento militares, cujos comandantes acumulavam as funções militares e civis. Apenas a cidade de Bolama manteve o estatuto de concelho¹⁴².

A par desta reorganização, nas zonas urbanas, nomeadamente com a reintrodução da comissão municipal para a cidade de Bissau, decidida pelo governador da província, continuava a progressão da ocupação efetiva do território, acompanhada de uma certa organização nas zonas rurais. Foi neste âmbito que, “em 1910, a residência de Buba dividiu cada um dos seus quatro regulados (Bolola, Contabany, Cumbijam e Corobal) em chefiados, para maior facilidade no cumprimento de ordens e para menor dispensa no pagamento do “imposto de palhota” aos chefes das povoações”¹⁴³. Dois anos volvidos, mais concretamente a 7 de setembro de 1912, a província foi sujeita a uma nova divisão. Desta feita foram extintos os municípios, e no seu lugar criadas ou reafirmadas as circunscrições civis, 7 aos todos: Bissau, Bolama, Buba, Cacine, Cacheu, Farim e Geba.

Alegando a necessidade de imprimir maior eficiência na governação e a falta de disponibilidade de quadros, nomeadamente administradores¹⁴⁴, o Decreto n.º 2742, de 7 de novembro de 1916, volta a introduzir uma nova alteração, reintroduzindo os concelhos de Bissau e Bolama e 9 circunscrições civis com forte tendência tribal, pronunciando o que viria a ser os chãos (Balantas, Bijagós, Brames (Bula), Cacine, Cacheu, e Costa de Baixo (Canchungo)). Um ano mais tarde, “em 1917, a Carta Orgânica manteve a divisão anterior, continuando, contudo, a reconhecer a autoridade dos régulos e chefes de povoação como delegados dos administradores. Cada um dos concelhos passou a ter uma Câmara Municipal com cinco vereadores eleitos”¹⁴⁵.

141 <http://www.cart1525.com/gouveia/divisao.pdf>

142 *Ibidem*, 1. <https://dre.tretas.org/dre/261345/>

143 *Ibidem*, 1.

144 Mas também a instabilidade governativa, fez com que as mudanças fossem muitos frequentes. É de salientar que entre a governação de João Augusto de Oliveira Muzanty (1899-1900) e o de Luís António de Carvalho Viegas (1932-1940), a província conheceu 20 governadores, sendo o mandato de alguns deles ter durando menos de um ano, como foram os cajos de João Mateus Lapa Valente (1904), Manuel Maria Coelho (1917), José de Oliveira Duque (1919) e José Luís Teixeira Marinho (também em 1919).

145 *Ibidem*, 1-2.

Com o diploma nº 329, de 3 de setembro de 1927, volta a haver uma nova mexida na estrutura administrativa, sendo a mais significativa. Foi reduzido o número das circunscrições de 9 para 7: Cacheu, Canchungo, Farim, Mansoa, Bafatá, Buba e Bubaque, mantendo, no entanto, o estatuto de concelho de Bissau e Bolama. Esta medida foi justificada pela melhoria das comunicações verificadas no território, por um lado, e pela relativa “pacificação” verificada entre a administração colonial e o povo indígena.

E pode dizer-se que, com alguns avanços e muitos recuos o cenário não se alterou substancialmente até meados da década 40, mais concretamente com a nomeação do Sarmento Rodrigues a 26 de junho de 1945 como governador da Guiné.

Este oficial da Marinha, que já tinha desempenhado funções na província, primeiro como Comandante da Marinha, e como Presidente da Câmara Municipal de Bissau, depois, conhecia bem o território e da sua gente, veio dar um novo dinamismo na Guiné, como vamos ver a frente.

É de salientar que, desde os anos 30 até os anos 50 do século XX, as 5 principais aglomerações humanas do território, Bafatá, Bolama, Cacheu e Farim, mas também a Bissau, que se tinha recuperado o estatuto de capital e sede da província, tinham o mesmo número de habitantes, cerca de 5 mil.

Merecem ainda referência a Lei n.º 2.048, de 11 de junho de 1951, que introduziu alterações à Constituição portuguesa que substituiu a expressão *colónia* por *província*; e a Lei nº 2.119, de 24 de junho de 1963, que reviu e aprovou o novo Estatuto da Guiné, integrada na “Lei Orgânica do Ultramar” - talvez a mais abrangente de sempre -, elaborada e aprovada no mandato de António Augusto Peixoto Correia, como Ministro do Ultramar. Este político antes da sua nomeação como Ministro, já tinha passado pela Guiné entre 1959 – 1962, como Governador da Província, mas ainda antes disso tinha sido a par de Avelino Teixeira de Mota, os principais colaboradores do Sarmento Rodrigues, aliás, para muitos foi esta equipa que mais fez para a província em toda a história da colonização¹⁴⁶.

Na caixa em baixo apresenta-se um pequeno texto da referida lei, principalmente nos aspetos que dizem diretamente a Guiné.

146 A propósito desta equipa, Carlos M. B. Valentim, escreve: “Todavia, o exemplo governativo do Comandante Sarmento Rodrigues, na Guiné, é um sintoma preclaro de que se está operando uma mudança, para melhor, na mentalidade administrativa colonial. A obra cultural deste Governador e dos 2 colaboradores [Peixoto Correia, futuro governador e ministro do Ultramar, e Teixeira da Mota, cartógrafo e historiador] há-de ficar na História da Administração Pública Ultramarina como uma das provas mais evidentes de uma visão profunda e de uma realização não menos retraída.” (Carta enviada a Sarmento Rodrigues, 4 de maio de 1950, Biblioteca Central da Marinha” (Valentim, 2015: 2).

Caixa 4-2: Alguns acertos do Estatuto Político-Administrativo da Província da Guiné, de 1963

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Art. 45.º - 1. Para os fins da administração local, o território da província divide-se em concelhos, que se formam de freguesias. Onde excepcionalmente não possam criar-se freguesias existirão postos administrativos.

2. O concelho de Bissau poderá ser dividido em bairros.

3. Transitoriamente, nas regiões onde não tenha sido atingido o desenvolvimento económico e social para o efeito considerado necessário, poderão os concelhos ser substituídos por circunscrições administrativas, que se formam de postos administrativos, salvo nas localidades onde for possível a criação de freguesias.

4. Os postos administrativos podem dividir-se em regedorias e estas em grupos de povoações.

Art. 46.º o território da província divide-se nos concelhos e circunscrições seguintes:

Concelho de Bissau;

Concelho de Bissorã;

Concelho de Bolama;

Concelho de Bafatá;

Concelho de Catió;

Concelho de Gabu;

Concelho de Mansoa;

Concelho de Farim;

Concelho de Cacheu;

Circunscrição de Bijagós;

Circunscrição de Fulacunda;

Circunscrição de S. Domingos.

Art. 47.º - 1. Compete ao governo da província criar ou suprimir bairros, freguesias e postos administrativos e fixar as respectivas designações, áreas e sedes.

2. As designações devem, quanto possível, basear-se na tradição histórica ou nas consagradas pelos usos e costumes.

No decorrer da guerra da independência mais concretamente em 1971, foi levada a cabo por governo provincial uma tentativa de “Reordenamento Territorial” designado por “Aldeias Estratégicas”. E como o próprio nome indica, tratava-se de uma operação de cariz militar, pois o objetivo principal era “agrupar em aldeias protegidas todos os núcleos populacionais dispersos pela paisagem da bolanha ou da mata. Estas “aldeias estratégicas” localizavam-se em pontos de bom acesso e que garantiam melhores condições para a sua defesa, mas sobretudo no controlo das populações. No projeto era defendida que a localização destas aldeias fosse feita “depois de ouvir os chefes das aldeias, para salvaguardar a sua adesão”. Por outro lado, era sublinhado a necessidade de preservar “a organização social existente, evitando separar tribos, moranças ou tabacas, os usos, costumes e práticas religiosas” (Policarpo, 2006: 105).

No entanto, para o Cláudio Acioly, este programa só veio a confirmar que o poder colonial na Guiné nunca deu a devida atenção ao desenvolvimento urbano ao longo prazo, apesar de o autor reconhecer o esforço de adotar a cidade de Bissau de “uma série

melhorias tais como arruamentos, pavimentação, um bairro novo (Ajuda) e habitações, abastecimento d'água, jardinagem e projetos de embelezamento” (Acioly, Jr., 1993: 31).

É de referir que neste processo, o regulamento previa o estabelecimento entre o exército e as famílias que “obrigava” os primeiros a fornecer aos segundos os materiais de construção e ao apoio técnico, enquanto às famílias cabia a construção das casas com ajuda possível dos militares.

Em 1972, na altura de elaboração da *Prospetiva do Desenvolvimento Económico e Social da Guiné* reconhecia-se claramente “o desequilíbrio económico entre a ilha de Bissau e o interior não se afigura superável sem uma ação direta e incentivadora do Governo e das administrações, a sugerir claramente uma estratégia de ordenamento territorial, cujos parâmetros são:

- A disponibilidade de mão-de-obra subutilizada nos principais aglomerados urbanos, nomeadamente em Bissau;
- A política de reordenamento das populações rurais;
- A riqueza natural das regiões, as aptidões tradicionais das suas gentes, a sua estabilidade e a existência de estruturas e meios financeiros mobilizáveis para as tarefas do desenvolvimento”, entre outras medidas (Província da Guiné, 1972: 53).

Foi nesta base que, na véspera da independência, em 1973, a província tinha 61 localidades, entre cidades, vilas e aldeias com planos de ordenamento e de zonamento aprovados e mais de duas dezenas outros centros populacionais com planos de zonamento em estudo ou previsto (Província da Guiné, 1973: 141-142).

No entanto, mesmo na cidade de Bissau ou “grande Bissau” se assim podemos dizer, apenas certas zonas tinham os seus planos aprovados. Assim, na cidade de Bissau tínhamos a Zona Hospitalar (atualmente Hospital Nacional Simão Mendes e algumas ruas adjacentes), a Zona Escolar (corresponde o Ministério de Educação, Liceu Nacional Kuamen Kruma e algumas infraestruturas ligadas a estes dois estabelecimentos) e Plobá com os planos aprovados. E nos arredores de Bissau, hoje muitos deles são partes integrantes da cidade, tínhamos os planos de Suro, do Gumine, da Comura, de Cumeré, Nhacra e do Oco Grande.

No Sul do país, só os centros populacionais de Áfia e Cuntabane-Saltinho tinham os seus planos aprovados, enquanto Buba e Quebo faziam parte dos centros cujos planos de zonamentos estavam em estudo ou previstos. No Leste, a Vila de Sonaco tinha também o seu plano em estudo. Na zona Norte, a área geográfica mais beneficiada, para além da

Cidade de Canchungo, Bajope e Batucar tinham os seus planos de zonamento também aprovados.

Com a independência, a Guiné-Bissau adotou uma nova divisão administrativa que está constituída por um Sector Autónomo de Bissau (capital Bissau), que para todos efeitos, é considerada como uma região e oito regiões:

- Bafatá (capital Bafatá);
- Biombo (capital Quinhamel);
- Bolama (capital Bolama);
- Cacheu (capital Cacheu);
- Gabu (capital Gabu);
- Oio (capital Farim);
- Quinara (capital primeiro em Fulacunda e atualmente a Buba);
- Tombali (capital Catió).

4.4.1 A Cidade de Bissau

4.4.1.1 Resenha histórica

Bissau, como aliás a grande maioria das atuais capitais africanas foram fundadas ou transformadas pelas potências coloniais para servir como cidades capitais dos territórios ocupados. Foi o que aconteceu por exemplo com a Abidjan que nos finais do século XIX foi escolhido pelo poder colonial francês como o seu principal porto no Golfo da Guiné; o mesmo processo sucedeu com a Acara que foi transformado pelos britânicos como a sua capital na então chamada Costa de Ouro em 1877, no fim do conflito Anglo-Asante. Processo idêntico está na base da escolha de Conacri por parte do governo francês para servir como sua capital na então colónia de Guiné Francesa, em 1885. Foi assim a cidade de Dakar, fundada em 1857 viria a ser transformada na Capital da África Ocidental Francesa em 1902, título que veio acumular com a capital do Senegal, depois de Saint-Louis perder este título a favor da primeira, em 1958.

Oficialmente fundada em 15 de março de 1692, com estabelecimento da capitania-mor de Bissau, pois como se sabe, tudo o que se relaciona com “descobrimientos” e ocupação dos territórios africanos e não só, por parte das potências europeias, não deixa de ser relativo. Porque na maioria dos casos ignorou as pessoas que aí se residia. Antes desta data já haviam tentativas para a ocupação efetiva daquela parcela de território, mas só em 1687 que se deu o início da construção da “Praça de S. José”, como era conhecida

a fortaleza da Amura¹⁴⁷, depois de o governador Veríssimo Carvalho da Costa obter a concordância do régulo papel em lhe ceder aquele espaço. A construção do forte tinha como principal objetivo defender a soberania de Portugal contra as incursões das outras potências europeias, nomeadamente a Holanda, a Inglaterra, mas sobretudo a França, cujo governo “aproveitando a circunstância de não haver representante da autoridade portuguesa, resolveu levantar uma fortaleza para o que enviou materiais de construção” (Esteves, 1988, 41).

Com alguns avanços e muitos percalços, os trabalhos da construção terminaram em 1766. A partir desta data que se pode considerar haver uma verdadeira evolução em termos de cidade. No entanto, esta evolução teve sempre que enfrentar com muitos obstáculos. Primeiro, como se viu, a concorrência das outras potências europeias, mas também a interna, a Cacheu. Pois, mesmo depois da criação da capitania-mor de Bissau, ela era subordinada a de Cacheu, mas sobretudo de grande instabilidade e insegurança motivada pela resistência movida pelos papéis contra a dominação estrangeira. E mais tarde a concorrência de Bolama, isto apesar de ter desempenhado a função de capital em duas ocasiões, nomeadamente em 1836 e 1915¹⁴⁸.

A primeira grande tentativa de acelerar o desenvolvimento de Bissau deu-se em 1855, quando da criação da primeira comissão municipal para a povoação do seu Plano de Urbanização, o que permitiu a sua elevação para categoria de vial três anos mais tarde, em 29 de abril de 1858.

Ao contrário do que era desejado, o desenvolvimento esperado não se concretizou, porque pouco depois, deu-se a separação da Guiné com o Cabo Verde em 1879, por um lado, e por outro, a abolição oficial da escravidão por Portugal, em 1869, teve como consequência a diminuição, primeiro e extinção depois do comércio de escravos, o que levou ao declínio dos estabelecimentos comerciais da vila (Silva e Santos, 2014: 28). No entanto, outros autores assinalam alguns desenvolvimentos da cidade. Citando autores como Luís da Silveira e General Ferreira Martins, José Manuel Fernandes afirma:

“A “vila de S. José de Bissau” apresentava já certo desenvolvimento em 1884, com casas de dois pisos sobre arcarias, junto ao forte (...). O forte, de certa dimensão, vem desenhado com uma certa urbanização interna, na planta de “Bissau em 1893” (...). De 1919 é o plano, por certo em retícula geométrica, da autoria do engenheiro José Guedes Quinhones, para a “Nova Cidade de

147 A Praça recebeu este nome em homenagem ao rei Dom José, o Rei que a mandou construir.

148 Mas para muitos, o mais importante de referir é, a manifesta desinteresse das autoridades de Lisboa para com aquele território que “nem sequer tinha nome próprio, era conhecido por designações como Costa da Guiné, rios da Guiné de Cabo Verde, Senegâmbia”, etc. (Silva e Santos, 2014: 30).

Bissau", que deve ter servido de base ao actual traçado (...). Como resultante, surge em plantas mais recentes o tecido ribeirinho, junto ao forte, ainda com ruas estreitas - e logo acima, a malha de ruas largas, paralelas e perpendiculares (que deve referir-se ao plano), com larga rotunda central" (Fernandes, 1997: 5), a Praça do Império, rebatizado Praça dos Heróis Nacionais depois da independência."

A cidade de Bissau só teve o seu primeiro Plano de Urbanização já no século XX, mais precisamente em 1914, quando já tinha sido elevado a cidade.

No entanto, a Guiné Portuguesa em geral e Bissau em particular, teria de espera até aos anos 40 do século XX para ver o seu desenvolvimento acelerar. Em primeiro lugar, foi a transferência da capital de Bolama para Bissau, em 1941. Em segundo lugar esta década foi marcada por reformas profundas na política ultramarina portuguesa. Em 1945, a Junta das Investigações Coloniais, que mudou o seu nome para Junta de Investigações do Ultramar em 1963 foi reorganizado alargando os seus horizontes, definiu como seus principais objetivos “melhorar as condições económicas e físicas da vida dos indígenas e dos colonos”, além de “explorar eficientemente os recursos coloniais” e “contribuir para melhor conhecimento do globo”” (Havik, 2012: 1). Outro fator, mas que vem na linha do anterior, foi a criação do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), em 1944 (Milheiro e Dias, 2009: 80).

No entanto, foi a chegada Manuel M. Sarmiento Rodrigues ao território em 1945 como governador da província, que a cidade mais beneficiou estruturalmente¹⁴⁹. Muitos dos edifícios emblemáticos e de infraestruturas quer sanitárias e hospitalares, como educativas e recreativas foram construídos ou idealizados durante o seu mandato. Aliás, foi durante o seu mandato que, a 6 de fevereiro de 1948, a governação da cidade foi elevada a Câmara Municipal.

Sobre a transformação verificada na cidade a partir do início da década de 40 do século XX, vale a pena ler a descrição feita pela Ana Vaz Milheiro¹⁵⁰:

“Percorrer Bissau, capital desde 1941, é visitar uma cidade jardim africana que mantém intacta a escala doméstica, ou melhor, uma City Garden nos Trópicos. Sucessivos bairros residenciais foram dando à cidade o perfil que hoje ostenta, desde o primeiro bairro de inspiração deco, composto por um conjunto de casas cúbicas para funcionários públicos erguidas antes de 1945, com terraços visitáveis, passando pelas casas construídas pelo arquiteto Paulo Cunha em 1946 (hoje figura quase omitida pela historiografia de

149 É de referir que para além de ter cumprido a vida militar no território, como oficial da Marinha, ocupou também o posto de Presidente de Câmara Municipal de Bissau, o que certamente lhe deu um conhecimento profundo das necessidades da província em geral e da cidade de Bissau em particular.

Por outro lado

150 Ana Vaz Milheiro “Viagem à arquitectura portuguesa da Guiné-Bissau”, publicado no Jornal o Público de 25/11/2012.

arquitectura, mas personagem central na realização do famoso Congresso de 1948), terminando no bairro com casas de dois pisos para os funcionários dos Correios. A cidade é, portanto, um laboratório de habitação de promoção pública construída entre o final da Segunda Guerra e a década de 1960” (Milheiro, 2012: 2).

Merecem ainda a referência o surgimento na década de 60 dos primeiros bairros destinados para africanos “civilizados”), integrados nas experiências do regime em alojamento como “meio civilizador”¹⁵¹, foi o caso de bairro de Santa Luzia. E mais tarde, em 1968 o bairro de Ajuda, para realojamento das pessoas vítimas do incendio que consumiu grande parte do bairro de Cupilom. Estes dois borros, apesar de tudo, continuam a ser os únicos com relativa urbanização.

Excetuando a parte da cidade destinada a população branca e alguns assimilados. Esta área corresponde praticamente a uma linha que parte do Matadouro, passando pela Av. do Brasil, Mãe d’água, junto da Assembleia Nacional Popular (o parlamento guineense), Rua Ermelinda Gomes, 2.^a Esquadra, Av. Unidade Africana e Av. Pansau na Isna, como se pode ver no mapa (cidade colonial).

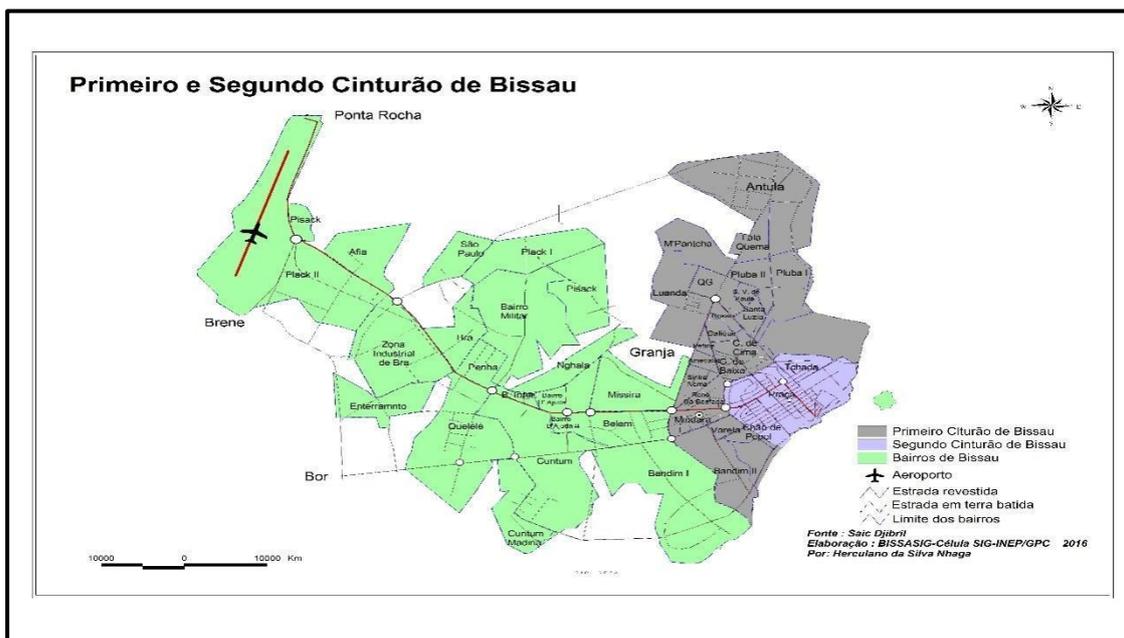


Figura 4-12: Primeiro e Segundo Cinturão de Bissau

Se é verdade que a cidade de Bissau conheceu melhorias significativas a partir dos meados da década de 40 do século XX, nomeadamente no domínio de infraestruturas, bairros para alojar a classe administrativa que se multiplicava e de comerciantes europeus, ou na ausência deste, promoveu-se a imigração de comerciantes sírio-libaneses, mas também não é menos verdade que se tornou-se notória a implementação ou intensificação

151Ibidem, 3.

da política de segregação social e racial na cidade. Foi neste período que se promoveu a conceção urbanística do “espírito colonialista de civilizados por um lado e indígenas por outro (Silva e Santos, 2014: 32), e raramente bairros onde coexistiam famílias europeias e africanas.

4.4.1.2 O papel dos civilizados e o apartheid a portuguesa na mobilidade em Bissau

Para além das comunidades étnicas já descritas, parece-nos relevante mencionar algumas minorias que foram determinantes na formação e desenvolvimento da cidade Bissau. Destes podemos destacar:

a) *os Brancos metropolitanos*, segundo o senso de 1940, esta comunidade era constituída por 784 pessoas (que subiu para 892, cerca de 14 por cento em 1950), – metropolitanos “concentradas de preferência no grande centro urbano que é hoje Bissau”. Um pequeno número se encontrava espalhada pelo mato, onde exerciam várias profissões. (Anuário da Guiné Portuguesa, 1848: 184). O mesmo documento sublinha que a população vinda de metrópole tinha duplicado nas décadas precedentes, o que nos indica quanto era reduzido a sua presença na então província da Guiné.

b) *outros brancos de origem europeia*, sendo os franceses a maioria, seguidos dos alemães e outros, num total de 176, sem, no entanto, discriminar a quantidade de cada uma das nacionalidades, mas deixando o seguinte comentário:

“Antes da segunda guerra Mundial eram os alemães e os franceses quem, entre os estrangeiros, reunia o maior número de indivíduos. Todavia, com o desaparecimento das grandes firmas comerciais alemães, o número de indivíduos desta nacionalidade baixou sensivelmente. Os franceses, que desde séculos se acham interessados no comércio da Guiné Portuguesa, ocupam presentemente o segundo lugar no quadro da população europeia se bem que o seu número seja pelo último senso insignificante. O número de italianos que aqui se empregam no comércio e na agricultura foi caindo progressivamente, anulando-se por fim”.

Os restantes estrangeiros (europeus) em número limitado não merecem referencia especial” (Anuário da Guiné Portuguesa, 1848: 184).

c) *os asiáticos* – esta comunidade era constituída fundamentalmente pelos libaneses (“aqui impropriamente conhecidos como sírios”), alguns sírios que residiam na cidade de Bissau, tendo, no entanto, a preferência as regiões de Gabú e Bafatá. Exerciam quase na totalidade o comércio e professando maioritariamente a religião católica (estes tinham claramente preferência das autoridades portuguesas), poucos muçulmanos e alguns drusos.

d) *Os mistos*, cujo número no referido senso era de 2 200 indivíduos. Constituídos fundamentalmente pelos cabo-verdianos e seus descontentes residentes na província. Este número desceu para 1703 em 1950 (uma redução de cerca de mais de 22%), destes, 861 indivíduos, mais de 50% viviam em Bissau. Para além da ligação histórica entre os dois territórios, “uma grande corrente migratória alimentada pelas crises periódicas do arquipélago depositava nos portos da Guiné numerosos cabo-verdianos que aqui vinham procurar meios de subsistência”. Para além de Bissau, residiam preferencialmente na região de Farim e Bolama (Anuário da Guiné Portuguesa, 1848: 186).

e) Finalmente, *os negros guineenses que tinham ascendido a categoria de civilizados*, cujo número era de 2 290 indivíduos.

Estes grupos e mais algumas nacionalidades cujo número era insignificante de se mencionar, num total de 5 882 indivíduos para toda a província, sendo a grande maioria, 3 739 com residência em Bissau, constituíam a população civilizada, contra os 345 267 da população nativa.

4.4.1.3 A política de segregação racial durante o período colonial

É muito difícil falar de uma colonização portuguesa efetiva do território guineense antes do fim da gestão cabo-verdiana ocorrida em 1878 (Andrade, 1978: 78; Djaló, 2013: 201). Até esta altura, como do resto já foi referido anteriormente era uma colónia de outra colónia, com tudo o que isto significa. Portanto, foi depois desta data que se começa a produzir uma legislação específica para o território, por exemplo, a de 1892, quando passa a ser considerado um distrito militar autónomo, para três anos depois passar a uma província. A legislação produzida posteriormente vai aumentar ou acentuar o seu caráter discriminatória e racista. A título de exemplo, Amílcar Cabral escreve;

Na “metrópole”, o povo português plebiscita as alterações constitucionais que rege a sua vida. Na Guiné, o povo diminuído na sua capacidade jurídica pelo Estatuto dos Indígenas, não participa nem na adoção da Constituição nem na elaboração das outras leis fundamentais que regem a sua vida e não têm uma aplicação correspondente à da “metrópole”, afirma.

Na realidade, o artigo 230 do Estatuto dos Indígenas, estabelecendo que “não são concedidos direitos políticos aos indígenas em relação a instituições não indígenas”, legaliza e consagra, de forma mais flagrante, a discriminação racial e cultural que pesa sobre a vida política do africano da Guiné “portuguesa”.

De acordo com o mesmo Estatuto, “são considerados indígenas” (...) os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que (...) não possuem ainda o nível e os hábitos individuais e sociais considerados indispensáveis para a aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses”. Até a adoção da Resolução sobre a descolonização pela Nações Unidas, mais precisamente até setembro de 1961, data da revogação deste estatuto, cerca de 99,7% da população africana da Guiné “portuguesa” (quase a totalidade da população) não era considerado como cidadão português. E para que o indígena ascenda à condição de cidadão, devia preencher as seguintes condições (art.º 56 do Estatuto).

- a) ter mais de 18 anos;
- b) falar corretamente a língua portuguesa;
- c) exercer uma profissão, arte ou ofício de que aufera o rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim;
- d) ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses;
- e) não ter sido notado como refratário ao serviço militar.

Em jeito de desabafo, Cabral não resiste fazer ainda a seguinte observação:

“(Não é exagerado afirmar que, se o Estatuto dos Indígenas fosse aplicado em todas as partes “integrantes de Portugal” com o mesmo rigor que na Guiné “portuguesa”, pelo menos cerca de 50% da população da “metrópole” seria considerada indígena. Basta recordar que mais de 40% dos portugueses são analfabetos e, portanto, não falam nem escrevem corretamente o português (o que é exigido, na prática para os guineenses) e que a maioria da população de Portugal – país agrícola e subdesenvolvido – não tem uma situação económica estável”. Conclui (Cabral1978: 80).

Mais adiante o líder histórico do PAIGC acrescenta:

“A discriminação estabelecida pelo Estatuto dos Indígenas é flagrante, não apenas no que se refere às diferenças entre a situação jurídica dos povos da Guiné e de Portugal, mas ainda em relação à situação interna do próprio povo da Guiné. Sendo o território exclusivamente dirigido por instituições não indígenas, cerca de 99% da população total ou 99,7% da população africanas não participa, de acordo com a lei, no funcionamento dessas instituições. Só os “cidadãos portugueses” (europeus e africanos ditos civilizados, entre os quais os autóctones estão em minoria – 0,3% da população africana) participam, em princípio, nesse funcionamento. Esta realidade basta por si só para destruir o mito constitucional segundo o qual a Guiné é uma “província de Portugal” e afirmação que pretende que não existe discriminação racial. Isto é um facto, tanto mais que mesmo os autóctones ditos civilizados são igualmente alvo de uma discriminação, embora indirecta, facilitada pelo seu baixo nível de vida económica”, concluiu (Cabral, 1978: 81).

Considerando que nos censos de 1950, dos 8 320 indevidos que gozavam do estatuto de civilizado, 3 824 (cerca de 46%) eram analfabetos, chega-se facilmente a conclusão de que na maioria dos casos, a atribuição deste estatuto era baseada na cor da pele ou da assimilação, dando deste modo a razão as afirmações do Amílcar Cabral.

O pior não era a existência da segregação racial em si, mas sim na vontade de perpetuar este regime para sempre. É o que se pode concluir na divisão dos programas escolares destinada para a população civilizada e indígena em vigor em 1948, por exemplo, que tinha a seguinte redação:

“O ensino primário acha-se dividido em: ensino elementar e rudimentar. O primeiro visa a fornecer à criança os instrumentos fundamentais de todo o saber e as bases de uma cultura geral, preparando-se para a vida social. O ensino primário, para não indígenas, faz-se nas escolas do ensino primário elementar, e compreende as matérias do programa do ensino primário adoptado na Metrópole e mandado observar pelo Ministério das Colónias. É ministrado em quatro classes anuais, correspondendo as três primeiras ao 1.º grau – ensino elementar – e a quarta ao 2.º grau – ensino complementar – actuais.

O ensino para indígenas faz-se em escolas de ensino primário rudimentar e compreende as matérias dos programas adoptados pelo Conselho de Instrução Pública da Colónia. Nestas escolas o ensino tem feição intuitiva e prática, tendendo à valorização moral e economia do indígena, pela aprendizagem e aperfeiçoamento da técnica de produção e integração no espírito da civilização portuguesa”.

O ensino primário elementar é ministrado nas escolas de Bissau e Bolama, nas de Farim, Bafatá [as chamadas Escolas Centrais] e Cacheu, e o ensino primário rudimentar nas escolas de Canchungo, Bissorã, Mansoa, Nova Lamego, Bambadinca, Bubaque e Sonaco (Anuário da Guiné Portuguesa, 1948: 288-289).

Assim, vê-se claramente que para além da segregação no conteúdo ministrado para uns e outros, ainda havia a segregação espacial para os mesmos. O pior era que só 12 localidades tinham o direito a escola em todo o território. Recorde-se que estamos a referir o ano de 1948.

Ainda é de registar que no conjunto destas 8 escolas e para o ano letivo de 1947/48, estavam matriculadas 832 pessoas (sendo mais de 38% só na cidade de Bissau), dos quais 499 homens 332 meninas. Em Bolama é um dos poucos casos onde se registava maior presença de alunos de sexo feminino do que masculino, com 89 e 49 respetivamente, um caso que não deixa de ser notável no território provincial e para a época. A outra nota que se pode retirar deste documento é o meio social da proveniência dos alunos. Assim, 73

alunos eram provenientes da metrópole, 527 cabo-verdianos (os mais contemplados) e 232 dos guineenses (ibidem, 294).

É de referir ainda que para além das escolas da responsabilidade da Instrução Pública da Colónia, existia as escolas das Missões Católicas Portuguesas, que no seu conjunto tinha 37 escolas, mais do quadruplo do que as do Estado. Estas eram frequentadas por 1 910 alunos, mais de dobro de alunos matriculados nas escolas públicas, embora a sua grande maioria eram do tipo Rudimentares, como se pode observar a seguir. Estas estavam distribuídas nas diferentes paróquias da província, nomeadamente a Paróquia de Nossa Senhora da Candelária de Bissau com 5 escolas, sendo 4 Elementares e uma Rudimentar; a Paróquia de S. José de Bolama, com 1 Elementar e 8 Rudimentares; a Paróquia de Nossa Senhora da Natividade de Cacheu, com 2 Elementares e 6 Rudimentares; a Paróquia de Santo António de Bula, 3 Elementares e 5 Rudimentares; a Paróquia da Nossa Senhora da Graça de Bafatá, com uma escola elementar e 6 Rudimentares.

Ora, apesar da bondade da existência destas últimas, na prática acabaram de acentuar ainda mais a discriminação, pois, só os cristãos, para não dizer os católicos podiam estudar nelas, deixando mais uma vez os muçulmanos e pessoas de outros crédulos de fora.

Recorde-se que nesta década estava em marcha a política de aportuguesamento dos nomes dos africanos. Esta diretiva foi cumprida de forma diferenciada entre a população africana. Houve os que aderiram sem reservas, adotando os nomes e apelidos portugueses, são os casos dos Manjacos e Bijagós, como por exemplo, José Mário Vaz e Aristides Gomes (atual Presidente da República e ex-primeiro ministro, respetivamente, ambos da etnia manjaca) ou José de Barros e Honório Fernandes Pereira, (Régulo de Abú, ilha de Orango, Arquipélago de Bijagós e Responsável pela Animação dos projetos Comunitário do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas – IBAP da Guiné-Bissau, respetivamente).

Os Mancanhas e os Papeis dividiram-se, havendo os que adotaram os nomes e os apelidos, como é o caso de João Bernardo Vieira e Faustino Cipriano Mendonça (sendo o primeiro Papel e o segundo Mancanha); e os que o fizeram parcialmente, ou seja, adotando os nomes, mas mantendo os apelidos, como são os casos de João Ribeiro Butiam Có e Luís Oliveira Sanca (o primeiro Papel e o segundo Mancanha), por exemplo.

Na comunidade muçulmana, o processo foi mais difícil. Encontrou uma relativa recetividade no Leste do país, onde era comum o nome dos filhos de alguns dos régulos

figurasse um primeiro nome Português, seguido do nome africano ou arabizado e por fim o apelido africano, como é caso de Eduardo Mamadú Baldé, António Queta Galissa ou António Serifo Embaló. Alguns jovens nestas comunidades seguiram-lhe o exemplo, adotando também nomes portugueses.

Nos centros de difusão islâmica, como o Quebo, por exemplo, a resistência foi forte e durou até tardiamente. Porque se é verdade que os que recusavam aderir aos nomes e cultura portuguesa eram marginalizados, não é menos verdade que estas comunidades auto excluíram-se liminarmente do sistema. O impasse só foi quebrado numa conversa entre o Governador da Província, António Augusto Pexoto Correia e os líderes da comunidade, nomeadamente o Sheikh Haruna Rachid e os régulos de Forreá a cabeça, onde saiu a decisão de isentar as populações daquela área do cumprimento da norma de adoção dos nomes portugueses, em troca os líderes aceitaram enviar os seus filhos para a escola “dos brancos”, como se dizia na altura. Esta cedência mútua mereceu um poema em Árabe do líder religioso, em homenagem ao governador, António Augusto Peixoto Correia.

Esta resistência de mudança de nome e da cultura em geral, teve alguns custos para muitos africanos, principalmente para a população muçulmana. Joana Gorjão Henriques, escritora e jornalista do Público, numa conversa com o escritor guineense Abdulai Sila, escreve: “(o pai nunca aceitou que os filhos ficassem com outros nomes que não fosse aqueles que lhes deu. “um dos aspetos mais violentos do colonialismo era despir as pessoas completamente, aquilo que Frantz Fanon chamou “pele negra máscara branca”, lembra””.

E a jornalista acrescenta: “o pai sempre recusou submissão, e pagou um preço para manter a dignidade. Dizia-lhe: tens de ser tu mesmo, não o que o outro quer que tu sejas. Tens um nome, uma posição, tens de ser coerente contigo, não tens de aceitar que o outro te oprima”” (Henriques, 2016: 72).

4.4.1.4 Segregação espacial na cidade de Bissau e a mobilidade populacional

Foi neste contexto da divisão racial e em parte religiosa que a cidade de Bissau foi-se desenvolvendo. É de recorda que a institucionalização do município da capital guineense data de 20 de julho de 1855, sob tutela de Pedro Gomes Barbosa, Administrador do Concelho de Bissau e Presidente da Comissão Municipal. Como se viu anteriormente a cidade teve um crescimento relativamente lento, por isso só a partir de 1923 os serviços municipais passaram a ter as suas instalações próprias, acompanhando o desenvolvimento

que tinha vindo a registar. No entanto, o município de Bissau só ganhou o seu primeiro Plano Geral de Urbanização em 1948, elaborado pelo Gabinete de Urbanização Colonial, através do Diploma legislativo n.º 1.416, de 15 de junho.

A justificação dada para elaboração deste plano urbanístico era atender ao rápido crescimento que a cidade vinha registando na altura, o que levou com que muitas casas dispersas e de forma irregular ficassem fora da área urbanizada, o que levou “a necessidade de alargar a área destinada a construções, de forma a permitir a conveniente expressão da cidade, subordinada a normas que lhe garantem um perfeito desenvolvimento”, podia ler-se no documento.

O plano nasceu, na nossa opinião, com dois pecados fundamentais. O primeiro, refere-se no seu ponto n.º 9, que institucionalizou a segregação espacial baseada na raça, com a seguinte redação: “os bairros indígenas serão implantados por fora do perímetro da cidade. Apenas se localizou dentro dele o bairro de Santa Luzia, por ser construído por casas modelo, pertencer ao Estado e estar sob a sua administração”.

Enquanto o segundo parece-nos ser um erro político-técnico deixar o documento em aberto sem restrições, apesar de remeter e chamar a atenção dos futuros gestores para a necessidade de uma vigilância contínua que impedisse o desordenamento, como veio suceder, principalmente depois da independência:

“10. Não se fixam zonas de reserva. Toda a área da cidade se considera dentro de um plano de execução deixando ao critério da Câmara Municipal a gradual abertura dos novos arruamentos e sua preparação para serem postos ao serviço dos habitantes.

11. Se das linhas gerais deste plano muito dependerá a beleza da cidade, também não é menos certo que na mão das futuras vereações municipais estará a vigilância contínua sobre a estética citadina, orientando as construções e seus tipos, variáveis de bairro para bairro, velando pela arquitectura e pelo arranjo e pelo asseio, de modo que os habitantes sejam os primeiros a gostar da sua cidade”, concluiu (Anuário de 1948: 407).

Se associarmos o disposto no ponto número 9 do documento, à segregação laboral traduzida em dar privilégio de empregar a população dita civilizada, também segregados entre si, como vimos atrás, em que os empregos de maior prestígio eram reservados para a população branca metropolitana; os sírio-libaneses nos seus estabelecimentos comerciais e aos cabo-verdianos era destinado os empregos intermédios e baixos, pouco ou nada sobrava para população nativa.

Recorde-se que, aos mestiços, principalmente os de origem cabo-verdiana, estava reservada cerca de 70% dos empregos na administração colonial, para além dos postos

que também ocupavam nas filiais das grandes empresas portuguesas, muitas delas detentores do monopólio das respetivas áreas de atuação, como a Companhia União Fabril - CUF (Djaló, 2012:246). Francisco Henriques da Silva e Mário Beja Santos elevam este número para os 75 por cento, se a estes juntarmos os luso-guineenses (Silva e Santos, 2014: 34). Este fato teve como consequência de o guineense autóctone tivesse “(...) um maior ressentimento em relação ao cabo-verdiano do que em relação ao branco português, porque o cabo-verdiano foi a face visível da repressão portuguesa, era o intermediário” (Henriques, 2016: 84).

Neste contexto, havia poucos lugares reservados aos negros guineenses. E os que conseguiam um emprego subalterno, diga-se, tinham o tempo de permanência dentro da área reservada a população civilizada da cidade muito limitado e preciso.

Foi neste contexto que surgiu a segregação espacial da cidade com uma fronteira que separava a zona reservada para os brancos, dos cabo-verdianos, alguns luso-guineenses e muito poucos assimilados africanos. Esta área estava urbanizada, com ruas e passeios, dispendo de água corrente, eletricidade e de saneamento básico. Do outro lado ficavam os subúrbios sem as mínimas condições, sem água nem a eletricidade, nem saneamento, reservada a população africana. E para assegurar um efetivo cumprimento esta segregação espacial daquela época, havia “um sinal [que] dava ordem de entrada e saída da população negra na cidade”, afirma o historiador guineense, Leopoldo Amado, num depoimento a Joana Henriques. E mais adiante acrescenta:

“(...) alguém usava um apito às seis da tarde e os africanos sabiam que era hora de saírem daquele espaço, da urbe colonial. Voltava-se a apitar às seis de manhã para entrarem e darem início aos trabalhos domésticos. A presença dos negros era admitida apenas para os trabalhos domésticos ou de baixa qualificação”, concluiu (Henriques, 2016: 67).

Esta segregação racial e espacial nas cidades africanas não era exclusiva da Guiné nem dos portugueses. Joana Gorjão Henriques no seu livro descreve muitos depoimentos de pessoas que testemunham isso ou académicos cujas linhas de pesquisas tratam destas situações e desta época. Em Angola, por exemplo, os subúrbios, mais conhecidos por musseques eram destinados a população negra e pobre, ou seja cerca de 97 por cento da população, enquanto o centro da cidade era destinado para os brancos e os mestiços, que representavam 1 e 2% respetivamente (Henriques, 2016: 24-25).

A mesma situação se vivia em Moçambique, onde a autora recolheu entre muitos testemunhos, o de Calton Cadeado, investigador do Instituto Superior das Relações

Internacionais, que afirma: “(...) Portugal gostava de se apresentar como um país não racista, ora isso não é verdade: havia racismo, havia discriminação racial. Aliás, a grande maioria da população negra não tinha documentos de identificação como portugueses – só os assimilados, e eram a minoria. Isto significa discriminação a escola e profissional”, afirma, para mais adiante a autora acrescentar, “é-lhe, porém, difícil aceitar a ideia de brandura do colonialismo português. Quando começou a ir à escola, tinha noção plena de que vivia num país de maioria negra, mas na escola não só os negros eram uma minoria, como ficavam sentados nas últimas carteiras” (Henriques, 2016: 180).

Se é verdade que qualquer forma de discriminação era motivo de descontentamento, parece que aquela que se sentina nas escolas foi a que mais ficou cimentada nos jovens da época. Foi o que se pode notar no testemunho de Tomás Vieira Mário, um jornalista e docente na Universidade Politécnica de Maputo, que afirma ter sido o único aluno negro da escola secundária em Maxixe. E justifica, este fato não era por causa da segregação racial, mas também económica, porque era muito caro para generalidade das populações. E reforça a ideia que o regime tudo fazia para perpetuar esta situação. Porque, segundo ele, só isso que justifica ser o Joaquim Chissano, ex-presidente da República de Moçambique, o primeiro negro a entrar para o liceu, em 1957, concluiu.

O depoimento do próprio Chissano vem reforçar a ideia de segregação racial e espacial que se vivia em Moçambique dos anos 40 e 50 do século XX era pior do que o apartheid na África do Sul, afirma. Pois havia:

“Bairros de caniço para preto, bairros indígenas chamados mesmo assim desta forma, “Bairro Indígena”, caderneta indígena diferente do Bilhete de Identidade de branco, escola primária para preto, acesso ao ensino secundário dificultado para o preto e ingresso quase impossível no liceu até 1951”, afirma (Henriques, 2016: 185).

É de referir, muito do que se passava nas colónias não era do conhecimento público e do cidadão comum do Metrópole. E os que tentaram fazer a denuncia da situação vigente nas colónias eram desacreditados ou perseguidos e presos, como aconteceu com Henrique Galvão, inspetor-chefe da Administração Colonial, autor de um relatório sobre a realidade do trabalho forçado em vigor nas colónias apresentado na Assembleia Nacional em 1947, e que seria depois preso pela PIDE em 1952¹⁵².

No entanto, este regime de segregação racial e espacial nos territórios ultramarinos português em geral, e nas cidades em particular, era observado também pelo menos nas

152 Passado colonial. “Não sabemos o lado verdadeiro da nossa história”. Reportagem de Fernanda Cândia. Diário de Notícias de 3 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.dn.pt/sciedade/interior/o-que-sabem-os-portugueses-do-seu-passado-colonial-6257659.html>

colónias francesas, nomeadamente Conacri e Dakar, duas capitais dos países vizinhos da Guiné-Bissau. No caso da primeira cidade, vigou uma segregação entre a parte destinada a população branca dos bairros vizinhos onde residia a maioria negra. Enquanto em Dakar foi tentado transformar quatro bairros destinados apenas a população branca ou assimilados¹⁵³.

Finalmente, o período que se seguiu a governação do Sarmiento Rodrigues foi caracterizado pela continuidade de obras lançadas ou previstas, continuando ainda beneficiar da influência deste, agora como ministro do Ultramar entre 1950 e 1955. No entanto, como seria de esperar, muitos projetos foram abandonados, adiados com o início da guerra para independência. Ana Vaz Milheiro e Eduardo Costa Dias identificaram cerca de três dezenas e meia de obras de grande importância projetadas entre 1945 e 1974. Destes 11 foram contruídos na íntegra, 5 viram os projetos alterados, 8 não foram localizados, 3 construídos parcialmente e 4 não construídos (Milheiro e Dias, 2009: 86), entre estes, o próprio edifício da Câmara Municipal de Bissau, que ainda hoje continua a funcionar num pequeno edifício no centro da cidade que não a dignifica.

4.4.1.5 Perfil demográfico da cidade de Bissau

Comparado com as cidades capitais da sub-região onde está inserida (África Ocidental), como a Abidjan, por exemplo com mais de 4 milhões de habitantes, Dakar com mais de 2 milhões, mais de 20 por cento da população senegalesa, a Conacri com uma população estimada entre 1,5 e 2 milhões, e residência de cerca de 50 por cento dos moradores das cidades do país, e entre um quinto e um quarto da população total do país; a Ouagadougou, com 1,13 habitantes e um crescimento de mais de 9 por cento, representando cerca de 50% da população urbana burquinabê, para não falar de Lagos, com 15 milhões de habitantes, Bissau pode-se considerar de uma pequena cidade, com uma população de 362 699 pessoas (INE, 2009; 2013), mas segundo as projeções do mesmo instituto a cidade deverá contar atualmente com mais de 600 mil habitantes¹⁵⁴, representando no mínimo entre os 32 e 34 por cento da população total do país.

153 No caso de Conacri houve "(...) Spatial segregation, based on financial means, led to separate "African" villages and white neighbourhoods (...). In Dakar, "it also disturbed the segregationist colonial project, which aimed, with the creation of the Medina in 1914, to turn the Plateau into a pure "white" town" (Bekker and Fourchard, 2013: xv-xvii).

154. Estas projeções são baseadas no crescimento desigual que o país conheceu nos últimos anos, ou seja, entre o censo de 1991 e o de 2009. Enquanto o crescimento médio anual do país era um pouco mais de 2%, o Sector Autónomo de Bissau (SAB) este era superior a 3,5 (INE, 2009: 8) e em média superior a 4,30 por cento (UN, 2015: 252-254), tendo situado em 4,54 no quinquénio de 1995 a 2000.

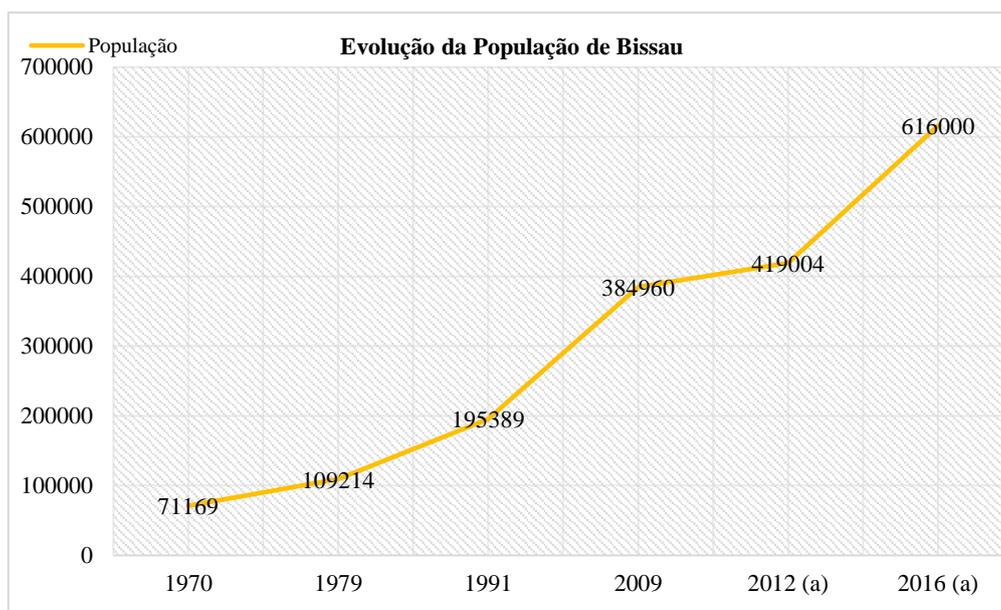


Figura 4-13: Evolução da população de Bissau nas últimas

Fonte: INE, 2014

(a) Estimativas do INE

Este crescimento resultou do forte movimento populacional na década 60 e da primeira metade da 70 do XX devido a guerra da independência, seguida do regresso dos deslocados da guerra na segunda metade da mesma década até ao ano de 1980, quando o crescimento populacional registou valores superior ao 7 por cento.

Como se referiu anteriormente, a política de reunir as pessoas em grandes aglomerações facilitou o controlo das populações, como era pretendido, por um lado, permitindo o fornecimento de certos serviços básicos, como a de saúde e educação, mas por outro, levou à destruturação de muitos laços familiares, a sua ligação a terra, nos quais assentava a coesão comunitária (Afonso e Gomes, 2016: 24).

Apesar de ter diminuído um pouco, o crescimento populacional continuou muito forte, acima dos 4,5% entre os anos de 1980 e 1995, desta feita devido fundamentalmente a migração das zonas rurais¹⁵⁵ para a capital e o início da chegada dos imigrantes vindos dos países vizinhos, com destaque para os da Guiné Conacri.

Como vimos anteriormente, Bissau teve um crescimento populacional lento até ao início da década de 40. Com a transferência da capital de Bolama para Bissau e

155 A este propósito, Renato Aguiar, Huco Monteiro e Aquino Duarte escrevem: "(...) em 1980, houve uma mudança do regime guineense que libertou o Leste do país da pressão político-policial em que viveu desde os finais da guerra de libertação". Para mais adiante os mesmos autores acrescentaram: "Houve, após o 14 de novembro de 1980, uma brecha democrática, que terá durado dois anos, durante o qual o regime de circulação das pessoas e de bens beneficiará de uma certa complacência dos poderes públicos, pela via da supressão de guias e dos postos de controlo que imperavam anteriormente". E concluem que "isto pode ser uma das explicações do pico observado nas datas dos comerciantes" a operar no mercado de Bandim, que falaremos mais a diante, neste capítulo. Aguiar, Renato, Huco Monteiro e Aquino Duarte (org.), (2001), Bandim – Subsídio para uma política de apoio ao pequeno negócio, INEP, Bissau.

lançamento de muitas e importantes obras públicas, por um lado, e por outro “a presença crescente de numerosos funcionários” para exercer as funções “político-comercial cada vez mais importante” (Borges, 2004: 6-7). E assim continuou na década seguinte, com um crescimento populacional a situar em torno dos 3,3 por centos. Tudo alterou com início da guerra para a independência, em 1963, que se prolongou a até 1980, altura em que a cidade registou um forte crescimento que ultrapassava os 7 por cento por quinquénio, como se pode observar no gráfico seguinte.

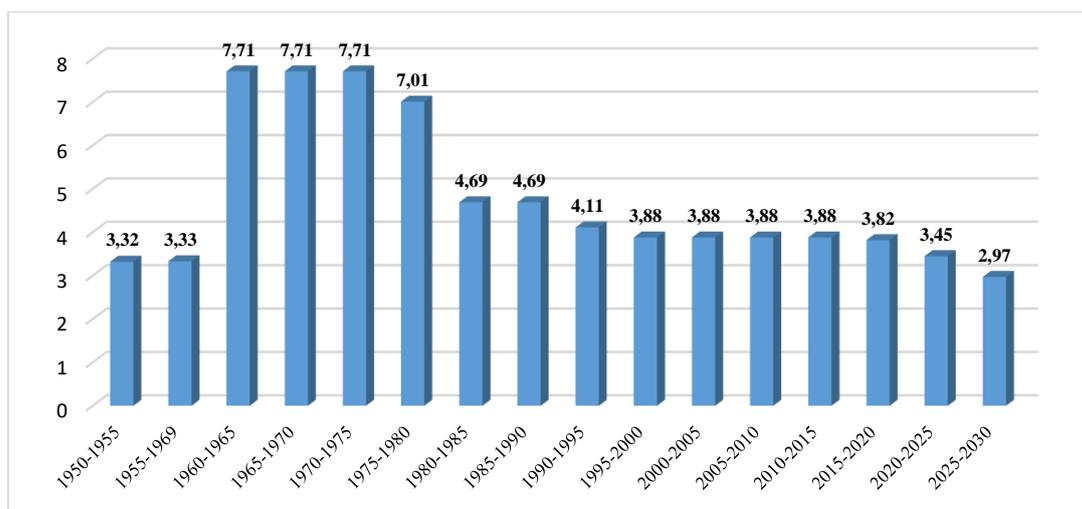


Figura 36: 4.14. Crescimento da população de Bissau por quinquénio (1950-2015) e estimativa para os próximos anos

Fonte: UN, Population Division, DESA (2015)

Este crescimento trouxe consigo não só o aumento do número da população, mas também uma mudança na composição étnica.

A primeira constatação é que em 1950, poucos anos decorridos desde a “pacificação” do território poucas pessoas se aventuraram a ir viver fora da sua comunidade étnica, o “chão”). Este fato explica porque mais de 60% da população de Bissau era constituída por pessoas da etnia papel.

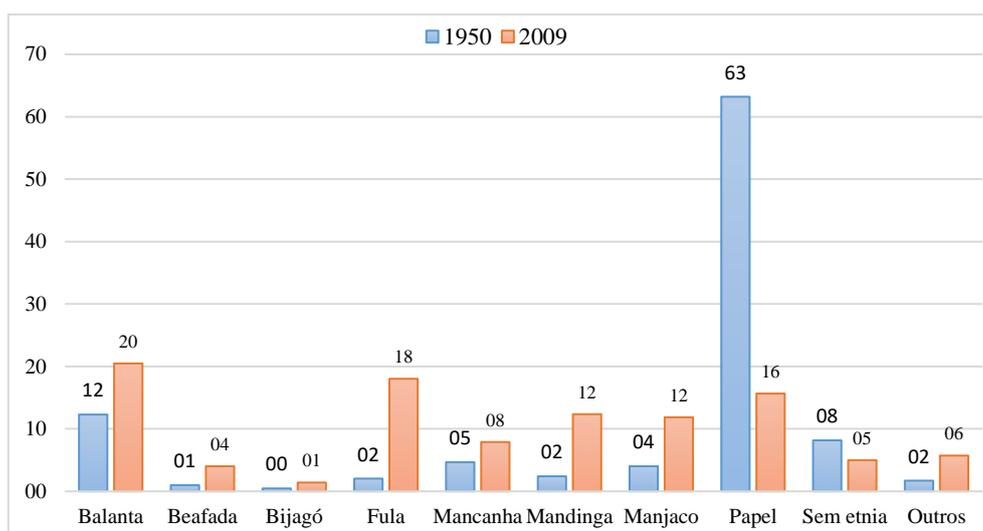


Figura 4-14: Representatividade das comunidades étnicas na cidade de Bissau, 1950 e 2009.
 Fonte: Censos de 1950 e 2009.

Os balantas constituíam a segunda maior comunidade, com 12 por cento. Este número é justificado pela proximidade geográfica de Bissau com o “chão” de Balanta a Norte da cidade, nomeadamente o Safim e, sobretudo a Nhacra. Seguia-se os sem etnia¹⁵⁶, com cerca de 8%, dos Mancanhas e Manjacos com 5 e 4 por centos respetivamente. A mesma razão apresentada para a relativa presença dos balantas se aplica quer aos Mancanhas, como até certo ponto dos manjacos, dada a relativa proximidade dos territórios destas duas comunidades étnica com a capital.

No senso de 2009 o cenário alterou-se drasticamente. Os papeis já não representam mais do que 16 por cento (9,1% da população de Bissau), enquanto as duas maiores comunidades étnicas do país, os Balantas e os Fulas impuseram o seu domínio, representando 21 e 18 por cento da população da capital (23,5 e 28,5% a nível do país), respetivamente. No entanto, atentando a trajetória da evolução destas duas comunidades, atualmente é bem provável que os Fulas tenham destronado os Balantas como a maior comunidade étnica da capital, do resto a semelhança do que aconteceu a nível nacional entre os sensos de 1950, 1979, 1991 e do 2009. No primeiro, os Balantas representavam 30,2% contra um pouco mais de 21% dos Fulas. Em 1979 os primeiros eram cerca de 27%, enquanto os segundos subiam para 24%. Estes números começaram a inverter-se no senso 1991, o segundo realizado depois da independência. Neste ano, os Balantas

¹⁵⁶ Nesta categoria estão incluídas todas aquelas pessoas que indicaram não pertencer a nenhum dos grupos étnicos reconhecidos atualmente na Guiné-Bissau, nomeadamente os mestiços, os que não souberam ou não quiseram determinar a sua origem étnica; e por questão prática, os brancos. Recorde-se que no Recenseamento de 1950 havia separação do ato, um apenas para a população branca e outro para a população indígena. No entanto, esta separação deixou de fazer sentido depois da independência nacional. Daí a inclusão dos brancos na categoria de sem etnia para permitir fazer a comparação com os dados do senso de 2009.

representavam 24,3%, enquanto os Fulas passavam para os 25,5 por cento. No último senso, a inversão dos valores já estava mais que consolidada, com os Balantas atingirem o seu valor mais baixo com 23,5% e os Fulas por seu lado a atingir o seu valor mais elevado com 28,5 por cento da população nacional.

Esta evolução diferenciada entre as duas maiores comunidades étnicas do país, deve-se fundamentalmente da imigração vinda dos países da sub-região, com destaque para os da Guiné Conacri constituídos maioritariamente por Fulas.

A mesma comparação se pode estabelecer entre os terceiros e quartos grupos étnicos, os Mandingas e os Manjacos respetivamente. Enquanto os primeiros registavam uma subida constante (exceto entre os sensos de 1950 e o do 1979, quando se registou uma ligeira queda de 12,5 para 12,2%), passando 12,5% em 1950 (quarto lugar) para os 14%, consolidando o terceiro lugar, em troca precisamente com os Manjacos, que tiveram um percurso exatamente inverso, ou seja, passaram da terceira maior comunidade étnica com 14% em 1950, para 10,6% em 1979; 9,3% em 1991, e um pouco mais de 8% em 2009, ficando abaixo mesmo dos Papeis que registavam 9,1% do total nacional, como se pode observar no gráfico seguinte.

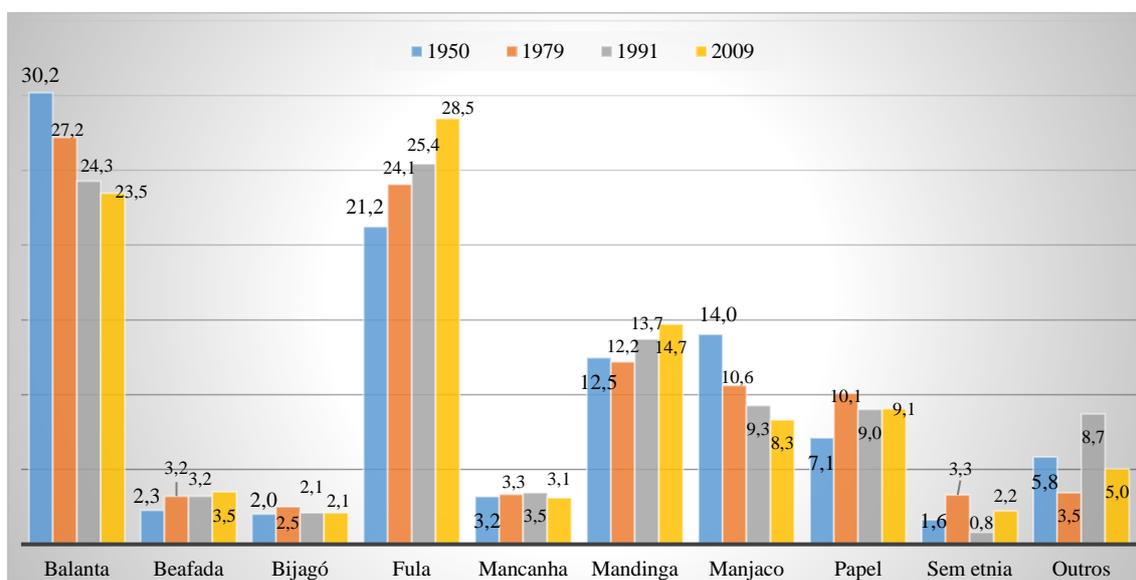


Figura 4-15: Evolução da representatividade dos principais grupos étnicos do país (%)
 Fonte: Sensos de 1950, 1979, 1991 e 2009

Há duas explicações possíveis para este comportamento. O primeiro é o aumento dos Mandigas através da entrada de população desta comunidade vinda dos países vizinhos, a semelhança dos Fulas, por um lado, e a tendência contrária registada nos manjacos. A par dos Fulas, os manjacos são das comunidades que mais emigram no país.

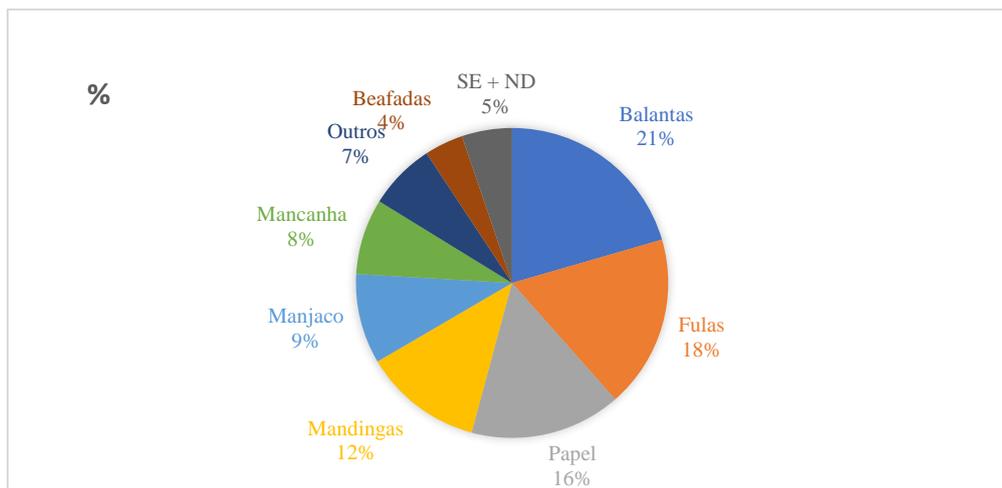


Figura 4-16: Composição étnica da população de Bissau, 2009
 Fonte: INEC, 2009

4.4.2 A forma do governo da cidade e a mobilidade populacional

4.4.2.1 A Gestão da Cidade

Antes da abertura política e de realização das primeiras eleições multipartidárias, em 1994 ganhas pelo então partido único – PAIGC, todos os gestores da CMB e a sua estrutura dirigente eram da nomeação política, ou seja, do poder central. Esta prática continua ainda hoje. Depois da vitória do PRS, este partido fez o mesmo, nomeando pessoas da sua confiança política.

Dependendo do organograma dos governos, a Câmara Municipal de Bissau tem estado sob tutela do Ministério da Administração Interna (quando é esta a designação da pasta). E quando é Ministério do Interior, então passa a ser tutelada pelo Ministério da Administração Territorial, como sucede atualmente.

No entanto, como a vida política guineense tem sido dominado por instabilidade e consequente governos de *transição*, de *base alargada* ou de *unidade nacional* ou qualquer outra designação, a CMB tem sofrido com as consequências. Porque o que tem acontecido desde a guerra civil para cá, é tudo menos definição de políticas, mas sim negociação de pastas, daí que muitas vezes o designado nem sempre obedece só a lógica partidária, mas também de afinidades pessoais, foi o que aconteceu com a Zinha Vaz em 1998, na altura militante de PAIGC, mas convenceu o homem forte da Junta Militar para ser a nomeada para o cargo de presidente da Câmara Municipal de Bissau, depois da guerra de 7 de junho de 1998.

Segundo Mário Lopes¹⁵⁷, secretário da Câmara Municipal de Bissau, diz que esta instabilidade governativa paralisou por completo a instituição, por um lado. E por outro fez aumentar o número do pessoal para níveis insustentáveis, porque cada político que vem, traz consigo numerosos funcionários fantasmas, geralmente irmãos, primos, etc., que deixa fica quando é exonerado. Isto levou com que o número de diretores passasse de 12 antes da “Guerra de 7 julho de 1998” para mais de 50, sendo a grande maioria diretores sem direções e alguns sem uma secretária para se sentar. E quase a totalidade do orçamento é consumido pelos salários dos funcionários que não fazem absolutamente nada (Lopes, 2016).

E como se isso não bastasse, não foram raras vezes que estes políticos quando chegam sem conhecerem a real situação da câmara decidem aumentar os seus salários e outros subsídios de forma abusiva, paralisando completamente a gestão da cidade, lamenta o Sr. Lopes.

Se a estes acontecimentos juntarmos o fato de o interior do país ter sido abandonado a sua sorte, provocou o êxodo rural, que resultou no grande crescimento populacional verificada na cidade, como se viu anteriormente.

4.4.2.2 A Cidade e os transportes

A importância da organização do sistema de transportes nas grandes cidades é um aspeto fundamental para a sua funcionalidade. O que acontece hoje em dia em Bissau em termos de constrangimento de circulação de pessoas e bens é, em grande parte resultado da incapacidade do estado guineense em geral e da Câmara Municipal de Bissau em particular, em criar condições de circulação na cidade. Bissau tem uma única entrada, a que liga o aeroporto ao centro da cidade – ou seja a Avenida Combatente da Liberdade da Pátria -, com três faixas de rodagem, mas geralmente reduzidas a duas, porque a outra está, na maior parte das vezes ocupada com carros estacionados, ou por vendedores que, não tendo espaço para se sentar e vender, decidem ocupar os passeios, obrigando as pessoas a circular nas faixas de rodagem da estrada, com todo o perigo que isso representa.

Se a este fato juntarmos a inexistência de sistema público de transporte organizado, limitado apenas aos táxis e aos *tokatoka*, o resultado é o caos que se vive diariamente pelas populações.

157 Numa conversa no seu gabinete no dia 22 de junho de 2016.

É de referir que os *tokatoka*, são transportes semicolectivos de passageiros privados¹⁵⁸, pintada geralmente de azul e amarelo, que fazem de transporte de passageiros entre a cidade de Bissau e os bairros periféricos, na ausência de um sistema de transporte público organizado. Os *tokatoka* não têm horários a cumprir e mudam com frequência o destino, apesar da existência de um itinerário previsto.

As más condições das viaturas (muitas vezes com idade superior a 20 anos), associado as más condições de conservação das mesmas, por um lado, as precárias vias de acesso, por outro, e sobretudo circulando sempre superlotados (principalmente na hora de ponta), fazem destes transportes um perigo constante para os seus utentes e para quem circula na via pública.

Vários fatores concorrem para que o estado de transporte em Bissau seja este. O primeiro é a incapacidade do Estado em gerir a sua empresa de transporte pública de passageiros criada depois da independência, a “*SILÓ DIATA*”, levando-a a falência. O segundo é alto e rápido crescimento populacional na Cidade de Bissau.

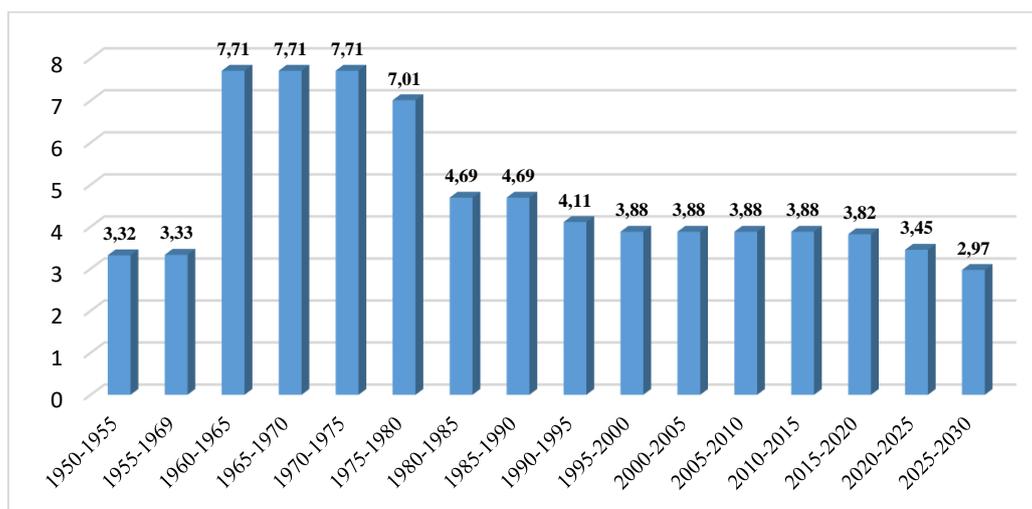


Figura 4-17: Crescimento da população de Bissau por quinquénio (1950-2015) e estimativa para os próximos anos

Fonte: UN, Population Division, DESA (2015).

Segundo Milton Santos¹⁵⁹, “a organização dos transportes urbanos e as diferenças da possibilidade de utilizar os transportes individuais são elementos importantes para a explicação das formas que podem assumir a complementaridade e a concorrência entre os comércios dos dois circuitos [formal e informal]” dentro do mesmo espaço urbano. E vale a pena ler a descrição de nota de roda pé, que o autor fez para a Cidade de Carracas,

158 A semelhança dos “Candongueiros” em Luanda, Angola e das “Chapa 100” de Maputo, em Moçambique.

159 Santos, Milton (2008), *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. 2.ª. São Paulo: Edusp.

Venezuela do princípio da década de 70 do século XX, que se pode aplicar perfeitamente à Bissau dos nossos dias, principalmente na zona do Mercado de Bandim:

“(…) em Carracas, a existência de autoestradas urbanas não resolveu o problema da circulação e de estacionamento, no centro, isso faz os estacionamentos particulares proliferarem, o que acrescenta um item a mais nas despesas. É assim que os vendedores, em geral crianças ficam nos sinais fechados das principais artérias para vender aos motoristas os mais diferentes objetos: flores, jornais, objetos para carros, lâminas de barbear, cigarros etc. Mesmo que os preços sejam mais alto que nas lojas, a economia de tempo compensa. Por outro lado, os comerciantes estabelecidos têm interesse em encorajar essa pulverização da atividade. Para eles, é uma maneira de ir ao encontro do cliente que, sem isso arriscariam a perder, e o fazem com menores despesas. Na realidade, o montante do negócio aumenta sem um correlativo aumento de encargos com pessoal (salários, seguros sociais e outros), de imposto etc.” (Santos, 2002: 272-273).

A descrição feita por Santos, assenta perfeitamente para a Bissau dos nossos dias.

4.4.2.3 Informação socioeconómica e linguística

O processo de rápido crescimento populacional e de transformação demográfica com que a capital guineense está confrontada, não é um exclusivo de Bissau. Muitas cidades africanas passaram pelo mesmo processo. A capital senegalesa, Dakar, por exemplo, é residência de mais de 20 por cento da população do país, resultado da forte imigração da população rural e das pequenas cidades senegalesa para a capita ocorrida principalmente entre 1945 e finais dos anos 60 do século XX. Em pouco mais de 20 anos a cidade tornou-se multicultural e multilingue, deixando a população Lebu, tradicionais donos da terra como uma minoria (Bekker e Fourchard, 2013: xviii).

Processo semelhante está na formação e evolução da cidade de Abidjan, embora o período de rápido crescimento da capital financeira marfinense tenha verificado entre os anos 60 e 70 do século XX, quando muitas populações das zonas rurais se mudaram para então capital. Nos anos 80, quando já era para muitos, um milagre de desenvolvimento económico em África, a procura de Abidjan já não era apenas dos marfinenses. Segundo os mesmos autores citados atrás, “como metrópole, Abidjan é atraente para os nacionais à procura de trabalho nos sectores formal e informal, e estrangeiros, principalmente de Burkina Faso, do Mali e do Senegal constituem 29 por cento dos habitantes da cidade. Embora o francês seja usado como a língua franca, Abidjan é um ambiente de Multilingue”¹⁶⁰ (Bekker e Fourchard, 2013: xi).

Portanto, a transformação que a capital guineense tem vindo a registar nas últimas décadas, apesar de criar em certos círculos da população, forma xenófoba de olhar para

160 A tradução é nossa.

os estrangeiros, é um fenómeno normal do crescimento de muitas cidades do mundo em geral, e das africanas em particular. Autores como Jeanne Vivet, Denise Brégand, entre outros, têm vindo a acompanhar o processo de transformação das cidades capitais africanas. E concluem que o processo da urbanização das cidades capitais é marcado por forte crescimento populacional, crescente heterogeneidade e aumento do dinamismo e de complexidade dos grupos sociais nelas residentes, tudo isso resultado dos vigorosos fluxos migratórios registados nas últimas décadas. Por isso, para estes autores, “as sociedades urbanas africanas são hoje cosmopolitas e multiétnicas, na medida em que são marcadas pela diversidade linguística, política, religiosa e económica” (Vivet, *et Al*, 2013: 67).

4.5 Mercado de Bandim (Fera di Bande)

Para muitos, o Mercado de Bandim ou simplesmente “*Fera di Bande*”, como é conhecido pela população guineense em geral, e pelos habitantes da capital em particular, é muito mais do que um simples mercado, é o maior centro comercial do país, quer em termos do movimento de clientes, quer de volume de negócio.

Apesar de muitas tentativas para determinar com exatidão a data do seu surgimento, tal tarefa revelou-se impossível. Recorremos assim, ao trabalho realizado pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa -INEP, sob coordenação de Renato Aguilar, Huco Monteiro e Aquino Duarte (2001) intitulado precisamente *Bandim*, o mais completo até hoje realizado sobre aquele espaço, e que o definem da seguinte forma:

“O que é hoje conhecido por Mercado de Bandim não era mais do que uma pequena feira na encruzilhada dos reinos papéis de Bandim, Intim e Bôr. Do pequeno espaço económico nascido nas rotas dos transportes coletivos que ligavam o país papel, Bandim transformou-se rapidamente, impulsionado pela liberalização económica numa vasta praça comercial, cujos limites parecem estar em franca expansão” (Aguilar, *et al.*, 2001: 2).

Sem apontar uma data concreta da criação do mercado, estes autores admitem que tenha surgido no início da década de 60 do século XX. A mesma data é confirmada por Joana Benzinho e Marta Rosa (2015) e Milheiro (2012). Estes autores são, na nossa opinião que produziram a melhor definição daquele espaço:

“Na Mãe de Água, começa o maior mercado de rua da Guiné-Bissau, o Mercado de Bandim. Este mercado, que remonta a 1960, ocupa lojas e armazéns de um lado e do outro da Avenida e cada centímetro de chão é usado por vendedores de tudo o que se possa imaginar: frutas, legumes, eletrodomésticos, medicamentos, roupas, panaria tradicional, sapatos, drogaria, ferramentas, marroquinaria, carne, peixe, cereais, enfim, o que procura, encontrará com certeza no mercado do Bandim” (Benzinho, *et al.*, 2015:41).

Já em 1993 Eva Crowley dizia “tudo se pode vender e comprar, inclusive *alma di pekadur*” (ou seja, a alma humana)¹⁶¹ se pode encontrar no Bandim. Esta diversidade, a par da desorganização e falta de condições de higiene e segurança que definem este grande mercado. No entanto, é de admitir que o surgimento e o modo de funcionamento do mercado de Bandim esteja inserido na política de segregação espacial e racial que nos ocupou nas páginas precedentes. Baducaran Domingos Augusto da Silva (2010), situa em 1925 a criação do Mercado Municipal de Bissau, e acrescenta: “a abertura do forte de São José deu, sobretudo a partir dos anos 20 e principalmente no final desta década e durante a de 30, naturalmente lugar a uma expansão da malha urbana para fora do perímetro da muralha, tendo sido alargadas as ruas, construída a catedral (iniciada em 1935), o cemitério, o mercado municipal (1925), bem assim como uma pequena rede de iluminação pública” (Silva, 2010: 64). Enquanto Ana Vaz Milheiro associa o surgimento do Mercado Municipal (*Féra di Praça*, para os guineenses) à construção da Sede dos Correios, localizando-o nas traseiras do edifício dos CTT¹⁶².

Atendendo às afirmações de Ana Vaz Milheiro, segundo as quais “Em Bissau, o plano da cidade implementado em 1919, ainda durante a Primeira República, da autoria do engenheiro de minas José Guedes Quinhones, deixa como legado urbano a estrutura viária e a indicação da localização dos principais equipamentos (já um “zonamento” na visão dos urbanistas)” in Público de 25/11/2012, pode admitir-se que a futura localização do mercado fosse já determinada.

Assim, para afastar a população nativa do Mercado Municipal, de uso quase exclusivo da população branca e dos poucos assimilados, permitiu-se criar o Mercado de Bandim destinado a população negra. Tal como os bairros dos subúrbios residência da maioria negra e que cresceram sem nenhum plano de urbanização, ou saneamento, o mercado a ela destinado também não.

A falta de planeamento da construção e de ocupação do espaço foi, desde sempre, o grande problema do Mercado de Bandim, porque o desinteresse demonstrado pela

161 Citado por Aguilar, et al., 2001:7.

162 É de recordar que o Mercado Central de Bissau, localmente conhecido como *Féra di Praça*, se situa no centro de Bissau. Nos últimos tempos tem estado inutilizado em resultado da destruição que sofreu, primeiro em 1998, devido a bombardeamentos que ocorreram durante o conflito armado de 7 de junho e que o deixaram totalmente destruído. Com a ajuda dos parceiros de desenvolvimento, foi reabilitado em 1999, pouco depois do fim da guerra civil e em 2006, foi novamente destruído, desta vez por um incêndio. Desde aquela data está inutilizado por falta de interesse ou incapacidade das autoridades em o recuperar.

Aliás, esta incapacidade e falta de sentido de estado de cuidar do património do Estado já tinham sido anteriormente observada. O Palácio da Presidência da Guiné-Bissau foi parcialmente destruído aquando da referida guerra de 1998/99, e só foi reconstruído 14 anos depois graças à cooperação chinesa. As obras de reabilitação e ampliação duraram 18 meses e custaram 6,5 milhões de euros, totalmente pagos pelo governo chinês.

administração colonial em dar as mínimas condições a este espaço, foi de certo modo agravado pela incapacidade e incompetência das autoridades saídas da independência em 1974, em fazer as devidas correções há muito necessárias.

O êxodo rural provocado pela guerra da independência, e que se prolongou praticamente até aos anos 80 do século XX, culminando depois com a liberalização económica ainda na mesma década e migração vinda dos países vizinhos, com clara predominância dos Conacri guineenses, ajudou a definir o que é atualmente Bandim.

O estudo do INEP (2001) que temos vindo a referir, precisa que¹⁶³:

*“No cume do planalto do Reino de Intim (Alto Krim) e ao longo da via que dá acesso ao reino de Bôr foram criados três grandes terminais de transporte:
O primeiro, localizado no Alto Krim, junto aos armazéns comerciais da então Casa Gouveia, onde hoje se situa o supermercado Titina;*



Foto A: Titinhina (Foto: Saico Djibril)



Foto B: Mãe d'água (Foto: Saico Djibril)

Figura 4-18: Titina, "vulgo Titinhina", e Mãe d'água

“o segundo, junto à então taberna Caracol, no nó viário de acesso ao reino de Bandim e a Chapa de Bissau, onde atualmente se localiza o Pólo secundário do Mercado de Bandim – conhecido por “feira di Caracol”; e



Foto C: Titinhina (Foto: Saico Djibril)



Foto D: Mãe d'água (Foto: Saico Djibril)

Figura 4-19: Nó viário de Caracol- liga Av. Caetano Semedo, Chapa de Bissau e Estrada de Bôr

163 Nos finais dos anos 40, o regulado de Bôr e o reino de Intim intensificaram os laços comerciais, aproveitando as vantagens decorrentes da autorização dada pelo governo colonial português para a “criação de postos comerciais junto as terminais de transporte localizados ao longo dos principais eixos ligação entre estes reinos (Aguilar, et al, 2001: ...).

O terceiro, situado no nó viário intermédio que liga a estrada de Bôr à entrada de Bandim e que dá acesso aos estaleiros do então Porto de Paralta (Curva de Bandim). É neste local que nasceu o actual Mercado de Bandim” (Aguilar, et al., 2001: 7-8), como se pode ver na foto em baixo.



Figura 4 -20: Curva de Bandim que entra no mercado a partir da Av. Caetano Semedo
Foto do: Saico Djibril.

Em 2001, os autores do estudo referiam que o mercado teria evoluído de cerca de 1 700 m² para mais 30 000 m² e que “a expansão desordenada do mercado originou, desde logo, sérios problemas de gestão do espaço”, acrescentam os mesmos autores (INEP, 2001: 9).

Para este trabalho definiu-se o Mercado de Bandim como o espaço compreendido entre a Mãe de Água, junto da Assembleia Nacional Popular (o Parlamento guineense), passando pela Avenida dos Combatentes da Liberdade Pátria (dos dois lados) até à Cine Max (do lado direito) e do Cristo Redentor¹⁶⁴ (do lado direito), entrando no Bairro de Belém até à esquina do Bar N’bá Bolama, dando a Subida de Cabana até ao cruzamento desta com a Av. Caetano Semedo (estrada de Bôr), e depois à direita, ou seja, a Oeste (na Av. Caetano Semedo, Estrada de Bôr) por mais 30 m entra-se pela ruela do “fim” de Caracol em direção à *Rua do Carvão*¹⁶⁵ e desta na *Rua de Caracol A* (Califórnia) até ao *polón da Baloba*. Deste ponto segue-se novamente em direção a Leste até cruzar a *Rua de Caracol B* (Jamaica) e depois à esquerda por cerca de 50 m, para entrar nos labirintos do Caracol até chegar ao *beco* do Caracol.

164. Embora, em boa verdade, se pudesse prolongar a influência do mercado até aos limites dos bairros de Belém (à esquerda) e do Missará (à direita) da referida avenida, junto da Brigada de Trânsito.

165 Como se disse anteriormente, estas ruas e ruelas não têm nome, o que consta são designações populares ou inventadas por nós para facilitar a demarcação do espaço do mercado.

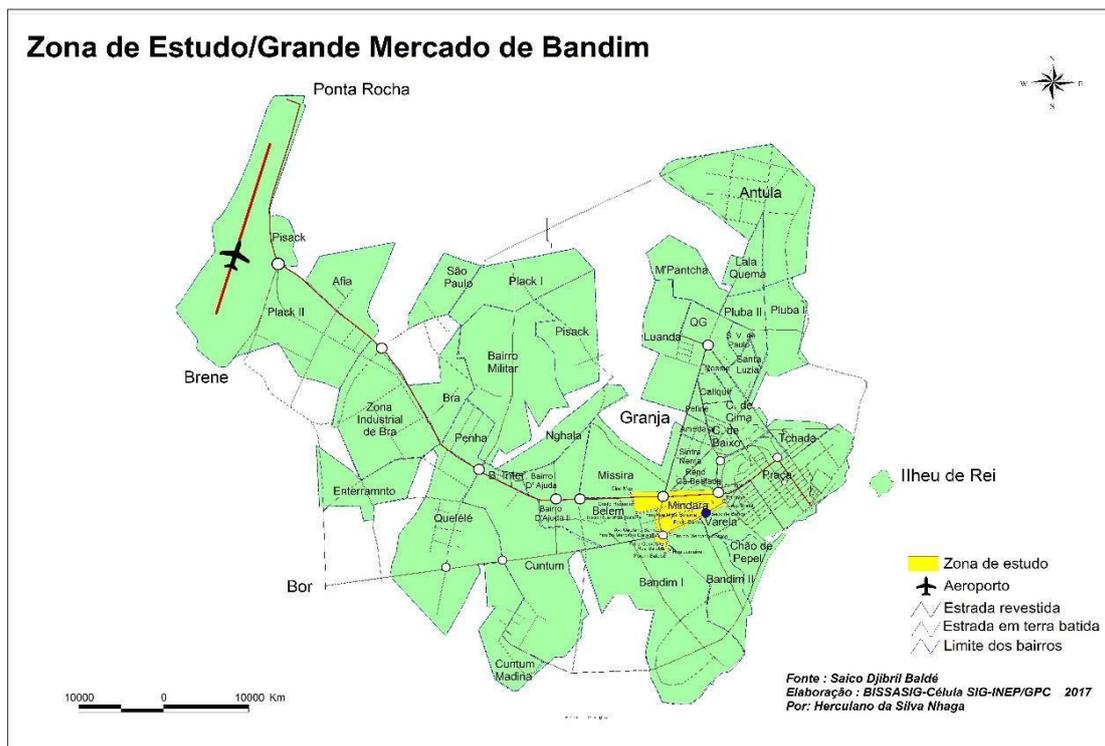


Figura 4-21: Área de Estudo/ Grande Mercado de Bandim

Nunca é de mais sublinhar que a grande maioria dos nomes apresentados nesta secção do texto e ao longo da trajetória que limita o espaço em estudo passa por artérias sem nome. Este fato aumenta ainda mais a dificuldade na sua delimitação. Por este motivo, muitos dos nomes de ruas que aqui aparecem são designações dadas pelos moradores, ou em certos casos, por nós próprios no âmbito deste trabalho.

Aliás, foi a pensar em situações desta natureza que o Presidente da Câmara Municipal de Bissau (na altura de delimitação deste espaço), Baltazar Cardoso, anunciou no dia 10 de agosto de 2017, entre outras medidas, o início da colocação da numeração das casas e nomes nas ruas da capital, pois “antigamente todas as casas tinham os seus números, todas as ruas tinham os seus nomes”, justificou. Uma outra medida não menos importante para melhorar a funcionalidade da cidade e de lhe dar uma imagem mais agradável e limpa é “a proibição de lavagem de carros no centro da cidade e a remoção de carros velhos estacionados” um pouco por toda a parte da cidade, acrescentou o autarca.

Do *beco* do Caracol volta-se a Av. Caetano Semedo desta vez em direção a Av. do Brasil, junto da Assembleia Nacional Popular (o Parlamento guineense). Nesta trajetória passa-se pelo cruzamento de *Paulo Barros*, pela escola primária à direita e a Igreja Santo António de Belém a esquerda.

Seguindo a Av. Caetano Semedo em direção ao Parlamento, encontra-se a esquerda o *Beco* de Bandim, que deu origem ao mercado. Para mais a diante chegar ao cruzamento da Av. Caetano Semedo com a Estrada de Bandim.

No Cruzamento de Av. Caetano Semedo com Av. de Brasil, mesmo na esquina, temos à esquerda o Supermercado Titininha e a direita em direção a Matadouro encontra-se a fábrica do Gelo, ponto que definimos como fim do mercado naquela zona.

Voltado um pouco atrás, chega-se a mãe d'água e início da Av. dos Combatentes da Liberdade da Pártia, sendo o Posto de Gasolina de Elton a direita, definido como início do mercado.

Seguindo em direção ao aeroporto, no princípio temos antiga instalação da Embaixada de Nigéria, uma das mais antigas no país, seguida das instalações do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Continuando avenida abaixo temos várias lojas e armazéns de um e do outro lado da avenida.

Depois chega-se à Rotunda da Chapa de Bissau, com a Av. dos Combatentes da Liberdade da Pártia a cruzá-la na direção Este-Oeste; por outro lado, parte da mesma praça a Estrada da Granja do Pessube em direção a Norte e a subida de Cabana em direção ao Sul.

Grosso modo, esta área de aproximadamente 36 hectares localiza-se no bairro de Mindará, ocupando uma pequena faixa do Bairro de Gâ Beafada e Missirá, principalmente junto do cruzamento da Avenida dos Combatentes da Liberdade Pátria com a Estrada de Granja, uma parte do Bairro de Belém e uma parte do Bairro de Bandim, principalmente na zona de Caracol.



Figura 4-22: Mercado de Bandim com maior detalhe

Como já foi sublinhado, a chegada de novos atores ao mercado provocou uma alteração significativa não só no perfil dos comerciantes a atuar em Bandim, como obrigou a uma adaptação dos moradores à nova realidade. Uma boa parte das casas foram transformados em armazéns, enquanto os moradores foram “empurrados” para anexos que foram acrescentando, conforme as necessidades, ao ponto de este negócio de aluguer das habitações ser a principal fonte de rendimento para muitas famílias dos referidos bairros.

Esta transformação tem sido uma das maiores preocupações das autoridades, principalmente dos bombeiros nos últimos tempos, porque a construção de anexos nas casas levou a que muita das (poucas) ruas e ruelas não permitissem a passagem de viaturas, o que tem merecido de chamada de atenção para as questões de segurança. Aliás, o Relatório dos bombeiros sobre o incêndio ocorrido no Mercado de Bandim no dia 2 de março de 2015 testemunha este fato:

“O objecto do incêndio é uma casa. Originariamente, a casa era de duas moradias, cada moradia com dois quartos, o que indicia que era utilizada para habitação. No entanto, a casa sofreu profundas alterações, tanto ao nível de características físicas, como ao nível de utilização-tipo. No que diz respeito às transformações de características físicas, ela estende para além dos limites originais, ocupando todo o espaço do proprietário, passando a contar com (para além dos quatro compartimentos iniciais) vários outros compartimentos. Atualmente, a casa está literalmente cercada de vários compartimentos anexos, tendo deixado apenas uma

entrada de 2,30 metros de largura na parte frontal. Contamos um total de quinze compartimentos acrescentados à estrutura originária, perfazendo um total de dezanove compartimentos”¹⁶⁶ (Pires, et al., 2015: 3).

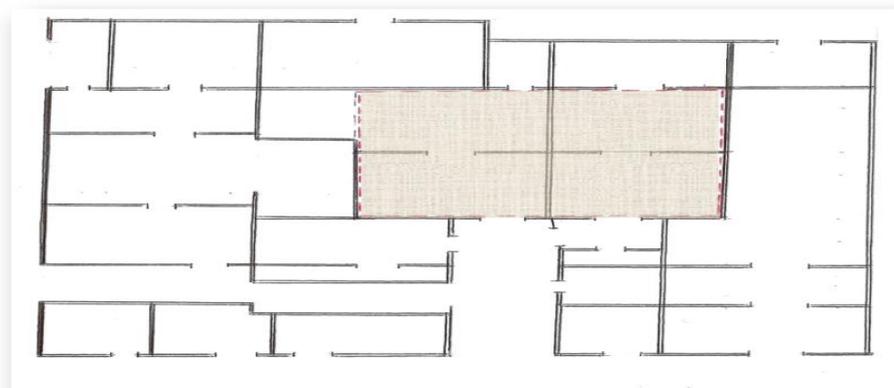


Figura 4-23: Exemplo de uma casa transformada em vários anexos em Bandim
Fonte: Adaptado do relatório dos BVB, 2015

Para evitar as perdas humanas e materiais que se têm verificado nos inúmeros incêndios nos mercados, quer do Bandim, quer no Mercado Municipal de Bissau (que, aliás, ainda não se recuperou do grande incêndio que sofreu em 2005 e que levou a que muitos feirantes se dispersassem por várias artérias da cidade para continuarem a sua atividade aumentando o risco de incendio nestes pequenos mercados assim improvisados), os bombeiros recomendam, entre outras as seguintes medidas:

Caixa 4-3: Recomendações de medidas de segurança dos Bombeiros voluntários de Bissau

Remoção de todas as instalações elétricas improvisadas e clandestinas;
Urbanização da zona de mercado para que, em caso de emergência, uma viatura de socorro possa ter acesso ao local atingido e sejam garantidas as condições para a evacuação da zona;
Realização de novas instalações elétricas em condições de segurança com ajuda de técnicos de EAGB;
Proibir a prática de transformação de casas que implicam alargamento e ocupação de vias de acesso;
Sensibilização dos comerciantes sobre a boa prática de arrumação dos produtos no armazém;
A obrigação de aquisição e disponibilização dos extintores enquanto meio de primeira intervenção no caso de incêndio, sob orientação dos técnicos dos Bombeiros” (Pires, et al., 2015: 7).

4.5.1 O Mercado de Bandim e o SEF

A proximidade do núcleo principal do Mercado de Bandim com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF, na Avenida dos Combatentes da Liberdade Pátria [que deu o título deste trabalho], marcou profundamente a migração guineense nos últimos

¹⁶⁶ Relatório dos *Bombeiros Voluntários de Bissau* acerca do incêndio de 2 de março de 2015 no Mercado de Bandim.

35– 40 anos. Durante este período, a desestruturação da administração pública guineense teve como consequência o disfuncionamento da maior parte dos serviços e escassez de muitos recursos, que por sua vez gerou corrupção generalizada nos serviços públicos. Um simples ato administrativo de aquisição dum passaporte era uma dor de cabeça sem fim.

Houve anos em que oficialmente o país ficava muitos meses sem ter cadernetas para impressão dos passaportes, pelo que as poucas que apareciam no SEF - serviço na dependência do Ministério do Interior (ou Administração Interna, conforme os governos), encarregue da emissão dos passaportes, eram desviados para o mercado paralelo, onde custava muitas vezes mais de 10 vezes o seu preço normal. E não era raro ver algumas cadernetas destinadas às missões diplomáticas no exterior para facilitar a vida dos emigrantes serem desviadas para o mercado de Bandim.

4.5.2 As principais mudanças operadas no Mercado de Bandim

Os estudos realizados na segunda metade dos anos 90 século XX e no princípio de 2000 surgiram com a iniciativa do TIP – Programa de Apoio ao Investimento financiado pelos parceiros de desenvolvimento, que tinham como principal objetivo apoiar o Estado guineense na modernização da economia, principalmente no domínio da Câmara de Comércio e das pescas entre outros.

No caso concreto do Mercado de Bandim, o investimento visava melhorar as difíceis condições físicas do espaço atrás referidas, nomeadamente do ambiente, saneamento e higiene. Por outro lado, pretendia-se fazer uma avaliação sobre o comércio, a importância da economia em geral e do sector informal em particular, tentando avaliar o volume do negócio realizado naquele espaço.

Foi tentada uma solução mais abrangente com o presidente da CMB da altura, mas que se recusou a colaborar, preferindo ter a sua iniciativa própria e entregando toda a zona da frente, ou seja, a área junto da Avenida dos Combatentes da Liberdade Pátria aos investidores privados, nomeadamente libaneses, muitos deles com interesses no mínimo pouco credíveis (para não dizer duvidosos), o que como se podia esperar gerou muita controvérsia aos utilizadores do mercado em geral e com a Associação dos Vendedores do Mercado de Bandim em particular, chegando ao ponto de um deputado ser baleado.

Falando sobre a sua experiência de trabalho no Mercado de Bandim, o senhor Bailo Camará¹⁶⁷ aponta como principal diferença registada no mercado entre os anos 90 e a

¹⁶⁷ Conjuntamente com Tim Lorentz, Bailo Camará é autor de um dos primeiros estudos realizados sobre o Mercado de Bandim, intitulado *Iniciativa da Feira de Bandim, TIPS*, publicado em outubro de 1997. Este trabalho estava inserido no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento.

atualidade (2015), a substituição dos operadores nacionais por estrangeiros, o que na sua opinião teve grandes consequências sociais para os primeiros, esclarecendo que “hoje em dia, se pedir aos operadores uma peça de identificação, todos lhe apresentam documentos guineenses, mas na realidade, a maioria só chegou ao país nos últimos 20 anos ou menos”, lamenta. Este fato originou muitas mudanças quer nos operadores, quer na reorganização do próprio espaço.

No entanto, apesar desta mudança desagradar a muitos nacionais, faz parte do seu dinamismo. Recorde-se que ao longo da sua história mais recente, o Mercado de Bandim já tinha registado uma substituição drástica dos seus comerciantes. Em 2001, no conjunto dos operadores do mercado, mais de 84% tinha nascido fora de Bissau¹⁶⁸; ou seja, nessa altura já se tinha verificado uma grande substituição dos operadores nativos da área de Bissau por imigrantes vindos de zonas do interior do país e já começava a dar sinais da chegada de alguns estrangeiros vindos dos países vizinhos. Sabe-se em 1970 apenas uma pequena minoria dos comerciantes (um quinto) se tinha instalado no mercado. O cenário começou a alterar-se a partir de 1980, ano que se considera de rotura, embora só em 1986 se registou a chegada massiva de novos comerciantes vindos do interior do país, principalmente da zona leste do país.

Os autores do estudo identificam alguns acontecimentos e respetivas datas que proporcionaram este rápido crescimento e mudança no perfil demográfico da capital guineense em geral, e dos operadores do mercado de Bandim em particular.

“(...) em 1980, houve uma mudança do regime guineense que libertou o Leste do país da pressão política-policial em que viveu desde os finais da guerra de libertação¹⁶⁹ houve, após o 14 de Novembro de 1980, uma brecha democrática, que terá durado dois a três anos, durante a qual o regime de circulação das pessoas e de bens beneficiará de uma certa complacência dos poderes públicos, pela via de suspensão de guias e dos postos de controlo que imperavam anteriormente [que pode ajudar a explicar] o pico observado na chegada dos comerciantes”.

Por outro lado, este período de chegada de grandes contingentes observado na segunda metade da década de oitenta,

“Coincide com dois acontecimentos político-económicos nacionais de suma importância, aos quais se junta um outro já de carácter mais regional ou local. Em 1983, a Guiné-Bissau iniciou um Programa de Estabilização Económica que implicou

Atualmente, o sr. Camará é consultor do PNUD para a Economia Informal.

168 Bandim: Subsídios para uma política de apoio ao pequeno negócio, 2001.

169. O sublinhado é nosso. A população desta zona do país, como já foi referido ao longo do texto é constituída maioritariamente por fulas e mandigas, definidos como sendo “os descendentes dos históricos mercadores de caravanas transarianas [os únicos que estavam em condições] para protagonizar a vanguarda no aproveitamento de novas oportunidades económicas do movimento?” (INEP, 2001:).

medidas económicas encorajadas para o sector comercial, nomeadamente o da pequena distribuição. Isso permitiu um rápido ressurgir do comércio de djila, anteriormente sufocado e mesmo combatido pela presença capilar dos Armazéns do Povo, casa monopolista do Estado”, concluem (Aguilar, et al., 2001: 34).

Toda esta mudança resultou do reconhecimento do fracasso da política económica centralizada que o país tinha vindo a seguir a independência. Assim, em 1984, o PAIGC, partido único que governava o país, foi obrigado a aceitar no seu IV congresso, o principio da economia de mercado, que veio ser aprovado através dos DL 22/86 e DL 23/86, permitindo assim a implementação do que foi conhecido no país por *transição económica, da liberalização do comércio e dos preços*, que eram condições impostas pelos credores, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial para assinatura do acordo de Ajustamento Estrutural.

Através deste Programa de Ajustamento Estrutural, o país beneficiou de muitas ajudas destinadas a criação de uma política económica e fiscal que por sua vez permitisse o surgimento de um sector privado nacional. Desta forma, e no âmbito das privatizações impostas por FMI e BM, foram criadas linhas de crédito através do Banco Nacional de Crédito (BNC). Infelizmente o processo foi marcado pela corrupção e “amiguismo” político, onde se deu muito dinheiro a pessoas só porque estavam no poder ou tinham familiares e amigos nos lugares-chave, mas que nada entendia de negócios. E desse modo, os que tinham maior potencial foram preteridos ou terão beneficiado através dos políticos com conexões às redes informais de comerciantes instalados na sua grande maioria no Mercado de Bandim.

Convidado a pronunciar-se sobre o volume de negócios nos finais dos anos 90 e em 2015, o senhor Camará afirma categoricamente que nos dias de hoje, este é no mínimo entre os 15 a 20 vezes superior ao de 1997. Para sustentar a sua afirmação, Bailo Camará recorda que, na altura (1997) “houve momentos em que os comerciantes de Bandim, como o Sr. Bachiro¹⁷⁰ emprestavam dinheiro aos bancos e ao estado quando estes estavam com falta de liquidez ou quando tinham membros de governo a deslocar-se para o estrangeiro e o tesouro público não tinha divisas suficientes”, afirma.

Por outro lado, segundo o nosso entrevistado, “o mercado de Bandim foi sempre pouco amigo das senhoras”. E justifica esta afirmação com o fato de que quando o mercado foi concebido, a zona central área onde se vendia frutas e legumes, ser praticamente reservada para as senhoras, mas que pouco a pouco foi vindo a ser ocupado

170. Bachiro é um dos grandes comerciantes a operar no Mercado de Bandim e não só.

por cacifes, deixando as mulheres sem alternativa. Isto teve como consequência a transferência dessas mulheres comerciantes para o mercado complementar da proximidade, o de Caracol.

Ainda segundo este consultor, o lado mais lamentável do mercado do Bandim é a falta de condições físicas e sanitárias, o que para além de transmitir uma má imagem do país, é fonte de doenças, na medida em que o lixo e a comida estão lado a lado. No entanto, “o maior receio que sente quando se está no Bandim é o perigo de incêndio, como de resto já aconteceu com o Mercado Municipal – *Fera di Praça*” que sofreu um incêndio que provocou enormes perdas, há mais de uma década atrás (2005), e a sua reconstrução continua ainda para acabar. Se um dia o mesmo vier a acontecer em Bandim, o mais certo é causar grandes perdas não só materiais, bens e sobretudo de vidas humanas. Aliás, temos um exemplo trágico que aconteceu no mercado de Banjul, na Gâmbia, onde se registaram muitas perdas de vidas humanas para além de avultados bens materiais.

É devido a interesses, por vezes contraditórios que se cruzam em torno do Mercado de Bandim, que até hoje, o Estado não foi capaz de o reorganizar e dar-lhe uma dignidade à sua medida – simplesmente o maior centro comercial e a mais importante praça financeira do país.

Outro constrangimento apontado ao mercado é a elevada renda dos espaços, principalmente aqueles que estão situados junto da avenida principal, e que podem ultrapassar os 300 mil Fxof (cerca de 457€), por uma loja que não excede os 5 ou 6 metros quadrados.

4.5.3 Volume de negócio no Mercado de Bandim

Apesar de todos os atores político, económicos e empresariais reconhecerem a importância que o Mercado de Bandim desempenha no panorama económico, financeiro e social do país, o mais estranho que parece ninguém parece importar com o espaço. O último e dos poucos estudos realizados sobre o mercado data de 2001, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa¹⁷¹. No entanto, todos reconhecem que o Mercado desempenha um papel estruturador da economia e é a maior praça financeira do país. Numa declaração prestada a Rádio Galáxia de Pindjiguiti a 16 de maio de 2011, o Diretor-geral do Banco de África Ocidental (BAO) admitiu ter havido um volume de negócio diário de mais de 1 milhão de dólares norte-americanos no mercado de Bandim.

¹⁷¹ Batemos a porta de quase todos os departamentos do Estado, bem com dos agentes envolvidos direta ou indiretamente no Mercado em busca de informação, para o nosso desespero, não existe nada.

Rómulo Pires fez estas declarações na ocasião da cerimónia de inauguração de uma agência do BAO (Banco de África Ocidental) junto ao mercado de Bandim, afirmou:

"O mercado de Bandim é o maior pulmão económico do país, cuja pujança constitui um atrativo suplementar para aqueles que, como nós, prosseguem o objetivo de popularização dos serviços bancários. Trata-se da zona de maior concentração diária da população de todas as camadas sociais no qual ocorrem as maiores transações comerciais. É o principal destino das importações do país assim como dos produtos locais, com especial destaque para os bens da primeira necessidade"¹⁷², referiu.

Com esta importância era de espera que o Estado e os agentes económicos dessem maior atenção ao mercado de Bandim e adotá-lo com outra organização e sobretudo de outras condições de higiene, e não o deixa-lo num estado de abandono em que se encontra, quase desde a sua fundação.

172 . http://sosguinebissau.blogspot.pt/2011/05/actualidade-da-guine-bissau_4725.html

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INQUÉRITOS E DAS ENTREVISTAS REALIZADAS EM PORTUGAL E NA GUINÉ-BISSAU

5.1 Metodologia

Antes da apresentação dos resultados da análise dos inquéritos e das entrevistas, importa fazer uma pequena descrição da metodologia seguida na escolha das localidades a inquirir quer em Portugal, quer na Guiné-Bissau, bem como o tamanho da amostra em cada uma delas.

Nas próximas linhas é apresentada a metodologia considerada mais adequada para alcançar os objetivos da investigação. Marinús Pires de Lima considera que “a metodologia consistirá na análise sistemática e crítica dos pressupostos, princípios e procedimentos lógicos que moldam a investigação de determinados problemas sociológicos” (Lima, 2017: 2). No mesmo sentido, João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto defendem que a metodologia é a “arte de aprender a descobrir e analisar os pressupostos lógicos implícitos da investigação, de forma a pô-los em evidência e sistematizá-los” (Almeida et al., 1990: 86).

No entanto, o arquiteto Fernando Schiappa de Campos (1962) sugere que, num trabalho que envolve realidades geográficas diferentes compostas por vários grupos étnicos também diferentes, mas que muitas vezes são obrigados a conviver, há necessidade de compreender as partes (os grupos humanos separadamente nas suas aldeias) e o conjunto (onde haja mistura de diferentes etnias principalmente nas zonas urbanas), “observando as bases em que se processa o seu convívio”. Só assim poderemos tirar do estudo das regiões a imagem global do país (Campos, 1962: 12).

Assim, desde o início da pesquisa foi definido como o método privilegiado o contato direto e prolongado com as comunidades em estudo nos seus respetivos espaços geográficos. Daí que consideramos necessário detalhar aqui alguns procedimentos que nos guiou nesta parte da pesquisa, para além da metodologia geral aplicada ao longo do nosso trabalho. É neste sentido que António Firmino Costa defende a “*Presença prolongada* do investigador nos contextos sociais em estudo e *contato direto* com as pessoas e as situações” como uma das metodologias a privilegiar em certos contextos (Costa, 2003: 129).

Esta opção torna-se mais relevante no nosso caso, pois, apesar de se tratar de um território relativamente pequeno, a Guiné-Bissau¹⁷³, é constituída por numerosas

173 A superfície da Guiné-Bissau é estimada em 36 125 km², mas segundo Raquel Soeiro de Brito, só 28 000 km² está permanentemente emerso (Soeiro de Brito, 1997).

comunidades etnias¹⁷⁴, com valores e crenças também diferentes, agravada pela elevada taxa de analfabetismo da população ou com instrução muito reduzida.

A convivência destas comunidades, principalmente em áreas mais reduzidas como os sectores, comporta, muitas vezes, tensões que são mais difíceis de captar por outras técnicas ou métodos, pois, “as pessoas estão interessadas em ocultar as suas concepções valorativas e os seus conflitos de valores ou procuram, pelo menos, conservar uma aparência de consistência e ordem nessa esfera específica” (Myrdal, 1976: 21). O mesmo autor sublinha na sua análise sobre as questões raciais nos Estados Unidos, que “a questão racial em si mesma, não é socialmente importante. O que é importante são as crenças raciais, expressas na forma de teorias populares ou vulgarmente aceites”¹⁷⁵. Esta teoria é facilmente transportável para as relações inter tribais em presença, como é o caso da Guiné-Bissau.

O trabalho de campo foi baseado numa combinação de métodos de recolha de dados para permitiu a triangulação entre a sociedade tradicional (tabanca), a zona de interface (Bandim) ambos na Guiné-Bissau e global (o Rossio em Lisboa). Por outro lado, esta abordagem espacial (regional) dos fenómenos sociais insere-se naquilo que autores como Gregory, Derek, Ron Martin e Graham Smith designam como “crítica mordaz de epistemologia racionalista e fundamentalista”, surgida com o pós-modernismo, que enfatiza “quanto ao relativismo de nossas pretensões de conhecimento, certamente revelou um espaço precioso para a investigação criativa e inovadora dentro de geografia humana” (Gregory et al, 1994)¹⁷⁶, o que torna a nossa análise muito mais ampla do que se poderia conseguir com o recurso de um mero discurso formal da disciplina.

É neste sentido que uma parte substancial do trabalho foi baseada em exploração empírica centrada em histórias de vida de pessoas (indivíduos, famílias, grupo, clã, etnia),

174 O número total de etnias na Guiné-Bissau é muito difícil de determinar, existindo variações significativas de autor para autor. Por exemplo, Fernando Rogado Quintino (1967: 33-34), apresenta 24 etnias e uma categoria que designou de “diversos”, que engloba algumas minorias com pouca expressão numérica; Jao (2015:49), por sua vez, refere que na “Guiné-Bissau vivem mais de uma dezena e meia de grupos étnicos, muitos desses estruturados em subgrupos” e Djaló (2012: 21) não apresenta um número exato, limitando-se a enumerar aqueles que considera as mais representativas e a sublinhar a situação daqueles grupos em sua opinião que estavam em “via de extinção enquanto grupo étnico distinto”, nomeadamente os Bagas, Bambaras, Cobianas, Conhágues, Jacancas, Jaluncas, Landumas, Padjadincas, Quissincas, Saracolés e Sossos”.

No entanto, o INEC (2009), refere apenas 14 grupos: Balanta, Fula, Mandinga, Manjaco, Mancanha, Papel, Bijagós, Beafada, Felupe, Mansoanca, Balanta Mané, Sossos e Saracolé e mais duas categorias (os *sem etnia* e ND, cuja identidade étnica não se conseguiu determinar, que representam cerca de 2,22% e 0,09% respetivamente.

Parece nos que esta divergência de números, já não deveria de existir, 40 anos depois da independência do país. O Instituto Nacional de Estatísticas e de Censos existe para isso. Não se pode aceitar que cada organismo do próprio Estado apresente o seu número, ou o mesmo ter números divergentes conforme os trabalhos.

175 Myrdal, G. *op. Cit.*, 1976, p 26.

176 Gregory, Derek, Ron Martin e Graham Smith (1995), *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, Lda.

bem como na utilização de abordagens mais informais baseadas na observação do investigador e em contatos prolongados.

A pesquisa decorreu em três comunidades localizadas em cada uma das três províncias¹⁷⁷ da Guiné:

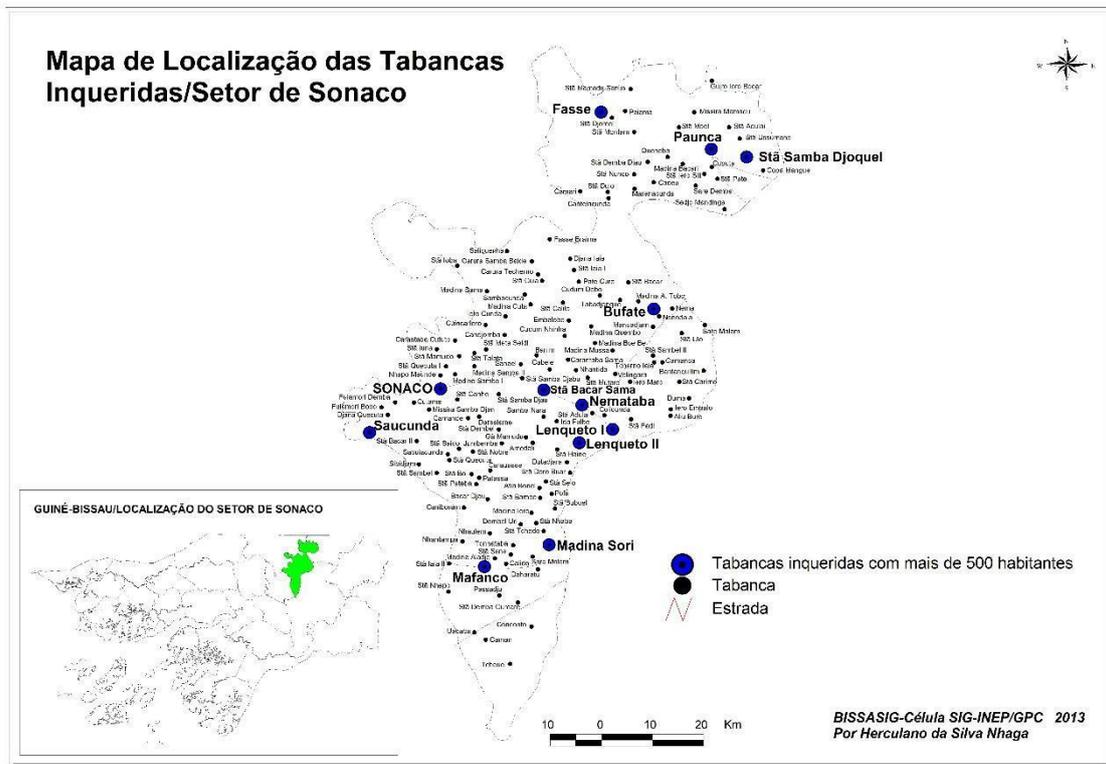


Figura 5-1: Localização espacial das tabancas inqueridas no Setor de Sonaco, R. de Gabú

- a) uma no Leste, cujos habitantes são maioritariamente da etnia Fula, professando a religião islâmica, com contingente emigrante considerável. Nesta área geográfica a escolha recaiu em Madina Sori mais conhecida por Braima Sori, uma das aldeias consideradas por muitos guineenses, e não só, como símbolo da moderna emigração guineense. Uma das razões da sua escolha reside no fato de ter um número considerável de emigrantes, mas também por estarem espalhados por diferentes países europeus, e também pela África, com destaque para Angola, Cabo-Verde e Senegal e, mais recentemente na Guiné Equatorial.
- b) outra no Norte, onde a população é maioritariamente manjaca, com uma tradição de emigração muito antiga. Aqui a decisão não foi estudar apenas uma aldeia, mas sim o Regulado do Tame, uma comunidade composta por 19 aldeias reunidas em torno da

¹⁷⁷ Recorde-se que o território guineense está dividido em três províncias subdivididas regiões, que por sua vez divididas em setores. Assim, a Província do Leste é formada por regiões de Bafatã e Gabú; a do Norte constituída por regiões de Biombo, Cacheu e Oio; enquanto a província do Sul é formada por regiões de Bolama Bijagós, Quinara e Tombali. O Setor Autónomo de Bissau é considerado como uma região para efeitos administrativos.

ASSOFITA - Associação dos Filhos de Tame, cuja dinâmica, modo de funcionamento e realizações a tornam num caso exemplar.

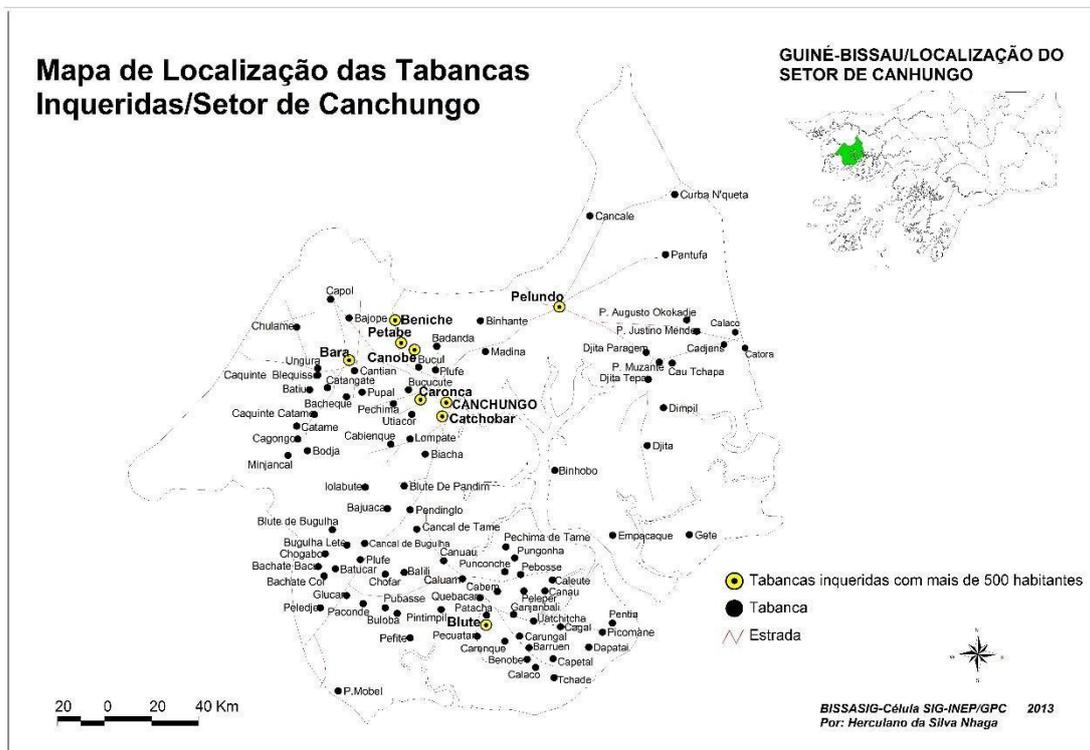


Figura 5-2: Localização das tabancas inqueridas no setor de Canchungo, região de Cacheu

- c) e finalmente, uma no Sul, cuja população se pode considerar “mista”, composta por Balantas, Beafadas e Fulas, entre outras minorias. Neste caso a escolha foi para as duas capitais de setores, Cidade de Buba e Quebo. A primeira trata-se de uma localidade que tem demonstrado ter maior capacidade de atracção populacional, dinamismo comercial e um rápido crescimento de taxa de urbanização superior a qualquer outra localidade em toda a Província Sul. Enquanto que segunda, pela natureza da sua gente e sobretudo o conservadorismo dominante, não tem permitido explorar as suas potencialidades, como seria de esperar.
- d) E finalmente, a cidade de Bissau onde todas as comunidades descritas anteriormente, não só fazem-se representar como reproduzir as realidades trazidas das suas aldeias, como das experiências vividas ao longo da sua vida como emigrante. Aliás, é muito frequente encontrar emigrantes a investir ou contruir casas em Bissau, antes de o fazer na sua aldeia de origem.

Assim, a escolha de diferentes espaços geográficos, quer em termos de localização, como da sua natureza (uma aldeia, um regulado e cidades) pretende cobrir todas as situações da realidade do país.

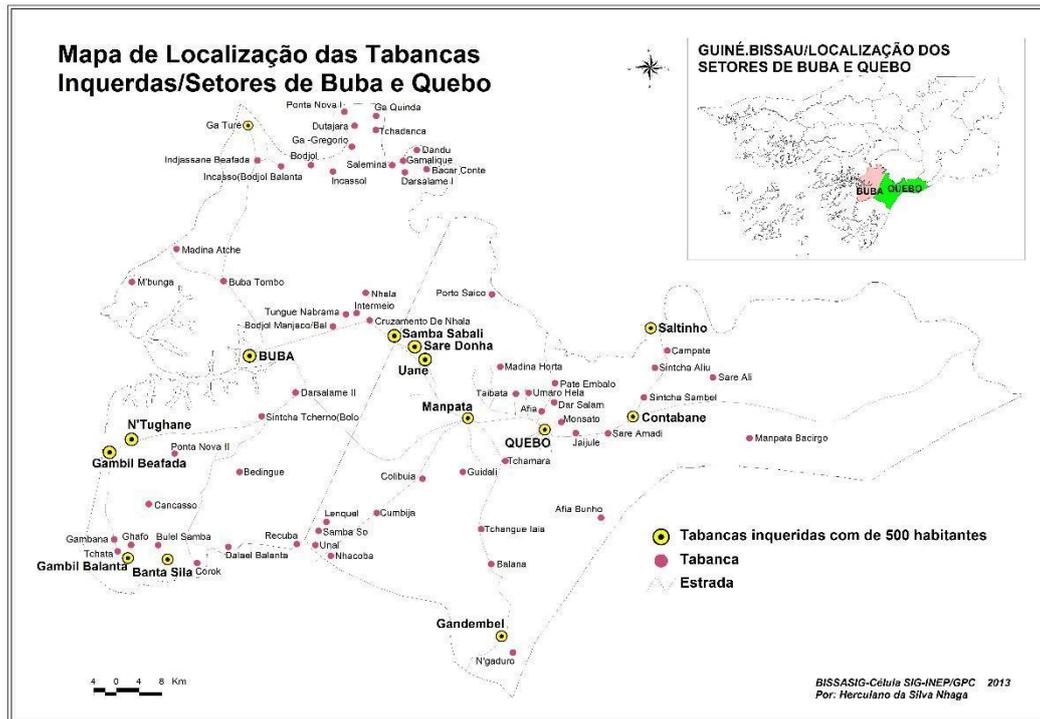


Figura 5-3: Localização espacial das tabancas inqueridas nos setores de Buba e Quebo

5.2 Investigação em dois contextos geográficos

Durante os primeiros anos da nossa investigação realizámos várias deslocações à Guiné-Bissau para recolher informação e aprofundar o nosso conhecimento das comunidades em estudo. Estas deslocações tiveram uma duração que variou entre três e quatro meses por ano, enquanto que nos últimos dois anos, o processo foi inverso, ou seja, decidimos fixar a residência no país, e tentando deslocações periódicas a Lisboa, não só para conferenciar com os nossos orientadores, mas também para continuar o nosso trabalho junto da comunidade guineense emigrada em Portugal.

Estes contatos tinham como objetivos fundamentais, expor as nossas ideias junto das associações e personalidades, traçar os objetivos do nosso trabalho e as metas que pretendemos atingir, de forma a podermos obter da parte dessas pessoas, opiniões e conselhos, tendo em conta as suas experiências.

Apesar de reconhecer que este método não se esgota num único contato, o que implica o seu recurso sempre que se justifique, podemos afirmar que os objetivos visados nesta fase foram positivos.

Ao longo do tempo foram feitos alguns ajustamentos que a própria dinâmica do trabalho nos impôs. A nossa estadia na Guiné-Bissau, prevista para um período de 3

meses recaiu sobre os Sectores (concelhos) de Buba-Quebo, no Sul e o de Canchungo, no Norte e não no de Sonaco, como inicialmente programado.

Esta mudança deveu-se fundamentalmente à disponibilidade manifestada pelo Dr. Augusto Bock¹⁷⁸, um dos nossos facilitadores no sector de Canchungo para realizar uma parte do trabalho nesta região.

Outra estadia prolongada foi realizada na Vila de Buba, no Sul, cuja escolha, como se definiu logo à partida se deveu ao dinamismo que tem registado nas duas últimas décadas, por um lado, e à necessidade de fazer um contraponto entre os três espaços escolhidos para o nosso estudo. Esta localidade, como de resto já foi sublinhado, para além de servir como capital regional de Quinara, apresenta uma tendência clara de urbanização, enquanto as outras apresentam características mais rurais. E ainda pela necessidade de abordar elementos de diferentes etnias, o que não acontece relativamente às duas primeiras, onde a homogeneidade étnica é fator determinante.

5.2.1 Inquéritos

A investigação por inquérito (survey research) é um dos métodos mais utilizados em ciências sociais complementa o trabalho de observação e permite recolher dados fundamentais.

Inicialmente estava programado a realização de 484 inquéritos (5% da população), num universo de 114007 indivíduos¹⁷⁹, distribuídos proporcionalmente entre os três setores em estudo, o que corresponde a 162 inquéritos em Buba-Quebo, 218 no Canchungo e 189 no Sector do Sonaco.

Atendendo à dimensão da amostra, e sem pôr em causa a representatividade da base de sondagem, depois de aconselhado pelos nossos orientadores fomos obrigados a redefinir a amostra. Assim, com ajuda da Professora Madalena Ramos, do Departamento de Métodos de Pesquisa Social, ISCTE-IUL, procedemos ao redimensionamento da mesma, procurando assegurar a melhor semelhança possível entre a base de sondagem e a população alvo.

Para redefinição da amostra seguimos os seguintes passos: depois de definido o universo da investigação, constituído pelas populações dos três sectores, nomeadamente

¹⁷⁸ Investigador do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, o Dr. Augusto Bock é da etnia manjaca e é um profundo conhecedor da realidade desta comunidade. A disponibilidade de nos acompanhar e sua ajuda preciosa na nossa estadia, revelaram-se extremamente vantajosas para o nosso trabalho junto da comunidade de *Tame*, no Sector de Canchungo.

¹⁷⁹ Que resultou da somatória da população dos três setores (Canchungo 43 709, Buba-Quebo 32 495 e Sonaco 37 804), segundo os dados dos censos de 2009.

Buba/Quebo, Canchungo e Sonaco, como sendo o número N ($32.495 + 43.709 + 37.803$) = 114007 indivíduos, estabeleceu-se a margem de erro a 2% com um nível de confiança de 95%, o que perfaz uma amostra de 398, arredondada para 400 elementos e que, posteriormente, foi dividido proporcionalmente para a população dos três sectores, resultou em:

$$n0 = \frac{N*n0}{N+n0} \quad \text{Buba/Quebo} = 114; \text{Canchungo} = 153; \text{Sonaco} = 132$$

Encontrado o número de inquéritos a realizar em cada um dos sectores, de seguida fez-se a soma da população dos bairros e localidades escolhidos. Assim, nos Sectores de Buba/Quebo este ficou em 19.966 (sendo 9 464 no setor de Buba e 9 974 no do Quebo, cabendo 58 inquéritos no primeiro e 56 no segundo), no Canchungo em 14.772, enquanto no Sonaco é de 13.181 indivíduos.

Quadro 5-1: Bairros e localidades inquiridas no Sector de Sonaco

| N | Bairro/Localidade | População | NI |
|----|--------------------------------|---------------|------------|
| 1 | Cidade de Sonaco Bairro Nema | 1249 | 13 |
| 2 | Cidade de Sonaco Bairro Bomma | 432 | 4 |
| 3 | Cidade de Sonaco Bairro Sucuto | 263 | 3 |
| 4 | C. de Sonaco Bairro Djamanto | 347 | 4 |
| 5 | Bacar | 618 | 6 |
| 6 | Buiate | 520 | 5 |
| 7 | Fase | 1979 | 20 |
| 8 | Lenqueto (I & II) | 1049 | 10 |
| 9 | Madina Braima Sori | 1093 | 10 |
| 10 | Mafanco | 1020 | 10 |
| 11 | Nemataba | 507 | 5 |
| 12 | Paunca | 1718 | 17 |
| 13 | Saucunda | 1483 | 14 |
| 14 | Sintchã Samba Joquel | 903 | 9 |
| | Total | 13.181 | 132 |

Fonte: A partir do inquérito realizado no Setor de Sonaco, 2014

Posteriormente, o número de inquéritos a realizar em cada um dos sectores foi proporcionalmente dividido pelo número de habitantes dos bairros e das localidades para encontrar o número de inquéritos a aplicar em cada um deles (quadro 5.1, quadro 5.2 e quadro 5.3).

Seguidamente foram definidos os critérios a obedecer para determinar quais as casas seleccionadas para aplicar o inquérito.

Quadro 5-2: Bairros e localidades inquiridas no Sector de Canchungo

| N | Bairro /Localidades | População | NI |
|-----------|--|------------------|------------|
| 1 | Cidade de Canchungo Bairro Pendai 1 | 1582 | 16 |
| 2 | Cidade de Canchungo Bairro Pendai 2 | 1256 | 13 |
| 3 | Cidade de Canchungo Bairro Pendinglo 2 | 1424 | 15 |
| 4 | Cidade de Canchungo Bairro Betame 1 | 1594 | 17 |
| 5 | Bará | 696 | 7 |
| 6 | Beniche | 675 | 7 |
| 7 | Blute | 707 | 7 |
| 8 | Canob | 580 | 6 |
| 9 | Caroncã | 826 | 9 |
| 10 | Catchobar | 1015 | 11 |
| 11 | Jolmete | 654 | 7 |
| 12 | Pelundo | 2358 | 24 |
| 13 | Petabe | 719 | 7 |
| 14 | Ucanhe | 686 | 7 |
| | Total | 14.772 | 153 |

Fonte: A partir do inquérito realizado no Setor de Canchungo, 2014

Assim, foi feito um recenseamento prévio do bairro/localidade seleccionado para saber quais as famílias que tinham um membro seu emigrado, seguindo um percurso previamente determinado e atribuindo um número a cada um deles. Tendo sido definido abordar a terceira casa a partir da primeira, e assim sucessivamente. Finalizada a realização dos inquéritos seguiu-se o tratamento e análise de dados.

É de notar que a pertença étnica não foi incluída nesta amostra. Este fator mereceu a nossa atenção no momento seguinte do trabalho. Ou seja, quando foi efetuado o trabalho mais detalhado junto das aldeias-tipo escolhidas: *Tame*, no Canchungo, as cidades de Buba e Quebo no sul, e *Madina Braima Sori* no sector de Sonaco, no Leste.

É de referir que durante a realização do trabalho fomos muitas vezes confrontados com algumas dificuldades e alguns imprevistos motivados pelas tensões de natureza política resultante das constantes instabilidades de natureza político-militar, que muitas vezes levaram a imposição de restrições à movimentação de pessoas que durou em certas zonas muito mais tempo do que nas outras. Estes acontecimentos, precedidos de campanhas eleitorais muito intensas, associado ao carácter tribal da sociedade guineense prejudicou de uma forma significativa o andamento do nosso trabalho. Muitas das pessoas abordadas recusavam liminarmente responder a qualquer pergunta feita por uma pessoa estranha à comunidade. Aliás, não foram raros os momentos de tensão causados pela

simples presença de uma pessoa estranha, ainda mais para fazer perguntas acerca da vida na aldeia.

Quadro 5-3: Bairros e localidades inquiridas no Sector de Buba

| N | Bairro/Localidade | População | NI |
|-----------|-------------------------------|------------------|-----------|
| 1 | Cidade de Buba Bairro Missira | 1350 | 7 |
| 2 | Cidade de Buba Bairro Alto | 2634 | 15 |
| 3 | Cidade de Buba Barrio Nema 2 | 619 | 3 |
| 4 | Cidade de Buba Barrio Nema 1 | 1912 | 11 |
| 5 | Gambiel Balanta/Beafada | 603 | 3 |
| 6 | N ^o Tughane | 501 | 3 |
| 7 | Gã-Turé | 602 | 3 |
| 8 | Samba Sabali | 526 | 3 |
| 9 | Santa Silá | 677 | 7 |
| 10 | Wané/Sare Donhã | 566 | 3 |
| | Total | 9.464 | 58 |

Fonte: A partir do inquérito realizado no Setor de Buba, 2014

No entanto, acontecimentos desta natureza inserem-se no que António Firmino da Costa adverte como situações, “quase sempre com escasso controlo por parte do investigador”¹⁸⁰, e que causam, necessariamente, perturbações no andamento do trabalho de investigação, mas também trazem à superfície muitas contradições, que de outro modo seriam muito difíceis de captar. E foi, particularmente complicado observar familiares que não se falavam, só porque apoiavam políticos de diferentes cores partidárias ou simplesmente porque uns eram a favor do golpe e outros se opunham.

Infelizmente, esta situação não é exclusiva dos militantes de base, pelo contrário, ela foi introduzida pelos políticos guineenses que militam em partidos diferentes, pois raramente se consideram adversários, como acontece na maioria das democracias desse mundo, na Guiné-Bissau, as pessoas se consideram inimigas¹⁸¹. O que de uma forma ou outra, acaba por arrastar os seus apoiantes e motivar comportamentos inaceitáveis. E, para agravar ainda mais a situação, quando lhes faltam argumentos políticos são tentados a apelar a questões muito sensíveis, como o tribalismo ou diferenças religiosas que acabam, inevitavelmente, por inflamar ainda mais o ambiente político.

180 Costa, António Firminio *op. Cit.*, 2003, p 133.

181 Aliás este comportamento dos políticos guineenses foi denunciado pelo Lancine Dasso, chefe da missão do Comité Interparlamentar para a Paz do Conselho de Prevenção de Riscos de Crise na África Ocidental, que se deslocou a Bissau no final do mês do maio e princípio de junho de 2016, para mediar mais um impasse político no país. Este responsável afirmou: “*Há um grande défice de comunicação entre os atores políticos na Guiné-Bissau, mesmo entre o Presidente da República, com o primeiro-ministro, entre os dirigentes das instituições e de partidos*”. E acrescenta, “*Há uma radicalização de posição. Cada parte pensa que tem a razão do seu lado*”, e conclui dizendo que isto é “*muito grave*”. Notícia ao Minuto.com, disponível em: <https://www.noticiasominuto.com/mundo/599247/organizacao-da-afrika-ocidental-recomenda-respeito-pela-guine-bissau>, 15 de agosto de 2016.

Quadro 5-4: Bairros e localidades inqueridas no Sector de Quebo

| N | Bairro/Localidade | População | NI |
|-----------|---------------------------------|------------------|-----------|
| 1 | Cidade de Quebo Bairro Monsanto | 904 | 5 |
| 2 | Cidade de Quebo Bairro Taibata | 601 | 3 |
| 3 | Cidade de Quebo Bairro 2 | 1489 | 8 |
| 4 | Cidade de Quebo Bairro 3 | 1736 | 10 |
| 5 | Afia | 560 | 3 |
| 6 | Contabane | 1087 | 6 |
| 7 | Cumbijã | 507 | 3 |
| 8 | Gã Dembel | 962 | 5 |
| 9 | Mampata Forea | 1172 | 6 |
| 10 | Sintcha Sambel Saltinho | 958 | 5 |
| | Total | 9.976 | 56 |

Fonte: A partir do inquérito realizado no Setor de Quebo, 2014

5.2.2 Inquérito junto dos imigrantes guineenses em Portugal

Uma das primeiras dificuldades com que deparámos foi definir qual o universo com que devíamos trabalhar. No relatório do SEF (2014) apontava-se para um total de 17.981 guineenses a residir legalmente em Portugal, um número significativamente abaixo do real. Por outro lado, este número confirmava o decréscimo dos guineenses no país desde 2006, ano em que atingiu o seu máximo com 24.513 indivíduos.

Por isso decidimos somar ao número referido no relatório de 2014, os guineenses que adquiriram a nacionalidade portuguesa entre o ano 2000 e 2014. Na última década tem-se vindo a registar um aumento significativo de solicitações de aquisição de nacionalidade portuguesa por cidadãos estrangeiros. Este fato deve-se a entrada em vigor da nova lei da nacionalidade portuguesa introduzida pelo Decreto-lei n.º 237-A, de 14 de dezembro de 2006, e regida pela Lei Orgânica n.º 2, de 17 de abril de 2006, que modificaram substancialmente a Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37, de 3 de outubro de 1981), que veio facilitar a aquisição da nacionalidade portuguesa por parte dos estrangeiros residentes em Portugal. Aliás, só em 2014 “Foram formulados 32.349 pedidos de atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa (+7,4% face a 2013) (SEF, 2014: 15); e como era de esperar, os guineenses acompanharam esta evolução. Assim, entre 2000 e 2014, 16.275 guineenses adquiriram a nacionalidade portuguesa. Antes de 2000 este processo tinha pouca expressão, e foi-se consolidando pouco a pouco ao longo de anos, passando de 297 em 2000 para 2064 processos de aquisição concluídos em 2011, tendo sido atingido o pico máximo em 2006 com 4589 processos apreciados pelo SEF.

Assim, o universo de estudo passou a ser 34.256 pessoas, número que resultou da soma de 17.981 residentes legais com 16.275 guineenses naturalizados nos últimos 12 anos e que deixaram de figurar como imigrantes.

Encontrado o universo, a definição do tamanho de amostra obedeceu à regra aplicada para as famílias na Guiné-Bissau, ou seja, uma margem de erro de 2% para um nível de confiança de 95%, donde resultou um total de 380 inquéritos a realizar juntos dos imigrantes guineenses em Portugal.

Depois, os inquéritos foram distribuídos proporcionalmente pelos distritos de acordo com o peso demográfico da comunidade guineense em cada um deles. No entanto, por razões praticas e de limitação financeira, optou-se por realizar os inquéritos apenas nos distritos onde residissem 100 ou mais imigrantes guineenses, ou seja, os inquéritos só foram realizados em 7 dos 18 distritos do continente, com destaque para o de Lisboa, com 13 620 imigrantes (cerca de 76%), Setúbal com 1 844 (10,3%) e Faro com 984 (5,5%), que no seu conjunto representavam mais de 92 por centos da comunidade guineense em Portugal.

Quadro 5-5: Distritos onde foram realizados os inquéritos em Portugal

| Distrito | População guineense | % | Número Inquéritos |
|-----------------|----------------------------|------------|--------------------------|
| Lisboa | 13.620 | 76,31 | 294 |
| Setúbal | 1.844 | 10,33 | 44 |
| Faro | 984 | 5,51 | 21 |
| Porto | 347 | 1,94 | 8 |
| Aveiro | 331 | 1,85 | 7 |
| Coimbra | 209 | 1,17 | 5 |
| Braga | 105 | 0,60 | 3 |
| Outros | 406 | 2,27 | 0 |
| Total | 17.846 | 100 | 380 |

Fonte: A partir do inquérito realizado aos emigrantes, 2013

É de salientar que, pelas razões já apontadas, não se realizou o inquérito nas ilhas dada a reduzida presença da comunidade guineense, apenas 35 nos Açores e 53 na ilha da Madeira (SEF, 2018).

5.3 Emigrantes guineenses em Portugal

De acordo com os últimos dados dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, em 2014 viviam em Portugal 17 981 guineenses em situação regular, o que representava cerca de 5 por cento do total, a quinta maior comunidade estrangeira, depois do Brasil com 87.493 (22%), Cabo-Verde com 40.912 (10%), Ucrânia, 37.852 (10%), Roménia, 31.505 (8%), China, 21.402 (5%) Angola, 19.710, (cerca de 5%).

Em termos globais, pode afirmar-se que a distribuição dos indivíduos entrevistados por faixas etárias, mostra que, tal como a generalidade da população estrangeira residente em Portugal, a maioria situa-se entre os 25 e 44 anos, que representa mais de 57 por cento dos entrevistados, sendo as mulheres mais representadas nesta faixa etária com cerca de 70,7% contra 51% dos homens. Estes dados confirmam que são os homens na idade adulta com capacidade de ganhar dinheiro para suportar as avultadas despesas das viagens que emigram, só depois as senhoras seguem-lhe as pisadas. É de notar a forte representatividade das pessoas com idade igual ou superior a 50 anos (mais de 18%), principalmente nos homens (cerca de 24%) e poucas mulheres nesta faixa etária, apenas 6,5 por centos do total. Não se trata de emigração de pessoas com idade avançada, mas sim o envelhecimento dos jovens que chegaram a Portugal nas décadas de 80 e 90 do século passado.

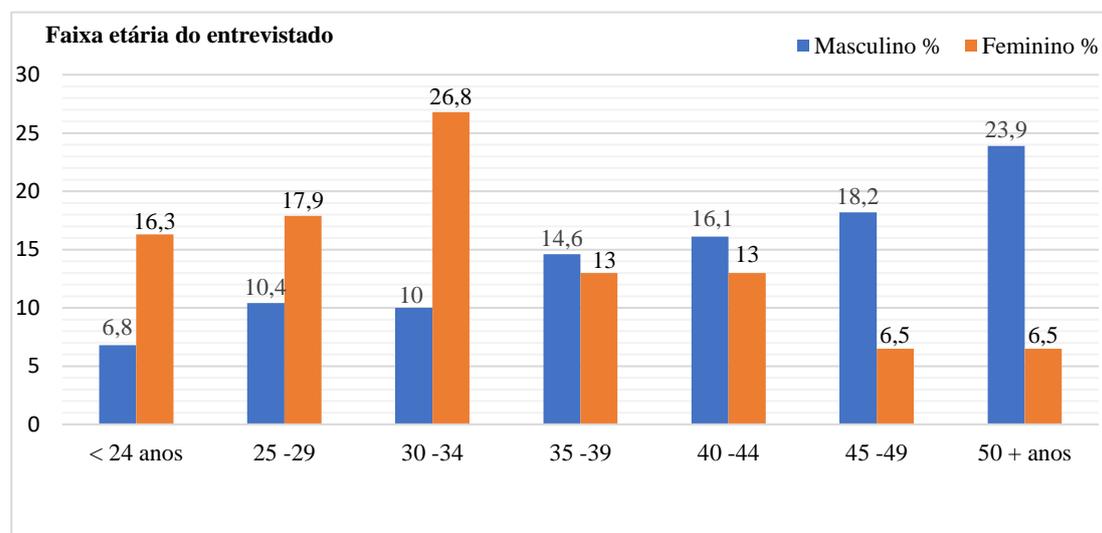


Figura 5-4: Distribuição dos inqueridos por grupo etário
 Fonte: A partir do inquérito realizado aos emigrantes, 2014

Salienta-se ainda a existência de poucos homens com menos 24 anos, menos de 7 por cento, contra os 16,3% das mulheres. A explicação para este fato é incapacidade financeira, anteriormente apontada, no caso dos homens, enquanto que nas senhoras trata-se de fato de persistirem ainda casamentos precoce no país de origem. É frequente quando os homens emigrados voltam à terra para se casar, geralmente o fazem com raparigas bastante mais jovens¹⁸².

¹⁸² Nos últimos anos, tem havido problemas de concessão de vistos no Consulado de Portugal em Bissau no âmbito de reagrupamento familiar para raparigas muito novas casadas com homens muitas vezes com idade duas vezes superior à dela. As autoridades alegam que se trata de forma de migração ilegal.

Por outro lado, nos tempos mais recentes, muitos dos jovens que chegam a Portugal vindo da Guiné, o fazem com passaporte português obtido através dos pais que se naturalizaram portugueses.

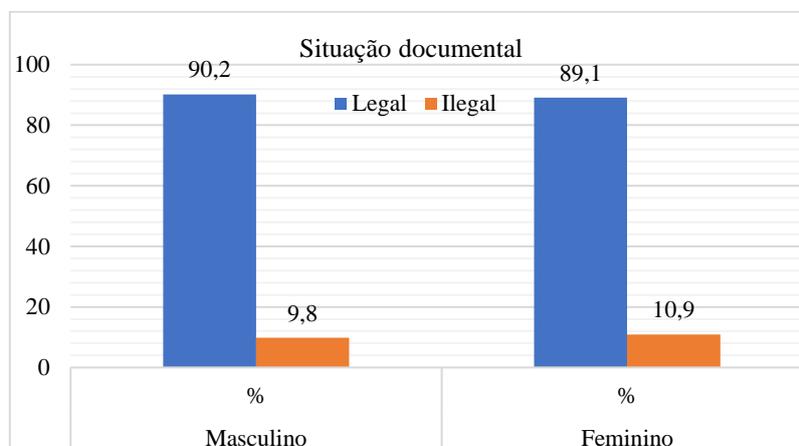


Figura 5-5: Distribuição dos inquiridos por sexo e segundo a situação legal
 Fonte: A partir do inquérito realizado aos emigrantes, 2014

Considerando a situação de residência em Portugal, dos 403 inquiridos, 359 ou seja, cerca de 89% revela estar em situação legal, contra 44 (10,9%) em situação ilegal. Estes números são diferentes entre os dois sexos, sendo superior a percentagem de mulheres que afirmam estar em situação regular (92%, contra 88,6% dos homens). Estes dados indicam uma tendência da redução dos imigrantes ilegais no país, que nas décadas de 1980 e 1990 eram muito significativos. Na altura era muito mais fácil entrar e viver no país ilegalmente, mesmo assim conseguindo trabalhar. Com obras públicas em grande quantidade, os empregadores eram pouco exigentes no controle da legalidade ou não do trabalhador.

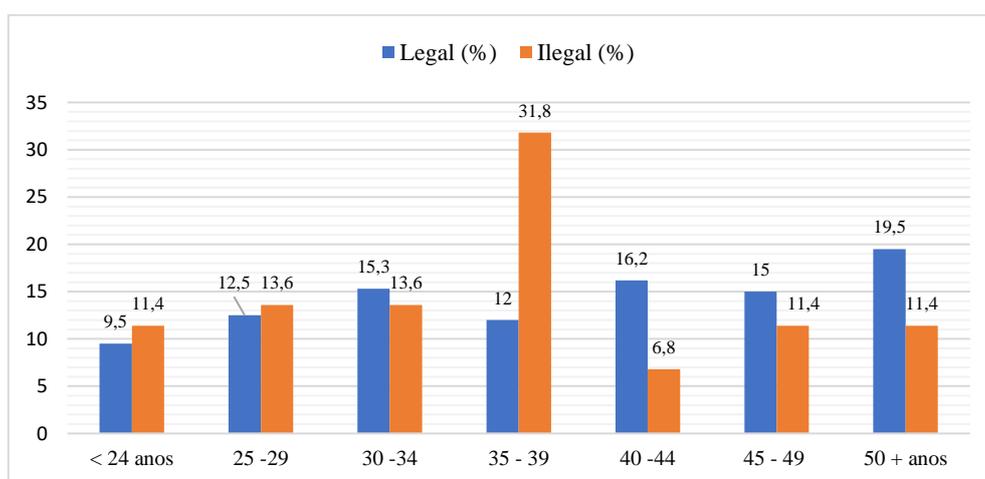


Figura 5-6: Distribuição documental por faixa etária segundo a situação de residência em Portugal
 Fonte: A partir do inquérito realizado aos emigrantes, 2014

No entanto, observando as idades dos inquiridos verifica-se que a faixa etária dos 35 – 39 anos é aquela que apresenta maior número de indocumentados, dos 57 indivíduos,

14 estão em situação ilegal, o que corresponde aproximadamente a 1 em cada 4 pessoas. Segue-se os menores de 24 anos com 14,7%, e os de 25 – 29, com 13,3%. No extremo oposto situam os indivíduos com mais de 50 anos com cerca de 7 por cento apenas de ilegais.

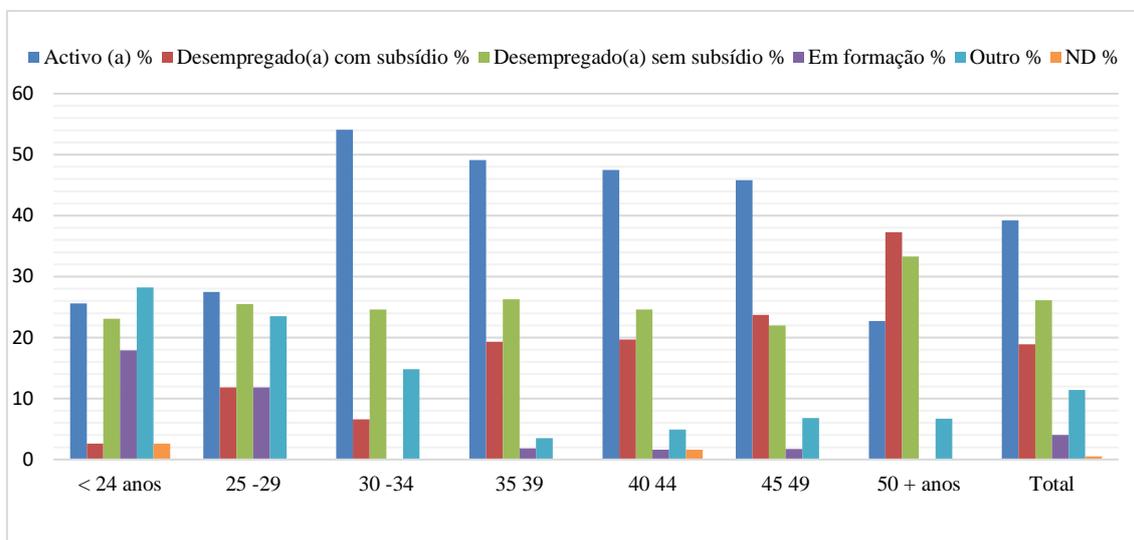


Figura 5-7: Situação laboral dos inquiridos

Fonte: A partir do inquérito realizado aos emigrantes, 2014

O inquérito a situação laboral dos entrevistados, revelou que a comunidade estava a ser afetada de uma forma significativa por desemprego, apenas 39,2 por cento estava ativo, contra 60,8% em situação de desemprego, sendo as pessoas com mais de 50 anos, os mais atingidos pelo desemprego, com mais de 37 por cento, seguidos das pessoas com idade compreendida entre 45-49 anos.

No universo dos desempregados a situação variava com forme a faixa etária. Cerca de 19% dos inqueridos estava desempregada com direito a um subsídio de desemprego, e mais de 11% estava envolvida num curso de formação. Contudo, o inquérito revelou também a categoria de desempregados sem qualquer subsídio de desemprego. Entre estes, a grande maioria correspondia aos imigrantes ilegais. Este fato demonstra a vulnerabilidade em que se encontram os indocumentados. Para além de serem os primeiros a ser atingidos pelo desemprego, quando se encontram nesta situação não beneficiam com nenhum tipo de proteção social.

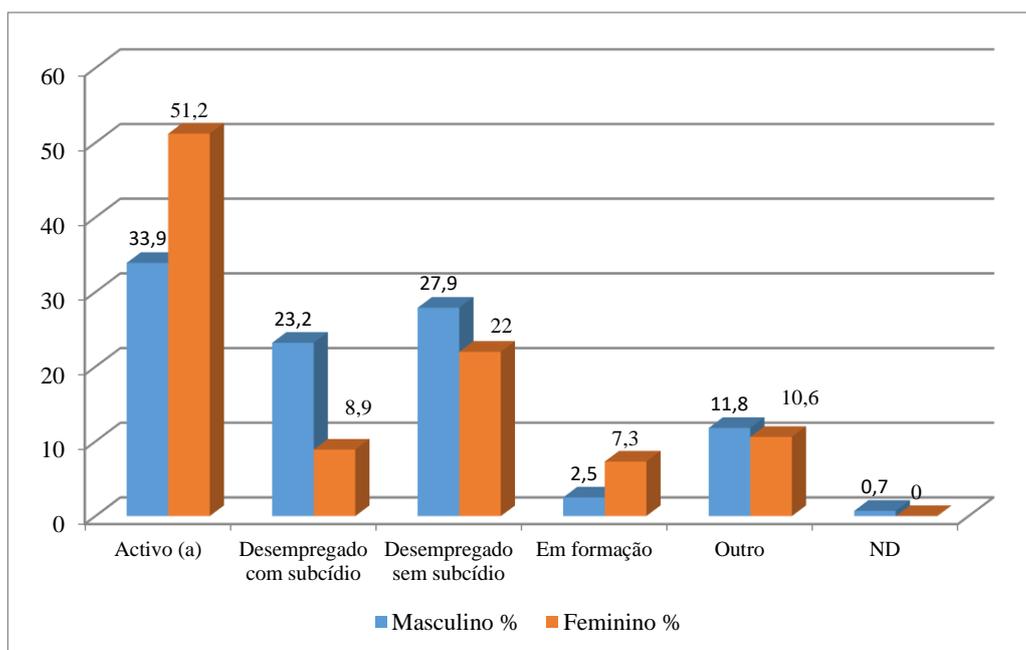


Figura 5-8: Situação laboral por sexo

Fonte: A partir do inquérito realizado aos emigrantes, 2014

Analisando a situação laboral por sexo, verifica-se que a população feminina está em melhor situação, quando comparada com o género oposto. Mais de 51% das mulheres inquiridas estavam a trabalhar, e apenas 33,95 dos homens. No entanto, estes números podem esconder algumas situações de desvantagem que elas sentem no mundo do trabalho. Isto por que em média, em cada 100 imigrantes em situação de desemprego, cerca de 25% (27,9% dos homens e 22% das mulheres) não recebem qualquer tipo de subsídios. A situação torna-se mais grave ainda para elas quando consideradas as pessoas desempregadas que recebem subsídio. Cerca de 16% apenas dos inquiridos declarou receber um subsídio de desemprego, sendo a situação dos homens muito mais favorável, com mais de 23% e apenas 8,9% das mulheres.

Questionados os imigrantes se alguma vez trabalharam fora de Portugal desde que vivem no país, o inquérito revelou que este aspeto varia conforme a idade. As respostas positivas são pouco significativas nas pessoas com menos de 35 anos de idade, apenas 8% desta faixa etária declara ter se deslocado para fora de Portugal em trabalho. Este número sobe para 17,5% na faixa etária de 35 -39 anos, para atingir mais 46 por cento nas pessoas com idade superior 40 anos.

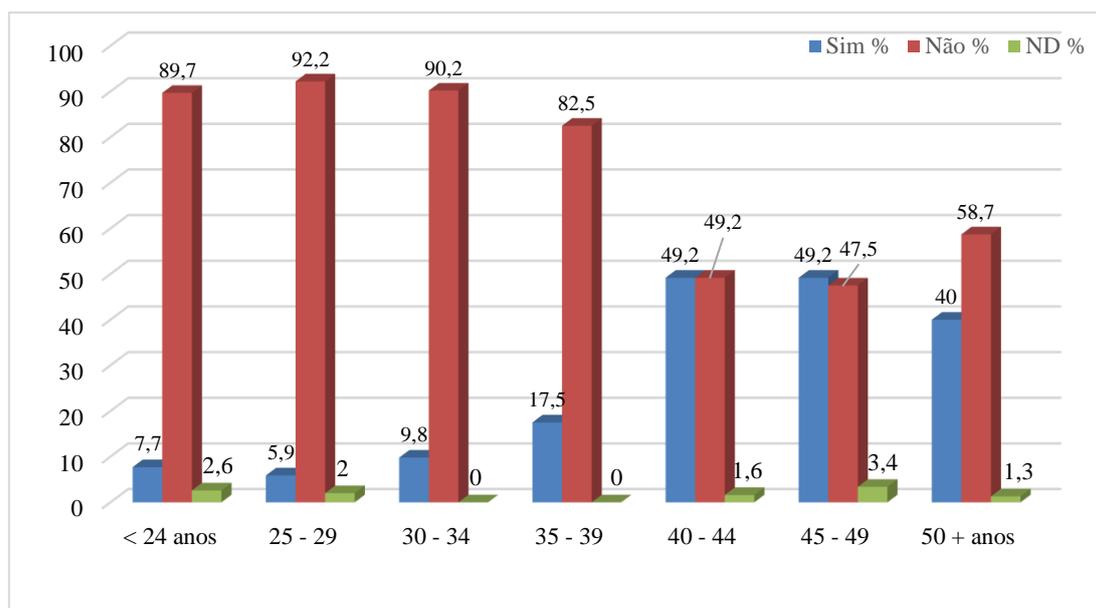


Figura 5-9: Figura 5.9. Trabalhar fora de Portugal
 Fonte: A partir do inquérito realizado aos emigrantes, 2014

Na altura da realização do inquérito, eram praticamente os homens que se deslocavam mais para trabalhar fora de Portugal, cerca de 36,4%, contra apenas 7,3% do sexo feminino. No entanto, é de referir que esta tendência tem sido invertida nos últimos anos, com cada vez mais mulheres, principalmente aquelas que conseguiram adquirir a nacionalidade portuguesa a fazê-lo. O Reino Unido afigura-se como principal país de destino (como de resto acontece com a população portuguesa)¹⁸³, seguido de Alemanha, Luxemburgo e Suíça.

Geralmente são as mulheres solteiras as principais candidatas a esta reemigração. As mulheres casadas quando decidem tomar esta iniciativa é em concertação com os companheiros, mas raramente se declaram casadas, aproveitando o fato de muitos casais só o são de modo tradicional ou de fato e não oficialmente. E fazem-se passar por mães solteiras, o que aumenta a potencialidade de receberem mais ajudas sociais por parte dos sistemas mais generosos dos países de destino, principalmente o britânico¹⁸⁴.

183 Segundo a Edição do Diário de Notícias, de 30 de novembro de 2017, “Portugal, que chegou a estar entre as cinco nacionalidades com maior número de entradas no registo da Segurança Social britânica, caiu agora para a sétima posição, atrás da Roménia, Polónia, Itália, Bulgária, Espanha e França”. No entanto, acrescenta o DN, apesar da redução verificada nos últimos dois anos, “a imigração para o Reino Unido continua a ser mais elevada do que o número de residentes que deixam o país, contabilizado em 342 mil pessoas”.

184 Mesmo quando os companheiros decidem juntar-se a elas nestes países de reemigração, raramente declaram este fato as entidades oficiais para não sofrerem com reduções nas ajudas sociais, o que não deixa de constituir uma fraude grave.

Aliás, este não é o único tipo de fraude constatada ao longo do nosso trabalho. Algumas pessoas aproveitavam a situação de estarem desempregadas em Portugal, para solicitar o subsídio de desemprego e, entretanto, partiam para o exterior onde pediam as tais ajudas referidas e acumulavam os dois subsídios.

No entanto, nos últimos anos, quer as autoridades portuguesas, quer as dos países de destino aumentaram as medidas de controlo, principalmente os britânicos, que só atribuíam subsídios aos recém-chegados depois de apresentação de uma declaração da Segurança Social portuguesa a confirmar que não estavam a receber nenhum apoio social.

A Espanha é de longe o principal país de destino dos imigrantes guineenses que vivem em Portugal para trabalhar. Mais de 60 por cento dos inquiridos declararam ter-se uma vez deslocado para fora de Portugal em trabalho, tiveram o país vizinho como destino. A forte presença das empresas portuguesas de construção no mercado espanhol e crescente interdependência das economias dos países ibéricos é uma das razões apontadas para esta supremacia. A França vem em segundo lugar com 21,6%, Alemanha e Inglaterra repartem o terceiro posto como destino com 4,5% cada. O Luxemburgo foi escolha de apenas 1,8% dos trabalhadores guineenses residentes em Portugal. Os restantes destinos como Irlanda, Itália, Noruega, Roménia e Suíça ocupam um lugar marginal, com cerca de 0,9% cada¹⁸⁵.

Acerca da duração da permanência no exterior dos guineenses que foram trabalhar fora de Portugal, o inquérito revela os seguintes dados:

- a) nas pessoas com idade inferior a 30 anos, a duração mais comum é de menos de um ano, (cerca de 33%), outro tanto com duração entre 1 e 2 anos, e na mesma grandeza para os que afirmam ter durado mais de 2 anos;
- b) cerca de dois terços das pessoas (66,7%) com idade compreendida entre 30 e 34 tiveram um tempo de permanência no estrangeiro entre 1-2 anos, e um terço uma duração média inferior a um ano;
- c) na faixa etária seguinte, 60% tiveram entre 1-2 anos fora de Portugal e cerca de 23% não chegou a atingir um ano;

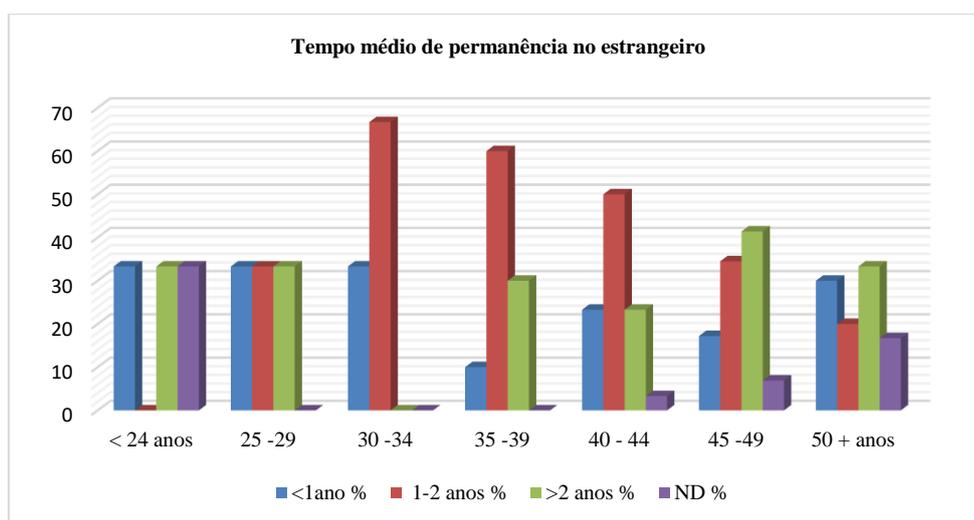


Figura 5-10: Tempo médio de permanência no estrangeiro
 Fonte: A partir do inquérito realizado aos emigrantes, 2014

¹⁸⁵ É de salientar que a partir do segundo semestre de 2013 em diante, houve um aumento significativo dos guineenses que tinham a Dinamarca como destino.

- d) Comportamento idêntico para as pessoas com idade situada entre os 40-44 anos. 50% revelam ter durado entre 1-2 anos, mais de 23% tiveram uma duração inferior a um ano ou superior a 2 anos.
- e) Analisando o tempo de duração por sexo, a percentagem das mulheres ultrapassa a dos homens em todos os períodos considerados, exceto no de superior a 2 anos.
- f) Em média, 23,4% dos entrevistados tiveram a duração da viagem inferior a 1 ano, sendo 22,5% para os homens e 33,3% das mulheres.
- g) O mesmo se verifica para as migrações cuja duração se situa entre 1-2 anos, referida por cerca de 38% dos entrevistados, mas com clara vantagem para as mulheres, com mais de 44 ocorrências, enquanto os homens não vão além 37,3%.
- h) Os homens tiveram maior número de viagens cuja duração ultrapassou os dois anos, com mais de 32%, enquanto para as mulheres este número fica-se por 11%.

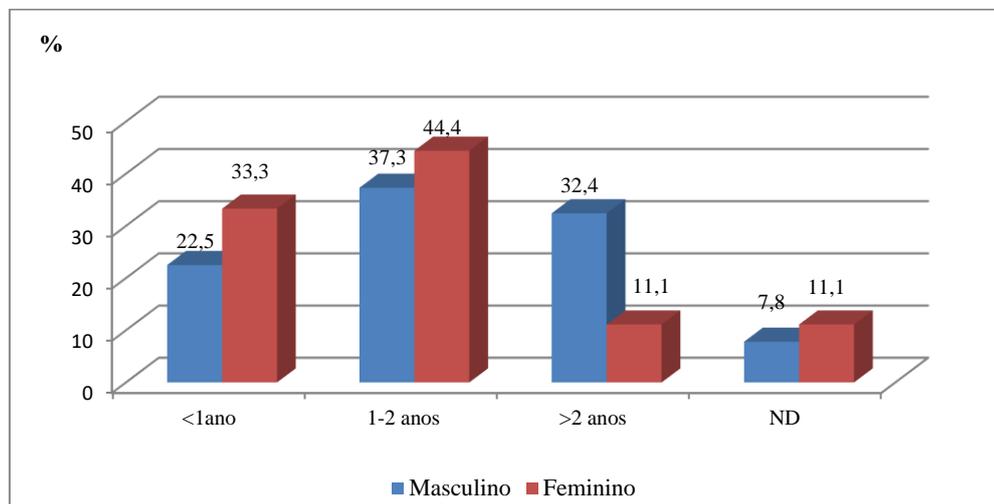


Figura 5-11: Tempo médio da duração no estrangeiro por sexo
 Fonte: A partir do inquérito realizado aos emigrantes, 2014

Questionados os imigrantes guineenses sobre se costumavam enviar dinheiro para os familiares, a grande maioria, mais de 84% (85,4% dos homens e 82,9% das mulheres) como de resto se podia esperar, respondem afirmativamente. No entanto, há algumas variações quando se analisa detalhadamente, o que se compreende, na medida em que a responsabilidade social não é igual para um jovem solteiro e um homem que tem a seu cargo uma família numerosa deixada na Guiné-Bissau. O mesmo se pode dizer quanto à diferença verificada nos destinatários das remessas enviadas por homens e das mulheres (figura 5.11).

As pessoas que respondem que costumam enviar remessas para o país de origem varia com idade. Cerca de 50% dos jovens (53,8% dos homens e 46,2% das mulheres)

com idade inferior a 24 anos revelam enviar dinheiro para as famílias na Guiné-Bissau. A diferença das respostas entre os dois sexos vai aumentando com a idade.

Na faixa etária entre 24-29 anos, quase 69% dos homens enviam regularmente remessas, contra 31,4% das mulheres que dizem fazê-lo. Os valores aumentam para 82%, no grupo de idade entre os 30 e 34 anos, e sobe para os 88% na faixa etária seguinte, para atingir cerca de 98% na faixa etária entre os entre os 40 e 44 anos. Finalmente as pessoas com idade compreendida entre os 45 e 49 anos são as mais generosas, com respostas positivas superior aos 98%.

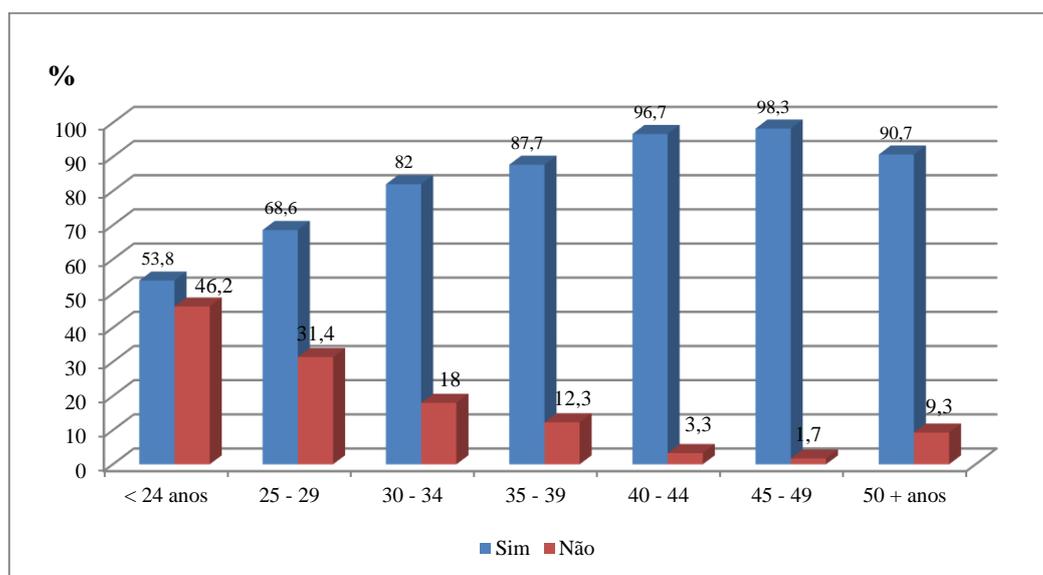


Figura 5-12: Percentagem de imigrantes que enviam dinheiro por idade

Fonte: A partir do inquérito realizado aos emigrantes, 2014

Como se referiu anteriormente, a reduzida taxa de envio de dinheiro para a família por parte da população imigrante mais jovem é explicada por não terem ainda grande responsabilidade social, nomeadamente por não terem constituído a sua família própria. Quanto à pouca expressão verificada nas mulheres, não deixa de surpreender e terá outra explicação.

- Geralmente, na cultura guineense, uma mulher emigrante pode contribuir para sustento da família, nomeadamente o marido e os filhos, mas não tem essa obrigação.
- Ao contrário, o homem tem a obrigação de sustentar não só a sua família nuclear, como em muitos casos a sua família alargada (irmãos, irmãs, tios, primos, etc.), em muitos casos, como de resto já foi referido anteriormente, a decisão de emigrar não é um projeto individual, mas que envolve a família, o que de certa forma cria

uma “dívida moral” para ajudar os familiares. É ainda muito frequente prestar também ajuda à família da mulher.

- É também compreensível que as mulheres que vivem em Portugal com os maridos e filhos tenham pouca margem financeira para realizar poupanças e enviar dinheiro, dado o magro salário que geralmente a maioria aufer¹⁸⁶.
- Uma outra possível explicação é ser o marido que envia, embora as poupanças sejam realizadas pelo casal.

Este fato conjugado com os dados expressos nas duas figuras seguintes permite conhecer melhor os destinatários das remessas. Mais de 65% dos inqueridos com idade inferior a 24 anos revela que as suas remessas são destinadas aos pais, 12% tem como destino a esposa/a, igual % para os filhos, e cerca de 9 por cento do dinheiro enviado destina-se a outros familiares.

O cenário muda de figura com o avançar da idade, ou seja, o valor destinado aos pais desce enquanto os das esposas/os e filhos aumenta significativamente, apesar de 27% dos imigrantes afirma continuar a enviar para os progenitores. No entanto, cerca de 53% dizem enviar mais para os esposas/os e 41% nas pessoas com a idade compreendida entre 40-44; aumenta para mais de 48% na faixa etária seguinte e atinge os 69% na das pessoas com mais de 50 anos. O peso das remessas enviadas aos filhos ultrapassa os 25 por cento, enquanto a parte destinada aos outros familiares é reduzida para 3 por centos.

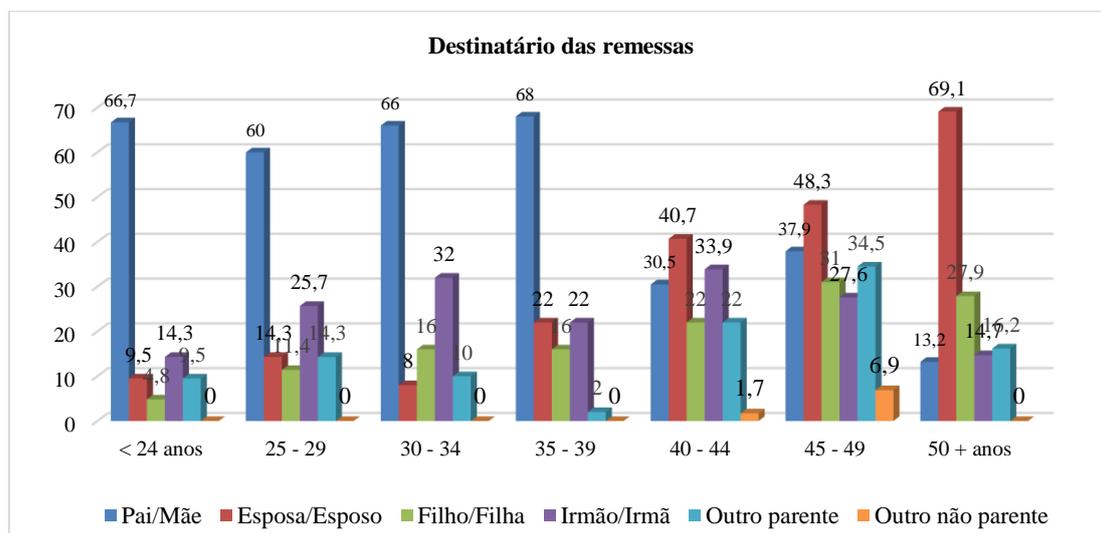


Figura 5-13: Destinatários das remessas enviadas

Fonte: A partir do inquérito realizado aos emigrantes, 2014

186 No entanto, numa conversa com duas emigrantes residentes em Portugal com quem nos cruzámos casualmente na Câmara Municipal de Bissau a legalizar os seus terrenos e a pedir a respetiva licença de construção, referiram o seguinte: “agora só se vê as mulheres a legalizar terrenos e edificar belas casas. Os homens, nem os vê”. O que poderá dar razão ao famoso ditado africano: “o dinheiro dos homens é de todos, enquanto o dinheiro das senhoras é apenas delas”.

Outro dado importante revelado pelo inquérito é a grande diferença entre os beneficiários conforme é um homem ou uma mulher a enviar o dinheiro (figura 5.13). Quando se trata de enviar o dinheiro para os pais, as senhoras são de longe mais generosas, com mais de 68% a afirmar enviar regularmente dinheiro para os pais, contra um pouco mais de 37% dos homens. O mesmo acontece quando são os filhos os beneficiados, 25,5% das senhoras contra cerca de 19% dos homens. Os papéis invertem quando o beneficiado é outro parente, 18% dos homens declaram enviar dinheiro para este e apenas 13,7% das mulheres dizem fazer o mesmo.

No entanto, a grande diferença está na solidariedade entre os cônjuges. Quase 50% dos homens enviam regularmente dinheiro para as suas esposas. E apenas menos de 3 por cento das mulheres afirmam enviar para os respetivos maridos. E finalmente, as senhoras não hesitam enviar quantias reduzidas, principalmente a partir do momento em que passou a ser possível fazer a partir de Portugal carregamentos de crédito para números de telefone da Guiné-Bissau¹⁸⁷.

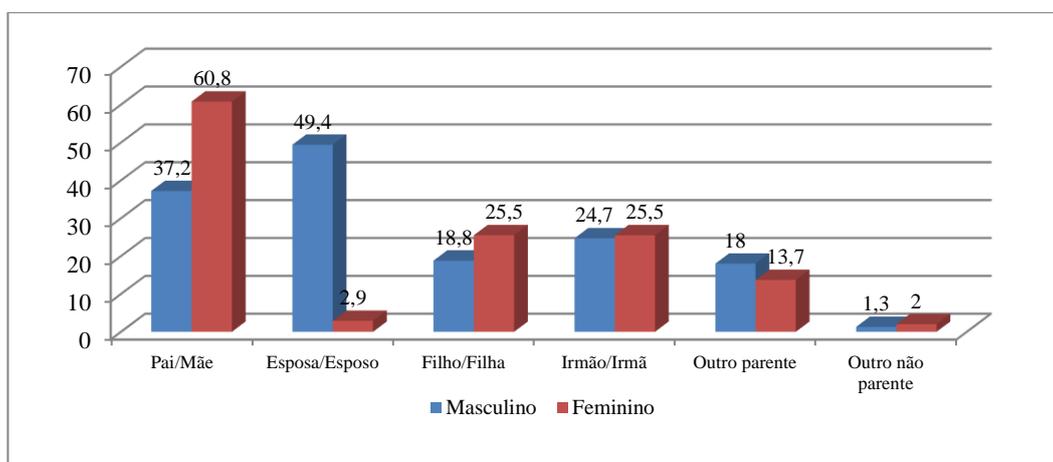


Figura 5-14: Os destinatários das remessas por sexo
 Fonte: A partir do inquérito realizado aos emigrantes, 2014

Quando considerado quem envia as remessas, os dados revelam alguns aspetos interessantes. Globalmente, as mulheres tendem a enviar mais para os pais, cerca de 61% das entrevistadas, conta 37% dos homens. A ordem inverte-se quando o destino é a esposa/o, cerca de metade da totalidade das remessas dos homens é destinada às esposas, e menos de 3% das senhoras afirmam enviar dinheiro para os maridos, o que confirma a nossa hipótese.

¹⁸⁷ Este sistema consiste no carregamento que o remetente efetua a favor de um agente que vende crédito a retalho na Guiné-Bissau e indicar-lhe que vai receber o dinheiro enviado. Este faz o pagamento mediante a uma contrapartida no crédito enviado. Este agente revende este crédito enviado para recupera o seu dinheiro mais o lucro que cobra por serviço.

As mulheres mandam mais para os filhos, 25,5% contra 19% dos homens que o fazem. Os dois sexos estão praticamente no mesmo nível quando se trata dos irmãos (25,5 para as senhoras e 24,7% para os homens). Os homens são mais generosos com outros parentes, 18% contra 13,7% das senhoras.

A periodicidade com que são enviadas as remessas, não apresentam grande diferença entre os homens e as mulheres. Em média, mais de um quarto dos inquiridos envia dinheiro mensalmente, sendo a faixa etária entre os 40-45 a mais generosa que atinge quase os 33 por cento, um pouco mais de 2% envia de dois em dois meses. Mas a grande maioria mais de 65% (61,5% dos homens e 74,5% das mulheres) afirma enviar sem regularidade, quando tem disponibilidade.

5.4 Inquérito às famílias na Guiné-Bissau

Como já foi referido na parte da metodologia, logo no início do trabalho, foram previamente identificadas todas as famílias com emigrantes, definido o critério para a seleção das casas onde se devia realizar o inquérito, pelo que a resposta à pergunta se tinha famílias no exterior, tinha que coincidir com o universo determinado proporcionalmente para cada área geográfica em estudo. Assim, foram realizados 153 inquéritos no Setor de Canchungo, Região de Cacheu, no Norte, 134 no Setor de Sonaco, Região de Gabú, no Leste e 113 nos Setores de Buba/Quebo, nas regiões de Quinara e Tombali respetivamente, no Sul do país.

Segundo o nosso inquérito, 50% das famílias inquiridas no Leste diz ter um familiar no estrangeiro, 44% tem 2 familiares, 30% com 3 e 10 por cento tem 4 ou mais familiares emigrados. No Sul as famílias com um membro seu emigrando atinge os 54%, 20% com 2 membros, 33 com 3-4 elementos e apenas 6% revela ter 4 ou mais parentes no estrangeiro. No Norte os valores são um pouco diferentes, cerca de 25% com pelo menos um familiar, 32% com 2; 56% entre 2-5 e 40% com mais de 5 familiares.

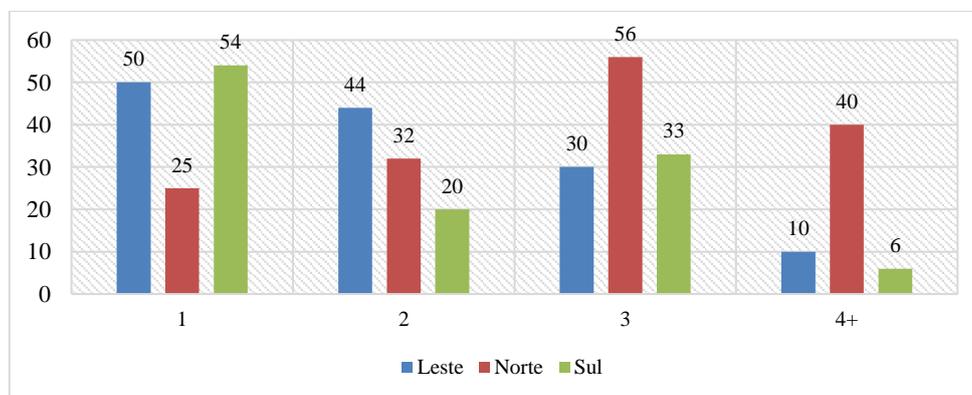


Figura 5-15: Número de familiares no estrangeiro

Fonte: A partir do inquérito realizado aos familiares dos emigrantes, 2014

Estes dados mostram a diferença entre a emigração dos manjacos do Norte, mais antiga, e por isso ter maior número de elementos a viver no estrangeiro, muitas delas da segunda geração, enquanto as outras duas regiões apresentam números mais baixos.

Quanto ao grau de parentesco do emigrado, em média 58% afirma ser um irmão, sendo o valor do Sul com 51% o mais baixo, seguida de Leste com 59 e finalmente o Norte com 65 por cento. Logo após surge as pessoas que referem ser o filho o emigrante, cerca de 23% em média. O Leste lidera com 33% de respostas nesta categoria de parentesco, seguida de Sul 23 e o Norte com cerca de 15 por cento. No Leste e no Sul regista-se ainda um número significativo de inquiridos que referem ter os pais emigrados, 15 e 16 por cento, respetivamente. No Norte apenas 3% está nesta mesma situação. Ainda é de referir os 41% de respostas que correspondem a um outro parente o emigrante, o que mais uma vez realça a antiguidade e variedade da emigração nestes grupos étnicos e regiões da Guiné. Outro fato revelado pelo inquérito é o de ser poucas pessoas a mencionar o conjugues como o emigrante.

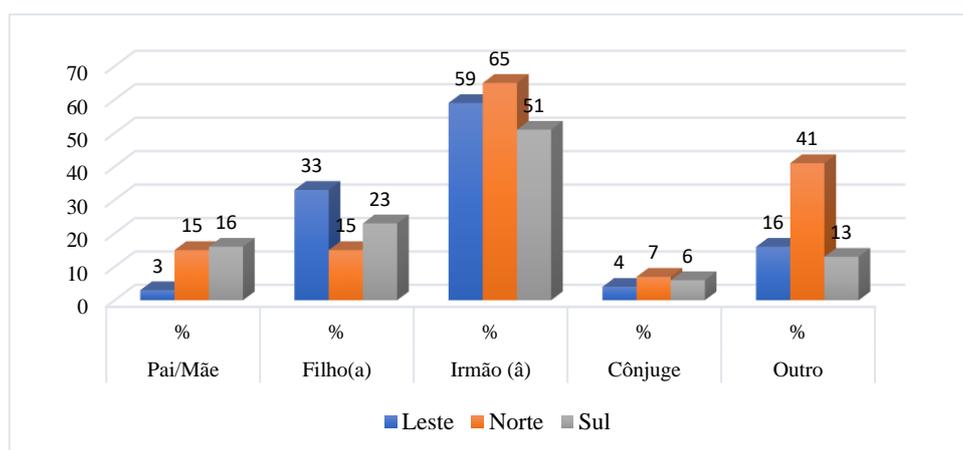


Figura 5-16: Grau de parentesco com o familiar emigrado
 Fonte: A partir do inquérito realizado aos familiares dos emigrantes, 2014

Questionados sobre o país da residência dos familiares emigrados, mais de 61% das famílias inqueridas afirma que reside em Portugal (55% do Leste, 63% do Norte e 66% do Sul).

Registe-se os 57% de famílias inqueridas no Norte revelaram ter pelo menos um familiar seu a residir em França, o que confirma a forte presença desta comunidade nesse país, em alguns casos, muito mais antiga de que em Portugal. E nos últimos anos, a sua presença na Espanha tem vindo a aumentar, o que é confirmado pelas 24% das respostas do inquérito. Aliás, mesmo para a emigração recente como a do Sul e Leste já atinge os 14% em direção ao país ibérico. O mesmo acontece com os outros países da União

Europeia, nomeadamente Reino Unido, França, Luxemburgo e Suíça (não membro da EU), que no seu conjunto é referido por cerca de 17 por centos das famílias inqueridas.

Outros países que têm conquistado os emigrantes guineenses, principalmente os oriundos do Leste e Sul nos últimos anos são Cabo-Verde e Angola, que representam 20% e 14% da emigração do Leste; 14 e 11 por cento do Sul. A presença da população manjaca nestes destinos é pouca expressiva, representado apenas 2 e 5 por cento respetivamente. Não tendo argumentos que justifique estes fatos, pode-se especular que só os que não conseguem a entrada para a Europa aventuram a emigração africana, principalmente para Cabo Verde. No caso da emigração guineense para Angola é constituída maioritariamente pelas pessoas que vão dedicar-se ao comércio, por isso os fulas de Leste e Sul são os principais candidatos. Mas também muito fulas de Guiné Conacri, que emigraram para Guiné-Bissau, adquirindo a nacionalidade Bissauguineense, aproveitam deste fato e dos laços históricos da lusofonia para ir para Angola, como de resto acontece com a emigração guineense para Portugal.

Uma última nota sobre os destinos da emigração guineense é o Senegal. Outrora país de “trampolim” para França, principalmente os primeiros emigrantes manjacos e os refugiados guineenses depois da independência, donde saiu a maioria dos ex-combatentes africanos nas fileiras do exército português, já perdeu esta importância, principalmente para a população do Norte e do Sul, representando apenas 3 e 2 por cento respetivamente.

No entanto, o Senegal como destino continua ainda importante para a região Leste do país, referida por 12% da população como tendo um familiar seu neste país vizinho da Guiné-Bissau. Este fato pode ter explicação não só pela proximidade geográfica, mas sobretudo pela afinidade familiar e cultural entre os fulas de um e de outro lado da fronteira.

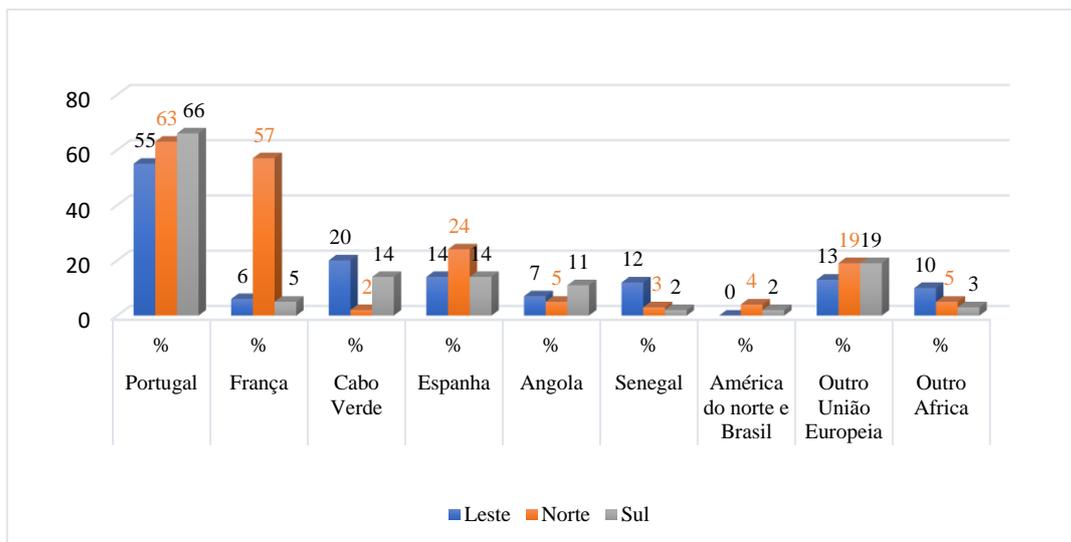


Figura 5-17: País da residência do familiar emigrado

Fonte: A partir do inquérito realizado aos familiares dos emigrantes, 2014

Questionadas as famílias sobre se costumam receber remessas dos seus parentes no exterior, mais de 87% responde que sim, sendo o valor mais expressivo registado no Sul com cerca de 92%, seguida de Leste com mais de 89% e o mais baixo no Norte com cerca de 78 por cento. Este valor relativamente mais baixo registado no Norte indica que muitas famílias já estão reunificadas no país de acolhimento, o que naturalmente acaba por se refletir nas remessas enviadas pelos emigrantes (figura 4.18).

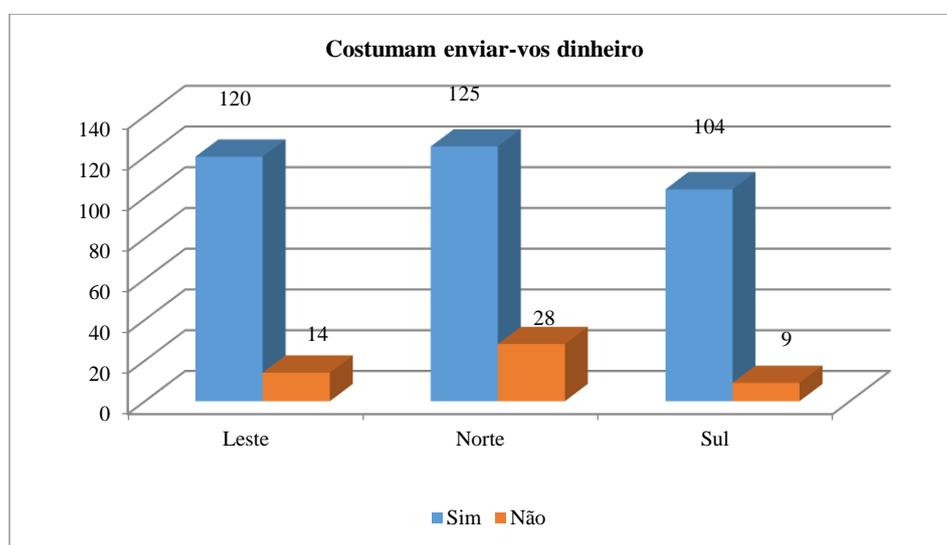


Figura 5-18: Número de famílias que recebem remessas por região

Fonte: A partir do inquérito realizado aos familiares dos emigrantes, 2014

O montante mais comum de dinheiro recebido por família situa-se no intervalo entre 50 e os 100 mil Francos CFA¹⁸⁸, (aproximadamente entre 77-155€), referida por mais de 50% das famílias (46% no Leste, 47% no Sul e 58% no Norte). É de registar o número significativo de famílias do Norte e Sul (13 e 14 por cento respetivamente) que recebem valores entre 101 a 149 mil FCFA (aproximadamente 154 e 227€). Ainda é de referir que mais de 20 por cento das famílias do Sul declaram receber 150 mil F CFA ou mais, quantias que é pouco significativa nas outras áreas de estudo. Outro registo de salientar é cerca de 30% dos inqueridos da Região Leste declara receber habitualmente valores inferiores aos 25 mil FCFA (um pouco mais de 38 Euros), enquanto são poucas as famílias das outras duas regiões a receber valores semelhantes.

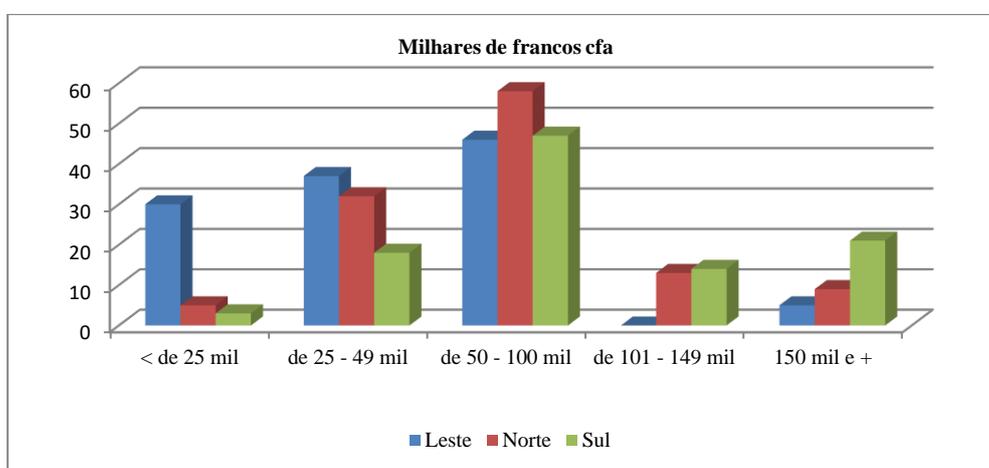


Figura 5-19: Montante recebido em FCFA

Fonte: A partir do inquérito realizado aos familiares dos emigrantes, 2014

A explicação dada para este fato é que a maioria destas remessas é proveniente dos países africanos, como Angola, Senegal e sobretudo de Cabo-Verde, onde os rendimentos são baixos. No entanto, as mesmas famílias salientam que, apesar de serem valores relativamente baixos são mais regulares.

Convidados a pronunciarem-se sobre qual foi o valor da última remessa recebida, as respostas indicam que as famílias do Sul foram as mais beneficiadas, recebendo em média 264€ (cerca de 173.173 F CFA), seguida do Leste com 260€ (170.548 F CFA), enquanto no Norte, o valor médio era de 153€ (100.361 F CFA) apenas.

Uma grande maioria dos inqueridos (79%) confirma que para além do próprio, os seus parentes emigrados costumam enviar remessas para outros membros da família, o que

¹⁸⁸ Franco CFA é moeda usada por 8 países da África Ocidental: Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo, cuja emissão é confiada ao Banco Central dos Estados Oeste Africano - BCEAO. Desde a entrada da moeda única europeia, o Euro, o cambio entre as duas moedas é fixada em 1€ por 655,957 FCFA.

reforça os dados apresentados pelos próprios emigrantes. No entanto, mais uma vez é no Sul que a resposta é mais elevada, cerca de 80%, seguida de perto pelo Norte com 79 e o Leste com o valor baixo, mesmo assim acima de 70 por cento de respostas positivas.

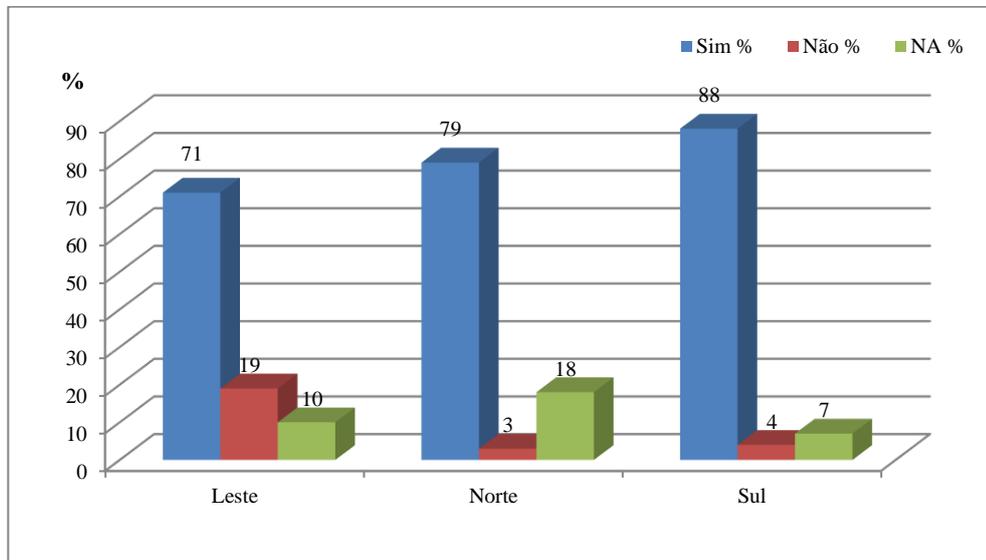


Figura 5-20: Comparação regional da ajuda aos familiares

Fonte: A partir do inquérito realizado aos familiares dos emigrantes, 2014

Em seguida convidamos os inquiridos a pronunciar-se sobre, para além dele próprio qual dos membros da família que mais recebia as remessas enviadas pelo emigrante. O irmão vem a cabeça com mais de 80% das respostas (mais elevada no Norte, com 89%, Leste com 85 e Sul com 79 por cento), seguida dos pais com uma média superior a 73% das respostas (distribuídas da seguinte forma: 83 no Leste, 69 e 68 por centos para Norte e Sul respetivamente), só depois surge a esposa com 52 por centos das respostas (Leste com 60%, a mais elevada, 52% no Norte e 44% para os inqueridos do Sul), figura 5.21).

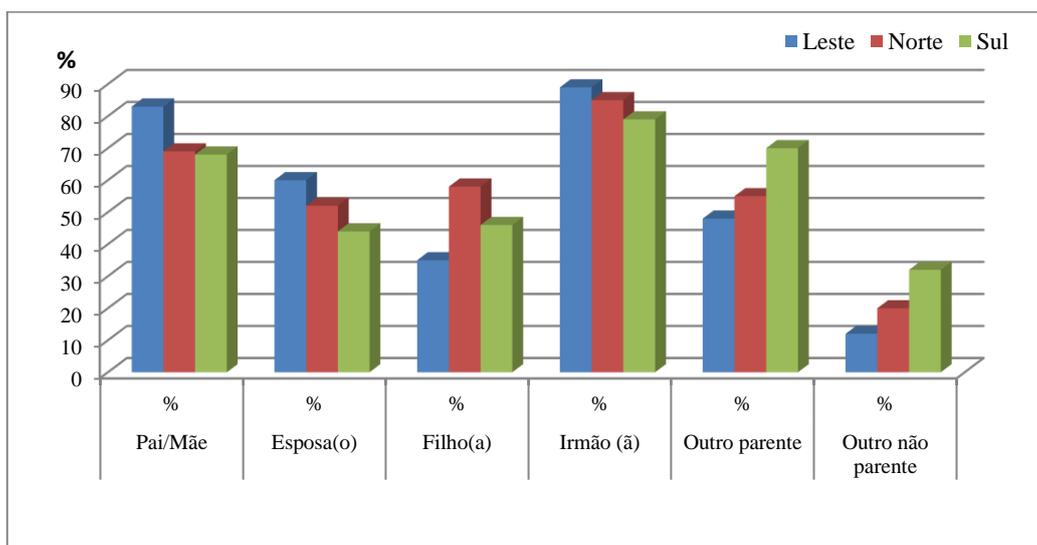


Figura 5-21: Para além do entrevistado quem mais recebe remessas

Fonte: A partir do inquérito realizado aos familiares dos emigrantes, 2014

Este comportamento reflete, em grande medida o modo da organização social e do funcionamento da maioria das famílias guineenses. Quando o pai estiver de vida e em plena atividade é ele o responsável pela vida familiar. Na sua ausência esta função é geralmente desempenhada pelo filho mais velho, quando não é este o elemento emigrado. Daí que o emigrante quando manda dinheiro para casa, principalmente a parte destinada para o sustento da família o faça diretamente para o responsável e não para a sua esposa¹⁸⁹. Nestas situações, ela só recebe diretamente a parte destinada para tratar dos assuntos pessoais.

Uma observação atenta sobre o destino dado às remessas recebidas mostra uma excessiva dependência das famílias dos emigrantes ao esforço do elemento emigrado. Esta dependência é mais sentida no Leste do que nas outras áreas de estudo. Nesta região, 100 por cento das famílias inquiridas refere que utiliza as remessas para compra de alimentos, 91% para a saúde e 90% para a educação dos filhos. Nas outras duas regiões os valores são ligeiramente mais baixos, situando-se na região Norte em 94% para compra de alimentos, 89% nas questões relacionadas com saúde e 83% nos da educação. No Sul se a compra de alimentos é referida por 98% dos inquiridos, a dependência é muito menor para gastos com saúde e educação (74% e 65 por cento para respetivamente).

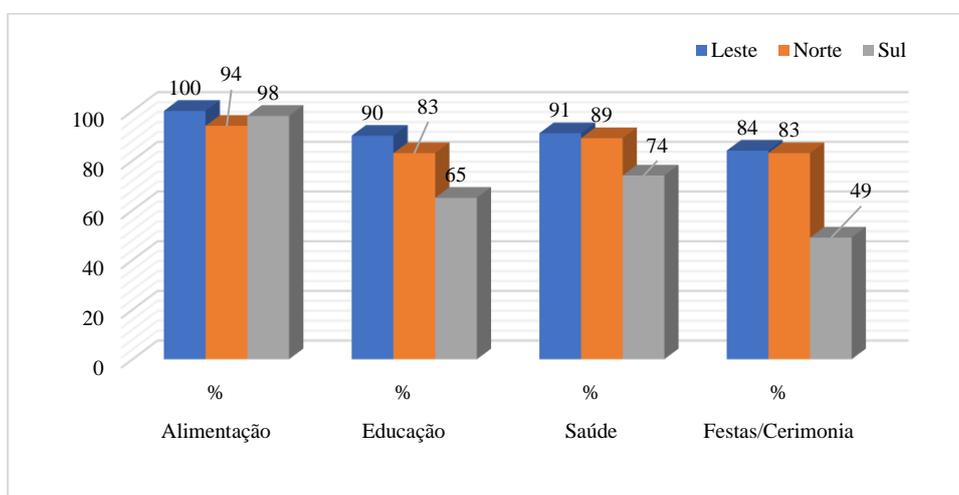


Figura 5-22: Aplicação das remessas recebidas

Fonte: A partir do inquérito realizado aos familiares dos emigrantes, 2014

A justificação para esta relativa posição mais favorável nestas duas rúbricas, parece residir no facto de as famílias geralmente conseguirem atingir autossuficiência alimentar, principalmente de arroz – a base alimentar dos guineenses -, pelo que usam uma parte dos rendimentos proveniente dos outros produtos, nomeadamente as castanhas de Caju,

¹⁸⁹ A maioria dos conflitos relatados ao longo da nossa pesquisa, entre uma esposa de um emigrante e a família do marido geralmente surge quando ele envia dinheiro diretamente para a esposa ou quando esta apresenta “queixa” ao marido de que o pai ou irmão não lhe dão nada do que ele envia.

principal produto da exportação do país, para financiar uma parte da educação dos filhos, reduzindo deste modo a dependência dos rendimentos provenientes da emigração.

Por outro lado, a elevada percentagem das famílias que refere usar as remessas para compra de alimentos, a grande maioria refere-se a produtos como carne, peixe, óleos ou sal, por exemplo, e não na compra de cereal, como geralmente é referido nas outras duas regiões.

É de registar a elevada percentagem das famílias, principalmente no Norte e Leste do país, 84 e 83 por cento, respetivamente, que dependem das remessas dos emigrantes para festas e cerimónias.

Como é sabido, no primeiro caso, no sector de Canchungo, habitada maioritariamente pela população manjaca, os gastos com as cerimónias são muito significativos, principalmente as relacionadas com o *toca-choro*¹⁹⁰, que consomem muito dinheiro, uma prática obrigatória para todos elementos desta comunidade.

No caso de Leste, principalmente junto da comunidade fula, a mais representativa nesta área geográfica, a cerimónia de casamento (desde as disputas entre os jovens para conquistar uma noiva, mas que muitas vezes envolve as respetivas famílias), constitui o fato que mais contribui para gastos astronómicos. A maior desonra que uma família fula em geral, e desta área geográfica em particular, pode passar, é perder a disputa para conquistar uma noiva do filho por incapacidade financeira para pagar o dote exigido pela família da noiva¹⁹¹.

Na região do Sul, principalmente na nossa área de estudo, dada a influência do Grande Sheikh Haruna Rachid, a população muçulmana não adotou esta prática. Mesmo as cerimónias da população animista, constituída maioritariamente por balantas, quando realizam as suas cerimónias, geralmente fazem-se deslocar para as suas zonas de origem,

190 O animismo é uma religião (ou religiões?) que se baseia no culto aos mortos. Assim, depois de morto, o ente querido deve ser homenageado através da realização da cerimónia de *toca-choro*.

A propósito deste assunto Mamadú Jao escreve: “Tanto os mancanhes da Guiné-Bissau, como os restantes grupos étnicos do país que praticam o animismo acreditam na existência da alma e de vida após morte para os membros desse grupo étnico a morte não constitui o fim da existência do ser humano. Após a morte, o indivíduo continua a exercer influencia a vida dos vivos o que faz com que os vivos prestem uma atenção particular aos mortos, procurando cumprir até aos pormenores os rituais que lhes dizem respeito” (Jao, 2015: 167).

Ainda sobre estes ritos Maria Saraiva de Carvalho afirma: “Os ritos funerários são o garante do correto posicionamento do defunto no mundo além, e sem a sua realização sérios perigos impendem sobre os sobreviventes, pois o morto repousará em paz e atormentará os vivos até que estes cumpram a sua obrigação e concretizem as celebrações. Os mortos devidamente cuidados acendem à categoria de “antepassados” e velam pela bem-estar das suas famílias” (Carvalho, 1998: 183).

Portanto, podemos dizer que atrás da cerimónia de *toca-choro* está, para além de ser um rito religioso de homenagem ao falecido, serve também garantir 3 coisas: 1. Paz à alma do morto; 2. Reforço dos poderes da alma; 3. Proteção da alma aos parentes vivos.

191 É de referir que esta prática não é de agora. Ela é tão antiga quanto os próprios povos fulas. Antes da emigração transatlântica esta prática era um dos motivos da emigração sazonais (quer da curta, geralmente nunca mais de 4 meses, como de períodos mais longos, que chegava a atingir um ciclo agrícola completo). Nesta região é comum uma família pagar por uma noiva uma dezena de cabeças de vacas, para além de dinheiro e outros bens.

daí que os gastos efetuados nesta rúbrica não estejam refletidos nas respostas a este inquérito.

Para além de dinheiro, as famílias dizem que costumam receber outros bens dos seus emigrantes. As pessoas do Sul são mais beneficiadas, com 81% das respostas positivas, seguida do Norte com 65% e o Leste com 42 por cento apenas.

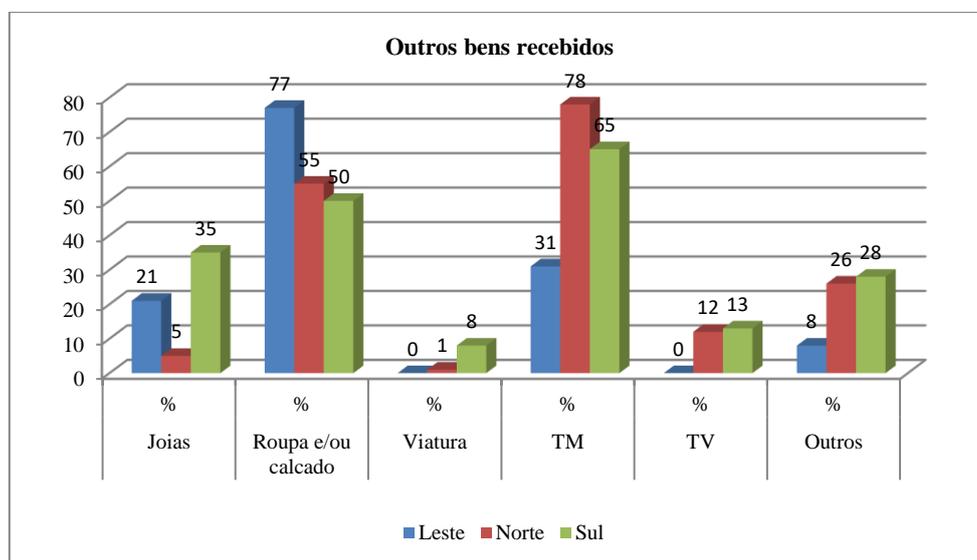


Figura 5-23: Outros bens recebidos pelos familiares dos seus emigrantes
 Fonte: A partir do inquérito realizado aos familiares dos emigrantes, 2014

Dos produtos mais recebidos por famílias destacam-se:

- No Leste, roupa e calçado (77%), telemóveis (31%) e de jóias (21%);
- No Norte, Telemóveis (78%), roupa e calçado, (55%), TV (12%), de jóias (5%) e 26% refere outros produtos;
- No Sul, de telemóveis, (65%), de roupa e calçado, (50%), de jóias, (35%), de TV (13%) e 28% que recebe outros produtos.

5.5 Formas de envio e recebimento das remessas

5.5.1 *Na Guiné-Bissau*

O sistema financeiro guineense é, em geral caracterizado pela sua reduzida capacidade. Constituído por uma delegação do BCEAO – Banco Central dos Estados da África do Oeste, responsável pela emissão e gestão da moeda do espaço de UEMOA (União Económica e Monetária Oeste Africano)¹⁹², que desempenha o papel do Banco

¹⁹² A UEMOA - União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) é uma organização de integração regional criada por sete países da África Ocidental que têm em comum uma moeda única, o Franco CFA. Foi criada por tratado da União assinado em Dakar, Senegal, a 10 de janeiro de 1994 pelos Chefes de Estado e de Governo do Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. A 2 de maio de 1997, a Guiné-Bissau tornou-se o oitavo estado membro da União.

Central e 4 bancos comerciais: BAO – Banco da África Ocidental, BDU – Banco da União, Orabank (antigo BRS – Banco Regional de Solidariedade), ECOBANK e Banco Atlantic, cujas operações teve início nos finais de 2016.

Três dos 4 bancos estabeleceram acordos com a Western Union para enviar e receber as remessas nos seus balcões, do resto como acontece em diversos países do mundo. Por exemplo, em Portugal o Millennium BCP estabeleceu o mesmo tipo de acordo com a Western Union, enquanto o Novo Banco (antigo BES - Banco Espírito Santo) tem um acordo similar com o Money Gram. Nesta base o BDU montou este sistema em 6 dos seus balcões, ECOBANK 4 e BRS com apenas duas agências. Por sua vez o BAO assinou o mesmo tipo de acordo com a concorrente Money Gram, onde se pode enviar e receber dinheiro em 5 dos seus balcões.

No entanto, é a Sociedade Financeira de Bissau – SOFIB, detida pelo CBAO de capital senegalesa, também com um acordo com a Western Union que domina o mercado, com 16 agências (48%) das 33 existentes no país¹⁹³, empregando 24 dos 51 funcionários que trabalham no sector formal de transferências. Apesar da aparente concorrência entre estas instituições, isto não se traduz em vantagem para os clientes. Todas elas cobram 15% nas suas transações acrescido de 0,60 por cento para a contribuição da UEMOA.

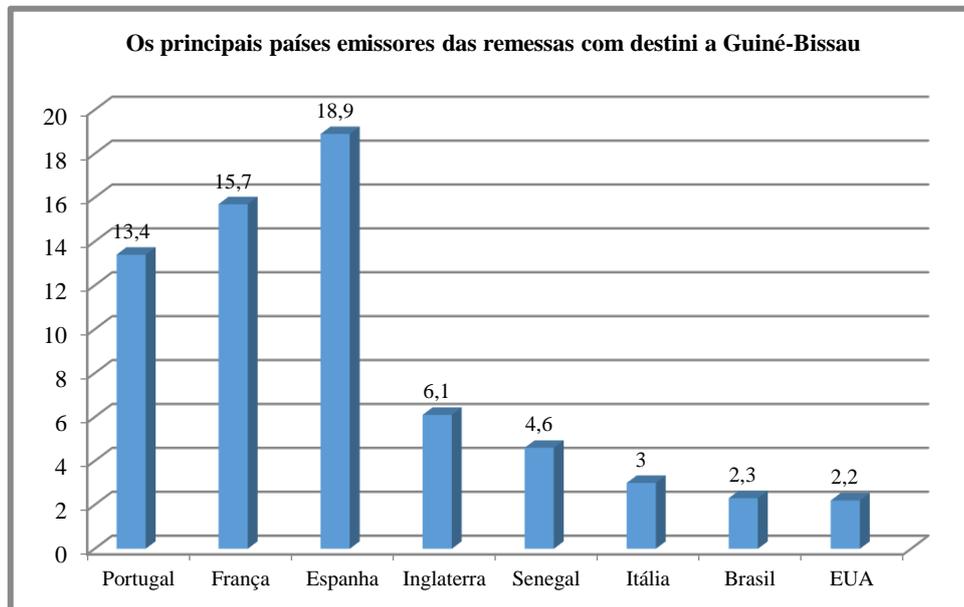


Figura 5-24: Origem das transferências (%)
Fonte: BCEAO, 2010

A UEMOA tem como principais órgãos a Comissão, Tribunal Justiça, Tribunal de Contas, Comissão interparlamentar, Camara Consular Regional, Conselho do Trabalho e do Diálogo social e Conselho de Autoridades Locais da UEMOA.

E segundo o Artigo 41.º do tratado, o Banco Central dos Estados do Oeste Africano (BCEAO) e o Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD) constituem as agências especializadas autónomas da União (UEMOA, 2016). Disponível em: <http://www.uemoa.int/Documents/TraitReviserUEMOA.pdf>

¹⁹³ BCEAO (2011), "Evaluation des activités des systèmes de transferts électroniques de fonds (Banques et SOFIB) en Guiné-Bissau au titre de l'année 2010".

Segundo o BCEAO, em 2010 no seu conjunto, estas Agências realizaram mais de 188 mil operações, recebendo 21 747 646 914 F CFA, cerca de 33 154 074€ contra 9 612 761 018 francos (14 654 560€) enviados, donde resultou um saldo positivo para o país de 12 134 885 896 FCFA 18 499 512,3 euros.

Segundo o mesmo relatório, formalmente a Espanha lidera a lista dos países emissores de remessas para a Guiné-Bissau com cerca de 19% do dinheiro recebido, seguida pela França com 15,7% e Portugal no terceiro lugar com mais de 13 por centos. O Senegal é o único país africano que figura na lista dos países que mais enviam remessas para a Guiné-Bissau (figura 5.26).

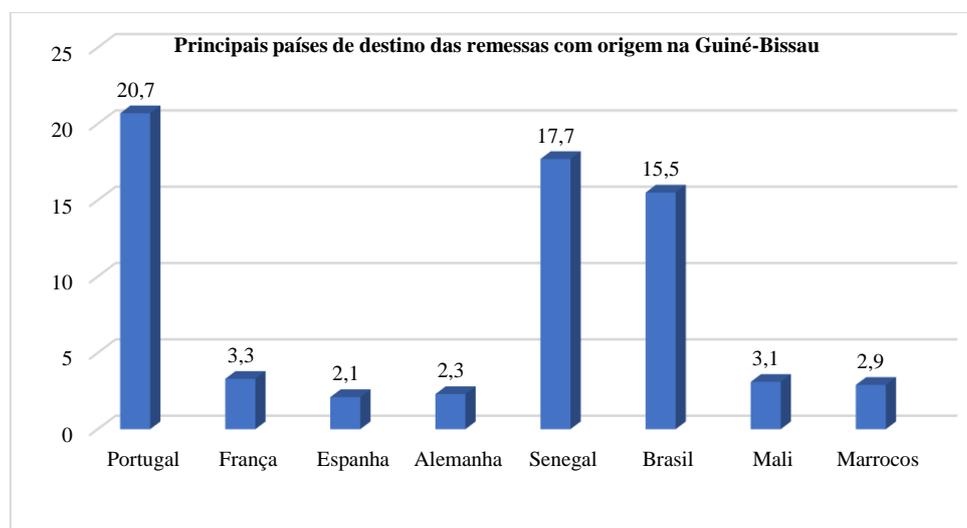


Figura 5-25: Destino das transferências emitidas
Fonte: BCEAO, 2010

Ainda segundo o BCEAO, nem os bancos nem as outras sociedades de transferência de capitais disponibilizam dados relativos aos motivos económicos das operações realizadas. No entanto, a mesma instituição estima que mais de 90% dos fundos recebidos têm como destino a ajuda aos familiares e despesas escolares, refere.

No sentido contrário, ou seja, na lista dos países como destino das remessas com origem na Guiné-Bissau, Portugal afigura-se no primeiro lugar com cerca de 21%, seguido de Senegal com 17,7% e o Brasil com 11,5 por centos¹⁹⁴.

194 O BCEAO reconhece que estes valores estão muito aquém do real valor de remessas dos emigrantes guineenses. E afirma: “nos últimos cinco anos, o volume de remessas da comunidade guineense no estrangeiro enviado para a Guiné-Bissau, atingiu os 100 mil milhões de Fcfa”. E acrescenta “Os dados (...) avançados pela Direcção Nacional para a Guiné-Bissau do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) referem-se apenas à quantidade de dinheiro que foi transferida pelos migrantes para o seu país de origem”. Destes dados “não fazem parte as outras instituições de carácter financeiro que operam na Guiné-Bissau, tais como bancos comerciais, agências de transferência de dinheiro e caixas económicas”, concluiu o Diretor Nacional para a Guiné-Bissau do BCEAO.

<http://madeinbissau.blogspot.com/2011/05/bceao-revela-que-guine-bissau-recebe.html>

Geralmente, os fundos emitidos pelos nacionais guineenses têm como destino ajudar a cobrir as despesas com a saúde e educação nestes países, nomeadamente em Portugal, Senegal e Brasil, com grandes números de estudantes, mas também Marrocos que começa a ganhar peso nos países que abrem vagas para os estudantes guineenses sem bolsas nas suas universidades, ficando as famílias a garantir as despesas de estadia dos seus filhos.

5.5.2 *Os agentes informais*

De todo o trabalho que desenvolvemos ao longo dos anos, a maior dificuldade encontrada foi com os agentes que enviam e recebem as remessas dos emigrantes informalmente e por isso não respondem.

Primeiro, não se sabe, ao certo, a que universo nos estamos a referir. Em segundo lugar, poucos são aqueles que possuem um estabelecimento onde os possamos encontrar. Em terceiro lugar, talvez o que mais dificulta o trabalho de qualquer investigador, não gostam de ser abordados por qualquer tipo de questionários formais ou informais acerca das suas atividades.

Quanto aos meios de envio/ recebimento das remessas para a Guiné-Bissau, nota-se o grande predomínio da Western Union, com mais de 57% da quota do mercado. Segundo os dados dos inquéritos, a presença da marca norte-americana é mais forte no Sul¹⁹⁵, referida por 68% dos entrevistados, seguida pela zona Leste, com 60% e o Norte com apenas 44 por centos das respostas. Enquanto a Money Gram apesar da campanha que tem vindo a desenvolver nos últimos anos, não consegue penetrar de forma significativa no mercado Bissau-guineense. É referida por 18% dos inquiridos da região Norte, por apenas 5% da região Sul e nenhum registo na zona Leste do país.

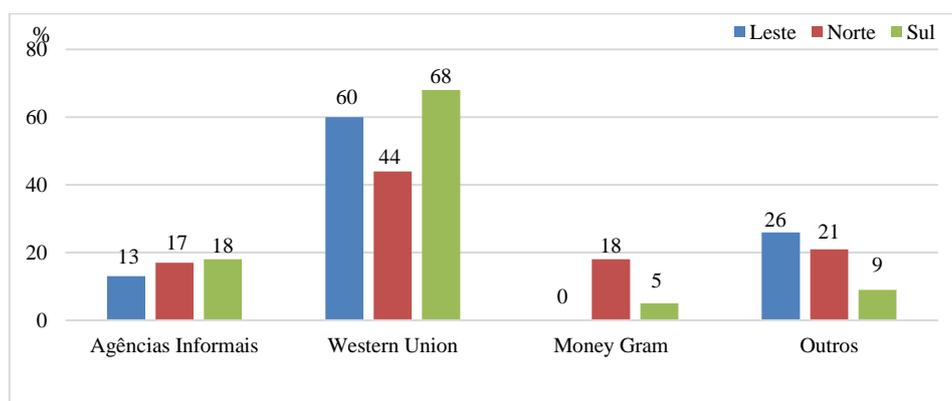


Figura 5-26: Onde as famílias recebem o dinheiro

Fonte: A partir do inquérito realizado aos familiares dos emigrantes, 2014

¹⁹⁵ Estes dados referem-se ao inquérito realizado em 2012. Em 2014, a situação era diferente, a únicas agências da Western Union que estava em Buba tinha já fechado as suas instalações. Só efetuava operações de recebimento e quase nenhum envio, o que fazia com que não existissem reservas para efetuar os pagamentos o que impediu a sua sustentabilidade. No entanto, segundo apuramos, voltaram a reabrir os seus serviços em 2016.

Caixa 5-1: A primeira experiência de envio e receção de remessas na Guiné-Bissau

O ponto de partida da nossa conversa com o sr. Hamadu Baldé, era saber como surgiu a ideia de criar um sistema de envio e receção de dinheiro por parte da Afrijor numa altura tão conturbada do país, a guerra do 7 de junho?

A empresa Afrijor começou a sua atividade de receção e de envio de dinheiro depois do conflito de 7 de junho de 1998, mais precisamente depois do cessar fogo negociado pelo então ministro dos negócios estrangeiros de Portugal, Jaime Gama. Este cessar fogo terá durado até outubro, como se recorda.

Antes era uma pática desconhecida entre nós. Os nossos emigrantes mandavam as suas remessas para a família utilizando correio normal (vale postal), que tinha um pequeno gabinete nas suas instalações para este efeito.

Outra via era através dos nossos compatriotas que operam no rossio, entregando um envelope a um viajante de confiança, o que nem sempre era fácil de encontrar e os riscos eram enormes. Não é raro ouvir histórias de pessoas que perderam dinheiro desta forma. O transportador alegando simplesmente que o dinheiro tinha perdido.

Com o início do conflito a administração em geral e os correios em particular, deixaram de funcionar. Aliás, no que o correio diz respeito, nunca recuperou, continuando ainda a não funcionar, principalmente no que serviço postal diz respeito.

É de recordar que nesta altura todas as comunicações estavam paralisadas no país.

Portanto, “nós tínhamos uns empresários portugueses que nos forneciam mercadoria com uma linha de crédito, que funcionava de forma muito amador, ou seja, para fazer o fornecedor reaver o seu capital era uma ginástica que nem podes imaginar. Depois de vender a mercadoria, tínhamos que trocar o peso guineense para escudo português, metia-se num envelope e deslocar a aeroporto a procura de um portador minimamente confiável, e pedir que este levasse a encomenda e entregar tal fulano? Depois da receção do dinheiro, conferiam e faziam abate no referido crédito”, afirma o Baldé.

Nunca é de mais recordar que, na altura nada funcionava no país. Nem a administração, nem os correios, muito menos os bancos.

Nestas circunstâncias como o emigrante podia ajuda a um familiar em Bafatá, por exemplo, alguém que está numa situação de conflito armado, de quem nem sabes o paradeiro, mas que de antemão sabes está a precisar e queres ajudar, mas sem sabe como, questiona, o nosso entrevistado.

Foi nesta situação, “que me desloquei para Kolda, no Senegal e liguei para o nosso parceiro em Portugal (porque nem sequer havia como ligar a partir da Guiné), o Jorge Alves e lhe propôs a criação de um sistema de envio e receção de dinheiro, que devia funcionar como o sistema de Western Union, por exemplo. A pessoa interessada leva o dinheiro no escritório de Afrijor (que na altura funcionava no edifício da câmara municipal de Lisboa, junto de Marim Moniz), entregava-o aí e recebia um comprovativo da entrega com um código. E era informado que o familiar só podia levantar a importância enviada no dia seguinte.

No entanto, recorda Baldé que, “antes do início do conflito, nós tínhamos um montante muito elevado de crédito a liquidar com o fornecedor. Sem bancos nem correios a funcionar, não havia como saldar as contas. E como pode imaginar, não queríamos perder por nada deste mundo a confiança com eles, daí a minha proposta para a criação deste sistema. Por outro lado, não era possível aventurar sair com grandes quantidades de dinheiro num país em guerra, com o risco de perder não só o dinheiro, mas a própria vida. Havia postos de controle montado em todas as localidades e na totalidade das trajetórias do país”, recorda.

Assim, “fizemos a publicidade junto da comunidade guineense em Lisboa da criação deste sistema e como seria de esperar a adesão dos nossos emigrantes foi imediata. Em Kolda arranjamos um sítio onde podíamos receber um fax”, acrescenta.

A partir daí, as pessoas deslocavam-se a Afrijor para entregar o montante que queriam enviar e o destinatário. No fim do dia eles enviavam o fax com a lista nominal do remetente, destinatário, o montante a receber e um sistema de código, por exemplo, se o sr. Samba for o primeiro cliente a depositar na Afrijor no dia 5 de novembro de 1998, o código seria: 001/05/11/1998, por exemplo.

Assim, o remetente fornecia estes elementos todos (quem enviou, o montante e o código) ao destinatário para melhor garantir a segurança. É de recordar que numa situação de guerra ou imediatamente pós-conflito, a grande maioria das pessoas se apresentava sem nenhum documento, o que aumentava a necessidade de apertar com o sistema de segurança.

Era uma situação de desespero, muitas pessoas viram as suas casas queimadas, perdendo tudo. E como se referiu anteriormente, a administração não estava a funcionar, portanto, não havia onde sequer tirar um Bilhete de Identidade ou qualquer outra peça de identificação.

Este código veio revelar ser o mais importante até mesmo do montante. Alguém podia inventar um montante, mas ninguém conseguiu associa-lo a um número de código.

Nos primeiros dias, “*eu me levantava todos dias, muito cedo e ia a Kolda receber o fax enviado no dia anterior ao fim do dia, o que era um esforço enorme com todos os riscos que isso significava. Posteriormente, contratei um representante em Bafatá, cidade mais próxima da fronteira. Comprei uma motorizada de alta cilindrada. Todos os dias as 7 de manhã ele se deslocava para cidade de Kolda, onde chegava por volta das 8h30 e trazia a lista nominal do dia anterior. Chegando a Bafatá ele me transmitia os dados do dia anterior*”, explica.

Foi assim que funcionou o sistema até ao restabelecimento das comunicações em Bissau, primeiro, e o resto do país depois. Tornando deste modo as operações mais fáceis e menos arriscadas

O negócio foi desenvolvendo, ao ponto de a agência não ter a capacidade de resposta em termos de pagamento, porque todo o país recebia dinheiro através deste sistema. Só depois do conflito e um ano e meio depois que a Western Union se instalou a sua primeira agência no país.

“é assim desta forma que funcionamos ainda hoje, apesar de sermos a empresa com menos clientes”, brica sr. Baldé.

Com o regresso da paz ao país, muitas outras pessoas copiaram o modelo. Hoje em dia, não seria exagerado dizer que existe mais de duas dezenas de pessoas em Lisboa e arredores a dedicarem a este negócio.

Questionado para que região do país mais recebia remessas na altura, o sr. Baldé não hesita em afirmar que eram as regiões de Gabú e Bafatá, ou seja, a zona leste, seguida de Bissau, neste último caso não só para os residentes, mas também para outros pontos de país que tinham familiares seu na capital.

Convidado a pronunciar-se sobre o destino dado ao dinheiro enviado pelos emigrantes, o nosso interlocutor responde: “a grande maioria destina-se apenas ao sustento da família e de consumo em geral”, ou seja, do que é recebido, raramente alguma parte é destinada ao investimento.

Tendo a entrevista sido realizada no momento em que os países de destino da emigração guineenses em geral, e Portugal em particular estava a atravessar uma grave crise económica, era fundamental tentar saber até que ponto esta crise tinha afetado as remessas recebidas. Neste ponto, o nosso entrevistado não tinha dúvidas que, a frequência do envio terá diminuído em cerca de 40%, enquanto que o montante terá sofrido uma queda na ordem de 60 por centos.

Como alternativa da emigração naquela altura, o Baldé recomendava a maioria dos emigrantes a regressar ao país e a dedicar-se a agricultura, nomeadamente a fazer hortas (pomares) de cajueiros e viver juntamente com a família, porque entende que este é mais rentável do que a emigração. E justifica, “*como todos sabemos, na altura de crise é muito difícil de encontrar emprego, os salários são mais baixos, e, nós – os emigrantes somos os primeiros a perder o emprego e o stress aumenta muito*”, afirma.

Desafiado a pronunciar sobre se achava que o negócio de caju teria continuidade e sustentabilidade no futuro como acontece atualmente, tendo em conta que, o país já teve a borracha como o principal produto de exportação, mas entrou em declínio; seguiu-se nozes das palmeiras, também faliu, depois foi a vez de mancará e do algodão, também entraram em declínio!

A resposta foi desisto!

Outro meio usado com muita frequência para o envio das remessas são as agências informais espalhadas um pouco por todo o lado da Área Metropolitana de Lisboa, com destaque para o Rossio, onde conseguimos identificar cerca de 12 pessoas que se dedicam a esta atividade, mas também nos bairros nos arredores de Lisboa, como Amadora, Damaia, Queluz-Belas, Cacém, Mercês, na Linha de Sintra; Algés, Carcavelos e Bairro de Cruz Vermelha, na linha de Cascais; Sacavém, Prior Velho e Camarate¹⁹⁶, na zona oriental de Lisboa e Odivelas, onde está situado um dos homens mais bem-sucedidos nesta atividade.

¹⁹⁶ Nestes 3 bairros há predomínio da população com origem do norte da Guiné-Bissau, principalmente os manjacos, refletindo a forte presença desta comunidade nesta zona de Grande Lisboa.

No Sul de Portugal foi registada a presença de 3 pessoas (um em Albufeira, outra em Faro e uma terceira em Olhão) detentoras de pequenos espaços comerciais de venda de produtos africanos e de beleza, que efetuam envio de dinheiro para a Guiné-Bissau. No entanto, na conversa que tivemos com eles, revelam que a atividade é cada vez mais fraca. Primeiro, devido à crise e em segundo lugar, devido a dispersão dos imigrantes guineenses na região algarvia.

5.5.2.1 Agentes informais fora de Grande Lisboa

No norte de Portugal não foi possível identificar nenhuma pessoa que prestasse o serviço igual aos agentes informais que identificamos em Lisboa e na sua área metropolitana. Os imigrantes guineenses presentes nesta zona de país recorrem em regra às agências formais como a Western Union e Mony Gram. Em alternativa utilizam os serviços de dois empresários portugueses com interesses na Guiné-Bissau, [Zé Maria e Nuno Irmão]¹⁹⁷.

Com o primeiro, o dinheiro é entregue a familiares no Centro do Porto, estes telefonam para o empresário na Guiné para dar os nomes do remetente e do beneficiário, bem como o montante entregue. Com estes elementos, o empresário paga o montante correspondente em Francos CFA.

Com a empresa Nunes & Irmão o procedimento é ligeiramente diferente. Os clientes têm o número de conta da empresa em Portugal, onde vão depositar o dinheiro a enviar. Depois enviam o comprovativo do depósito, juntamente com o nome e contato do beneficiário através de fax para Bissau. O beneficiário só tem de se deslocar para a sede da empresa no centro de Bissau e identificar-se, para que lhe seja pago o montante enviado.

Alguns operadores cobram uma taxa conforme o montante. O montante mais comum pago é de 5€ e raramente ultrapassa os 15 euros. Outros optam por não cobrar uma taxa, mas nestes casos, geralmente o cliente é penalizado no valor do câmbio. Em vez de 655,957 F CFA, valor oficial e fixo, pagam 650 ou 600 Francos por cada euro enviado¹⁹⁸.

197 Nunes & Irmão Lda. - Empresa dedicada ao comércio Geral, Importação e Exportação, presente na Guiné-Bissau desde 1928, mas também com interesse na restauração e hotelaria, nomeadamente o Residencial Coimbra localizado no centro da cidade de Bissau, junto à Catedral de Bissau e muito procurado por portugueses que se deslocam à Guiné-Bissau.

198 Tomando como exemplo os valores mais comuns enviados, um cliente que envia 50 ou 100€, o beneficiário recebe 30 ou 60 mil Francos, em vez dos 32.797,8 ou 65.595,7 F CFA respetivamente, a que teria direito se fosse aplicado o câmbio oficial.

6 CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO

6.1 As remessas dos migrantes a nível global

Como já foi discutido nas páginas precedentes, numa definição mais simplificada, as remessas, geralmente são entendidas como sendo “o dinheiro ou os bens que os migrantes enviam de volta para as suas famílias e amigos nos países de origem” e são por isso, frequentemente consideradas como o elo mais direto e conhecido entre a migração e desenvolvimento. Para além dos dados estatísticos mesuráveis das remessas, elas envolvem outros aspetos não menos importantes, como “as ideias, comportamentos, identidades, capital social e conhecimento que os migrantes adquirem durante a sua residência nas regiões do mesmo país ou no exterior, que podem ser transferidos para as comunidades de origem” (Migration Data Portal, 2018)¹⁹⁹ e (Alvarez et al., 2015: 42)²⁰⁰.

Se é verdade que o contributo das remessas para o desenvolvimento é incontornável nos nossos dias, dados do FIM (2009) e Levitt (1998: 927), confirmam que “elas excedem a ajuda pública ao desenvolvimento”; não é menos verdade, o conhecimento da sua real dimensão continua a ser problemático. Primeiro, as estimativas globais de transferências financeiras por migrantes incluem outras transações que não estão incluídas na definição das remessas usada nas estatísticas, que é muito ampla. Por outro lado, essas estimativas não cobrem transferências informais, que como se viu ao longo do texto, são significativas em muitos países, como a Guiné-Bissau, por exemplo.

Para complicar ainda mais a forma como é calculado o volume das remessas em determinado país, alguns autores sugerem que é muito mais difícil fazê-lo quando se trata de fluxos de remessas bilaterais (Alvarez, et al., 2015: 42), ou um conjunto muito reduzido de países, como acontece com a Guiné-Bissau, onde mais de 80% das remessas recebidas são provenientes de dois países apenas, Portugal e França.

Ainda segundo o sítio Migration Data Portal dados em termos globais sobre migração, *“após dois anos consecutivos de queda (de 2,6 e 4,1% em 2015 e 2016, respetivamente), o Banco Mundial estima que as remessas internacionais para países de baixo e médio rendimento aumentaram 8,5% em 2017, chegando a US \$ 466 mil milhões (Ratha et al., 2018). Estima-se que este montante cresça 4,1 por cento, para atingir 485 mil milhões de dólares em 2018”. Estes fundos, como se disse anteriormente, superam em muito a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). No geral, as transferências monetárias de trabalhadores migrantes e outras formas de transferências á nível mundial, incluindo para os países desenvolvidos, cresceram 7%, passando de 573 mil milhões em 2016 para 613 mil milhões de dólares americanos em 2017”* (Migration Data Portal, 2018).

199. Migration Data Portal - The bigger picture, disponível em: <https://migrationdataportal.org/themes/remittances>

200 https://publications.iom.int/system/files/pdf/mpp_issue_21.pdf

No entanto, como seria de esperar, a distribuição geográfica das remessas recebidas é muito desigual à nível mundial. Em 2017, a Ásia foi o continente que mais remessas recebeu, albergando o top 3 dos países que mais beneficiou desta importante fonte de rendimento. Neste ano, a Índia recebeu cerca de 67 mil milhões de dólares, seguida da China (64 mil milhões) e das Filipinas (33 mil milhões), constituem os três maiores países recetores das remessas do mundo. Seguem-se o México, no continente americano (mais de 32 mil milhões), da Nigéria, na África Ocidental (cerca de 22 mil milhões) e do Egito na África do Norte (cerca de 20 mil milhões de dólares (Migration Data Portal, 2018).

Na figura 6.1, pode-se observar a evolução dos fluxos das remessas ao nível mundial. Depois de terem atingido os 335 mil milhões de dólares em 2010, a tendência de crescimento foi moderada até ao ano de 2014 (período que corresponde com a crise económica vivida nos principais países emissores das remessas), quando o valor foi de (436 mil milhões de dólares), no ano seguinte atingiram 592 mil milhões, um aumento superior a 35%. O ano de 2016 foi marcado por uma ligeira queda (um pouco mais 3,3%), para em 2017 voltar a ter um forte crescimento (613 mil milhões de dólares). E se as previsões se confirmarem podem atingir os 667 mil milhões de dólares americanos em 2019. (figura 6.1).

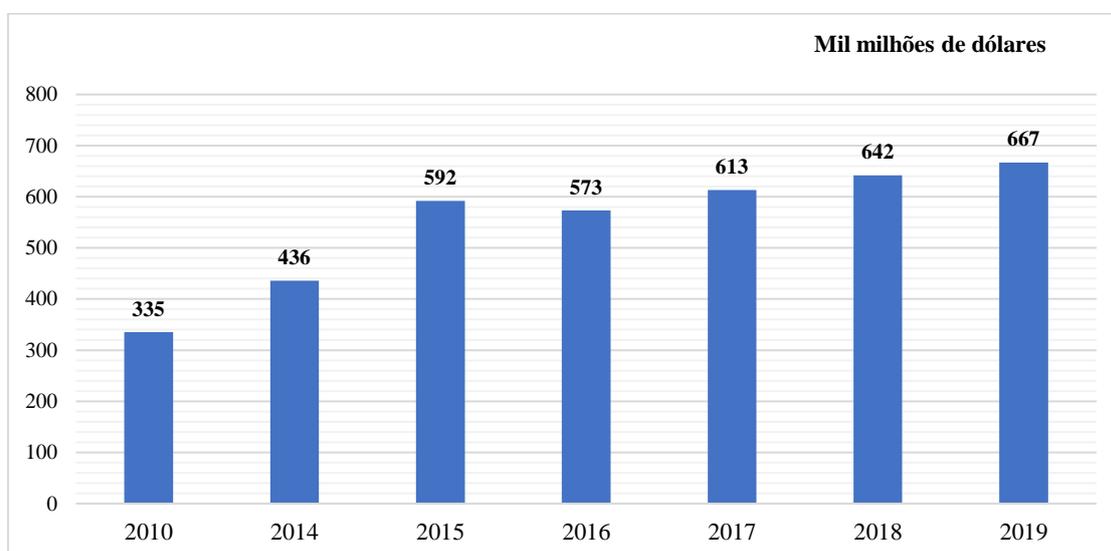


Figura 6-1: Estimativas e projeções de fluxos de remessas à nível mundial

Fonte: GMG, 2017

Notas: os dados do ano 2017 são provisórios, enquanto que os de 2018 e 2019 são estimativas.

Por outras palavras, entre o ano de 2010 e 2018, os fluxos das remessas dos migrantes mais do que duplicaram, constituindo a ser uma importante fonte de financiamento para o desenvolvimento.

6.2 As remessas na África Ocidental

Ainda segundo a mesma publicação, o fluxo das remessas em direção à África subsaariana no mesmo período, tem acompanhando a tendência verificada a nível mundial, com um crescimento 9,6%, passando de 42 mil milhões de dólares observados em 2017 para mais de 46 mil milhões em 2018. Algumas regiões recetoras de remessas tiveram melhor comportamento no mesmo período. Por exemplo, na região de Ásia Pacífico o crescimento das remessas passou de 4,2 em 2017 para 6,7 em 2018. Na Europa e Ásia Central o valor do crescimento tinha atingido 22% em 2017, recuou para 9,5 em 2018; o mesmo valor (9,5%) foi observado na América entre os mesmos anos. Na Ásia do Sul, o crescimento passou de 5,7% em 2017 para mais de 12% no ano seguinte (World Bank, 2019).

Assim, depois de as remessas em direção a ASS terem atingido os 30 mil milhões de dólares norte-americanos no ano 2010, a evolução foi positiva até ao ano de 2014, quando atingiram cerca de 37 mil milhões de dólares, sofrendo quedas significativas (mais de 8%) nos dois anos seguintes para se situar nos 34 mil milhões de dólares. Os dados provisórios para o ano de 2017 apontam para uma forte recuperação (cerca de 12%). E as previsões para os próximos dois anos apontam para uma subida de (8% e 5%) em 2018 e 2019, respetivamente (figura 6.2).

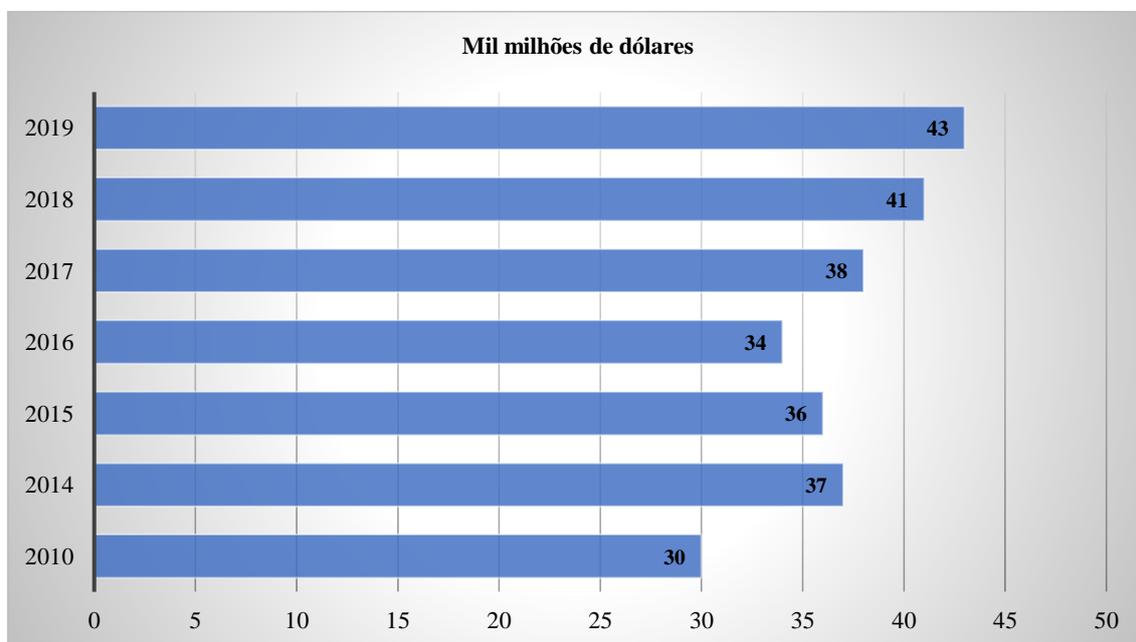


Figura 6-2: Estimativas e projeções de fluxos de remessas para a ASS

Fonte: GMG, 2017

Notas: os dados do ano 2017 são provisórios, enquanto que os de 2018 e 2019 são estimativas.

No contexto do continente africano, o panorama da África Ocidental apresenta um significativo fluxo das remessas enviados pelos emigrantes. No entanto, ressaltam duas

realidades opostas, a Nigéria destaca-se dos restantes países da região com um volume das remessas de (cerca de 22 mil milhões de dólares) em 2017, do lado oposto fica a Guiné Conacri (55 milhões). Este número não deixa de surpreender, tendo em conta a dimensão territorial (245 857 km², o décimo maior) e populacional, o oitavo (com mais de 12,7 milhão de habitantes), mas sobretudo, conhecida que é a dimensão e diversidade da sua diáspora, quer na África Ocidental, como no resto do mundo. Sem dados estatísticos que possam sustentar qualquer argumento, resta-nos a especulação de que esta realidade reflete a falta de dados neste país, como de resto em muitos outros países africanos.

Senegal e Gana ocupam o segundos e terceiro lugar com (2 238 e 2 190 mil milhões de dólares, em 2017), respetivamente. Mali (1 040) e Libéria (580 mil milhões de dólares), ocupam o quarto e quinto lugar, respetivamente. Cabo Verde (222 milhões de dólares), é décimo, enquanto a Guiné-Bissau, ocupa o modesto décimo terceiro, entre os 15 países que compõem a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (Figura 6.3).

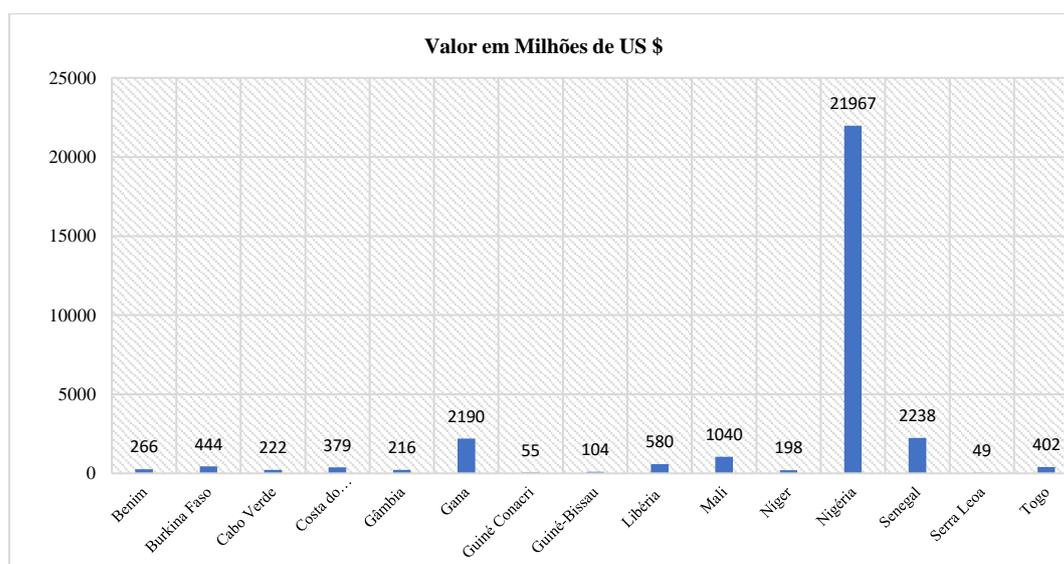


Figura 6-3: Entrada de remessas de migrantes nos países da CEDEAO (US \$ milhões).

Fonte: Banco Mundial, 2018

Quando se observa para os dados relativos das remessas com destino nos países da CEDEAO, a situação altera-se. Entre todos os países do bloco regional, o Togo é o país em que as remessas representam uma maior proporção no seu PIB (mais de 43%), seguido de Gâmbia (mais de 21%) e de Libéria (cerca de 19%), o Senegal (13,7%) e Cabo Verde (12%), ocupam os lugares seguintes. A Guiné-Bissau (mais de 7,7%), é o sétimo país da África Ocidental com maior percentagem das remessas no PIB. Mais uma vez, a Guiné Conacri (0,4%) apenas, ocupa a última posição.

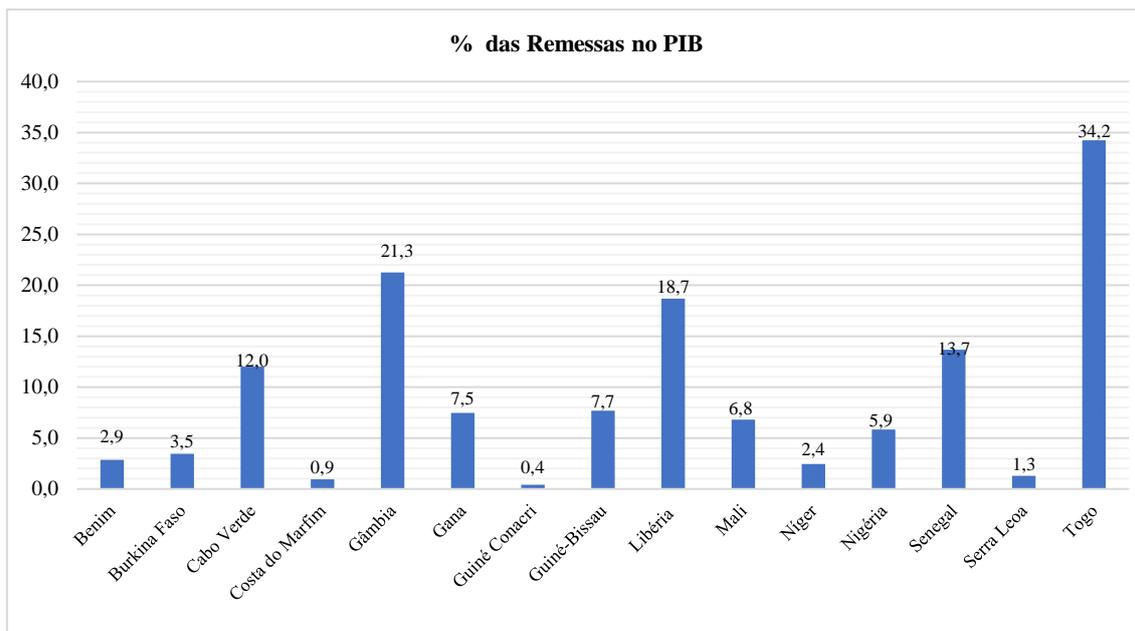


Figura 6-4: Remessas recebidas por país da CEDEAO em (% do PIB)
 Fonte: Banco Mundial, 2018

Os países Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental para além de serem grandes recetores de remessas, são também emissores, alguns dos quais com grande relevância por constituírem importantes destinos migratórios regionais. A Costa do Marfim e o Gana (um país francófono e outro anglófono), apresentam saldos negativos nos seus fluxos das remessas. O primeiro, emitiu 650 milhões de dólares, contra 336 milhões recebido, um balanço negativo de 314 milhões (défice de -93,45%). O Gana por seu lado emitiu 2 607 e recebeu 2 100 milhões de dólares, um défice de (-24,1%), em 2015. Todos os outros países apresentam saldos positivos, merecendo destaque países como o Mali com um balanço positivo de cerca de (+86%), em 2014, o Togo (cerca de +78%), também em 2014, o Senegal, com cerca de (+89%), mas sobretudo da Nigéria com um balanço positivo de (+95,2%). A Guiné-Bissau registou um balanço positivo de mais de 59 por cento.

6.3 A contribuição das remessas na Guiné-Bissau

Segundo os dados do Banco Mundial, antes de 1986, não havia registo de fluxos de remessas de emigrantes em direção a Guiné-Bissau. Em 1987, ano em que há o primeiro registo de fluxo de remessas em direção ao país, o valor fixou-se em cerca de 2 milhões de dólares e o mesmo valor repetiu-se em 1988. Nos dois anos seguintes, o valor desceu para um milhão. No ano 2000, voltou a registar-se um valor na ordem de um milhão de dólares.

Como se pode observar na figura 6.5 o ano de 2001, marca o grande salto em termos relativos dos fluxos de remessas em direção à Guiné-Bissau, quando atingiram pela primeira vez um valor na ordem de 10 milhões de dólares. A partir deste ano, só em duas ocasiões o valor registado foi negativo, quando comparado com o ano anterior. O primeiro foi em 2004 e 2005 quando desce de 28 para (20 milhões), uma quebra na ordem de mais de 28 % e a segunda foi observada entre 2011 (52 milhões), descendo para (46 milhões) e 2012, uma desaceleração na ordem de (11,5%). Esta quebra pode ser explicada pela crise política e militar resultante do golpe de Estado de 12 de abril de 2012, ao qual se seguiu uma crise governativa e de sanções económicas decretadas pela Comunidade Internacional suscitando um clima de incerteza e por isso de redução no envio de remessas,

Em todos outros anos com maior ou menos intensidade, o fluxo de remessas para a Guiné-Bissau não deixou de ser positivo, como se pode verificar na (figura 6.3).

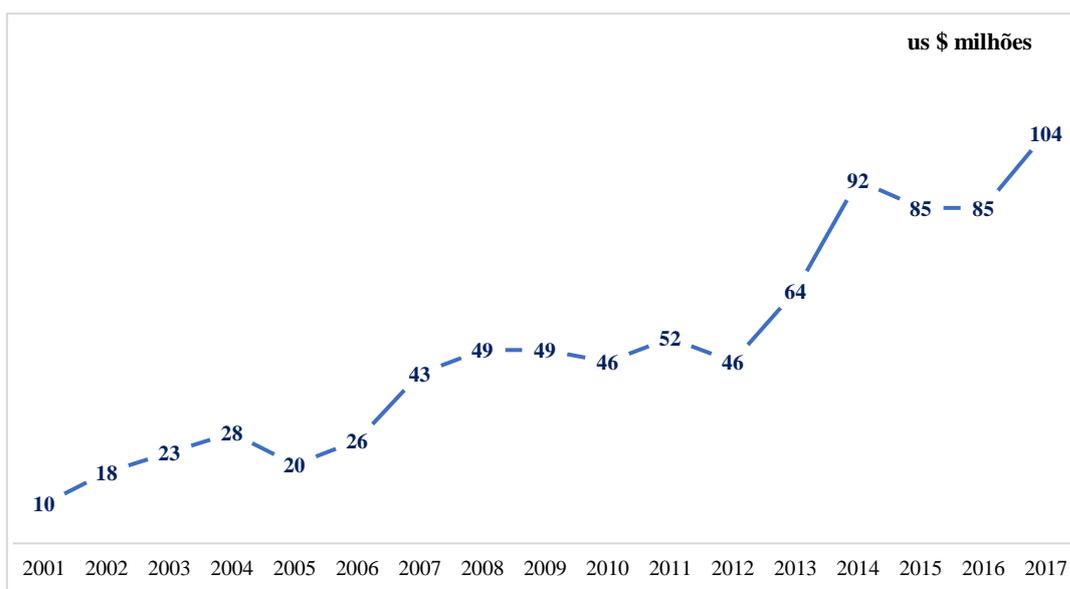


Figura 6-5: Evolução do fluxo das remessas dos emigrantes guineenses
 Fonte: Banco Mundial, 2018

Estes dados refletem, segundo o Banco Mundial (2018), que houve uma recuperação a nível global das remessas muito melhor do que se esperava. Esta recuperação foi impulsionada por um forte crescimento da economia observado na União Europeia, na Federação Russa e nos Estados Unidos. Por outro lado, “a recuperação das remessas, quando avaliadas em dólares americanos, foi ajudada pelo aumento dos preços do petróleo e pelo fortalecimento do euro e do rublo”, em relação a divisa Norte-americana (WBG, 2018).

Quanto a origem das remessas recebidas em 2016, último ano para o qual estão disponíveis dados oficiais verifica-se o predomínio do continente europeu, com mais de

71% do total, contribuindo a França por si só com mais de 21%, seguida de Espanha (14%) e Portugal, no terceiro lugar (cerca de 11%), completa o pódio dos maiores emissores de remessas com destino à Guiné-Bissau. Segue-se o Reino Unido (9%), enquanto Alemanha e Itália, com 4% cada, ocupam os lugares seguintes.

Estados Unidos e Brasil, com cerca de 5 por cento cada, são os únicos países do continente americano com expressão no envio de remessas para a Guiné-Bissau. E o continente africano apenas o Senegal (3%) merece destaque. Aliás, todo o continente contribui um pouco mais de 14 por cento do total.

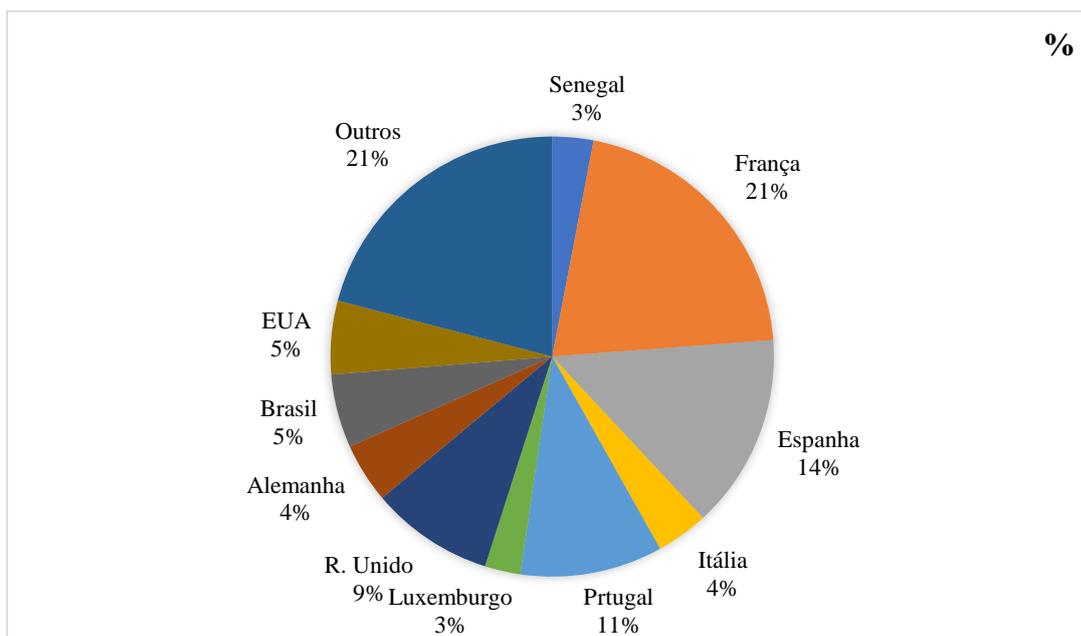


Figura 6-6: Origem das remessas recebidas na Guiné-Bissau (em % do total, ano 2016).
 Fonte: BCEAO, 2018

O BECEAO não fornece dados que possam ajudar a explicar o volume das remessas recebidas, principalmente a perda relativa de Portugal como país que contribuía com mais remessas, quando comparado com França, Espanha ou Reino Unido, certamente estará a diferença de rendimentos auferidos em Portugal e nos outros países e sobretudo a crise económica que atingiu a grande maioria dos países a partir de 2008 o que terá contribuído com a forte remigração observada entre os migrantes guineenses que vivem em Portugal em direção a referidos países, mas também para Luxemburgo e Suíça, acompanhando o panorama geral observado em Portugal, principalmente entre os naturalizados. Por outro lado, o sistema de transferência através das redes informais observado em Portugal, não está tão desenvolvida nestes países, como acontece em Portugal.

Sobre este período Fernando Luís Machado (2017) refere:

“A crise económica global iniciada em 2008 atingiu duramente Portugal e acabou por levar as autoridades portuguesas, em 2011, a pedirem a assistência financeira da União Europeia,

Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional. Os quatro anos em que Portugal dependeu da assistência financeira destas instituições, de 2011 a 2015, foram tempos de austeridade, que trouxeram recessão económica, altas taxas de desemprego, cortes nos salários e nos benefícios sociais, e a emigração cresceu rapidamente para valores muito elevados. Como noutras fases do último século e meio, a emigração foi a reposta estrutural da sociedade portuguesa a um contexto de crise económica e financeira, levando centenas de milhares de pessoas a deixarem o país para encontrarem meios de vida noutros lugares (Machado, 2017: 1-2). Aliás, é sabido que “de entre os grupos sociais que têm vindo a ser particularmente afetados pelo desemprego, e que uma vez estando nessa situação vêm aumentar os riscos de pobreza e exclusão social, encontram-se os imigrantes” (Valadas, Góis, Marques, 2014: 58).

Por outro lado, tal com acontece com outros países africanos, a Guiné-Bissau é também um país emissor de remessas. Em 2007, ano do início da série ilustrada na (figura 6.7), mostra que o país emitiu 18 616,8 milhões de F cfa (cerca de 28,349 milhões de €), sofrendo uma queda nos quatros anos seguinte, para atingir o valor mais baixo em 2011, quando registou 10 697 milhões de Francos (16,289 milhões de euros). Recuperou nos anos seguintes, para se situar em 23 235,1 milhões de francos (cerca de 35,382 milhões de euros) em 2016.

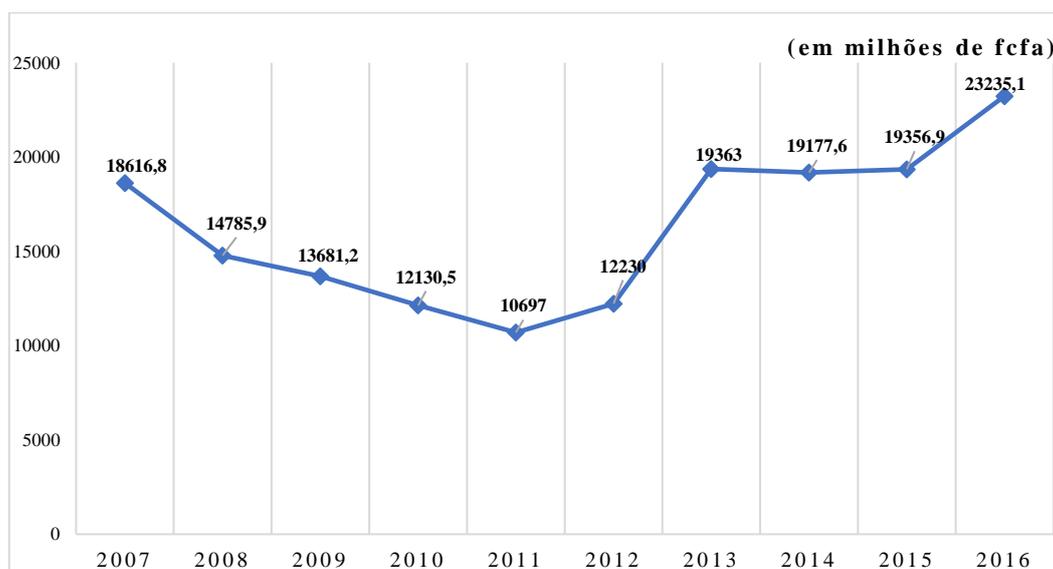


Figura 6-7: Evolução das remessas enviadas a partir de Guiné-Bissau (em milhões de FCFA²⁰¹)

Fonte: BCEAO, 2018

Quanto ao destino das remessas emitidas na Guiné-Bissau, a grande maioria (cerca de 45%) teve como destino o continente africano. Destes, cerca de 34% foram para os outros países da UEMOA, tendo o Senegal recebido cerca de 9% desta verba. Mais de 3% das poupanças enviados tiveram como destino os outros países da CEDEAO, tendo os países

²⁰¹ É de Recordar que 1€ = 665,957 Fcfa (esta paridade é fixa)

magrebinos recebido (3,6%), a maior percentagem foi para os Marrocos. Os restantes países africanos receberam 3,5% das remessas com origem em Guiné-Bissau em 2016.

No mesmo ano, o continente europeu recebeu mais de 34 % das remessas emitidas na Guiné-Bissau, sendo Portugal o país mais beneficiado (cerca de 17%), seguido de longe por Alemanha, que recebeu (3,6%). Todos outros países receberam montantes inferiores a 2 por cento.

As remessas guineenses com destino ao continente americano resumem-se a dois países apenas, o Brasil, o maior beneficiado (6,5%) e os Estados Unidos com 4 por cento. O mesmo cenário se repete quando se trata das remessas com destino à Ásia, dois países, a Índia e a China receberam cerca de 6% (2,9% e 3% respetivamente).

6.4 O custo das transferências e as novas plataformas de envio de remessas

Um dos fatores que afeta o volume das remessas é o custo das transferências (UNRIC, 2019). Os países em desenvolvimento em geral, e os da África Subsaariana em particular, estão entre os mais prejudicados pelas taxas muito elevadas de envio de remessas. Ainda segundo a UNRIC²⁰², as remessas de migrantes internacionais estão a desempenhar um papel cada vez mais importante nas economias de muitos países em desenvolvimento, como já foi referido atrás.

O relatório chama a atenção para o uso de sistemas informais de envio de dinheiro baseado na confiança entre os intervenientes, como o *hawala*²⁰³, por exemplo, leva com que grandes quantidades de remessas não apareçam nas estatísticas oficiais. Este forma de envio é muito importante para muitos países da África Subsaariana, e a Guiné-Bissau não foge a esta realidade.

Muitas vezes, esses rendimentos desempenham um papel vital no apoio à saúde, educação, segurança alimentar e investimento produtivo na agricultura nos países de origem dos migrantes. Eles fornecem uma “tábua de salvação” para países frágeis, muitas vezes afetados por conflitos. Em alguns países, as remessas equivalem a mais de três vezes a Ajuda Pública ao Desenvolvimento e pode ter profundas implicações para o bem-

202 United Nations Regional Information Centre for Western Europe: <http://www.unric.org/en/un-newsletter/29294-remittances-a-high-cost-lifeline-to-developing-countries>.

203 “*Hawala* é um sistema de remessa alternativo ou paralelo. Existe e opera fora ou paralelamente aos canais bancários ou financeiros tradicionais. Foi desenvolvido na Índia, antes da introdução das práticas bancárias ocidentais, e atualmente é um importante sistema de remessas usado em todo o mundo. É apenas um de vários desses sistemas; outro exemplo bem conhecido é o sistema de *chop, chit* ou *fly money*, desenvolvido na China, e também usado em todo o mundo” (Jost & Sandhu, s/d).

estar humano e de desenvolvimento económico, de acordo com o relatório das Nações Unidas que temos vindo a citar (UNRIC, 2019).

Já em 2005, Samuel Maimbo e Dilip Ratha afirmavam que, “as remessas de migrantes internacionais são talvez a maior fonte de financiamento externo nos países em desenvolvimento”. E que os fluxos destinados aos países em desenvolvimento estimados em 125 bilhões em 2004, se tinham tornando na segunda maior fonte de financiamento para o desenvolvimento a seguir ao investimento direto estrangeiro. No entanto, “as remessas eram certamente maiores se os fluxos através de canais informais não registrados também fossem incluídos” (Maimbo, et al., 2005: 23).

Outra forma de envio fora dos canais formais que tem vindo a ganhar importância nos países em desenvolvimento, é o envio de dinheiro através de telemóveis (*money via mobile*). Tim Harford, jornalista da BBC World Service, explica num artigo que a ideia nasceu na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo em 2002 (Harford, 2007)²⁰⁴.

O objetivo era encontrar formas mais fáceis e rápidas de transferir as remessas dos migrantes, mas também seguras para financiar os esforços dos países em desenvolvimento, acelerar o seu desenvolvimento para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Na sequência dos debates, os dirigentes mundiais e executivos das grandes empresas presentes foram desafiados a baixar o custo muito elevados das transferências das remessas.

Foi desta forma, por iniciativa da empresa britânica de telecomunicação Vodafone, através da filial queniana, da Safaricom, que fazia nascer o sistema M-Pesa (transferência de dinheiro através de telefone no Quénia). No entanto, o jornal britânico, The Guardian, que tinha também dado notícia do surgimento deste sistema em África terá recebido uma reclamação de companhias a Globe Telecom e a Smart Communications das Filipinas, de que já teriam montado um sistema idêntico nas Filipinas no ano 2005, o que motivou uma nota de retificação da sua peça (Rice, 2007)²⁰⁵.

Segundo os mesmos autores, oito meses após o seu lançamento, a M-Pesa já tinha mais de um milhão de quenianos inscritos no sistema e em fevereiro de 2007, ou seja, dois anos após o seu lançamento, cerca de 20 milhões de utilizadores já tinha aderido ao

204 <https://www.bbc.com/news/business-38667475>

205 “The following correction appeared in the Guardian's Corrections and clarifications column, Saturday March 31 2007. The claim in the article below was wrong. The mobile banking system may be the first in Africa but two companies, Globe Telecom and Smart Communications, have been operating money transfers in the Philippines since around 2005” (Rice, 2007). Disponível em: <https://www.theguardian.com/money/2007/mar/20/kenya.mobilephones>

sistema. Ao fim de dois anos, “as transferências de M-Pesa totalizaram 10% do Produto Interno Bruto do Quênia (PIB)”, e na altura da publicação da notícia, o sistema era responsável por quase a metade do Produto Interno Bruto da Quênia, existindo tantos quiosques da M-Pesa no país, quanto as caixas automáticas (Harford, 2007).

O jornalista de *The Guardian*, Xan Rice, por seu lado, salienta a importância de um sistema de envio de dinheiro como o da M-Pesa, porque na sua opinião, não só veio revolucionar este mercado, mas sobretudo pelo fato de o sistema bancário tradicional excluir mais de 80% das pessoas do setor financeiro formal.

6.4.1 Money via mobile na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é, em todos sentidos um caso muito sério em termos de informalidade. A instabilidade política e militar e incapacidade de gerar um mínimo de consenso político para proporcionar o mínimo de segurança às populações é gritante. O PAIGC, partido “libertador”, desde a fundação esteve envolvido naquilo que Álvaro Nóbrega chamou de “*Luta pelo poder na Guiné-Bissau*”²⁰⁶. Esta luta levou a que se matassem uns aos outros através de golpes reais ou insinuados. Isto teve, e continua a ter efeitos no comportamento das pessoas que têm gerido o país. Os que estão no poder, tudo fazem para manter a situação, enquanto que, quem está na oposição do poder, está permanentemente a conspirar para tirar quem está na situação de poder para ser ele a ocupar o lugar.

Assim, a corrupção, o nepotismo e má gestão da coisa pública, tornaram-se na “normalidade”. Isso contribuiu para que nunca se consegue construir as infraestruturas fundamentais que conduzissem a tão necessária mudança estrutural, nem tão pouco cuidar e manter das poucas infraestruturas existentes.

O setor da telecomunicação, fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade no século XXI, são disso exemplo. As duas empresas públicas de telecomunicações – a Guiné Telecom e Guinétel rede fixa e móvel, respetivamente, em tempos detidas por Portugal Telecom, faliram. Na sequência disso, atualmente, não há telefones fixos no país que possam assegurar as comunicações de voz, mas sobretudo, de dados, e assim minimizar os elevados custos. A de rede móvel, Guinétel, como seria de esperar, não resistiu à morte da empresa mãe, a Guiné Telecom.

206 Nóbrega, A. (2003), *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*, Lisboa: ISCSP.

Por isso, as comunicações na Guiné-Bissau são asseguradas, desde há alguns anos a esta parte, por duas empresas de redes móveis estrangeiras, a MTN²⁰⁷, de capital sul africano e a Orange Bissau (filial da operadora estatal senegalesa, a Sonatel, que por sua vez, é detida em parte pela Orange francesa) e que dividem entre si o mercado de telecomunicações móveis na Guiné-Bissau²⁰⁸. As duas empresas estão envolvidas numa “guerra de números” e de liderança do mercado de telecomunicação móvel no país. A MTN Guiné-Bissau deu início às suas operações no dia 19 de novembro de 2007 e reclama ter mais de 520 mil assinantes (embora sem precisar quando alcançou estes números), enquanto que a Orange Bissau começou as suas atividades a 26 de maio de 2007, afirma ter atingido os 600 mil clientes (também sem indicar quando), o que indica uma forte adesão da população, estimada em 1.584.791 habitantes (INE, 2018). Por outro lado, muitas pessoas são clientes das duas redes em simultâneo, pois, até bem pouco tempo, a comunicação entre as redes concorrentes era quase impossível. Para agravar mais a situação das comunicações no país, a cobertura das duas companhias ainda deixa muito a desejar. Segundo o Banco Mundial, a Guiné-Bissau é o único país da costa africana que não está ligado a um cabo submarino, e “sem um melhor acesso à conectividade internacional, a Guiné-Bissau não pode esperar uma melhoria substancial na qualidade e preço dos serviços de banda larga” (Banco Mundial, 2015: 73-74).

No entanto, apesar destes constrangimentos, com esta adesão da população as comunicações móveis é um sucesso, por um lado, o facto de a Guiné-Bissau ter a taxa de penetração bancária muito reduzida, uma das mais baixas do mundo, situando-se em menos de 1 por cento da população, facilita a penetração da transferência do dinheiro via móvel (ibidem, 2015: 92).

Um país com estas deficiências e com “*uma diáspora de quase 100.000 pessoas a viver em países como Portugal, Espanha, França, Estados Unidos e Reino Unido, as remessas desempenham um papel cada vez mais importante na economia da Guiné-Bissau. O Banco Mundial estima que somente em 2017 a Guiné-Bissau recebeu mais de*

207 A MTN Group Limited, anteriormente denominada M-Cell, “é uma multinacional de telecomunicações móveis, fundada em 1994, com sede em Johannesburg, África do Sul. Em 30 de junho de 2016, a MTN registrou 232,6 milhões de assinantes em todas as suas operações. Embora a MTN opere em mais de 20 países, um terço de suas receitas vem da Nigéria, onde detém cerca de 35% de participação de mercado” (Wikipédia, 2018).

208 Recorde-se que a atribuição das duas primeiras as licenças para a exploração de redes móveis na Guiné-Bissau ocorreu em maio de 2003. A primeira foi atribuída à Guinétel (rede “GTM”) enquanto a segunda foi cedida à Spacetel Guiné-Bissau (rede “Arriba”, que a partir de 2006 passou a utilizar a marca “MTN”). Esta última passou pelo processo de concurso, enquanto que a Guinétel, “sendo filial do operador histórico, a Guiné Telecom, teve direito a uma licença, por decisão do Governo, nas mesmas condições financeiras e técnicas. Cada uma das licenças custou 2.200.100 euros (Jaquité, 2015: 30-31). A Orange obteve a sua licença de funcionamento em 2007.

US \$ 100 milhões em remessas”, afirmou Andrew Stewart, Director da EMEA no WorldRemit, na altura da assinatura de acordo de cooperação entre a sua empresa e a Monamon, uma empresa do Grupo MTN, a 10 de julho de 2018. Ainda segundo o diretor da EMEA, *"através da nossa nova parceria com a Monamon, os destinatários têm uma variedade ainda maior de locais de pagamento em dinheiro na Guiné-Bissau". E com isso o "WorldRemit espera oferecer opções mais amplas e convenientes de receber dinheiro em todo o país"*. Com este acordo, os clientes da WorldRemit, através da MTN, podem enviar dinheiro para 100 novos locais em toda a Guiné-Bissau de Bafatá à Buba (Stewart, 2018)²⁰⁹.

Apesar de não estarem disponíveis dados sobre os montantes recebidos ou enviados através das transferências via Orange Money na Guiné-Bissau, sabe-se que elas são muito importantes. A operadora é uma das melhores implantadas no continente. A Orange está presente em 28 países, com mais de 224 milhões de clientes. E no continente africano estende-se do Magrebe (Egito, Marrocos e Tunísia) à África Austral (Botswana e Madagáscar), passando pela África Anglófona (Quênia e Uganda). Mas a sua maior presença é, sem dúvida, nos países Francófonos (RDC e Camarões, na África Central), mas sobretudo na África Ocidental, onde está presente na Costa do Marfim, Guiné Conacri, Mali, Níger e Senegal, e agora também na Guiné-Bissau.

Segundo a Africa Business Communities²¹⁰, em maio de 2014, a Orange declarou que as suas transações através da Orange Money tinham atingido 2,2 mil milhões de euros, tendo a Costa do Marfim contribuído com cerca de 40% deste montante.

Por outro lado, é notória a sua implantação nas zonas urbanas, principalmente entre os jovens e as senhoras, sendo frequente ouvir-se nas conversas entre jovens, a referência a que “ter número da outra operadora é sinónimo de ser velho”. Estes dois grupos da população são aqueles que recebem montantes de mais baixo valor, envidos também por estas duas camadas sociais. Não existem dados na literatura sobre este aspeto das remessas, mas o nosso conhecimento da realidade da migração guineense pelo menos em Portugal, permite-nos afirmar isto. Já entre os homens e a população adulta é muito raro enviarem valores inferiores a 50€, embora, recentemente, com a possibilidade de fazer carregamentos de crédito para números de telefones guineenses a partir de um simples

209 <https://www.worldremit.com/en/news/monamon-partners-with-worldremit-to-launch-instant-international-money-transfers-to-guinea-bissau>

210 <https://africabusinesscommunities.com/>

terminal de *Payshop*²¹¹ em Portugal, esta realidade começou alterar-se, ou seja, basta o (a) beneficiário indicar um número de telefone de um agente que vende crédito, carregar 20€ de crédito, para ele receber cerca de 13 mil francos cfa. Este simples procedimento, mesmo envolvendo quantias pequenas faz muita diferença para uma criança que necessita comprar material escolar, por exemplo.

6.5 O impacto das remessas dos emigrantes no desenvolvimento da G.-Bissau

Apesar de nos últimos anos se terem multiplicado trabalhos sobre o contributo das remessas dos emigrantes e o seu impacto no desenvolvimento dos países de origem, geralmente as abordagens situam-se mais ao nível nacional e de macroeconómico, e poucas vezes ao nível das comunidades isoladas. Por exemplo a revista *West Africa Monitor Quarterly | Issue 7 | July 2015*²¹², editada pelo do Banco Africano de Desenvolvimento, dedicou a sua edição número 7, de julho de 2015 a contribuição da diáspora no desenvolvimento dos países da região. Logo no primeiro parágrafo, os editores referem que a África Ocidental continuava o seu processo de transformação e esta sétima edição apresentava uma atualização sobre o esforço rumo ao do desenvolvimento político, económico e social na região, analisando com maior profundidade alguns países, entre os quais a Guiné-Bissau.

“Since 2006, remittances to West Africa have surpassed ODA in terms of volume received by the region. Although still scattered and fragmented, these funds could potentially finance development, provided that recipient countries support investment by the Diaspora, and encourage members to launch socio-economic projects in their countries of origin. The paper demonstrates the role migrants play in West African economies and analyses the main obstacles to the optimisation of their contribution to development. It presents the instruments available to governments in the region to enhance the resources and skills of their Diaspora and makes recommendations to achieve this” (Wahome, James & Weigert, Maxime, 2015: 1).

No caso da Guiné-Bissau, o relatório refere que a “diáspora Bissau-guineense é de grande importância para o país, sendo política e economicamente ativa. Do ponto de vista

211 “A Payshop é um serviço que permite o carregamento de telemóveis, títulos de transporte, e o pagamento de várias contas como o telefone, eletricidade, água, gás, televisão, impostos e portagens, entre outros. Com mais de 4400 pontos de contacto, a rede Payshop compromete-se a oferecer um serviço simples, rápido e sem complicações - sem necessidade de cartões bancários, registos, digitação de dados ou códigos. Todas as operadoras móveis nacionais permitem que carregue o seu telemóvel num agente Payshop de forma rápida, simples e cómoda. Caso se trate de um operador internacional, temos disponível o serviço para mais 20 países, como por exemplo: Espanha, Brasil, Roménia e Guiné Bissau”. Disponível: <http://www.payshop.pt/servicos-disponiveis/carregamentos-e-pagamentos.html>

212. Wahome, J. & Weigert, M, (2015),

https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/L%E2%80%99observatoire_de_1%E2%80%99Afrique_de_1_Ouest_-_num%C3%A9ro_7.pdf (Wahome, J. & Weigert, M, 2015).

político, a diáspora é oficialmente reconhecida e alocada dois assentos no parlamento. Do ponto de vista econômico, contribui para a economia principalmente por meio de remessas” (Arvanitis, 2015: 8)²¹³.

No entanto, o autor sublinha que, apesar do reconhecido contributo das remessas para a economia do país, atingindo 104 milhões de dólares, cerca de 7,7% do PIB em 2017, o seu impacto não é bem documentado. É ainda destacado que, a maioria das remessas continua a ser gasta em consumo e muito pouco em investimento. Apesar das lacunas apontadas, o autor não tem dúvidas sobre o potencial da diáspora guineense para o desenvolvimento do país.

Para além das remessas dos emigrantes, parece-nos importante fazer uma referência à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) que a Guiné-Bissau tem recebido desde a sua independência, em 1974. Entendemos que só com esta combinação podemos tirar as devidas conclusões sobre o impacto destes fluxos financeiros.

Em declarações recentes, o diretor do Departamento de Cooperação e Desenvolvimento da OCDE, Jorge Moreira da Silva, uma das organizações mais importantes a nível global na ajuda aos países em desenvolvimento ter afirmado que “a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (ADP) é “insuficiente” face às necessidades dos países em desenvolvimento” (DN, 2018)²¹⁴.

No entanto, apesar desta chamada de atenção sobre a insuficiência da ajuda, a verdade é que o continente africano tem beneficiado de muitos donativos para apoiar o seu esforço rumo ao desenvolvimento. Por exemplo, a média da ajuda dos países da OCDE para o continente em três anos (2014, 2015 e 2016), foi de cerca de 51 694 milhões de dólares (OCDE, 2018: 6). No entanto, o mesmo relatório revela que esta ajuda é desigualmente distribuída. Nestes três anos, por exemplo, dez países receberam cerca de 46% da ajuda, enquanto os restantes 44 países receberam 54 por cento. A Etiópia é de longe o maior beneficiário do continente (mais de 3 630 milhões de dólares, cerca 7% do total neste período), seguem-se cinco países com valores muito próximos (Egito, Tanzânia, Nigéria, Quênia e RDC, com cerca de 5%, cada), Marrocos e Moçambique receberam cerca de 4% cada um, e finalmente, Sudão do Sul e Uganda cerca de 3% do total cada (figura 6.8).

A Nigéria é o único país da África Ocidental a figurar nos dez países que mais beneficiaram com a Ajuda Pública ao Desenvolvimento nos três anos em análise.

213 https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/L%E2%80%99observatoire_de_1%E2%80%99Afrique_de_1_Ouest_-_num%C3%A9ro_7.pdf

214 <https://www.dn.pt/lusa/interior/ajuda-publica-ao-desenvolvimento-e-insuficiente-e-e-preciso-inovar----ocde-9265642.html>

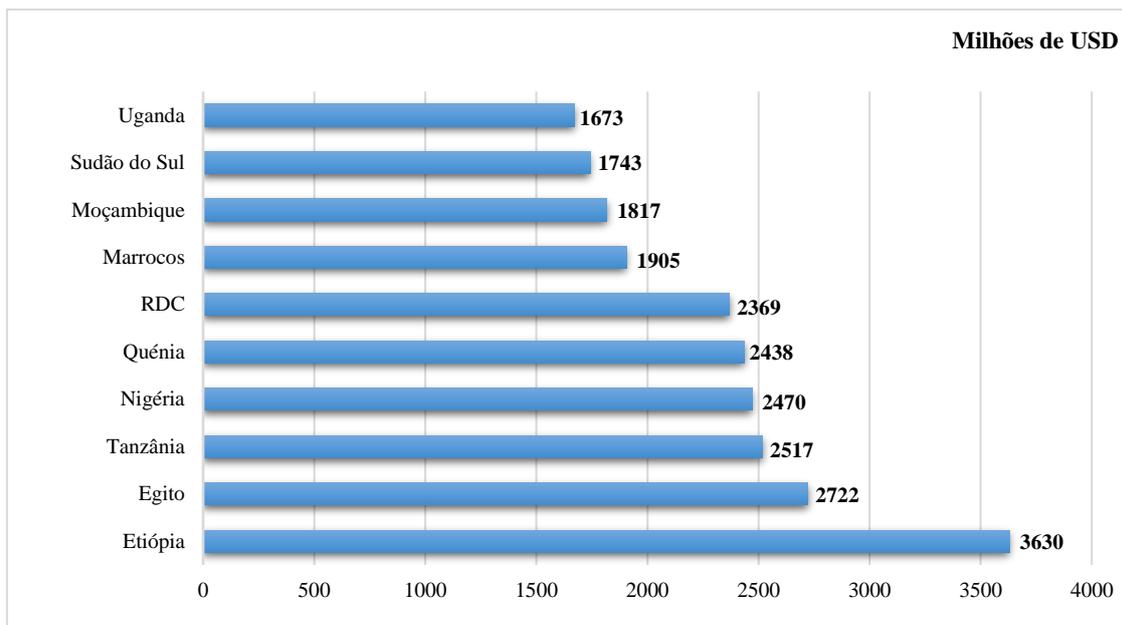


Figura 6-8: principais países destinatários da APD na África (média dos anos 2014, 2015 e 2016)
 Fonte: (OCDE, 2018)²¹⁵.

A Guiné-Bissau, apesar da sua reduzida dimensão territorial e populacional, tem sido beneficiada ao longo da sua história como país independente com verbas significativas de Ajuda Pública ao Desenvolvimento. No período de 1970-79, por exemplo, o país recebeu da OCDE, em média, mais de 56 milhões de dólares por ano, valor que subiu para mais de 151 milhões na década de 1980-89, uma subida de quase 170 por cento. Na década de 1990-99, atingiu 155 milhões de dólares, um acréscimo de mais de 2,6%. No decénio seguinte (2000 – 2009), as ajudas da OCDE, sofreram uma queda de quase 31%, relativamente a década anterior, situando-se em 107 milhões.

Apesar de o documento não apresentar razões para esta situação, certamente não estaremos longe da verdade se afirmarmos que a instabilidade política e militar que o país conheceu nesse período terá contribuído para a retração do apoio internacional. No entanto, o fluxo de ajudas voltou a recuperar no período entre 2010 e 2016, atingindo 111 milhões de dólares (uma subida de cerca de 3,74%), só nos primeiros seis anos do decénio, como se pode observar na (figura 6.9).

215 <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-data/Africa-Development-Aid-at-a-Glance-2018.pdf>

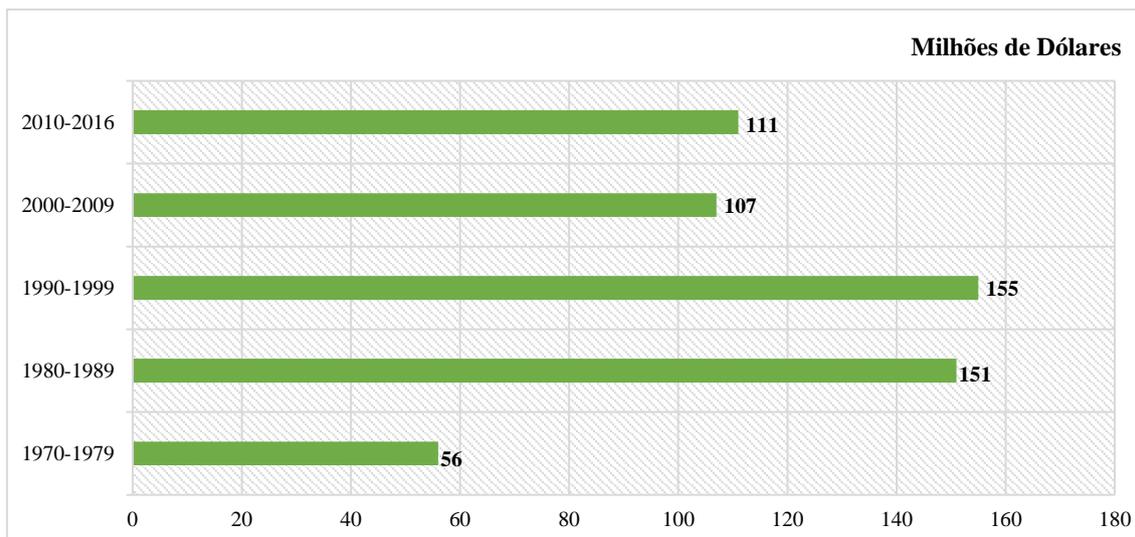


Figura 6-9: APD recebida pela Guiné-Bissau em média anual por decénio e dos (2010-2016)
 Fonte: (OCDE, 2018).

No entanto, observando apenas os últimos três anos em análise, verifica-se que os fluxos de ajuda para a Guiné-Bissau não têm sido regulares. Em 2014, o país recebeu mais de 97 milhões de dólares, descendo para 95 milhões no ano seguinte, uma ligeira queda de cerca de 2%, para registar uma subida significativa (mais de 108%), passando de 95 para mais de 198 milhões de dólares nos primeiros 6 meses de 2016.

A comparação das contribuições da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e das remessas dos emigrantes no PIB revela duas tendências distintas. Nos primeiros anos depois da independência do país o valor da APD era mais de 60% do PIB, como por exemplo, em 1998, primeiro ano desta série em análise (figura 6.10), era 61,4 por cento. No princípio do século XXI a APD ainda representava mais 20% do PIB da Guiné-Bissau, tendo atingido o seu máximo deste século no ano de 2013 com mais de 36 por cento. A partir desta data a ajuda recebida tem oscilado muito, mas sempre com tendência para reduzir o seu peso. Com o passar do tempo foram-se reduzindo gradualmente para atingindo o seu valor mais baixo em 2012, ano em que a Guiné-Bissau esteve sob sanções económicas e diplomáticas na sequência do golpe militar, tendo como consequência o afastamento da maioria dos doadores.

Comportamento diferente tiveram as remessas. Em 1998, primeiro ano em que há dados sobre as remessas dos emigrantes guineenses (curiosamente ano em que a Guiné-Bissau viveu uma terrível guerra civil, que destruiu praticamente por completo o tecido económico do país), representavam apenas (0,9%) do PIB, descendo nos dois anos seguintes para (0,6) e (0,4) respetivamente. O ano de 2003 marca a consolidação das remessas no PIB, quando o seu peso atingiu quase 5%. Apesar das oscilações registadas

nos anos seguintes, o peso das remessas foi aumentando até atingir o seu máximo em 2014 com quase 9 por centos.

Como foi visto anteriormente em muitos países a contribuição das remessas no PIB é superior ao APD. E na Guiné-Bissau, apesar de os dados disponíveis ainda não confirmarem, como se pode observar na figura 6.10, é de admitir que as remessas tenham já ultrapassado o valor de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, conhecida a importância das transferências através dos canais informais. como foi visto no capítulo 5, (figura 5.26), mais 34 por centos dos imigrantes inqueridos afirmam recorrer aos agentes informais ou outros para enviar as remessas para seus familiares,

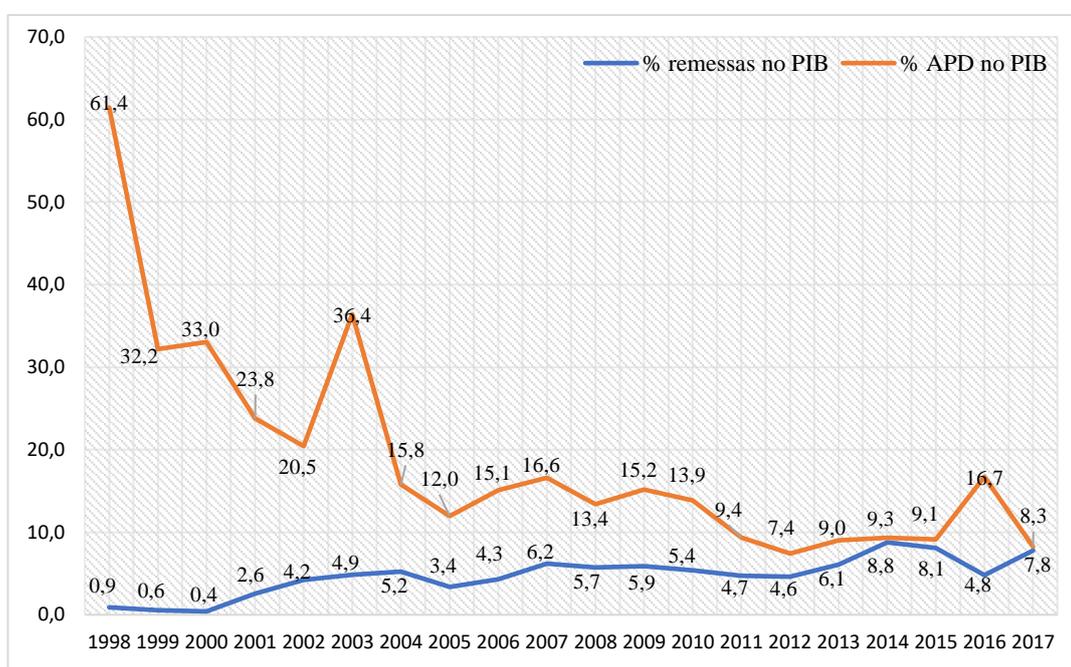


Figura 6-10: Evolução das contribuições da APD e das remessas no PIB
 Fonte: World Bank, 2019

Quanto ao destino dado às doações recebidas pela Guiné-Bissau, verifica-se que a grande maioria é destinada aos setores sociais. Em 2016, dos 124 milhões de ajuda recebida, 87 milhões (mais 70%) foram para estes setores, seguida da rubrica denominada de multissetorial, com 21 milhões (cerca de 17%), da ajuda programada (9 milhões ou seja, mais de 7%, enquanto o serviço da dívida recebeu 5 milhões (cerca de 4%), os setores produtivos e da economia ficaram com 2 e 1 milhão (cerca de 1,6% e 0,8%, respetivamente). E não houve verbas para a ajuda humanitária nem para outros setores em 2016, como se observar na (figura 6.10), a seguir.

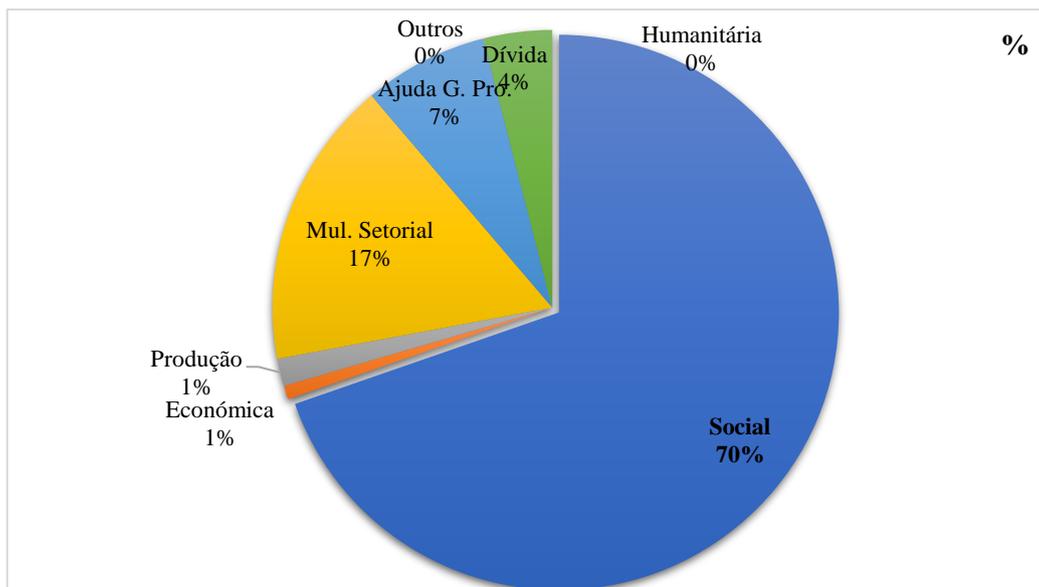


Figura 6-11: APD para a Guiné-Bissau por setor, 2016
 Fonte: (OCDE, 2018).

Analisar o impacto das remessas na economia da Guiné-Bissau em geral, e nas famílias em particular, não se afigura uma tarefa fácil. Ao contrário das condições encontradas por Adams Jr, na Guatemala (nomeadamente a existência de muitos dados sobre a migração interna e internacional)²¹⁶ para justificar a escolha deste país da América Central como estudo de caso, este não é de todo o caso da Guiné-Bissau. Se como vimos nas linhas precedentes, o fluxo das Ajudas Públicas ao Desenvolvimento, bem com as áreas a que foram destinadas, no caso das remessas a situação é diferente. É verdade que há dados sobre os montantes (ou estimativas) enviados pelos migrantes através dos canais formais, o mesmo não acontece com as remessas enviadas através de canais informais, e que representam uma parte significativa das remessas. Este facto levanta problemas na aplicação das questões metodológicas sugeridas pelo Adams Jr., que são importantes no esforço para examinar o impacto das remessas (internas ou internacionais) sobre a pobreza e o investimento nos países em desenvolvimento.

Segundo o autor,

“(...) at the outset, it should be noted the any effort to examine the impact of remittances (internal or international) on poverty and investment involves several important methodological issues. On the one hand, it is possible to treat remittances as a simple exogenous transfer of income by migrants. When treated as an exogenous transfer, the economic question is as follows: how do

²¹⁶ Segundo o autor, o capítulo em questão trata de analisar os impactos das remessas internas e internacionais na pobreza dum país em desenvolvimento: Guatemala. E acrescenta: “Guatemala represents a good case study because it produces a large number of internal migrant (to urban areas) and international migrants (to the United States). The presence of a new, detailed nationally representative household survey in Guatemala makes it possible to analyse the impact of these two types of remittances in that country” (Adams, Jr., 2006: 53).

remittances, in total or at margin, affect the observed level of poverty or investment in a developing country? On the other hand, it is also possible to treat remittances as a potential substitute for home earnings, the economic question is as follows: how does the observed level of poverty or investment in the country compare with a counterfactual scenario without migration and remittances but including an imputation for the home earnings of migrants had those people stayed and worked at home? This latter treatment seems to represent the interesting (and challenging) economic question because it compares poverty and investment in a country with and without remittances (Adams, Jr., 2006: 53-54).

Ora, a falta destes detalhes no caso guineense, principalmente a ausência de dados comparativos do nível de pobreza em famílias com emigrantes (portanto que recebem remessas) e os que não têm um elemento seu emigrado (logo, não têm este rendimento complementar), compromete qualquer esforço para analisar o impacto das remessas.

Segundo o Banco Mundial (2019), a Guiné Bissau apresenta os seguintes indicadores: uma população estimada em 1,8 milhões de habitantes, com um crescimento médio na ordem de 2,5% (menos uma décima quando comparado com o ano 2010, e uma densidade populacional de 66,7 hab/km². A Esperança de vida à nascença, total de 58 anos. A Taxa de fertilidade, total de 4,6 nascimentos por mulher (2018), enquanto a taxa de fertilidade de adolescentes (nascimentos por 1.000 mulheres, com idades entre 15-19) 105 (menos 8 quando comparado com o ano 2010). Este valor tende a continuar alto porque a prevalência mulher (entre os 15 e 49 anos) que usam qualquer método contraceptivo é de apenas 14% (2010). Por outro lado, os partos assistidos por pessoal de saúde especializado (apenas de 43% do total; uma taxa de mortalidade crianças (por 1.000 nascidos vivos) de 82 (apesar de continuar ainda muito alta, nota-se neste aspeto um progresso assinalável registando nos últimos anos. Este indicado era de 175 em 2000 e de 114 no ano 2010. A prevalência de baixo peso de mais 18%, peso para a idade (% de crianças menores de 5 anos). E a Prevalência do HIV, total (% da população entre 15 e 49 anos. A proporção da população de 0-4 anos (%) de cerca de 18%, Proporção da população de 0-14 anos (%) de 43,5 e Proporção da população de 65 e mais anos de idade de apenas 2,2 por centos.

Outro setor que absorve uma fatia importante das verbas recebidas, a educação, apresenta uma taxa de conclusão primária, total (% da faixa etária relevante) de apenas 65 (dados de 2010, mais 37% em relação ao ano de 2000, uma matrícula escolar, primária (% bruta) 118,7, o que denota o grande esforço para atingir a cobertura total para este nível de escolaridade, mas as matrículas no secundário ainda muito baixo (18% bruta) em (2000) denuncia ainda as fragilidades do sistema.

A proporção de trabalhadores em situação de pobreza superior 69% da população em (2010) e a percentagem de funcionários em situação de pobreza, vivendo com 1,90 dólares por dia era superior a 67% (2011).

A nível da economia o país tem registado um crescimento razoável PIB quando considerado apenas os valores absolutos (certamente o ponto de partida muito baixo elude um pouco neste aspeto), passando de 0,24 bilhões de dólares (1990) 0,37 bilhões em (2000) 0,85 bilhões (2010) para finalmente atingir os 1,46 bilhões de dólares em (2018).

Em termos relativos, nota-se um abrandamento no crescimento do PIB (% anual), passando 6,1% em 1990, para 5,4% no 2000, descendo para 4,6% em 2010, tendo situado em 3,8% em (2018), o seu valor mais baixo nas últimas décadas

Os dados do último ano mostram que a agricultura continua a ter um peso enorme no PIB nacional, contribuído com cerca de 47%, enquanto a indústria e construção com apenas 13% e os serviços com 25 por centos.

No mesmo período as exportações de bens e serviços (% do PIB) tem registado uma oscilação, tendo contribuído com cerca de 10% (1990), atingindo os 22% na década seguinte (2000), para na década seguinte recuar para cerca de 15% e se situar em 25% em 2018. Por seu lado a importação de bens e serviços (% do PIB) denota que o país continua a gastar mais de um terço do seu PIB nesta rúbrica que eram de 37% em 1990, 33% em 2000, 35% em 2010 e finalmente cerca de 32% em 2018.

E se a estes dados juntarmos por exemplo os 17,2 % da cobertura de eletricidade, cerca de 24% de lares com um aparelho de televisão ou um pouco mais de 10% com um frigorífico demonstra bem a realidade do país. Apenas 3,9% da população que usam a Internet, 79 pessoas em cada 100 da população com assinaturas de telefone móvel (talvez o único indicador a aproximar dos padrões mundiais), mais nem por isso deve ser visto como muito positivo, pois, há mais de duas décadas que o país deixou de ter telefones fixos e o isolamentos em que muitas pessoas estão condenadas, obriga-as adquirir este meio comunicação. E pior ainda de tudo, o país só tem 48 pontos da capacidade estatística (média geral), o que reflete na qualidade de qualquer análise que se pretenda levar a cabo. E com o país a ocupar o 177 posição, dos 189 países classificados, dificilmente podemos dizer que estes fluxos quer da APD, quer das remessas, têm contribuído significativamente para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, tendo em conta os montantes recebidos, pelo menos utilizando a definição do desenvolvimento proposto por Anthony Payne e Nicola Phillips.

Segundo estes autores, o desenvolvimento é, grosso modo entendido como:

“Padrões de vida mais altos. Aumento do rendimento per capita. Aumento da capacidade produtiva. Domínio sobre a natureza. Liberdade através do controle do meio ambiente por homem. Crescimento económico. Mas não é mero crescimento, mas sim crescimento com equidade. Eliminação da pobreza. Satisfação das necessidades básicas. Tentar alcançar os países mais desenvolvidos tecnologicamente em termos da riqueza, poder e estatuto. Independência económica e autoconfiança. Âmbito de autorrealização para todos. Libertação, os meios para a ascensão humana” (Payne, et al., 2010: 2).

Esta relativa incapacidade de absorção dos fluxos e os transformar em verdadeiros meios de criação de riqueza para melhorar a vida dos cidadãos está ligada com a forma como a grande maioria dos países tem sido gerida – a gestão baseada naquilo que o Todd J. Moss chamou de *“Big Men, Personal Rule, and Patronage Politics”*²¹⁷. Segundo o autor, “o Big Man é um clichê, mas descreve um sistema político particular dominado por indivíduos e relacionamento pessoal (em oposição a instituições e leis) com a distribuição de dinheiro, empregos e favores” (Moss, 2011: 39-4). Por isso, a concentração do poder, regras pessoais, política de patronato e regimes predatórias, são as principais marcas desses regimes. A existência de regimes desta natureza favorece a prática de corrupção, nepotismo e desvio de fundos provenientes das muitas riquezas naturais desses países, bem como das ajudas recebidas.

No caso da Guiné-Bissau, trata-se de um regime dominado por um partido único, que segundo a primeira constituição do país estava acima do Estado, seguido de regime militar dominado por um homem forte ou (*Big Man*, a nossa escala, João Bernardo Vieira – Nino), que governou o país quase 20 anos seguidos, e que terminou com a guerra civil de 1998/99. A partir daí a instabilidade político-militar e governativa tomou conta do país, impedindo a existência de políticas de desenvolvimento claras e coerentes, e menos ainda a sua execução. E com isso desperdiçando muitas oportunidades e ajudas que o país tem beneficiado.

217 Moss, Todd J. (2011). *African Development: Making Sense of the Issues and Actors*. (2.º Edition). London: Lynne Rienner PUBLISHERS, iNC.

O autor fez uma listagem de grande parte dos Big Man's que governaram o continente desde a sua independência, começando por Kwame Nkrumah, do Gana, Julius Nyerere na Tanzânia, Mobutu Sésé Seko, no Zaire, Idi Amin Dada e Yoweri Museveni, ambos do Uganda, José Eduardo dos Santos, em Angola, entre muitos outros. Mas também alguns que ele afirma que talvez muitos não conhecem, como tal, mas que foram ou o são “big men”, como os casos de Félix Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim, Kenneth Kaunda, da Zâmbia, Léopold Senghor, do Senegal, e Paul Kagame, da Ruanda, entre outros.

7 NOTAS FINAIS

Os estudos sobre migrações e o papel das remessas no desenvolvimento das regiões/países de origem dos migrantes têm-se multiplicado nas últimas décadas. A sua grande maioria continua, no entanto, centrada nos fluxos migratórios dos países em desenvolvimento em direção aos países desenvolvidos, a chamada migração Sul – Norte, deixando para segundo plano as grandes movimentações populacionais que ocorrem entre os países em desenvolvimento em geral, e em certas regiões, como a África Ocidental, a que mais interessa para este trabalho, por aí se localizar a Guiné-Bissau. Com efeito, mais de 80% dos movimentos populacionais com origem na África Ocidental têm como destino a própria região (PNUD, 2009; OIM, 2019; e Adepoju, 2016).

Apesar da grandeza dos números da população africana que se desloca dentro do continente, nem por isso fica facilitada a tarefa de melhor os conhecer. Primeiro, a natureza das fronteiras desenhadas pelas potências coloniais conduziu ao estabelecimento de fronteiras formais, provocando a divisão de grupos culturais e étnicos, sendo por isso dificilmente respeitadas; em segundo, os governos enfrentam desafios na gestão de fronteiras internacionais, respeitando as comunidades transfronteiriças. Por outro lado, a fraca capacidade de implantar o Estado – Nação, a negligência das autoridades e a crónica falta de meios torna o controlo das fronteiras quase uma tarefa impossível. No entanto, nos últimos anos tem havido esforços quer das autoridades nacionais, quer através de acordos bilaterais, e sobretudo através de organizações regionais, no sentido de implementar políticas de livre circulação de pessoas e bens nos seus espaços.

A grande maioria dos fluxos migratórios que ocorre no interior das regiões, quer entre os espaços regionais do continente africano, quer ainda para fora do continente africano, obedece a três padrões fundamentais: a) migração transfronteiriça (a existência de fronteiras comuns entre os países) – esta é mais comum em todas as regiões africanas analisadas; b) afinidades étnico-culturais e linguísticas entre países ou regiões – é o caso por exemplo dos egípcios em direção aos países do outro lado do Mar Vermelho; c) histórico-linguísticas, esta última mais comum quando se trata das migrações intercontinentais. É o que sucede com senegaleses, malianos e costa marfinenses que procuraram a França, ou nigerianos, liberianos e ugandeses que tendem a procurar mais o Reino Unido que os originários dos países africanos francófonos.

De igual modo, os guineenses consideram Portugal como primeira opção de migração e, regra geral só depois procuram outros destinos. A mesma lógica explica o facto de os

guineenses serem a mais importante comunidade estrangeira em Cabo Verde, por exemplo, ainda que nos últimos anos os imigrantes entrem em Cabo Verde em contexto que é facilitado pelo protocolo de mobilidade estabelecido entre os países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

No entanto, existem casos que fogem aos padrões anteriores, países produtores de petróleo, como a Nigéria, Gabão e Guiné Equatorial, são procurados por pessoas de diferentes latitudes quer à procura de oportunidades de trabalho neste setor, quer para ocupar lugares subalternos deixados por cidadãos desses mesmos países. Pese embora o facto de as migrações laborais constituírem a principal causa das migrações, as relações familiares e afinidades culturais, a proximidade geográfica e os laços histórico-culturais assumem ainda uma expressão significativa.

No contexto africano, alguns autores referem que a grande maioria dos fluxos migratórios do continente seguem as antigas rotas existentes, alguns desde há muitos séculos (OIM, 2018; Adepoju, 2016).

Apesar de termos balizado o nosso estudo sobre as migrações guineenses ao período compreendido entre 1980 e 2017, no território que é hoje a Guiné-Bissau existiram sempre grandes movimentações populacionais. No entanto, alguns acontecimentos ocorridos nos finais do século XIX, mas sobretudo durante o século XX aumentaram e intensificaram essas movimentações. Entre estes acontecimentos pode-se referir a “guerra da pacificação”, primeiro, e os trabalhos forçados que lhes seguiram que levaram muitas pessoas a abandonar o território.

Ainda na década de 40 do século XX, outros dois acontecimentos tiveram as mesmas consequências, o primeiro foi a intensificação motivada pelo aumento da cobrança do imposto de palhota, principalmente quando se tentou substituí-lo pelo imposto de cama. E o segundo relaciona-se com doenças do gado bovino que quase dizimaram os animais, obrigando à saída de número significativo de habitantes, principalmente entre os fulas criadores de gado no sul da província, uns em direção a Leste e Nordeste do país e outros em direção a Casamansa (Policarpo, 2006).

A guerra da independência ocorrida na década de 1960 e primeiros anos da década de 1970, foi outro acontecimento que terá provocado a saída de mais de 30% da população guineense. Para além destes, ainda houve grande número de deslocados internos que procuravam maior segurança nos principais centros populacionais.

As grandes movimentações populacionais não cessaram com a independência, pelo contrário, já que grande parte dos guineenses que serviram no exército português

acabaram por ser perseguidos, o que levou a saída de muitas pessoas. A par destas, também os feridos de guerra evacuados para a metrópole e que a independência apanhou em Portugal em tratamento, que acabaram por constituir o primeiro grupo de migrantes guineenses em Portugal.

Os acontecimentos atrás descritos, para além de saída das pessoas em direção aos países vizinhos, desencadearam grandes movimentos populacionais em direção à capital, provocando uma alteração profunda na composição étnica e conseqüentemente no tecido social em geral.

A política de segregação racial e espacial durante o período colonial conduziu ao desenvolvimento assimétrico da cidade de Bissau. A zona de residência dos “civilizados” - a população branca de origem europeia, os sírio-libaneses, os mistos (cerca de 0,3%) -, foi dotada de todas as infraestruturas que uma cidade necessitava, enquanto que as zonas de população indígena, como se designava a população nativa, foram abandonadas à sua sorte, sem nenhum cuidado, criando uma oposição clara entre a cidade formal e informal.

Foi na base desta política de segregação espacial na cidade de Bissau que nasceu o Mercado de Bandim, um dos nomes que inspirou este trabalho. Na zona nobre da cidade, foi construído o Mercado Municipal de Bissau, para servir a escassa população de “civilizados”, enquanto o Bandim era destinado à população africana.

O desinteresse demonstrado pela administração colonial em dotar de condições mínimas este espaço foi, de certo modo, agravado pela incapacidade e incompetência das autoridades saídas da independência em 1974, em fazer as devidas correções há muito necessárias.

Este mercado, que se iniciou na década de 60 do século XX como um pequeno núcleo onde se faziam trocas de produtos, rapidamente se expandiu passando de 1 700 m² na altura da independência do país, em 1974, para mais de 30 000 m², em 2011. Para este trabalho definiu-se o Mercado de Bandim, como todo o espaço do bairro de Mindará, ocupando uma pequena faixa do Bairro de Gâ Beafada e Missirá, uma parte do Bairro de Belém e uma parte do Bairro de Bandim, principalmente na zona de Caracol, ocupando aproximadamente 36 hectares, cujas populações direta ou indiretamente vivem do mercado.

Esta expansão territorial do mercado trouxe consigo alterações significativas nos produtos vendidos e nos comerciantes, provocando muitas vezes problemas sociais significativos.

Apesar do abandono e falta de condições que caracteriza o Mercado de Bandim, todos os atores políticos, económicos e empresariais reconhecem a importância que o mercado desempenha no panorama económico, financeiro e social do país. É aliás, considerado se não o único, pelo menos o maior mercado financeiro do país, cujo movimento capital era já estimado em mais de 1 milhão de dólares por dia, no princípio deste século (INEP, 2001).

A carência, a excessiva desordem e corrupção que têm caracterizado a administração pública guineense, a par da proximidade dos Serviços de Estrangeiros e Migrações, fez do Bandim o principal centro de todo o processo da migração do país. Os agentes aí instalados tinham as suas redes até nas principais embaixadas e consulados, por isso não constitui surpresa que o Bandim viesse a transformar-se no principal ponto de receção de transferências de remessas informais proveniente da diáspora guineense, principalmente dos residentes em Portugal.

As dificuldades sentidas por Portugal em negociar um acordo que pudesse salvaguardar os interesses das pessoas que trabalharam na sua administração, nomeadamente os militares que serviram ao lado do exército português durante a guerra colonial, minimizando as possíveis represálias por parte do PAIGC, como de resto veio a acontecer, acabaram por condicionar a vida destes militares africanos. O primeiro fator foi a euforia vivida pela população guineense, incluindo muitos destes militares e sobretudo alguns oficiais que foram enganados pelo PAIGC com promessas de que seriam integrados num futuro exército guineense. Por outro lado, a falta de divulgação do Decreto-Lei 308-A/75, de 24 de junho, que regulava a possibilidade de certos grupos de pessoas, nomeadamente os militares guineenses nascidos nas ex-colónias portuguesas de conservarem a nacionalidade Portuguesa depois destes territórios se tornarem independentes, no prazo de dois anos, acabaram por causar grande sofrimento a muitos guineenses nomeadamente os militares que estiveram no “lado errado da história” na luta da independência.

Foi por isso que, quando estes ex-combatentes africanos chegavam a Portugal faziam-no na condição de estrangeiros, e são estes que constituem o primeiro grupo de guineenses residentes em Portugal no pós-independência. Assim, a par dos primeiros grupos de estudantes e doentes que chegavam a Portugal ao abrigo dos acordos entre o novo país e antiga potência colonial, a maioria dos 678 guineenses que constavam nas estatísticas do SEF em 1980 era constituída por ex-combatentes. No entanto, esta figura de cooperação

foi usada abusivamente pelas redes criminosas instaladas na administração de saúde guineense e de auxílio à migração ilegal.

Impedidos de regressar à Guiné, temendo pela vida, acabaram por ficar experimentando muitas vezes grandes dificuldades económicas e de integração na sociedade portuguesa.

Com a ocupação do Palácio da Independência por parte da recém-formada Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), para sua sede, beneficiaram da solidariedade dos seus camaradas de armas, que ali criou uma escola e uma cantina, onde se podia tomar uma refeição quente a preços reduzidos. A decisão de juntar no mesmo espaço estes dois serviços revelou-se muito útil para os deficientes das forças armadas em geral, e os provenientes das ex-colónias em particular.

Esta concentração de muitas pessoas provenientes de diferentes aquartelamentos espalhados pela cidade de Lisboa, foi não só a origem da concentração da comunidade africana no Rossio, como o berço de um núcleo de agentes dedicados ao envio de remessas de imigrantes para a Guiné-Bissau, constituído maioritariamente pelos comerciantes provenientes do Mercado de Bandim. Daí a inclusão do Rossio no título deste trabalho *De Bandim (Bissau) ao Rossio (Lisboa): o impacto das remessas dos emigrantes nas sociedades guineenses*.

A Guiné-Bissau, como a grande maioria dos países do mundo, está envolvida em todo o circuito de migração internacional, ou seja, o país é simultaneamente de imigração, de trânsito e de emigração. A Guiné-Bissau é procurada por muitos cidadãos africanos provenientes maioritariamente dos países da sub-região da África Ocidental. Como país de imigração a Guiné-Bissau é procurada sobretudo pelos seus vizinhos Guiné Conacri, Gâmbia e Senegal, que representam mais de 90% da população estrangeira residente no país (INE, 2009b). Como país de trânsito, a Guiné-Bissau é procurada para além dos cidadãos dos países referidos anteriormente, por malianos, Serra leoneses, liberianos e sobretudo, por nigerianos que, aproveitam as fragilidades do controle de fronteiras, a corrupção na administração pública, e em particular no sistema dos registos para adquirir a nacionalidade guineense que lhes permita tentar chegar a outras paragens. Alguns destes candidatos já passaram pela experiência de emigração num país europeu, onde tiveram problemas e acabaram por ser deportados.

Por outro lado, tal como acontece com todos os países da costa atlântica, a Guiné-Bissau, sobretudo o arquipélago dos Bijagós é utilizado pelas redes clandestinas para

chegar a portos mais a norte do continente e rumar à Europa, aproveitando as fragilidades de segurança do país e a quase ausência de meios para fiscalização das águas guineenses.

Com a implementação da política de livre circulação de pessoas e bens na CEDEAO, principalmente com a criação do passaporte único dos seus estados membros, a Guiné-Bissau tem recebido advertências relativas à necessidade de melhorar a sua administração em geral, e dos registos em particular, alegando a grande facilidade de obtenção da nacionalidade guineense.

A partir de 1980, a procura de Portugal como principal destino da emigração foi aumentando gradualmente. Cinco anos depois, os guineenses em Portugal eram quase dois milhares; uma década mais tarde o seu número chegava aos 5 mil; mas o grande salto fez-se notar em 1994, quando o número de guineenses no país ultrapassou pela primeira vez, os 10 mil, depois da realização do primeiro processo de regularização extraordinária de imigrantes realizado em 1992/93. O ritmo de crescimento foi aumentando até atingir o seu máximo em 2008, com cerca de 24 mil pessoas. A partir de 2009, o fluxo de migrantes com origem na Guiné-Bissau começou a apresentar uma quebra, para se situar em 15 198 pessoas em 2017, o último ano da nossa análise.

No entanto, esta aparente quebra nos fluxos e nos *stocks* da imigração guineense em Portugal esconde duas novas realidades. A primeira foi o aumento do número de naturalizações de guineenses que atingiu quase as 27 mil naturalizações entre 2000 e 2017. Ao adquirirem a nacionalidade portuguesa, estas pessoas, deixam de figurar nas estatísticas dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras.

A segunda nova realidade é chegada a Portugal de guineenses via reagrupamento familiar. Ora, os guineenses naturalizados portugueses, deram a nacionalidade portuguesa aos seus filhos menores de 18 anos, portanto, quando estes viajam para Portugal, fazem-no na qualidade de cidadãos portugueses, por isso, apesar de serem contabilizados nos movimentos de entrada e saída de pessoas, acabam por não figurar nas estatísticas do SEF como imigrantes.

Paralelamente a estas duas situações, assiste-se a uma terceira, que é saída destes novos cidadãos portugueses para países da União Europeia, beneficiando assim da liberdade de circulação no espaço da UE. Este processo teve maior intensidade nos anos de maior impacto da crise económica de 2008, pois foram os primeiros a experimentar o desemprego. Atualmente, existem comunidades guineenses significativas, para além de França, em Espanha, no Reino Unido, Suíça e Luxemburgo.

A comunidade guineense em Portugal é jovem, constituída maioritariamente por pessoas com idades compreendidas entre os 25 e 49 anos, embora, se assista ao aumento de jovens menores e de pessoas com mais de 60 anos que, por via do reagrupamento familiar, se vêm juntar aos seus familiares em Portugal. Ao mesmo tempo assiste-se ao desaparecimento progressivo da primeira geração de imigrantes guineenses em Portugal, os antigos combatentes.

Uma última nota sobre as alterações observadas na comunidade guineense em Portugal e que é a tendência de paridade na proporção de homens e mulheres, acompanhando, de resto, a tendência geral da população estrangeira residente no país. Este facto pode ser explicado pela intensificação de reagrupamento familiar verificada nos últimos anos, e a segunda razão reside no aumento de número de mulheres que tomam a iniciativa de emigrar de modo autónomo.

Ainda é de referir que a comunidade guineense residente em Portugal apresenta um índice de concentração geográfica muito elevada. Cerca de 92% dos guineenses com estatuto legal vive em três distritos, Lisboa (76,34%), Setúbal (10,34%) e Faro (5,51%). No distrito de Lisboa, o concelho de Sintra é aquele que alberga maior número de cidadãos guineenses (35%), seguido da Amadora (17%), Loures e Odivelas (com 12% cada) e de Cascais com 7 % (SEF, 2018).

Um dos critérios que orientou este trabalho logo à partida foi assegurar a representatividade geográfica e diversidade étnica, por isso a pesquisa foi realizada, para além de Bissau, a capital, onde todas as comunidades estão representadas, em três sectores administrativos: Sonaco, no Leste, Canchungo, no Norte e Buba-Quebo, no Sul, representando deste modo, cada uma das províncias do país. A par do levantamento documental e bibliográfico sobre a problemática da migração em geral, e das remessas em particular, a metodologia envolveu uma combinação de métodos de recolha de dados que permitiu a triangulação entre a sociedade tradicional (tabanca), a zona de interface (Bandim) ambos na Guiné-Bissau e global (o Rossio em Lisboa).

É neste sentido que uma parte substancial do trabalho foi baseada em exploração empírica centrada em histórias de vida de pessoas (indivíduos, famílias, grupo, clã, etnia), bem como na utilização de abordagens mais informais baseadas na observação do investigador e em contatos prolongados.

O historial da emigração observada nas três comunidades estudadas pode ser resumido da seguinte forma: os fulas de Leste e seus parentes do Sul (porque não se conhece tradição da emigração significativa das outras comunidades étnicas do Sul)

tinham como hábito deslocar-se para o Senegal desde a introdução das culturas de exportação na antiga colónia francesa, nomeadamente o algodão e, sobretudo de mancará. Estas deslocações tinham caráter sazonal, e podiam ser de curta duração, nunca mais de 4 meses, ou por ciclo completo de produção, a mais prolongada, que poderia durar entre 9 e 12 meses.

A primeira emigração transcontinental conhecida nas duas comunidades, como de resto na própria emigração guineense em geral, data dos anos 80 do século XX, e tinha Portugal como destino. Com a consolidação da emigração guineense, aumentou também a diversidade de destinos. Apesar de Portugal continuar a ser o principal destino da emigração guineense, país de residência de mais de 60% dos guineenses emigrados, segundo os inquéritos na Guiné-Bissau realizados junto das famílias de migrantes, países como Cabo Verde, Senegal e Espanha são outros destinos muito procurados pela população do Leste. Os do Sul, para além de Portugal, também migram para outros países da União Europeia e para Cabo Verde.

Quanto à emigração da comunidade manjaca do Norte, esta iniciou-se com a mobilidade interna, procurando outras regiões do país, com destaque para a capital, e o vizinho Senegal, onde tem uma forte presença desde os anos 40 do século XX, e ainda a Gâmbia.

Ao contrário das outras duas comunidades, a emigração transcontinental da comunidade manjaca teve como primeiro destino a França (a partir de Senegal) desde os anos 60 do século XX, só depois para Portugal, tal como a emigração guineense em geral, já nos anos 80. Atualmente, para além destes dois países, os manjacos procuram destinos como Espanha e outros países da União Europeia. Ao contrário das comunidades de Leste e do Sul, é muito reduzido o número de manjacos que migra para países africanos.

A Guiné-Bissau tem recebido ao longo da sua história avultados somas de dinheiro no quadro de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Na década de 70 do século XX, por exemplo, o país terá recebido em média, mais de 56 milhões de dólares por ano, valor que subiu para 151 milhões na década seguinte, para atingir o valor mais elevado no período entre 1990 e 1999 (155 milhões de dólares). Estas ajudas conheceram um recuo na primeira década deste século, para cerca de 107 milhões de dólares, voltando a registar um aumento significativo entre 2010 e 2016, quando o valor se situou em 111 milhões de dólares. Se é verdade que a esta oscilação nos valores recebidos não é alheia a evolução da economia nos países doadores, não é menos verdade que a crónica instabilidade política na Guiné-Bissau tem a sua cota parte.

Ao dinheiro recebido no quadro de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, veio juntar-se as remessas enviadas pela diáspora guineense. Apesar de existirem desde a instalação dos primeiros guineenses em Portugal, o seu registo nas estatísticas oficiais só se iniciou depois do ano 2000. No entanto, a sua importância tinha sido assinalada desde o conflito político-militar de 1998/99, altura que o país ficou praticamente paralisado. Em 2001, as remessas enviadas pelos guineenses para a Guiné-Bissau atingiram pela primeira vez os 10 milhões de dólares. Dez anos depois o seu valor já tinha sido multiplicado por 5, ou seja, mais de 52 milhões e em 2017, o valor recebido ascendia a 104 milhões de dólares (OCDE, 2018).

Quanto às ajudas que os emigrantes guineenses prestam às suas famílias, a grande maioria dos inqueridos afirma enviar regularmente remessas para a terra, principalmente nas faixas etárias mais avançadas, onde o número de pessoas que afirma enviar remessas ultrapassa os 98 por cento. Regista-se, no entanto, que entre os mais novos é menor a capacidade e/ou vontade de poupar e enviar dinheiro para a Guiné-Bissau. Assim, mais de 46% dos jovens com menos de 24 anos e mais 31% na faixa etária (entre 25-29 anos) refere não ter hábito de enviar.

As remessas das pessoas com menos 40 anos têm maioritariamente (mais de 65% em média) como destinatário os pais, seguidos dos irmãos. A partir dos 40 anos o peso dos destinatários muda. A distribuição das remessas enviadas pelas pessoas com idades compreendidas entre 40-49 é mais equilibrada, ou seja, a percentagem dos que continuam a enviar para os pais desce em média para cerca de 34%, e aumenta o número dos que enviam para os conjugues (cerca de 45%), para os filhos (cerca de 24%), mais de 30% enviam para os irmãos e mais de 28% prestam ajuda a um outro parente. No caso dos migrantes com idade superior a 50 anos, são os conjugues que beneficiam das remessas enviadas (69%), seguidos dos filhos (cerca de 30 por cento).

Para além das remessas em dinheiro, os emigrantes guineenses enviam muitas outras coisas para os seus familiares na terra, nomeadamente roupa, aparelhos eletrónicos, televisores, joias e, mais recentemente, sobretudo telemóveis.

A forma mais comum de enviar as remessas é através das transferências via *Western Union*, seguida de *Money Gram*. Mas as transferências por canais informais são muito significativas, e é aí que os agentes instalados no Rossio, em Lisboa e no Bandim (Bissau) desempenham um papel fundamental. Estes, para além das transferências monetárias, são responsáveis pelo envio de muitas outras coisas, nomeadamente a correspondência, já que

há mais de duas décadas os correios na Guiné-Bissau se encontram numa paralisia quase total.

Considerando os montantes significativos recebidos por um país cuja população é estimada em cerca de 1,6 milhão de habitantes, sendo a grande maioria destas verbas destinadas aos setores sociais, nomeadamente a educação e saúde, conhecendo o nível de serviços e a falta de qualidade oferecidos num país com um PIB *per capita* de menos de 600 dólares, um dos mais baixos do mundo, e um IDH de 0,455 que coloca a Guiné-Bissau na 177^a posição entre 189 países classificados, só para apontar alguns indicadores, dificilmente podemos dizer que os fluxos financeiros, quer da APD, quer das remessas, têm contribuído significativamente para o desenvolvimento da Guiné-Bissau.

O certo é que as remessas destinadas aos familiares, que na sua grande maioria escapa ao registo das estatísticas oficiais, têm contribuído significativamente para o alívio da pobreza e sobretudo a diminuição da vulnerabilidade em termos da insegurança alimentar das comunidades.

Neste sentido, as remessas, principalmente aquelas destinadas diretamente às famílias, não deixam de contribuir para o desenvolvimento do país. Contudo, neste particular, parece-nos difícil utilizar as definições clássicas de desenvolvimento. Trata-se sim de aliviar a pobreza e garantir três refeições quentes diárias, conhecida a situação de vulnerabilidade alimentar em que se encontram muitas famílias guineenses, onde ocorre apenas o vulgo “*um tiro*”, expressão que serve para designar que a família só garante uma refeição quente diária. É de referir que esta situação é muito mais vulgar nos centros urbanos que nas zonas rurais, porque apesar de as comunidades estudadas enfrentarem várias carências, principalmente a nível de infraestruturas rodoviárias, sanitárias e de equipamentos escolares, não foi observada tanta vulnerabilidade ao nível alimentar. E nisso, certamente as remessas desempenham um papel importante.

No entanto, é de sublinhar que, em muitos casos, a emigração em geral e as remessas em particular, parecem estar a afetar de forma negativa as comunidades locais. A emigração, muitas vezes, acaba por retirar das famílias os seus membros mais ativos e dinâmicos. As remessas têm criado uma dependência excessiva das famílias com um ou mais elementos emigrados, o que se traduz depois no aumento da vulnerabilidade não só da família que ficou na terra, como do próprio migrante perante a responsabilidade de garantir o sustento da família, cuidados de saúde, educação e todos os tipos de cerimónias no seio da sua comunidade. Assim, não só fica muitas vezes sem capacidade de responder às solicitações familiares, em particular quando em situação de desemprego, como sem

possibilidade de criar poupanças para a sua reforma no regresso à terra de origem, um desejo de muitos guineenses que um dia se viram obrigados a sair para procurar melhores condições de vida para si e para os seus.

O estudo que desenvolvemos permite concluir que a capacidade de poupança dos guineenses emigrados e a ligação que mantêm com a sua região/local de origem poderia constituir um elemento fundamental para o desenvolvimento da Guiné-Bissau não fosse a crónica instabilidade política que tem impedido o estabelecimento de uma política migratória coerente para aproveitar esse potencial. Para a maioria das famílias nas diferentes regiões e grupos étnicos estudados, as remessas têm tido um papel assistencial, permitindo minimizar a pobreza em geral, e a segurança alimentar em particular, no entanto, para além da excessiva dependência em relação aos elementos emigrados, as remessas são geradoras de muitos conflitos no seio das famílias.

REFERÊNCIAS

- Abreu, A. (01 de março de 2012). Migração e diferenciação de classes na Guiné-Bissau rural. Lisboa Obtido de e-cadernos ces [Online]: <http://eces.revues.org/955>.
- Abreu, Alexandre José Germano de (2012) Migration and development in contemporary Guinea- Bissau: a political economy approach. PhD Thesis. SOAS, University of London <http://eprints.soas.ac.uk/14243>
- Acioly Jr., Claudio C. 1993. Planejamento Urbano, Habitação e Autocostrução: experiências com urbanização de bairros na Guiné-Bissau. Delft : Publikatieburo Faculteit Bouwkunde / Universidade de Tecnologia de Delft, 1993.
- Adams Jr., R. (2009). The Determinants of International Remittances in Developing Countries. *World Development* (pp. 93–103). Washington, DC: World Bank.
- Adams, Jr. R. (2005). Remittances, Poverty and Investment in Guatemala. In Ö. Çağlar, & S. Maurice, *International Migration, Remittances and the Brain Drain* (pp. 53-80). Washington DC: World Bank.
- Adams, Jr., R. H. (2006). Remittances, Poverty, and Investment in Guatemala. Em 2006, *International Migration, Remittances & The Brain Drain*. Washinton DC: World Bank and Palgrave Macmillan.
- Adepoju, A. (2008), *Migration in sub-Saharan Africa*. Uppsala. Nordiska Afrikainstitutet.
- Adepoju, A. (2016). Migration within and from Africa - Shared policy challenges for Africa. *Delmi, V*.
- ADFA, A. (s.d.). ADFA. (ELO) Acesso em 20 de maio de 2014, disponível em ADFA: http://www2.adfa-portugal.com:83/adfapor/index.php?option=com_content&view=article&id=23:historia-da-adfa&catid=37&Itemid=18
- Afonso, A. & Gomes, C. d. M. (2016), A conquistas das Almas: Cartazes e Panfletos da Acção Psicológica na Guerra Colonial. Lisboa: Tinta-de-China.
- Agência-Geral do Ultramar (1973), Ordenamento Rural e Urbano na Guiné Portuguesa. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.
- Aguilar, Renato, Monteiro, Huco e Duarte, Aquino (2001). Bandim - Subsídio para uma política de apoio ao pequeno negócio. Bissau: INEP, 2001.
- Alfieri, A., & Havingal (2006), *Issue Paper: definition of Remittances*. New York: United Nations Statistics Division.
- Alvarez, S. P., Briod, P., Ferrari, O., & Rieder, U. (2015). Remittances: How reliable are the data? *Migration Policy Practic - A Bimonthly Journal for and by Policymakers Worldwide, Vol. V, Number 2*, (April 2015–June 2015).
- Amaro, R. Roque (1993), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa: CEA, ISCTE, (4): pp. 35 – 70.
- Anon. (2006), Batalhas da História de Portugal - Guerra da África: Guiné (1963-1974). Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Arvanitis, Yannis (2015), “Guinea-Bissau”, *West Africa Monitor Quarterly: Issue 7 | July 2015*, 8-9. Disponível em: https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/L%E2%80%99observatoire_de_l%E2%80%99Afrique_de_l_Ouest_-_num%C3%A9ro_7.pdf
- BAD, B. (2016). *As Perspetivas económicas em África - Cidades sustentáveis e transformação estrutural*. Abidjn, Paris: BAD, OCDE e PNUD. Acesso em 15 de

- novembro de 2018, disponível em http://www.stat-guineebissau.com/publicacao/E-Book_AEO2016_PT.pdf
- Bah, A. O *et al* (1989), “Les Guinéens de l’extérieur: rentrer au pays ?”, Guinée: l’après Sékou Touré. *Politique Africaine*, (Online), (36) pp. 22-37, Abidjan; Bondy ; Montpellier (Centre IRD). Disponível em: <http://politique-africaine.com/numeros/pdf/036022.pdf>
- Bakewell, O. (2008). Keeping Them in Their Place: The ambivalent relationship between development and migration in Africa. *Third World Quarterly* 29 (7):1341-1358.
- Ballo, Moïse (2009), *Migração au Mali: Perfil Nacional 2009*, Genève, OIM.
- Banco Mundial, B. (2015), *Guiné-Bissau - Memorando Económico do País: TERRA RANCA! UM NOVO COMEÇO*. s/l: Banco Mundial. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1199807908806/Gambia.pdf>.
- Barry, I. (2013). *Migrations, ONG et Développement en Guinée*. Paris: L’Harmattan.
- Batalhas da História de Portugal - Guerra da África: Guiné (1963-1974)*. (2006). Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- BBC News, B. (2 de julho de 2007). *BBC News*. (BBC) Acesso em 9 de setembro de 2009, disponível em BBC News: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6228236.stm>
- BCEAO (2015). *Evaluation des activités des systèmes de transferts électroniques de fonds (Banques et SOFIB) en Guinée-Bissau au titre de l’année 2014*, Bissau: Direction Nationale pour la Guinée-Bissau.
- BCEAO. (2011). *Evaluation des activités des systèmes de transferts électroniques de fonds (Banques et SOFIB) en Guinée-Bissau au titre de l’année 2010*. Bissau: Direction Nationale pour la Guinée-Bissau.
- Bénit-Gbaffou, C. et al. (2013). Exploring the role of party politics in the governance of African cities. Em: *Governing Cities in Africa*. Cape Town: Human Sciences Research Council, pp. 17-41.
- Benzinho, Joana e Rosa, Marta (2015), *Guia Turístico: À Descoberta da Guiné-Bissau. Afectos com Letras/ Ediliber : Coimbra, 2015*.
- Bossard, Laurent (2003), “Peuplement et migration en Afrique de l’Ouest: une crise régionale en Côte d’Ivoire”, *Afrique Contemporaine*, (Online), 2 (n.º 206). Disponível em: <http://www.caire.info/revue-afrique-contemporaine-2003-2page-151.htm>
- Cabral, A. L. (1978). *Unidade e Luta*. Lisboa: Empresa de Publicidade Serra Nova, SARL.
- Cabral, L. (2014). *Memórias e discursos de Luís Cabral.: Fundação Amílcar Cabral*. Lousã: Fundação Amílcar Cabral.
- Cahen, Michel (2015), *Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África*. África - Universidade de São Paulo. [Online] 2015. [Citação: 15 de dezembro de 2017.] <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i35p129-155>.
- Camacho, Brito (1936), *Política Colonial. Cadernos Coloniais*. Lisboa: Editorial Cosmos.
- Camará, Bailo (2015), *Duas décadas depois do vosso primeiro trabalho no Mercado de Bandim, o que mudou?* Bissau, 20 de maio de 2015.
- Campos, Américo (2012). *História da Guiné-Bissau em datas*. Disponível em: <https://guineebissaudocs.files.wordpress.com/2012/04/histc3b3ria-da-guinc3a9-bissau-em-datas.pdf>
- Cardoso, Baltazar (2017), *Bissau vai começar a dar nomes a ruas e números a casas*. <http://www.uccla.pt/noticias/atribuicao-de-numeros-e-nomes-de-ruas-em-bissau>. [Online] 2017.

- Carling, J. (2008). "Interrogating Remittances: Core Questions for Deeper Insight and Better Policies," in *Migration and Development: Perspectives from the South*. Edited by S. Castles and R. Delgado Wise, pp. 43-64. Geneva: International Organization for Migration (IOM).
- Carlota, C. (31 de agosto de 2015). A *TRIBUNA.com.br*. Fonte: A *TRIBUNA.com.br*: <http://www.tribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/cultura/berco-da-humanidade-a-africa-disseminou-sua-cultura-pelo-mundo/?cHash=c5c7baa9c7be71ca12951f0ce7bb2291>
- Carreira, A. (1961). "Organização Social e económica dos Povos da Guiné Portuguesa (subsídios para o seu estudo)", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Vol. XVI (64): pp. 641-736.
- Cartier, Diana (2013). La Crise au Mali sous l'angle de la migration, s/l, OIM. Disponível em: https://www.iom.int/files/live/sites/iom/files/What-We-Do/docs/Mal_Migration_Crisis_June%202013_FR.pdf. Cartier, Diana (2013), La Crise au Mali sous l'angle de la migration, s/l, OIM. Disponível em: https://www.iom.int/files/live/sites/iom/files/What-We-Do/docs/Mal_Migration_Crisis_June%202013_FR.pdf
- Carvalho, Francisco Avelino (2010), Migração em Cabo Verde - Genebra - perfil nacional 2009, Genebra, OIM. Disponível em: http://www.un.cv/files/Cape_Verde_Profile_2009.pdf
- Castles, S. (2005). *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios - dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século.
- Castles, S. (2008). Development and Migration –Migration and Development: What comes first? Nova York: Social Science Research Council Conference.
- Castles, S., & Mille, J. (2009). *The Age of Migration. International Population Movements in the Modern World* (4.^a ed.). New York: Palgrave Macmillan.
- Castles, Stephen (2008). "Development and Migration - Migration and Development: What comes first," pp. 1-18. Oxford: International Migration Institute Oxford University.
- Castles, Stephen, and Raoul Delgado Wise (2008). "Introduction," in *Migration and Development: Perspectives from the South*. Edited by S. Castles and R. Delgado Wise, pp. 3-12. Geneva: International Organization for Migration (IOM).
- Choplin, Armelle (2012), "Quand la mer se ferme" – Du Transit au post-transit migratoire en Mauritanie", *Hommes et Migrations*, pp: 74-85.
- Correia, António A. (1947). "Segunda Conferência dos Administradores do ano de 1946", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Vol. II, n.º 5, pp. 513-573.
- de Haas, H. (2008b). Migration and development: a theoretical perspective. *International Migration Review - IMR, Volume 44 Number 1*, pp. 227–264. Obtido em 22 de 02 2019, <https://is.cuni.cz/studium/predmety/index.php?do=download&did=27880&kod=JPM346>
- de Haas, Hein. 2008. *Irregular Migration from West Africa to the Maghreb and the European Union: An Overview of Recent Trends*. Geneva: IOM.
- Dean, Y., & Martinez, C. A. (2005). Remittance and Poverty in Migrant's home Areas: Evidence from the Philippines. In Ç. ÖZDEN, & M. SCHIFF, *International Migration, Remittances and the Brain Drain* (pp. 81-122). Washington: World Bank.
- Diário de Notícias (17 abril 2018). *Ajuda Pública ao Desenvolvimento é insuficiente e é preciso inovar*. Acesso em 25 de agosto de 2018, disponível em:

- <https://www.dn.pt/lusa/interior/ajuda-publica-ao-desenvolvimento-e-insuficiente-e-e-preciso-inovar----ocde-9265642.html>
- Diário de Notícias (18 de agosto de 2017). *Ministro da Saúde guineense denuncia falsas juntas médicas e garante que vão acabar*. Acesso em 12 de junho de 2018 de 2018, disponível em <https://www.dn.pt/lusa/interior/ministro-da-saude-guineense-denuncia-falsas-juntas-medicas-e-garante-que-vaao-acabar-8714211.html>
- Djaló, T. (2012). *O Mestiço e o Poder: Identidades, dominações e resistências na Guiné*. Lisboa: Nova Vega, Lda.
- Djibril Baldé, Saico Djibril (2010), “Da exclusão a autoexclusão da população muçulmana no sistema educativo guineense”, (comunicação ao 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, 9-11 setembro 2010). Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2255?mode=full>
- Esteves, M. L. (1988). *A Questão do Casamansa e a Delimitação das Fronteiras da Guiné*. Lisboa: IICT/INEP.
- EU Council (1999). Tampere European Council - Presidency Conclusions, in *Tampere European Council*. Tampere, Finland: EU Parliament. http://www.europarl.europa.eu/summits/tam_en.htm
- EurActive (2008). Fighting illegal migration: The Return Directive, in *Online Dossier*, 26.08.2008 <http://www.euractiv.com/en/social/europe/fighting-illegal-immigration-return-directive/article-174876>
- Europeia, C. (9 de novembro de 2015). Cooperação entre a União Europeia e África no domínio da migração. Bruxelas: Europe Direct. Acesso em 20 de julho de 2017, disponível em Europe Direct: europa.eu/rapid/press-release_MEMO-15-6026_pt.pdf
- Falola, Toyin e Usman, Aribidesi (org) (2009), *Movement, Borders, and Identities in Africa*. NY, USA And Sufflk, UK: university of Rochester Press and Boydell & Brewer Limited, 2009.
- Fernandes, J. M. (1997). Urbanismo na "África Portuguesa" - Transformações Oitocentistas. Em 1. : V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (Ed.). Campinas: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas. Fonte: http://fortalezas.org/index.php?ct=bibliografia&id_bibliografia=2846
- Fernandes, José Manuel (1997). Urbanismo na "África Portuguesa" - Transformações Oitocentistas. [ed.] 14p.: V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Campinas: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas.
- Ferrão, João (2014). *O Ordenamento do Território como Política Pública*. 2.ª. Lisboa : FCG.
- Gambia Bureau of Statistics (2013). *The Gambia 2013 Population and Housing Census Preliminary Results* (Online). Disponível em: <http://www.gbos.gov.gm/uploads/census/The%20Gambia%20Population%20and%20Housing%20Census%202013%20Provisional%20Report.pdf>
- Gamlen, A. (2014). The new migration and development development pessimism. *Progress in Human Geography*, Vol. 38(4), 581-597.
- Giddens, A. (2009). *Sociologia* (7.ª ed.). Lisboa: FCG.
- GMDAC, O. D. (20 de outubro de 2018), *MIGRATION DATA PORTAL*. (GMDAC) Acesso em 9 de novembro de 09, disponível em *MIGRATION DATA PORTAL*: <https://migrationdataportal.org/themes/remittances>
- GMG, G. M. (2017). *Handbook for Improving the Production and Use of Migration Data, Global Knowledge Partnership for Migration and Development (KNOMAD)*. Washington, DC.: World Bank.

- Golias, J. S. (2016). *A descolonização da Guiné-Bissau e Movimento dos Capitães*. Lisboa: Edições Colibri.
- Gouveia, José (s/d). Divisão administrativa em 1890, a Guiné tinha a ... - Cart 1525. s/l. Governo da Colónia. (1948). *Anuário da Guiné Portuguesa*. (F. Duarte, Ed.) Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, Lda.
- Grassi, Marzia (2006). Cabo-Verde pelo mundo: o género e a diáspora cabo-verdiana (WP6-06), ICS-UL. Disponível em: http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_6.pdf
- Gray, A. (29 de junho de 2018). *World Economic Forum*. Fonte: <https://www.google.sn/search?q=countries+with+the+highest+percentage+of+immigrants+in+the+world&oq=countries+with+the+highest+percentage+of+immigrants+in+the+world&aqs=chrome.69i57j69i60l3.8829j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>: <https://www.weforum.org/>
- Guiné, P. d. (1972). *Prospetiva do Desenvolvimento Económico e Social da Guiné*. Lisboa: Silvas, Lda.
- Guiné, P. d. (1972). *Prospetiva do Desenvolvimento Económico e Social da Guiné*. Lisboa: Silvas, Lda.
- Guiné-Bissau, A. N. (16 de novembro de 2006). Constituição da República. Bissau.
- Guiné-Bissau, Associação "Céu e Terra" (2014), "Projeto para a Saúde e Luta Contra SIDA na. 2014. Serviço de Laboratório Clínico e Microbiologia "Os Mártires de P.I.M.E" - Livro de Registo, n. °1". Bissau: Ceu e Terra, 2014.
- Gupta, S., Pattillo, C. A., & Wagh, S. (2009). Effect of Remittances on Poverty and Faincial Development in Sub-Saharan Africa. *World Development* (pp. 104-115). Washington DC: International Monetary Fund.
- Harford, T. (13 de fevereiro de 2007). *BBC News*. (BBC) Acesso em 13 de fevereiro de 2017, disponível em BBC News: <https://www.bbc.com/news/business-38667475>
- Havik, P. (2006). Estradas sem fim: o trabalho forçado "na política indígena" na Guiné (1915-1945). Em C. d. Porto, *Trabalho Forçado Africano* (pp. 229-247). Porto: Campo das Letras.
- Havik, P. J. (2013). *Novos Horizontes no Estado do império: A Missão de Geografia de Orlando Ribeiro na Guiné em 1947*. Lisboa: IICT.
- Henriques, J. G. (2016). *Racismo em Português - lado esquecido do colonialismo*. Lisboa: Tinta-da-China, Lda.
- ICMPD, & OIM. (2015). *A Survey on Migration Policies in West Africa*. Vienna & Dakar: ICMPD and IOM.
- IGAD, Intergovernmental Authority on Development (2018). Obtido em 12 de junho de 2018, disponível em: <https://igad.int/divisions/health-and-social-development/2016-05-24-03-16-37/611-regional-consultative-process-on-migration-rcp-2013>
- INE (2009b). *Estudo e Estrutura da População - III RGPH*. Bissau: INE, 2009b.
- INE (2011). *IVº Recenseamento Geral da População e de Habitação - censo 2010*, Praia, INE.
- INE (6 de setembro de 2018). *Guiné-Bissau em Número 2017*. Fonte: INE Guiné-Bissau: <http://www.stat-guinebissau.com/publicacao/guinebissau-em-numero2017.pdf>
- INE. (2009a). *III RGPH 2009: Estado e Estrutura da População*. Bissau: INE.
- Jao, M. (2015). *Estratégias de Vivência e de Sobrevivência em Contexto de Crise: Os Mancanhas na Cidade de Bissau*. Paris: Nota de Rodapé Edições.
- Jaquité, A. D. (2015), *Determinantes da utilização de serviços de comunicações móveis na Guiné-Bissau: um estudo empírico aplicado ao mercado de internet móve*. Oliveira do Hospital: ESEC/ ESTGOH/PC.

- Jornal de Notícias (17 de novembro de 2016). *Imigrantes em Portugal são mais jovens e têm mais filhos*. Acesso em 17 de novembro de 2016, disponível em <https://www.jn.pt/nacional/interior/imigrantes-em-portugal-sao-mais-jovens-e-tem-mais-filhos-5503986.html#ixzz4QM2UNk3l>
- Kamden, P. (2015). *Migrations et développement dans les Afriques de l'Ouest et du Centre*. Paris: L'harmattan.
- Kapur, Devesh. 2004. *Remittances: The New Development Mantra?* United Nations.
- King, R. (2012). *Theories and Typologies of Migration: An Overview and a Primer*. Malmö: Malmö Institute for Studies of Migration, Diversity and Welfare (MIM). Obtido de www.bit.mah.se/MUEP
- Lauret, P., Almeida, L. M., & Martins, G. (s.d.). *Guerra Colonial: 1961 - 1974*. (Zeppelin Filmes Lda) Acesso em 20 de 11 de 2015, disponível em *Guerra Colonial: 1961 - 1974*.
- Lima, M. P. (20 de fevereiro de 2017). *O inquérito sociológico: problemas de metodologia*. Fonte: analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224260943V6zYE4uv8Ef71FH8.pdf
- Lopes, A. Marques (2017). *História da Guiné: Descoberta, Colonização e Guerra*. Disponível em: <http://aguine.blogspot.com/>
- Lopes, M. (22 de junho de 2016). *Gestão da cidade de Bissau*. (S. D. Baldé, Entrevistador)
- Lowell, B. L., & Gerova, S. G. (2013). *Diaspora and Economic Development: State of Knowledge*. Washington, DC: ISIM - Georgetown University. Acesso em 4 de outubro de 2018, disponível em <http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/GEP/GEParchives/GEP2006/LowellDiaspora.pdf>
- Lynch, K. (2005). *Rural-Urban Interaction in the Developing World*, Routledge, London e New York.
- Maimbo, S. M. e Ratha, D. (2005). *Remittances: An Overview*. Em S. M. Maimbo, & D. Ratha, *Remittances - Development Impact and Future Prospect*. Washington, DC: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank.
- Mande, Issiaka (2009), "Labor Market constraints and competition in colonial Africa: Migrant workers, Population and Agricultural production in Upper Volta, 1920 – 32", em Toyin Falola e Aribidesi Usman (orgs.), *Movements, Borders and Identities in Africa*, Nova York, University of Rochester Press.
- Marques, J. C. e Góis, P. (2013), *Dinâmicas do sistema migratório lusófono: um olhar a partir das migrações portuguesas*. Em M. L. Fonseca, P. Góis, J. C. Marques, & J. Peixoto, *Migrações na Europa e em Portugal - Ensaio de homenagem a Maria Ioannis Baganha* (pp. 185-203). Coimbra: CES, Almedina.
- McAuliffe, M. e Ruhs, M. (2017), *REPORT OVERVIEW: MAKING SENSE OF MIGRATION IN AN INCREASINGLY INTERCONNECTED WORLD*. Em M. McAuliffe, & M. Ruhs, *World Migration Report 2018* (pp. 1-9). Genebra: OIM.
- McKenzie, D. J. (2005). *Beyond Remittances: The Effects of Migration on Mexican Households*. In Ç. ÖZDEN, & M. SCHIFF, *International Migration, Remittances and Brain Drain* (pp. 123-148). Washington: World Bank.
- MGSOG, M. G. (2017a), *Chad Migration Profile: Study on Migration Routes*. Maastricht: MGSOG.
- MGSOG, M. G. (2017b). *Côte D'Ivoire Migration Profile - Study on Migration Routes in West and Central Africa*. Maastricht: MGSOG.
- MGSOG, M. G. (2017c). *Ghana Migration Profile - Study on Migration Routes in West and Central Africa*. Maastricht: MGSOG.

- MGSOG, M. G. (2017d). *Niger Migration Profile - Study on Migration Routes in West and Central Africa*. Maastricht: MGSOG.
- Migration Data Portal (julho de 2018), *Migration Data Portal*. (Migration Data Portal) Acesso em 11 de setembro de 2018, disponível em Migration Data Portal: https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2017&cm49=384
- Milheiro, A. V. (2012). Viagem à Arquitectura portuguesa da Guiné-Bissau. Público, 25 novembro.
- Milheiro, A. V. (25 de novembro de 2012). Viagem à Arquitectura Portuguesa da Guiné-Bissau. Público. Obtido de <https://www.publico.pt/2012/11/25/culturaipilon/noticia/viagem-a-arquitectura-portuguesa-da-guine-bissau-1573048>
- Milheiro, A. V. e Dias, Eduardo C. (2009), Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974). Revista eletrônica de Arquitectura e Urbanismo. Universidade São Judas Tadeu, pp. 80-114.
- Milheiro, Ana Vaz et Al. (2016), Urbanidade: Arquitectura e Sítios Históricos da Guiné-Bissau. Lisboa: Fundação Mário Soares/ISCTE-IUL.
- Moss, T. J. (2011). *African Development: Making Sense of the Issues and Actors* (2.^a Edição ed.). London: Lynne Rienner PUBLISHERS, iNC.
- MPC, The Migration Policy Centre (14 de 12 de 2013a). *MPC - Migration Profile: Algeria*. s/l: MPC. Fonte: Migration Policy Centre: (www.migrationpolicycentre.eu)
- Ndiaye, M., & Robin, N. (s.d.). Les migrations internationales en Afrique de l'Ouest : Une dynamique de régionalisation renouvelée. *Hommes & migrations*.
- Nóbriga, Á. (2003). *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: ISCSP.
- Notícias, D. d. (30 de novembro de 2017). *Diário de Notícias*. Fonte: DN: <https://www.dn.pt/mundo/interior/numero-de-portugueses-que-emigrou-para-trabalhar-no-reino-unido>
- Observatório ACP das Migrações (2011). *Remessas na África, Caraíbas e Pacífico*. Genebra: IOM Development Fund.
- OCDE. (2018). *Development Aid at Glance Statistic by Region - Africa, 2018 editio*. Paris: OCDE. Fonte: <http://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/>
- Ogunmola, Dele e Isiaka Alani Badmus (2004), “Política etnorreligiosa, conflito intra-estatal e o futuro da democracia na Costa do Marfim”, *Contexto Internacional*, (Online), vol.26 no.2 Rio de Janeiro July/Dec. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292004000200005>
- OIM (2006). *Migrants' Remittances and Development: Myths, Rhetoric*. Genebra: OIM.
- OIM (2011a). *Migration au Bénin - Profil National 2011*. Dakar: OIM/GIP International.
- OIM (2011b). *Migration in Sudan - A Country Profile 2011*. Genebra: OIM.
- OIM (2017). *IOM Niger 2016 Migrant Profiling Report*. Genebra: OIM.
- OIM (2018). *World Migration Report 2018*. Genebra: OIM.
- OIM M. (2015). *National Migration Policy - Nigeria*. Abuja: OIM.
- OIM (August 2019). Regional Mobility Mapping in West and Central Africa. Dakar: OIM
- Orange. (4 de maio de May 4, 2017). *Grupo Orange*. (Grupo Orange) Acesso em 15 de novembro de 2018, disponível em Grupo Orange: <https://www.orange.com/en/Group/Orange-in-the-world/countries/Welcome-to-Orange-to-Guinea-Bissau>
- Özden, Ç. e Maurice, S. (2005), *International Migration, Remittances and Brain Drain*. Washington DC: World Bank.

- Özden, Ç. e Schiff, M. (2006), Overview. Em Ç. Özden, & M. Schiff, *International Migration, Remittances and Brain Drain*. Washinton DC: World Bank and Palgrave Macmillan.
- Payne, A., & Phillips, N. (2010). *Development*. Cambridge: Policy Press.
- Peixoto, João e Duval Fernandes (2011), “Nota dos Editores”, *Revista Internacional em Língua Portuguesa Migrações*, (Online), III Série, n.º 24, pp. 13-23, Lisboa, AULP. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_livro_migracoes.pdf.
- Pélissier, R. (2001a). *História da Guiné - Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841 - 1936* (Vol. I). Lisboa: Editorial Estampa.
- Pélissier, R. (2001b). *História da Guiné - Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841 - 1936* (Vol. II). Lisboa: Editorial Estampa.
- Pereira, A. (2003). *Uma luta, um partido dois países: Guiné-Bissau - Cabo Verde*. Braga: Cículo de Leitores.
- Pires, Hélder A. de L. A. de L., et al. (2015). Incêndio no Mercado de Bandim, Av. Caetano Semedo. Bissau: Direção de Serviços de Prevenção de Incêndio e Socorro do SNPCB, BVB, 2015.
- PNUD. (2009). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009 - Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humano*. Coimbra: Almedina, SA.
- Policarpo, F. (2006). *Batalhas da História de Portugal: Guerra de África - Guiné 1963-1974* (Lisboa ed.). QuidNovi.
- Portal, M. D. (s.d.). *Migration Bata Portal*. (Migration Data Portal) Acesso em 10 de outubro de 2018, disponível em Migration Data Portal: The bigger picture: https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2017&cm49=266
- Portes, A. (1999). *Migrações Internacionais - Teorias, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta.
- PRODATA. (2018). *População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades*. Acesso em 2 de março de 2018, disponível em PRODATA: <https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+estrangeira+com+estatuto+legal+de+residente+total+e+por+algumas+nacionalidades-24>
- Quintino, F. R. (1969). “Os Povos da Guiné”, *Boletim Cultura da Guiné Portuguesa*, Vol. XXIV (68): pp. 861-915.
- Rashed al Khalifa, Sheikha Haya (2006). "Opening Statement by the president o the 61st session of the General Assembly," in *High Level Dialogue on International Migration and Development*. New York: United Nations.
- Ratha, D. (6 de October de 2014), *Remittances to Developing Countries to Grow by 5 Percent This Year, While Conflict-Related Forced Migration is at All-Time High*. Genebra: World Bank Group.
- Ratha, D. e Shaw, W. (2007), *South-South Migration and Remittances*. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- Ratha, Dilip, and Zhimei Xu (2008), "Migration and Remittances Factbook 2008," World Bank. <http://go.worldbank.org/QGUCPJTOR0>
- Rema, Henrique Pinto (1966). A Primeira Evangelização da Guiné (1434 - 1533). *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, N.º 83. Agência Geral do Ultramar, 1966, Vol. XXI.
- Rice, X. (2007). Kenya sets world first with money transfers by mobile. *The Guardian* (the Guardian).
- Robin, Nelly (1995). « Les espaces de transit dans les migrations internationales ouest-africaines », Dakar, ORSTOM. Disponível em :

- http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers08-09/010014865-58.pdf.
- Rocha-Trindade, M. B. (2009). *Migrações, Permanências e Diversidades*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rodrigues, Cristina Udelsmann (2015). “Atravessar as fronteiras africanas – migração e mobilidade”, *Boletim Gaúcho de Geografia*, (Online), V. 42, n.1: 13-22, Portal de Periódicos UFRGS. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/53757/33111>
- Rubin, M. and Didier, S. (2013), *City profiles*. Em: *Governing Cities in Africa*. Cape Town: Human Sciences Research Council.
- Sander, C. and Maimbo, S. M. (2005). *Migrant Remittances in Africa: A Regional Perspective*. Em S. M. Maimbo, & D. Ratha, *Remittances: Development Impact and Future Prospects*. Washington, DC: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank.
- Sangreman, C., Estêvão, J., Abreu, A., & Carreiro, M. J. (2012), *Avaliação do Potencial de Desenvolvimento da Diáspora da Guiné-Bissau em Portugal e França*. Lisboa: OIM.
- Santos, Milton (2008). *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. 2.^a. São Paulo: Edusp, 2008.
- Scharwatt, C. and Williamson, C. (2015), *Mobile Money Crosses Borders: new remittance models in Wste Africa*, London: GSMA.
- Sieveking, Nadine (2009). *Dynamiques migratoires, mobilité et développement au Mali*, Bielefeld, COMCAD. Disponível em: https://www.uni-bielefeld.de/tdrc/ag_comcad/downloads/workingpaper_66_sieveking.pdf
- Silva, Baducaran Domingos Augusto da (2010). *Urbanização na Guiné-Bissau: Morfologia e Estrutura Urbana da sua Capital*. Lisboa: FAUGA-Universidade Lusófona HT, 2010.
- Silva, F. H., & Santos, M. B. (2014). *Da Guiné Portuguesa à Guiné-Bissau: Um Roteiro*. Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda.
- Skeldon, R. (2008). *Migration and Development*. Bangkok: UNESC for Asia and the Pacific.
- Soeiro de Brito, R. (1997). “Territórios da África Ocidental: Guiné, Cruzamento de Culturas” *No Trilho dos Descobrimentos*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses.
- Some, A. N. (2009). *Migration au Sénégal – Profil National 2009*. Genebra: OiM.
- Stewart, A. (10 de julho de 2018). *WorldRemit*. Acesso em 17 de novembro de 2018, disponível em WorldRemit.
- Sy, Maimouna, Ba, Alioune e Ndiaye Ndiappe (1992). « Demographic Implications of Development Policies in the Sahel: The Case of Senegal », in: *Migrations, Development and Urbanization Policies in Sub-Saharan Africa*, direcção de Moriba Toure & T.O. Dakar and Oxford: Fadayomi, Codesria, pp. 112-152.
- Teixeira da Mota, A. (1951a). “O Estudo do Habitat como Base do Planeamento”, *Boletim Cultura da Guiné Portuguesa*, Vol. XVII, n.º 68, pp. 513-573.
- Teixeira da Mota, A. (1951b). “Notas sobre o Povoamento e a agricultura Indígena na Guiné Portuguesa”, *Boletim Cultura da Guiné Portuguesa*, Vol. VI (23): pp. 657-680.
- Teixeira da Mota, A. (1952). “Origem da Casa Indígena Rectangular no Litoral da “Guiné do Cabo Verde””, *Boletim Cultura da Guiné Portuguesa*, Vol. VII, (25): pp. 157-160.

- Tinajero, S. P., & Sinatti, G. (2011). *Migration for Development: A Bottom-Up Approach. A Handbook for Practitioners and Policymakers* -. Bruxelas: EC-UN Joint Migration and Development Initiative (JMIDI). Obtido em 12 de Dezembro de 2018, de http://www.migration4development.org/sites/m4d.emakina-eu.net/files/jmindi_august_2011_handbook_migration_for_development.pdf
- Tolentino, A. C., Rocha, C. M., & Tolentino, N. C. (2008). A Importância e o Impacto das Remessas dos Imigrantes em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde. Lisboa: ACIDI.
- Toure, Moriba, and Fadayomi, T.O. (1992), *Migrations, Development and Urbanization Policies*, Sub-Saharan Africa, Dakar: CODESRIA.
- UN (2015), *World Urbanization Prospects The 2014 Revision*. New York: DESA / Population Division, 2015.
- UNICEF. (2013). *Migration Profiles: Gabon*. Genebra: ESA.
- UNICEF. (21 de agosto de 2013). *Egypt: International migrant stocks*. Fonte: <https://esa.un.org/migmgprofiles/indicators/files/Egypt.pdf>: <https://esa.un.org/migmgprofiles/indicators/files/Egypt.pdf>
- Usman, Aribidesi and Toyin Falola (2009). “Migrations in Africa History: An Introduction”, em Toyin Falola e Aribidesi Usman (orgs.), *Movements, Borders and Identities in Africa*, Nova York, University of Rochester Press.
- Valentim, C. M. (2016). A Cartografia da Guiné portuguesa 1945-1949. *Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 4 a 7 de novembro de 2015. Braga, Portugal*. (pp. 251-262). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Vivet, J., Brégand, D., Olaniyi, R. and Spire, A. (2013). Changing minority identities in urban Africa: Cotonou, Kano, Lomé and Maputo. Em S. Bekker, & Fourchard, *Governing Cities in Africa* (pp. 67-84). Cape Town: Human Sciences Research Council.
- Vivet, J., Brégand, D., Olaniyi, R. and Spire, A. (2013). Changing minority identities in urban Africa: Cotonou, Kano, Lomé and Maputo. Em S. Bekker, & Fourchard, *Governing Cities in Africa* (pp. 67-84). Cape Town: Human Sciences Research Council.
- Vivet, Jeanne, et al. (2013). Changing minority identities in urban Africa: Cotonou, Kano, Lomé and Maputo. [autor do livro] Simon Bekker e Fourchard. *Governing Cities in Africa*. Cape Town: Human Sciences Research Council, 2013, pp. 67-84.
- Wahome, James e Weigert, Maxime (2015). *West Africa Monitor Quarterly - Issue 7, July 2015*. Abidjan: AfDB - West Africa Regional Department, 2015. http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/L%E2%80%99observatoire_de_l%E2%80%99Afrique_de_l_Ouest_-_num%C3%A9ro_7.pdf.
- WB, W. (2016). *Migration and Remittances Factbook 2016*. Washington, DC: World Bank/KNOMAD. Acesso em 17 de outubro de 2018, disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/23743/9781464803192.pdf>
- Winstanley, D. (2009). *Writing a dissertation for Dummies*. Chichester, west Sussex: Jhon Wiley & Sons, Ltd.
- Woollact, J. (1983). Luta pela Libertação Nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. *Análise Social, xix (77-78-79)*, 1131-1155. Obtido de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223466050T4kAK2od2Ar67WH4.pdf>

ANEXOS

ANEXO A

INQUÉRITO AO EMIGRANTE (PT)

P01 Data: ____/____/____/2014,

P02 Local de entrevista _____

P03 Contacto _____

P04 Idade ____|____|

P05 Sexo 1 - Masculino ____| 2 - Feminino ____|

P06 Qual é a sua nacionalidade (*nome do país*): _____;

P07 Naturalidade: _____;

P08 Qual o país onde residiu anteriormente _____;

P09 A quantos anos vive em Portugal? ____|____| Anos.

P10 Antes de emigrar onde vivia na Guiné-Bissau? *Nome do sector da residência?*
_____;

P11 Qual é sua situação de residência? 1 - Legal ____| 2 - Illegal ____|

P12 Qual é a situação laboral? (*listar as possíveis situações*)

1 - Ativo (a) ____| 2 - Desempregado(a) com subsídio ____| 3 - Desempregado (a) sem subsídio ____|
4 - em Formação ____| 6 - Outro ____| Qual -----

P13 Desde que vive cá alguma vez foi trabalhar para fora de Portugal? 1 - Sim ____| 2 - Não ____|

P14 se P13 a resposta for sim, a onde fora de Portugal foi trabalhar?

Nome do País _____;

P15 Quanto tempo demorou neste país? ____|____| Anos (*se for menos de um ano escrever zero*)

P16 Costuma enviar dinheiro para Guiné? 1 - Sim ____| 2 - Não ____|

P17 A quem costuma enviar dinheiro?

1 - Pai/Mãe ____| 2 - Esposa/esposo ____| 3 - Filho/filha ____|

4 - Irmão/Irmã ____| 5 - Outro parente ____| 6 - Outro não parente ____|

P18 Com que periodicidade costuma mandar dinheiro? ____|____| Meses (*se envia quando calhar escrever 99*)

P19 Para que fins habitualmente te pedem/envia dinheiro?

1 - Alimentação ____| 2 - educação ____| 3 - saúde ____| 4 - Festas/cerimónias ____| 5 - Outros assuntos familiares ____|

P20 Quanto euros habitualmente costuma enviar cada vez que manda dinheiro? ____|____|____|____| Euros

P21 Como responde as solicitações quando está sem trabalho?

1 - Poupança ____| 2 - Empréstimo ____| 3 - Mando vender bens na Guiné ____| 4 - Outros ____|

P22 Consegue ter poupanças? 1 – Sim 2 – Não

P23 Como aplica as tuas poupanças?

1 – Investimentos em Portugal 2 - Investimentos na Guiné 3 - Outros

P24 Tem intenção de um dia regressar a Guiné-Bissau? 1 - Sim 2 – Não

P25 ou tem a intenção de emigrar para outro país? 1 - Sim 2 – Não

P26 se sim, para que país pretende ir? (nome do país) _____;

P27 Qual é o teu estado civil? 1 - Solteiro(a) ; 2 - Casado (a) Tradicional ; 3 - Casado (a) civil ; 4 - Outros .

P28 Tem filhos? 1 - Sim 2 – Não

P29 se sim quantos filhos tem

P30 Qual é sua habilitação académica

1 - Nenhum 2 - (1º-6º) ; 3 - (7º-12º) ; 4 Médio/profissional ; 5 - Superior (licenciatura à doutorado) ; 6 – Outros .

ANEXO B

GUIÃO DE ENTREVISTA A FAMÍLIA DO EMIGRANTE

- FE1. Tem família no estrangeiro (*fora de Portugal*)?
1. *Sim*
2. *Não*
- FE2. Se tem quantas pessoas
- FE3. Em que país ou países estão residindo?

- FE4. Ele costuma enviar-vos dinheiro?
1. *Sim*
2. *Não*
- FE5. Se sim qual é o montante que recebeu da última vez?
- FE6. Onde costuma receber este dinheiro?

- FE7. Para além de você, ele costuma enviar dinheiro para outras pessoas?
1. *Sim*
2. *Não*
- FE8. Se sim quais?
1 - *Pai/Mãe* 2 - *Esposa/esposo* 3 - *Filho/filha*
4 - *Irmão/Irmã* 5 - *Outro parente* 6 - *Outro não parente*
- FE9. 6 - Geralmente onde aplica este dinheiro?
1 - *Alimentação* 2 - *educação* 3 - *saúde* 4 - *Festas/cerimónias* 5 - *Outros assuntos familiares*
Para além de dinheiro, ele costuma enviar outras coisas?
1. *Sim*
2. *Não*
- FE10. Se sim quais

- FE11. Como classifica o emigrante em geral?

ANEXO C

GUIÃO DE ENTREVISTA AO AGENTE
(quem envia o dinheiro)

AG1- A quanto tempo envia dinheiro para Guiné? meses anos

AG2- Para que região envia mais dinheiro:

- 1.- *Bissau*
- 2.- *Leste*
- 3.- *Norte*
- 4.- *Sul*.

AG3- Qual é a montante mais comum que recebe para enviar?

AG4- Em média quantas remessas envia mensalmente? ·

AG5- Quem recebe lá o dinheiro (familiar, empregado ou sócio)?

- 1.- *Familiar*
- 2.- *Empregado*
- 3.- *Sócio*

AG6- Quem costuma transportar este dinheiro? _____;

AG7- Alguma vez teve problemas com a segurança de transporte do mesmo?

- 1.- *Sim*
- 2.- *Não*

AG8 - Alguma vez teve problemas com os clientes?

- 1.- *Sim*
- 2.- *Não*

AG9- Para além de dinheiro, costuma enviar outras coisas para a Guiné?

- 1.- *Sim*
- 2.- *Não*

AG10 Se sim quais?

1. _____; 2. _____;
3. _____; 4. _____;

AG11 Na tua opinião em que o dinheiro enviado é aplicado?

1. _____; 2. _____;
3. _____; 4. _____;

ANEXO D

GUIÃO DE ENTREVISTA AO AGENTE (quem recebe o dinheiro na Guiné-Bissau)

AG1- A quanto tempo recebe dinheiro do estrangeiro? |_|_| Meses |_|_| anos

AG2- De que país recebe mais dinheiro:

- 1.- Portugal |_|
- 2.- Espanha |_|
- 3.- Outro país europeu |_|
- 4.- Outro país Africano |_|

AG3- Qual é a montante mais comum que recebe?

|_|_|_|_|_|_|_|

AG4- Em média quantas remessas recebe mensalmente

|_|_|

AG5- Com quem colabora no estrangeiro (familiar, amigo ou sócio)?

- 1.- Familiar |_|
- 2.- Amigo |_|
- 3.- Sócio |_|

AG6- Quem costuma transportar este dinheiro? _____;

AG7- Alguma vez teve problemas com a segurança de transporte do mesmo?

- 1.- Sim |_|
- 2.- Não |_|

AG8 - Alguma vez teve problemas com os clientes?

- 1.- Sim |_|
- 2.- Não |_|

AG9- Para além de dinheiro, costuma receber outras coisas do estrangeiro?

- 1.- Sim |_|
- 2.- Não |_|

AG10 Se sim quais?

1. _____; 2. _____;
3. _____; 4. _____;

AG11 Na tua opinião em que o dinheiro que recebe é aplicado?

1. _____; 2. _____;
3. _____; 4. _____;